

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS  
E OUTRAS LEGITIMIDADES**

Luciana de Sousa de Deus

**“E EXISTE PRÍNCIPE PRETO, PROFESSORA?” NARRATIVAS ORAIS DE  
PROFESSORAS SOBRE RACISMO E ANTIRRACISMO NOS CURRÍCULOS E  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SÃO  
PAULO (2023)**

(Versão corrigida)

São Paulo

2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS**  
**E OUTRAS LEGITIMIDADES**

Luciana de Sousa de Deus

**“E EXISTE PRÍNCIPE PRETO, PROFESSORA?” NARRATIVAS ORAIS DE**  
**PROFESSORAS SOBRE RACISMO E ANTIRRACISMO NOS CURRÍCULOS E**  
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SÃO**  
**PAULO (2023)**

(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, Diversitas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Gouveia de Oliveira Rovai

São Paulo

2023



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA  
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

**Nome do (a) aluno (a): Luciana de Sousa de Deus**

**Data da defesa: 23/10/2023**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): Marta Gouveia de Oliveira Rovai**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/12/2023

---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D486" Deus, Luciana de Sousa de Deus  
"E existe príncipe preto, professora?" Narrativas orais de professoras sobre o racismo e o antirracismo nos currículos e práticas pedagógicas da Educação Infantil na cidade de São Paulo. / Luciana de Sousa DE DEUS; orientador Marta Gouveia de Oliveira ROVAI - São Paulo, 2023.  
187 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. CH700 Educação. 2. CH770 . 3. CH771.3.4.2.1 Racismo. 4. CH764.1.3.4.1.6.8 Antirracismo. 5. CH781.4.12. I. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira, orient. II. Título

*Dedico às crianças.*

*A inocência da criança me trouxe até aqui. Eu aprendi que para ensinar é preciso mais do que o saber, é preciso sensibilidade para ouvir a sua voz quando ela vem da alma.*

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço à minha família pela força, paciência e os momentos de silêncio, especialmente à minha irmã Mariângela, que foi a primeira pessoa a indicar minha prática em sala para um projeto de Mestrado.

À professora Marta Rovai, minha orientadora, que foi a pessoa que me manteve nessa jornada. Sem ela, seria tudo impossível.

Ao meu trabalho como pedagoga, como professora de educação infantil, que me permitiu viver tudo isso e nesse caminho onde as crianças me enriqueceram mais do que o mais belo autor. A elas eu serei sempre grata!

Ao meu Grupo de Estudos formado por pessoas lindas e cheias de potência: minha orientadora Marta Rovai, e minhas amigas Érica Amaral, Fernanda Gomes, Silvani, Monique, Fernanda Rocha e Amaury. Eu serei sempre imensamente grata pelas nossas conversas onde ganhávamos forças para não desistir.

À professora Livia Monteiro e ao professor Diego Reis, que me fizeram ver, através da minha qualificação, a potência da minha pesquisa. Meu carinho eterno a todos e todas!

## RESUMO

DEUS, Luciana de Sousa de. **“E existe príncipe preto, professora?” Narrativas orais de professoras sobre racismo e antirracismo nos currículos e práticas pedagógicas da Educação Infantil na cidade de São Paulo**. 2023. Dissertação (Mestrado - Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2023.

Esta pesquisa de Mestrado delineada dentro do Programa Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, na linha de pesquisa Poderes, Políticas e Resistências, analisa as memórias e narrativas de cinco professoras de Educação Infantil: Ana Beatriz, Ana Flávia, Ana Paula, Camila e Renata. Essas mulheres, por meio de entrevistas orais, compartilharam suas trajetórias e o conceito que elas trazem sobre o racismo na sociedade brasileira. Foi por meio de suas memórias e narrativas que pude observar como condutas antirracistas ou racistas estão presentes na escola e em suas práticas diárias. Pretendeu-se trazer, durante as entrevistas, a trajetória de cada uma dessas mulheres brancas e negras, professoras de Educação Infantil e a reflexão que elas desenvolvem sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08 e a importância das mesmas para a formação dos cidadãos. O racismo, que é estruturante em nossa sociedade e em nossas relações, muitas vezes é tão refinado que passa despercebido aos nossos olhos. Nos capítulos desse trabalho vamos observar, através das narrativas das professoras, como elas lidam com o racismo institucional que atinge a vida de crianças na Educação Infantil. Através das narrativas, as professoras apresentaram os desafios de identificar e falar sobre racismo no ambiente escolar, a questão da falta de formação de professores e, ao final, junto às considerações, reuniremos proposições de práticas antirracistas baseadas nos relatos das entrevistadas. O procedimento metodológico usado nesta dissertação foi o da História Oral, que visa uma escuta sensível e que, acima de tudo, respeite as memórias e as narrativas dos envolvidos na análise. Para os debates sobre o racismo estrutural foram fundamentais teóricos como Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro e Neuza Souza.

**Palavras-chave:** Educação antirracista, história oral, formação de professores, Educação Infantil

## ABSTRACT

DEUS, Luciana de Sousa de. **And is there a black prince, teacher? Oral narratives from teachers about racism and anti-racism in the curriculum and pedagogical practices on preschool education in the city of São Paulo.** 2023. Dissertation (Master's Degree - Humanities, Rights and Other Legitimacies) Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, 2023.

This Master's research outlined within the Humanities, Rights and Other Legitimacies Program, in the Powers, Policies and Resistances research line, analyzes the memories and narratives of five preschool education teachers: Ana Beatriz, Ana Flávia, Ana Paula, Camila and Renata. These women, through oral interviews, shared their trajectories and the concept they bring about racism in Brazilian society. It was through their memories and narratives that I was able to observe how anti-racist or racist behaviors are present at the school and in its daily practices. The aim was to bring, during the interviews, the trajectory of each of these white and black women, preschool teachers and the reflection they develop on the laws 10.639/03 and 11.645/08 and their importance for the formation of citizens. Racism, which is structuring in our society and in our relationships, is often so refined that it goes unnoticed in our eyes. In the chapters of this research we will observe, through the teachers' narratives, how they deal with the institutional racism that affects the lives of children in preschool education. Through the narratives, the teachers presented the challenges of identifying and talking about racism in the school environment, the issue of the lack of teacher qualification and, at the end, along with the considerations, we will bring together proposals for anti-racist practices based on the interviewees' reports. The methodological procedure used in this dissertation was Oral History, which aims at sensitive listening and, above all, respects the memories and narratives of those involved in the analysis. Theorists such as Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro and Neuza Souza were fundamental to the debates on structural racism.

**Keywords:** Anti-racist education; oral history; teacher training, child education



## LISTA DE SIGLAS

AFROMACK – Coletivo de Pretas e Pretos do Mackenzie  
CEFAI - Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão  
CEI – Centro de Educação Infantil  
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil  
DRE - Diretoria Regional de Educação  
EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes  
EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental  
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
PUC- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil  
SME/COPED - Secretaria Municipal de Educação/ Coordenadoria Pedagógica  
SME/DOT - Secretaria Municipal de Educação/ Departamento de Orientação Técnica  
UCAM/RJ - Universidade Cândido Mendes / Rio de Janeiro  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos  
UNEAFRO - União de Núcleos de Educação Popular  
UNIARA- Universidade de Araraquara  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. História do projeto.....</b>	<b>10</b>
<b>2. O objeto de pesquisa.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1. O RACISMO QUE NOS ATRAVESSA.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1. Alguns princípios presentes nos documentos da Educação Infantil.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2. O racismo estrutural.....</b>	<b>29</b>
<b>1.3. A legislação sobre o racismo e seus limites no Brasil.....</b>	<b>35</b>
<b>1.4. O racismo na Educação Infantil e os documentos antirracistas em São Paulo...41</b>	
<b>CAPÍTULO 2. O RACISMO QUE PERPASSA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1. O racismo na Educação Infantil por meio de pesquisas.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2. Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu.....</b>	<b>65</b>
<b>2.3. Pensando caminhos para a educação antirracista.....</b>	<b>74</b>
<b>CAPÍTULO 3. AS POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: EXPERIÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>
<b>3.1. A necessidade de formação continuada docente.....</b>	<b>81</b>
<b>3.2. E existe príncipe preto professora? Não queremos um espaço na sociedade e sim     a transformação dela.....</b>	<b>91</b>
<b>3.3. Educação na contramão: o que fazer com as incoerências dos currículos e da     prática docente?.....</b>	<b>95</b>
<b>CAPÍTULO 4. É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA? MEMÓRIAS, PRÁTICAS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE.....</b>	<b>101</b>
<b>4.1. As práticas da ludicidade no combate ao racismo.....</b>	<b>101</b>
<b>4.2. Materiais literários: um espelho na educação para crianças negras.....</b>	<b>105</b>
<b>4.3. Uma literatura infantil antirracista.....</b>	<b>109</b>
<b>4.4. Pretagogia: jogos e brincadeiras antirracistas.....</b>	<b>128</b>
<b>4.5. Livros que propõem brincadeiras.....</b>	<b>141</b>
<b>CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>158</b>

## INTRODUÇÃO

### 1. História do projeto

Oriunda de Guarulhos (São Paulo), iniciei minha graduação em Pedagogia (Licenciatura Plena) em 2007, na Centro Universitário Sant'Anna (UniSant'Anna), sendo aluna bolsista do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Foi a melhor oportunidade da minha vida, pois já tinha filhos e pensava que nunca alcançaria o ensino superior tão almejado. Estudante de escola pública, a oportunidade chegou por meio do ENEM. Com incentivo de minha irmã, fomos prestar o vestibular e nunca imaginei que alcançaria uma boa nota na redação, o que fez minha vida mudar e comecei a palmilhar novos caminhos.

Depois da minha formação no ano de 2010, trabalhando em um Centro de Educação Infantil conveniado, numa pesquisa na internet encontrei o Centro de Estudos Africanos e fiz minha inscrição para o curso de extensão na USP, intitulado Introdução aos Estudos de África Módulos I e II. Comecei a despertar o interesse em ler histórias de cultura africana para as crianças, mas como não havia nenhum livro referente ao tema na escola onde exercia, então resolvi utilizar meus recursos próprios. Em 2014 prestei o concurso para Prefeitura de São Paulo, ingressei em 2016 e ainda permaneço como docente da Educação Infantil.

Eu costumo dizer que os coletivos me formaram mais do que a própria Universidade; através deles conheci várias pessoas que mudaram meu olhar para uma Educação antirracista. As primeiras pessoas com quem tive contato dentro dos coletivos falando de Educação antirracista foram Douglas Belchior, também conhecido como Negro Belchior, que é um educador e uma liderança social brasileira. Em sua trajetória política atua principalmente em questões de direitos humanos e direitos sociais, particularmente em prol dos movimentos negros.

Outra referência é Deivison Mendes Faustino, Mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC (2010) e Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em 2015. Eles e outros professores ministraram um curso no coletivo pela Universidade Saberes - Fórum de Cultura da Zona Leste Fomento à cultura da periferia da Cidade de São Paulo, onde em cinco dias trataram de diversos temas como: Racismo nas Artes/Cultura, Machismo/Sexismo e Patriarcado, Masculinidades, Genocídios e Cartografias:

Exclusões e potências. Esses cursos trouxeram um novo olhar não só para minha formação, mas para a minha vida em todos os aspectos.

Certo dia, em 2019, recebi um convite da minha irmã para irmos à Ocupação Cultural Matheus Santos<sup>1</sup> perto de casa, haveria o lançamento do livro *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl* (2015). Como ela sabia do meu interesse pelo tema, me convidou. Então conheci o autor do livro, Weber Lopes Góes. Uma maravilha, não o tema, mas a forma como o autor falava do conteúdo do seu livro e explicava todo processo de eugenia no Brasil. Eu chorei e muito! Mas foi primordial para que o tema racismo e a educação antirracista fizessem parte da minha vida como uma forma de exercer um direito humano através do ato educativo.

Depois desse contato, minha visão de educação mudou radicalmente; foi quando comecei a buscar cursos de extensão para melhorar minha prática dentro da sala de aula. E foi em um dos meus projetos que percebi que as crianças negras não se identificam com os brinquedos que elas usam e nem com as crianças que geralmente protagonizam as novelas e filmes voltados para o público infantil. Certo dia, em atividade com as crianças em sala, li um poema cantado chamado *O pequeno príncipe preto*, do Marcelo Serralva, de 2016, e, por meio deste poema, descobri que as crianças desde tenra idade já conhecem o recorte do lugar do negro na sociedade quando, ao final da leitura do poema, uma criança fez a seguinte pergunta: “Professora, existe príncipe preto?”. Fiquei muito triste e, ao mesmo tempo, indignada com a pergunta da criança. De onde ela teria tirado aquele questionamento? Quem ensinou para ela que príncipes não são pretos? Por que os príncipes, aos quais ela teve acesso até aquele momento, eram apenas brancos?

Desse movimento surgiu a ideia do mestrado. Quando soube que a Educafro estava com o projeto Rumo ao Mestrado e Doutorado, que busca preparar as pessoas para ingressarem na Universidade de São Paulo (USP), não pensei duas vezes em procurá-los para mostrar minhas ideias e aperfeiçoá-las. Ao ingressar no Mestrado do Diversitas, em 2020, meu primeiro orientador foi o Professor Victor Aquino, que infelizmente faleceu (eternamente tem meu respeito e carinho). Com ele, meu projeto tinha como objetivo analisar os recursos didáticos, como os brinquedos e brincadeiras, além das imagens televisivas e suas representações sobre as crianças negras, observando também suas ausências nos discursos e

---

<sup>1</sup> Ocupação Cultural Mateus Santos é um centro cultural localizado na zona leste da capital paulista, no bairro de Ermelino Matarazzo. Nasceu como resposta da comunidade à ausência de equipamentos públicos de cultura no território, sendo administrada desde 2016 de forma colaborativa pelo Movimento Cultural Ermelino Matarazzo, que reúne diversos coletivos culturais, produtores e artistas independentes da região. O nome é em homenagem ao professor que tanto inspirou artistas na comunidade.

metodologias mercadológicas. Depois de um tempo, recebi como orientadora a professora Marta Gouveia de Oliveira Rovai, que me mostrou o caminho da história oral. O respeito à história de vida das pessoas, como o conhecimento é formado pelos caminhos trilhados por elas, e como a história oral me permitiria conhecer como professores e professoras têm tratado a questão do racismo e do antirracismo na Educação Infantil, tema que se tornou o novo objeto de minha pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa partiu da escuta de cinco professoras da Educação Infantil, em escolas públicas de São Paulo, a fim de compreender suas trajetórias de vida e acadêmica, de maneira a perceber como as formas de contato com o tema da educação antirracista e as Lei 10.639/03 e 11.645/08 (que versam sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, valorizando a importância da cultura negra na formação da sociedade e que incluiu, em seguida, a história e culturas indígenas) têm impactado em suas percepções sobre o racismo estrutural na escola e em suas práticas de ensino voltadas às crianças.

Como a maioria de docentes da Educação Infantil é formada por mulheres, optei por entrevistar apenas o gênero feminino (no caso, cisgênero, por não encontrar professoras transgêneras), procurando refletir também sobre as relações de gênero na educação. Entre elas, selecionei mulheres negras e brancas, pois, como afirmou José Carlos Sebe Bom Meihy (2008), é fundamental que a pesquisa se desenvolva em redes, a partir de diferentes lugares de fala, com a finalidade de perceber consensos e diferentes experiências, memórias e significados sobre o racismo e o antirracismo na Educação Infantil. Esta discussão sobre a educação infantil também se tornou central na análise, entendendo que é a formação inicial escolar das crianças, fundamental para formação de valores antirracistas ou reprodução de práticas racistas, muitas vezes partindo das próprias professoras, sem que tenham consciência disso.

## **2. O objeto de pesquisa**

Nesta dissertação apresento os resultados da pesquisa “*E existe príncipe preto professora?*” *Narrativas orais sobre racismo e antirracismo nos currículos e práticas pedagógicas de professoras da Educação Infantil na cidade de São Paulo*, que aborda as experiências de professoras que atuam na Educação Infantil em escolas do município de São Paulo, por meio da história oral temática.

Esta pesquisa visou compreender as experiências pedagógicas na Educação Infantil, a partir das narrativas orais de professoras em escolas na zona leste de São Paulo, em relação às práticas de racismo no cotidiano escolar e à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 como educação antirracista. Desenvolvi meu estudo enquanto pesquisadora próxima ao meu objeto de pesquisa, uma vez que sou professora da Educação Infantil, ou seja, a partir de uma dimensão do “vivido-concebido”. Uso, para iniciar a discussão, principalmente no primeiro capítulo o documento produzido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo intitulado *Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo* (2006) e os conceitos de democracia racial e racismo estrutural, apoiando-me em autores como Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga e Silvio Almeida, com a finalidade de compreender as relações desiguais, do ponto de vista racial, como uma permanência histórica decorrente da escravização dos corpos num passado ainda em aberto. O alicerce metodológico desta pesquisa também partirá de entrevistas orais (que estão em anexo), mas também compreende o uso dos projetos de educação municipal, da leitura de trabalhos já desenvolvidos sobre a educação antirracista e as Leis de combate ao racismo supracitadas, atualizações da Lei de Diretrizes e Bases, além do Currículo da Cidade: Educação Infantil, de 2019; Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagem para a Educação Étnico-racial na Educação Infantil, de 2008.

Entendo que a escola pratica o racismo institucional e interfere na vida das crianças, na disciplina e lugar social de seus corpos e existências, além de contribuir para a formação de valores que oprimem e silenciam. A educação infantil não é, nesse sentido, apenas um espaço para brincadeiras e cuidados primários, mas responsável pela formação de condutas, discursos e práticas que se constituem na infância, reforçando ou rompendo com o racismo estrutural.

As docentes escolhidas para as entrevistas são pessoas próximas, com trabalhos diferenciados, professoras brancas e negras que trazem diferentes significados para as questões do racismo na Educação Infantil. Considero que ouvir suas histórias orais possa nos permitir compreender melhor as dinâmicas das aulas, debater a questão da formação de professores quanto à temática antirracista e pensar sobre possíveis dificuldades e apresentação de propostas para o combate ao racismo estrutural via educação. A partir daí, a intenção dessa pesquisa foi escutá-las considerando os debates sobre racismo estrutural, atravessando a educação infantil e a disciplina dos corpos infantis e, como metodologia, se utilizar da história oral, a fim de perceber as experiências educacionais, atravessadas pelas questões de raça e de

gênero, bem como as possibilidades de construção de uma educação antirracista entre as crianças.

Entre 2021 e 2022 foram entrevistadas cinco professoras, docentes da educação infantil que atuam na cidade de São Paulo, a fim de que compartilhassem experiências (observadas, praticadas ou sofridas) de racismo em sala de aula ou na escola, para compreender os sentidos e significados que as docentes atribuem ao racismo na sociedade brasileira, como pensam a constituição das relações raciais na escola, e como, por meio dos recursos usados, como as brincadeiras, a literatura e os jogos, elas desenvolvem atividades e intervenções pedagógicas com as crianças, a fim de produzir uma educação antirracista.

Essa pesquisa aborda o tempo presentificado da memória e das narrativas, embora se articule ao tempo longo do racismo estrutural, desenvolvendo-se no âmbito da história oral e das trocas interdisciplinares nos campos da história e da educação. Para isso, procurei escutar as histórias orais de docentes brancas e negras, objetivando perceber como elas reproduzem ou subvertem as práticas racistas na educação, a partir de seu lugar de fala, de sua trajetória de vida e de sua ação na escola, pensando sobre o racismo estrutural e as relações de classe e de gênero, contribuindo para a formação de identidades ou, ainda, para reafirmar estereótipos das crianças negras. Nas entrevistas, elas também se posicionaram em relação à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, o que foi fundamental para entender as possibilidades e as dificuldades de concretização pedagógica das mesmas em escolas públicas de Educação Infantil. Vale dizer que, ao longo do trabalho, ora falamos da lei 10.639/03, ora da 11.645/08, visto que a segunda traz uma alteração, acrescentando a história e as culturas dos povos indígenas, mesmo que no recorte deste trabalho o enfoque se deu com as questões étnico-raciais africanas e afro-brasileiras.

Partindo da história oral, não apenas como metodologia, mas enquanto um projeto ou um banco de histórias (MEIHY, 2008), proponho “uma forma de concentração e receptividade excepcionalmente intensa”, atenção às “coisas que importam” para as docentes brancas e negras, mulheres e atuantes em escolas públicas e de periferia de São Paulo. José Carlos Sebe Bom Meihy menciona a história oral como um meio que permite expandir novos horizontes de conhecimento e escutar histórias individuais, ou de grupos que seriam ignorados, no caso grupos periféricos, representados aqui pela fala dessas professoras negras e brancas que atuam em contextos de pobreza e de racismo, em escolas de periferia de São Paulo<sup>2</sup>. As narrativas, voltadas à temática do racismo e do antirracismo nas suas práticas e currículos de educação

---

<sup>2</sup> Optei por omitir o nome das escolas em que as docentes trabalham, assim como adotar pseudônimos para as entrevistadas, a fim de não as expor nem produzir algum tipo de risco ou desconforto a elas.

infantil, podem denunciar silenciamentos e apontar caminhos, chamando a atenção para as histórias narradas pelas colaboradoras e como estas se relacionam com a escola e com a sociedade.

O que procuro evidenciar aqui é como as professoras apresentam suas memórias e buscam os significados de suas próprias experiências na percepção de um ensino ou uma escola com práticas racistas, e como elas têm atuado na construção de possíveis práticas antirracistas, a partir de suas percepções, saberes e formação docente. Para isso, as narrativas orais foram gravadas, transcritas, transcriadas e analisadas a partir de seus discursos. Elas foram conferidas e autorizadas pelas narradoras. Além das entrevistas, foi utilizada a documentação relativa à educação infantil pela prefeitura de São Paulo, voltada aos/às docentes, com a finalidade de desenvolver um currículo e uma prática antirracista de forma a compreender como as docentes colocam em prática e interpretam o documento, assim como a obrigatoriedade das leis de combate e prevenção ao racismo, que estabelece o ensino de História e cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica.

Busquei ouvi-las procurando entender, como afirma Alessandro Portelli (2010), que toda forma de contar passa pela seleção de quem narra e como as agências são também reveladoras de valores, atitudes, saberes e relações. Entendemos que mais do que informantes, as entrevistadas serão narradoras, como sujeitas de experiência, e como colaboradoras, de acordo com que Meihy (2008) concebeu, no sentido de compartilharem dialogicamente a construção da pesquisa e a elaboração de um documento para análise.

Foram realizadas cinco entrevistas, com professoras que trabalham em diferentes escolas na zona leste de São Paulo, sendo estas instituições não identificadas para preservá-las, assim como as crianças que elas atendem na educação infantil. A primeira foi realizada em 08 de novembro de 2021, com a professora Ana Flávia, uma mulher cis e negra, membra fundadora do Coletivo de Pretas e Pretos do Mackenzie (AFROMACK). Ela é formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), graduada no curso de Serviço Social. No término dessa graduação, prestou vestibular para a Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou Pedagogia com habilitação em deficiência intelectual. Ela também fez parte do cursinho popular UNEAFRO. Estava atuando como professora de sala de recursos atendendo a crianças com deficiências, mas em 2021 retornou para a educação infantil numa Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), em sala regular.

Em nosso encontro, tivemos uma conversa bem agradável, quando ela falou de sua infância, da sua família, sua formação e seu descontentamento com a educação. Em sua



narrativa, ela se mostrou bem consciente e repertoriada nos debates sobre racismo, sem medo de apontar o que precisa ser mudado na educação para o fim das desigualdades. Realizei essa entrevista na escola antes do horário de trabalho, que durou trinta e cinco minutos.

A segunda entrevista foi com a professora Ana Paula, realizada dia 15 de novembro de 2021, em minha casa, e durou uma hora. Como mulher negra e que trabalha na periferia há alguns anos, falou de sua infância, sua família, sua formação e possui uma grande esperança na educação. Tratou dos medos na sua infância como menina negra na escola. Ela é formada pela Universidade de Araraquara (Uniará) desde 2009 e atua como docente de Educação Infantil desde 2016. Ela afirmou gostar de trabalhar em sua escola e ter boas relações com todos os demais funcionários, definindo a escola como acolhedora para com a comunidade e dizendo que nunca presenciou situações de racismo dentro dela.

A professora Camila, uma mulher branca, foi a terceira entrevistada, no dia 22 de novembro de 2021. Ela é formada pela Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo) e desde 2014 trabalha no CEFAI atuando na escola como auxiliar das crianças com deficiências. Atua na Educação Infantil há 8 anos, na prefeitura municipal de São Paulo. A entrevista foi na casa da entrevistada e durou cerca de uma hora e meia, em que ela também falou da sua infância, da sua família, da sua formação e da sua esperança na educação.

A quarta entrevista foi com a professora Renata, uma mulher branca, no dia 06 de dezembro de 2021. Ela cursou magistério em 2003; é formada em Pedagogia desde 2013 pela Faculdade Anhanguera. Atua na Escola Municipal de Educação Infantil desde 2017. Realizei a entrevista em sua casa, tendo sido convidada para um delicioso café e lá trocamos muitas ideias sobre educação e enfrentamentos ao racismo, não só na escola, mas na sociedade. Ela afirmou ter um grande descontentamento com a educação devido aos caminhos trilhados.

Maria Beatriz foi a quinta professora entrevistada. Nosso encontro aconteceu a seu pedido, em sua própria casa no dia 19 de março de 2022. Ela é formada em Pedagogia pelo Centro Universitário Sant'Anna (UniSant'Anna), em São Paulo. Ela é uma mulher negra, professora da rede pública há três anos.

Por se tratar de história oral temática (MEIHY, 2008) – com o recorte sobre o racismo na educação infantil e as práticas antirracistas – as entrevistas não foram articuladas em torno de perguntas abertas sobre a história de vida, mas conduzidas pela preocupação com a formação das professoras, suas percepções sobre o racismo, a escola e suas práticas pedagógicas voltadas às crianças. Para todas elas foram feitas as mesmas perguntas sobre suas infâncias, famílias, como e onde viviam, suas trajetórias escolares e acadêmicas, suas

formações e práticas pedagógicas, tratando do racismo que perpassa os corpos negros e também das ausências de debates voltados ao racismo nos currículos.

Durante as entrevistas foram abordadas as questões relativas aos locais que realizaram suas formações, como tiveram acesso às discussões de uma educação antirracista, qual importância elas davam às Leis 10.639/03 e 11.645/08 em sala de aula, e como veem o racismo na escola, se presenciaram ou viveram. Abordamos também sobre a percepção delas acerca do racismo na mídia, já que os meios de comunicação estão de acordo com a cultura hegemônica, influenciando e mascarando o racismo estrutural. Passamos também pelos temas das desigualdades de gênero, do sofrimento da criança negra em uma sociedade racista, fato este que se reproduz na escola. As professoras, ainda, falaram de suas infâncias e suas vivências, principalmente as entrevistadas negras, contando sobre o que aprenderam e como construíram o seu próprio olhar sobre o mundo, evidenciando as próprias dores vividas. Falamos sobre formação de professores – pelas quais passaram e quais deveriam acontecer – e sobre o que falta, o que é necessário para que uma educação antirracista mais efetiva se materialize nas escolas. Elas foram convidadas a pensar na possibilidade de o racismo atravessar também as suas práticas na escola, e a narrar suas experiências com as crianças na educação infantil em torno do combate ao racismo estrutural e estruturante. Nesse sentido, as brincadeiras, os jogos e a literatura foram apresentados como instrumentos importantes na educação antirracista.

Algumas entrevistas tiveram pouco tempo de duração, pela própria dinâmica do diálogo entre pesquisadora e entrevistada, com perguntas mais objetivas, o que às vezes encontrava na narradora uma resistência em falar de si. Mesmo assim, optei por manter a sua transcrição para análise, uma vez que há contribuições importantes para o debate em torno da educação infantil e as temáticas de racismo e antirracismo<sup>3</sup>.

A dissertação está organizada nos seguintes capítulos: o primeiro, intitulado *O racismo que nos atravessa* traz uma discussão já estabelecida sobre o racismo na sociedade brasileira, por meio de uma revisão bibliográfica. No segundo capítulo, denominado *O racismo que perpassa a Educação Infantil*, refletimos sobre os documentos produzidos pela Prefeitura de São Paulo que tratam do currículo de Educação Infantil e as práticas racistas e antirracistas na escola. No capítulo 3, *As possibilidades de uma educação antirracista: experiências*, busco dialogar com as professoras entrevistadas sobre suas práticas e reflexões, suas experiências com as Leis antirracistas, suas formações, práticas e angústias. E no último

---

<sup>3</sup> As entrevistas foram conferidas e autorizadas pelas entrevistadas.

capítulo, que nomeei de *É possível uma educação antirracista? Memórias, práticas e proposições antirracistas a partir da experiência docente*, trago algumas possibilidades de práticas com jogos, brincadeiras e literatura, apresentando a ludicidade como central para uma educação antirracista na Educação Infantil. Ilustro com algumas atividades desenvolvidas por mim como professora, assumindo um posicionamento político com o intuito de contribuir para uma formação ética e antirracista desde a infância.

Espero que docentes da Educação Infantil possam ler este trabalho, refletir sobre suas práticas e sua importância como educadores/as e construir novas possibilidades para pensarmos juntos uma educação antirracista.

## CAPÍTULO 1. O RACISMO QUE NOS ATRAVESSA

### 1.1. Alguns princípios presentes nos documentos da Educação Infantil

O documento da Secretaria Municipal de Educação intitulado *Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo* (2006) afirma que

As experiências vividas no Espaço da Educação Infantil devem possibilitar à criança explicações sobre o que ocorre à sua volta e consigo mesma, enquanto desenvolvem formas de sentir, pensar e solucionar problemas. Nesse processo é preciso considerar que as crianças necessitam envolver-se com diferentes linguagens e valorizar o lúdico, as brincadeiras, as culturas infantis. Devemos considerar também que, quando interagem com companheiros de infância, elas aprendem coisas que lhe são muito significativas e que são diversas das coisas que elas se apropriam no contato com os adultos ou com crianças já mais velhas. (SME, 2006, p. 25-26).

A educação infantil é então entendida como uma etapa fundamental do processo educativo, valorizando, principalmente, as características do contexto e da ação protagonista de cada criança, pois considera a criança como sujeito de direitos passando pela valorização de suas ações e pensamentos, ou seja, de sua cultura, expressa por meio de suas falas, costumes, atitudes e produções. Portanto, para assegurar que essa educação na instituição pública seja de qualidade e que, além do acesso previsto em lei, os alunos tenham condições reais de permanecer na instituição, é preciso adequar os objetivos da Lei 11.645/08 às características específicas do atendimento a essa faixa etária. Atividades que envolvam o prestígio da cultura africana, a valorização de suas características físicas são importantes para o desenvolvimento pleno da criança.

Compreender produções da infância e sua cultura são essenciais para que os educadores exerçam o papel de mediadores, como portadores na unidade educativa da cultura já existente no universo do adulto, é necessário que promovam a interação a fim de subsidiar a criança em seu processo de construção de identidade e de conhecimento para efetivar essa prática, a observação constante do fazer pedagógico, a escuta atenta das falas das crianças e o olhar direcionado às manifestações do cotidiano, seja na forma de brincadeira, do “faz-de-conta” ou do diálogo com os colegas, devem provocar nas educadoras reflexões pertinentes à elaboração de uma proposta significativa de atividades que tenham como

objetivo o conhecimento de si, de sua origem e, acima de tudo, valorizando as diferenças, e as diversas características que compõem questões étnico-raciais.

O currículo, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação, são dispositivos que estão inseridos no sistema estrutural que compõe a cultura e, infelizmente, também reproduzem as desigualdades de gênero, sexualidade, etnia e classe. São constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, as reproduz. E se não repensarmos o modo como ensinamos e o sentido que o aluno dá ao que aprende, se não questionarmos as teorias que orientam nosso trabalho, estaremos reproduzindo desigualdades. É importante que os(as) professores(as) de educação infantil não tenham dúvidas referente ao racismo que estrutura a nossa sociedade para que eles possam acolher as crianças e não reproduzir os preconceitos, as discriminações e o racismo (LOURO, 1997).

Guacira Louro (1997), afirma também que a escola se encarregou de separar os sujeitos por classificação, ordenamento e hierarquização. A escola é um direito de todos, mas continua reproduzindo a exclusão estrutural, o que demanda uma resposta educativa para garantir que as desigualdades não terão espaço no ambiente escolar, como afirma o próprio documento da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, voltado à educação infantil:

Educação é um processo social. As pessoas se educam e são educadas cotidianamente nas suas relações interpessoais, nas ações de convivência, no trabalho, no lazer, nos diálogos produzidos nos espaços públicos e privados e também nas interações com as informações a partir de diferentes tecnologias. A educação é um bem público e um valor comum a ser compartilhado por todos. Ela possibilita constituir uma vida comum nos territórios. É um direito de todos, tendo importante papel na constituição subjetiva de cada sujeito e possibilitando a participação nos grupos sociais. É pela educação que uma sociedade assegura a coesão e a equidade social, a solidariedade e, num movimento complementar, o desenvolvimento pessoal de todos e de cada um. (SME/COPEP, 2019, p. 20).

Analisando o trecho acima, podemos perceber o conceito de educação e sua importância para a formação do indivíduo descritas no Currículo da Cidade de Educação Infantil. Para que seja garantido esse objetivo de educação é preciso professores comprometidos com uma educação antirracista, respeitosa e que valoriza a subjetividade das crianças negras. Temos urgência em formar professores(as) comprometidos em evitar a continuidade das desigualdades que permeiam o ambiente escolar, considerando que a criança negra tem urgência em viver plenamente a sua negritude.

Como professora negra que observa o cotidiano da escola, considero que o princípio democrático escolar que previa o desenvolvimento pessoal de todos tem sido ignorado. Pois, em vez de formar cidadãos éticos, responsáveis e solidários que fortaleçam uma sociedade mais inclusiva, democrática, próspera e sustentável, se reduziram a fabricar indivíduos solitários. Segundo Louro:

As teorias educacionais e as inúmeras disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada nos dizem sobre os corpos - dos estudantes ou dos nossos. Com exceção da Educação Física, que faz do corpo e de seu adestramento o foco central de seu agir, todas as demais áreas ou disciplinas parecem ter conseguido produzir seu "corpo de conhecimento" sem o corpo. No "sagrado" campo da educação não apenas separamos mente e corpo, mas, mais do que isso, suspeitamos do corpo. Aparentemente estamos, nas escolas e universidades, lidando exclusivamente com ideais e conceitos que, de algum modo, fluem de seres incorpóreos. Por outro lado, a história da educação nos mostra que entre as diferenças; e a preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram - e ainda estão - preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres (LOURO, 2000, p. 60).

No trecho supracitado, Louro traz uma importante reflexão sobre os corpos, relacionando com a fala de uma das entrevistadas que afirma que “O problema são os adultos e pior, os professores que fecham os olhos para a diversidade. Uma professora que trabalha comigo disse: eu não trabalho essa lei, eu não coloco uma raça sobre outra, isso é errado” (Maria Beatriz, 2022). Analisando a fala da professora podemos entender que sua colega ainda não se apropriou dos documentos antirracistas, que em nenhum momento propõem substituir o conhecimento europeu pelos conhecimentos africanos e indígenas, mas sim priorizar a diversidade, não privilegiando apenas uma etnia. Não trabalhar tais leis que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino básico, é, de fato, silenciar os corpos e mentes negros dentro da escola, e continuar promovendo a manutenção da desigualdade, deixando que a voz do opressor seja a única voz a ecoar. Em 2004, em sua pesquisa, logo após a criação da Lei 10.639/03, a pesquisadora Fabiana Oliveira afirmava que a história da África e da negritude ainda era pouco contemplada em escola que, mesmo diante da Lei, ainda permanecia ignorada:

Todas essas contribuições vindas do povo africano são ocultadas pela instituição escolar ou quando tratados em datas comemorativas acabam

ganhando uma conotação pejorativa e/ou folclórica, considerando apenas um modelo hegemônico de conhecimento que legitima somente um determinado tipo de indivíduo e de cultura. Assim, a cultura negra é silenciada na escola, um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar, um “pacto” que não deve ser quebrado, pois senão teríamos que refazer o currículo, refazer a escola (OLIVEIRA, 2004, p. 31)

Michel Foucault (1987, p. 134) nos ajuda a entender esse silenciamento do corpo, o que se assemelha à analogia acerca do “homem-máquina” de La Mettrie em seus dois registros: Anátomo-metafísico (que faz uma análise profunda do ser que era reduzido à materialidade da alma), e o técnico-político (que seria como um guia de adestramento para corrigir e controlar o corpo), esses ensaios foram escritos juntos, e mesmo sendo teorias distintas, ambas possuem pontos de cruzamento em se tratando de submissão e utilização em outros momentos de funcionamento e explicação, mas o centro das duas teorias era a docilidade do corpo, que une o corpo analisável ao corpo manipulável (Foucault, 1987). Segundo o filósofo, é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser analisado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Trazendo essa discussão para o ambiente escolar, notamos que a estrutura social trata o corpo negro como uma máquina, e dentro da cena educativa, este “corpo-máquina” terá acesso ao discurso e ao submetimento que prevalece na sociedade como um todo, ficando distante a questão emancipatória ou representativa da criança negra. O corpo e a mente são manipuláveis, moldáveis e assim se constitui a manutenção das desigualdades imperceptíveis a muitos olhos.

Em todas as sociedades o corpo sempre esteve e está preso no interior de poderes que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. A escala em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente: de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica - movimentos, gestos, atitudes, rapidez: poder de extrema pequenez sobre o corpo ativo. (FOUCAULT, 1987, p. 134-135)

Segundo o autor, no trecho acima, podemos perceber que o corpo sempre esteve e está preso no interior de poderes que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações, mas a quem interessa essas limitações, proibições e obrigações? Dentro das instituições de coletividades infantis ou fábricas de corpos dóceis e submissos, já inicia esse processo de desarticulação do corpo negro, já inicia essa manipulação para a docilidade para a obediência e será o corpo que será escolhido para ser morto amanhã.

Para compreender os processos de discursos e práticas que procuram disciplinar os corpos na infância, e também como portadores de práticas de constituição de identidades antirracistas, trabalharei com o conceito de racismo estrutural, trazido por Sílvia Almeida (2018) e Humberto Bersani (2017), para refletir a existência do racismo institucional que perpassa as organizações como a escola, e do racismo estrutural que legitima as formas de opressão que nela ocorrem. A escola como instituição, movida em suas contradições, pode legitimar estas formas de desigualdades e opressão ou buscar a superação de práticas que se perpetuam cotidianamente entre as crianças, contribuindo para o fortalecimento de práticas antirracistas na escola. Autoras, como Adriana Gonçalves e Ana Ivenicki (2021) serão consideradas para se pensar o conceito que propõe a “pedagogia preta”, prática que se aproxima ao multiculturalismo, e nos ajuda a perceber a formação das identidades étnico-raciais na relação dinâmica com o contexto social e cultural, sendo a escola um dos espaços em que mecanismos racistas ou antirracistas se constituem.

Os documentos legais e oficiais, que sistematizam o trabalho pedagógico na educação infantil, serão considerados para a análise dos currículos na escola, a fim de compreender melhor como eles são portadores de discursos e propostas de caráter racistas ou decoloniais, assim como para verificar prováveis potencialidades de(s)coloniais com possíveis brechas que proponham atividades que valorizem as diferenças, a inclusão identitária e o combate aos estigmas.

Estudos como o de Sílvia Almeida (2018) e Humberto Bersani (2017) demonstram que encontramos em nossa sociedade um racismo institucional que perpassa as entidades públicas e privadas de nosso país e uma superação do racismo estrutural que legitima as formas de opressão. Entendo que para a superação desse fenômeno é necessária uma formação antirracista para que os professores possam compreendê-lo e assim combatê-lo dentro das instituições de coletividades infantis.

A inclusão é uma das questões mais relevantes quando tratamos da educação. Em geral, pensamos que a inclusão está relacionada com necessidades especiais, deficiências físicas e intelectuais. É fundamental que nos atentemos para que todas as formas de inclusão aconteçam nas escolas, especialmente a que diz respeito à questão racial, que muitas vezes é mascarada por um discurso “politicamente correto”, mas sabemos que as relações étnico-raciais permeiam o ambiente escolar, e que o racismo está presente de forma velada ou explícita. Na Educação Infantil, muitas vezes, por meio de atitudes rotineiras, meias palavras



ou gestos involuntários, o preconceito pode deixar marcas significativas para as crianças pequenas.

Assim, quando falamos de Educação Infantil de 0 a 5 anos, nós, professores e professoras, precisamos nos preocupar se realmente estamos trabalhando com a diversidade, se realmente aquela criança pequena está se sentindo como parte da coletividade ou excluída da mesma. Sabemos que o racismo existe na sociedade e conseqüentemente na escola, e devemos fazer com que, desde a primeira infância, as crianças possam ter contatos positivos através de brincadeiras, da literatura, da música, dos brinquedos com diversas culturas. E assim, através de práticas inclusivas, garantir que a criança se sinta parte da coletividade de forma positiva, garantindo igualdade de direitos e formação para a cidadania.

Eliane Cavalleiro (2003), nos revela como funciona a escola, referindo-se ao preconceito no seguinte trecho: “O racismo e preconceitos são comuns e não raramente cultivados em espaços educativos, mesmo que de forma inconsciente, porém efetiva”. Este trecho dialoga com uma entrevista em que a professora Camila afirma que “a escola reproduz o racismo, mas sem intencionalidade”.

Considero que seja inconcebível deixar uma criança pequena sofrer a violência do racismo, “sem intencionalidade”. É preciso que tenhamos responsabilidade sobre as pessoas que educamos e que nos têm como referência. Sobre isso, Cavalleiro (2003) aborda em sua pesquisa, por meio de relatos e observações, que atitudes reveladoras de preconceito existem, sem que, todavia, o problema seja trabalhado ou sequer percebido pelos educadores. Ressaltamos que é de conhecimento geral que uma grande parte dos docentes não recebeu durante sua formação específica (em muitos casos, até na continuada) subsídios para tratar a questão, fato que, atrelado a preconceitos de ordem das experiências pessoais de cada indivíduo, pode gerar situações conflitantes em que “o não saber lidar” pode se constituir em mais uma forma de exclusão.

Essa pesquisa de Cavalleiro trouxe à tona uma realidade até hoje vivida pelas crianças negras em ambiente escolar: a exclusão. Ao observar este ambiente, a impressão que temos é que todos estão no mesmo lugar e, portanto, todos estão tendo acesso à mesma educação, mas a realidade é que nem sempre estão. Se o professor não levar em consideração uma educação que acolha todas as crianças respeitando sua unicidade e assim, conseqüentemente, sua diversidade, ele estará promovendo a exclusão de determinados grupos. Pensar a lei 11.645/08 e colocá-la em prática é muito mais que proporcionar

conteúdos para que as crianças se sintam representadas em diversos setores, mas acima de tudo é dar materialidade a um direito humano, a um direito de existir e ter uma vida plena.

Em âmbito nacional, as discussões sobre a Lei 11.645/08 deveriam refletir na Educação Infantil, tanto na ação dos educadores, como no envolvimento da comunidade, no trato com as crianças e na construção de conhecimento nos espaços a ela destinados. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), a educação infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica, o que deveria evidenciar a importância desta fase para a formação educacional de todos os cidadãos, sendo o ingresso às instituições públicas de educação infantil direito da criança e dever do Estado. Paralela à LDB, tem-se também a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que se entende a criança como sujeito de direitos. E há, ainda, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI – 1998) que, considerando o vasto repertório cultural brasileiro e os variados estilos pedagógicos, pode ser interpretado como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos.

Os documentos acima citados provam o quanto avançamos na luta para uma educação mais justa e igualitária, mas precisamos avançar no cotidiano. Para isso, é imprescindível formar educadores que compreendam a estrutura racista em que nosso país está firmado, e esse racismo que estrutura a hegemonia racial está nas instituições, incluindo as escolas. O documento *Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo* (2006) enfatiza como devem ser as instituições de Educação Infantil no contexto de aprendizagens:

CEIs, Creches e EMEIs devem se caracterizar como ambientes que possibilitem à criança ampliar suas experiências e se desenvolver em todas as dimensões humanas: afetiva, motora, cognitiva, social, imaginativa, lúdica, estética, criativa, expressiva, linguística. Isto implica considerar que essas instituições são contextos de aprendizagens e de trocas de significações a partir de linguagens diversas (SME, 2006, p. 24).

O desenvolvimento das ações humanas como propõe o trecho acima só será possível a partir do momento em que a criança se enxergar no processo de uma forma positiva. Se isso não ocorrer, a criança sempre estará à margem, sua identidade sempre será um ponto de interrogação. A educação antirracista é primordial para que crianças negras se enxerguem dentro do contexto da diversidade de forma positiva, sabendo que não somos todos iguais e

nem queremos ser. A ressignificação das instituições é urgente para que elas possam cumprir sua função social de educar para a diversidade, para a cidadania e para a vida plena.

O *Currículo da Cidade de Educação Infantil* traz um discurso sobre a educação e sua importância, mas o que vemos, na prática, é mais um controle dos corpos. Como colocar em ação práticas pedagógicas integradoras mantendo a coerência entre o dito e o feito, a teoria e a prática? Como proporcionar escuta, observação, respeito, acolhimento e dignidade para as crianças negras com professores que desconhecem e não valorizam a sua história? Em relação a esta questão, a professora Ana Flávia, entrevistada, afirma:

Eu particularmente penso que, embora a escola pareça ser um espaço democrático, na prática, a escola não tem sido um espaço democrático. E eu penso que a instituição escola muitas vezes é uma das instituições mais autoritárias que a gente tem no país. Porque você tem diferentes pessoas trabalhando dentro da escola e dentro desse grupo você vai ter pessoas que possuem diferentes concepções ideológicas e, sem dúvida nenhuma, tratar do tema racismo dentro das escolas ainda é bem difícil! A gente já conquistou alguma coisa, mas continua sendo difícil, principalmente porque não há um trabalho feito para os professores. Os professores não têm formação nessa área. E, então, é de fundamental importância que os órgãos competentes que trabalham com processo de formação para o professor possam ter essa formação, porque a partir do momento que o professor não tem essa formação, fica cada vez mais difícil... (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Para refletirmos sobre isso, torna-se necessário ouvir docentes que dedicam sua vida à formação de crianças pequenas, conhecendo sua formação, suas práticas pedagógicas e as significações atribuídas por elas à sociedade e à educação atravessada pelo racismo estrutural, conhecendo limites e possibilidades de uma educação antirracista a ser construída. Pretende-se, dessa forma, compreender os sentidos e significados que os professores atribuem sobre o fenômeno do racismo na sociedade brasileira. Por meio das escutas, pude perceber os processos de formação das docentes entrevistadas, com a finalidade de compreender a manutenção do racismo institucional, investigar as significações dos professores sobre como se constituem as relações raciais na escola, práticas de brincadeira e mídia e identificar os sentidos e significados que as professoras atribuem sobre o trabalho desenvolvido na escola referente às relações raciais e a implementação da lei 11.645/08. As entrevistadas, em comum, reconhecem a importância da Lei, mas apontam a problemática da permanência do racismo estrutural na escola, o que limita o trabalho docente:

A escola reproduz o racismo por padronizar muitas coisas. A partir do momento que você começa a padronizar qualquer coisa para chegar no ponto do racismo é fácil é rápido. Você cai, acaba tropeçando ali; vai acabar praticando, às vezes até inconscientemente. Porque quando você padroniza um desenho, uma pintura, quando você só apresenta certos tipos de personagens para as crianças; histórias só de um povo, de uma raça, você acaba vendo... porque você não está representando! Você precisa fazer representação de todas as crianças; elas precisam se sentir representadas, porque eu não posso falar só de princesas! E quem não quer ser princesa?! Tem gente que não quer! Você acaba não trazendo outro tipo de personagem, outro tipo de, assim, de inspiração para as crianças, outro tipo de brinquedo. (Renata, informação verbal, 2021)

Eu acho que a escola pode produzir racismo, mas acho que o racismo é produzido até mesmo quando não tem intervenção do adulto entre as crianças. Acaba acontecendo quando não explicamos e não orientamos as crianças. Existem pessoas que falam que hoje tudo é racismo, que não pode falar, que não pode brincar, chamar de negão... Só que as pessoas não entendem que a questão não é chamar de negão e sim o contexto da situação. E às vezes a pessoa fala de forma pejorativa, isso é o racismo! E tem fala que a gente acha tão comum como “a ovelha negra da família”, e fala assim associando à coisa ruim. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Minha sobrinha foi chamada de feia na escola, porque tem cabelos cacheados. Sobre as bonecas, se você colocar uma boneca branca e uma preta, a maioria das crianças vão escolher a boneca branca, porque vai falar que a boneca preta é feia, e por que isso vai acontecer? Porque é uma coisa estrutural e não foi ensinado em casa pela família e não está sendo ensinado pelo professor. Na escola ensina, mas quem educa é a família. A família não ensina a criança a respeitar o negro, o deficiente, as pessoas com doenças de pele, enfim, o diferente. Muitas vezes a criança tem acesso a conteúdos racistas e os pais nem sabem. Aí eles vão para a escola e fazem o racismo. Aí o professor precisa intervir! (Camila, informação verbal, 2021)

As narrativas demonstram o que Nunes (2016) afirma sobre o racismo vivido no cotidiano das escolas, em que crianças negras são submetidas a xingamentos e estigmas e acabam por não construir a autoestima necessária para reagir. A autora afirma que muitas pesquisas realizadas denunciam o racismo institucional nas escolas, mesmo com a presença da Lei que insere os debates e a história africana e afro-brasileira. A professora Camila demonstra como o racismo estrutural está na escola e fora dela, em outras instituições, como a família (mesmo que inconscientemente) e os discursos que ajudam a formar a visão que as crianças têm do mundo e de si mesmas.

Parto da ideia de que as leis que tratam da obrigatoriedade da temática africana e afro-brasileira no ensino estão presentes no Currículo da Cidade da Educação Infantil de São

Paulo. No entanto, entendo que o fato de existir uma lei não garante que as práticas aconteçam na escola e que as atividades tenham efeitos diretos sobre as relações étnico-raciais. Segundo Cerri (2006), não há uma relação direta e imediata entre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e a mudança das relações sociais desiguais, mas ele pode ser instrumento de tensionamento das desigualdades na escola, caminhando para a desconstrução gradual de mentalidades e práticas sociais discriminatórias, por meio da tentativa de estabelecer diálogos entre visões, concepções e experiências múltiplas, sem que se preestabeleçam a superioridade e a dominação de umas sobre as outras, além da construção coletiva de autoestima e respeito à diversidade infantil.

Por isso entendo que as narrativas das professoras podem nos apresentar questões relativas às dificuldades e leituras sobre as reflexões acerca do racismo na sociedade, nas brincadeiras, nos currículos e nas práticas pedagógicas, refletindo sobre leis e documentos na educação infantil. É preciso considerar que suas práticas acontecem em regiões periféricas, onde o racismo e as desigualdades de classe se manifestam de forma mais explícita, e atravessam o currículo eurocêntrico, sendo urgente sua desconstrução e descolonização. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004) apontam para a importância da diversidade nos currículos:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia (BRASIL, 2004, p. 08)

Mayana Nunes Silva (2019), em uma entrevista para o portal Lunetas, afirma que propor a descolonização do currículo não significa apagar o conhecimento europeu ou substituí-lo. De acordo com ela, é necessário possibilitar que outros conhecimentos estejam no currículo escolar, contemplando diversos olhares sobre o mundo. Nesse sentido, é necessário o reconhecimento do racismo na sociedade brasileira, o repúdio a qualquer forma de preconceito e discriminação e a valorização da pluralidade das diversas culturas.

## 1.2. O racismo estrutural

Autores como Florestan Fernandes (1965/2008) e Lélia Gonzalez (1980) estão entre os primeiros intelectuais a denunciar e questionar o mito da democracia racial no Brasil, uma tese defendida por Gilberto Freyre em seu livro *Casa Grande e Senzala*, escrito em 1933. Quando escreveu *A integração do negro na sociedade de classes*, em 1965, Fernandes procurou fazer a radical desconstrução do mito, questionando e colocando-se contra explicações culturalistas relativas à formação de certo “caráter nacional”. Denunciava ele que a população negra não teria sido integrada à sociedade devido à pauperização decorrente de sua exclusão do mercado de trabalho numa economia que se pensava “competitiva” e que pretendia adentrar as relações “modernas” capitalistas.

Segundo Fernandes (2008), uma vez liberto, o negro foi associado a condições de existências rurais e não capitalistas urbanas e competitivas, ainda mais agravado pela entrada da mão de obra imigrante branca e predominantemente europeia para substituí-lo nas fazendas de café e nas fábricas que começavam a ser criadas no sul e sudeste. A não ressocialização dos ex-escravizados no sistema contratual deixou o negro à margem da estrutura socioeconômica, o que tornou lenta a democratização das relações sociais. Desta forma, além das questões produtivas, a herança cultural da escravização permanece, contribuindo para promover o alargamento da distância entre negros e brancos e a criação de modelos que deveriam ser internalizados, um embranquecimento compulsório. O sociólogo afirma que o mito da democracia racial passa a ser construído baseando-se na crença de que a ordem social competitiva inclui a todos do mesmo modo, sem que haja distinções raciais e na qual os negros tenham as mesmas oportunidades. Na verdade, omitem-se os problemas de desigualdades econômicas, culturais e políticas, e o próprio racismo, o que, para Fernandes, deve-se a uma série de interesses da elite branca para se desresponsabilizar e não ser cobrada quanto à realização de políticas para a integração social da população negra na sociedade. Desta forma, considera-se que o racismo não existe na sociedade brasileira; o que existe é a incompetência do negro para se integrar.

De forma semelhante, Lélia Gonzalez (1980) afirma que o mito da democracia racial acabou por naturalizar a violência contra negros e negras, defendendo uma suposta harmonia entre raças, o que nunca existiu. Pelo contrário, ele serviu para negar e ocultar, por meio de diversos mecanismos, o racismo brasileiro no cotidiano e nas diferentes instituições. O Estado brasileiro não assume oficialmente que temos uma sociedade racista, mesmo que dados estatísticos demonstrem as formas de exclusão relativas ao acesso ao emprego, à diferença

salarial, aos casos de morte materna entre mulheres negras e aos altos índices alarmantes de violência e pobreza que atingem a população negra. Assim, Gonzalez nos questiona:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto tem aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com as feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1980, p. 226)

Discursos como este, lembrado por Gonzalez, omitem que no processo histórico, que mesmo após a abolição, em 1888, muitos sequer souberam que ela havia sido decretada, continuando a trabalhar nas fazendas de homens brancos, sendo excluídos do trabalho, do acesso à educação e da participação política. Recaiá sobre a população negra toda forma de estigma, de outizações, que a colocava numa posição de inferioridade em relação à branquitude do senhor. Sílvio Almeida (2018) lembra que a Lei Áurea, no final do século XIX, marcou um momento fundamental em que, legalmente, ex-escravizados poderiam ter o reconhecimento como cidadãos brasileiros, mas estava em voga o racismo científico, eugenista e higienista que pressupunha o branqueamento da população brasileira como sinal de “progresso”.

Almeida (2018, p. 20) lembra que o racismo brasileiro é estrutural, construído durante todo o processo de colonização, tornou-se elemento que integra a organização econômica, cultural e política da sociedade. Precisa ser entendido, então, como uma manifestação “normal” da sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O que isso significa é que a normalidade é, também, uma construção histórica e não uma expressão “natural”. O racismo compreendido como normal faz parecer natural o modelo hegemônico branco e europeu e atravessa as mais diferentes dimensões da sociedade, sem que seja questionado, assumido ou combatido. Entendido como normal, ele é praticado sem culpa, sem responsabilização pelos danos. Ele não é, ainda, patológico, mas deve ser estudado em seu fenômeno social, a partir das relações de poder, em que branquitude e negritude são colocadas em posição de hierarquia e até mesmo de oposição, legitimando discriminações, exclusões e genocídios.

Durante as entrevistas com as professoras da Educação Infantil, convidadas para esta pesquisa, elas foram perguntadas sobre como percebem o racismo, e a ideia de que ele possa ser considerado um dado naturalizado foi expresso por elas:

Todos somos racistas! (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Eu não posso dizer que eu não sou racista, não posso negar, a gente precisa dar nome às coisas, assim eu venho de uma sociedade, de uma educação, o que eu tenho que fazer é tirar de mim, porque às vezes é inconsciente eu não posso dizer eu não tenho nada. Eu acho que eu sou o que me construiu; a sociedade me construiu. (Renata, informação verbal, 2021)

As entrevistas reforçam o que Almeida (2018) diz em suas obras sobre o racismo, mas o grande problema é: em uma sociedade que ser racista é normal, como podemos proteger nossas crianças desse grande pesadelo? É normal ser racista. A cor preta é a cor que irá fazer com que uma pessoa atravesse a rua e mude de calçada com medo de sofrer assalto; a cor preta é a cor que irá fazer com que pessoas duvidem de sua capacidade intelectual, independente do setor que o negro estiver; a cor preta é a cor que fará com que uma pessoa seja rejeitada por um parceiro, a cor preta é a cor que a polícia vai “dar uma batida”; a cor preta é a cor suspeita. E isso é normalizado todos os dias na sociedade brasileira, manifestando-se em práticas diárias e instituições: “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social” e derivam das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição (ALMEIDA, 2018, p. 30). O racismo é, portanto, “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p.25).

A construção da concepção de racismo institucional é considerada por Almeida (2018) como um avanço para os estudos das relações raciais, pois amplia a ideia existente de racismo como comportamento individual. O racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concedem privilégios a alguns grupos de acordo com a raça. Para o autor, as instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, conformando seus comportamentos, seus modos de pensar, suas concepções e preferências. Um exemplo da naturalização do racismo no cotidiano, por instituições como a polícia, por exemplo, é apontado na narrativa da professora Ana Paula:

Uma vez eu estava indo trabalhar de manhã e eu vi uma abordagem perto de uma guarita policial perto de casa. O homem estava com uma mochila nas costas; um homem negro, e os policiais pararam ele, que estava a pé. E eu



comecei a andar bem devagarinho só para ouvir, e aí perguntaram de onde ele vinha e falou que vinha do serviço. E o policial perguntou onde ele trabalhava e ele mostrou ... “Naquela obra, na mesma rua aí”. O policial perguntou: “Desde quando?”. Aí o homem falou: “Desde a fundação”. Aí o policial perguntou: “Fundação Casa?”. Aí o homem respondeu: “Não, fundação da obra”. “O policial se sentiu à vontade para fazer essa “brincadeira”. Afinal, ele estava diante de um homem negro e pobre” (Ana Paula, informação verbal, 2021)

A partir da fala da entrevistada pode-se perceber que ela percebe o racismo que existe em nossa sociedade e o quanto ele está presente em pequenos gestos que violam direitos e revelam estigmas, inclusive no treinamento e orientações de instituições, como a própria polícia. Quando o homem se refere à fundação da obra em que trabalha e o policial, em um tom de deboche, faz referência à “Fundação Casa”, ele está associando o corpo negro ao Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, em outros tempos conhecido popularmente como FEBEM, Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor. O corpo escravizado, mesmo depois da abolição, nunca deixou de carregar o peso da negatividade, da objetificação e da abjetificação, sendo atribuído a ele os marcadores da criminalidade. Além disso, afirma Almeida (2018, p. 59), as ofensas cotidianas, em forma de brincadeiras e piadas, como o exemplo citado por Ana Paula, é legitimada pela defesa do suposto espírito irreverente do brasileiro, como parte da democracia racial, ocultando e tornando desnecessária a intervenção do sistema de justiça para reparar os danos emocionais, físicos e sociais para a população negra. Kabengele Munanga, ao falar do racismo, também aponta essa introjeção naturalizada:

O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. No entanto, há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo. Ele tem um percurso e várias histórias, que devem ser interpretadas de acordo com épocas, modelos culturais e estruturas de poder das sociedades que o praticam. (MUNANGA, 2017, p. 25)

Obedecendo a uma mesma lógica de hierarquização dos “outros”, o racismo passa, no decorrer dos anos, por mudanças em seus aspectos sociais, culturais e discursivos. Em seu desenvolvimento, a ciência biológica demonstrou, já na segunda metade do século XX, que a raça não existe e, conseqüentemente, que seriam absurdas as crenças baseadas na superioridade e inferioridade raciais dos grupos humanos. No entanto, o racismo continua firme e apesar de as pessoas terem mais acesso à ciência através da educação, o que mostra

que a racionalidade branca e tecnicista não é suficiente para que todas as pessoas possam renunciar a suas crenças racistas; pelo contrário, entendida como “neutra” e universal, ela acaba por reforçar estereótipos em que o silêncio, a recusa e a negação coabitam com a ausência de reconhecimento de que vivemos num país onde as discriminações têm um fundamento marcado pela raça. Para Munanga (2017), o racismo brasileiro pode ser entendido como difuso, camuflado e silenciado nas expressões cotidianas e, por ser naturalizado e invisibilizado discursivamente, ele se torna eficiente em seus objetivos de excluir. A ideia da chamada meritocracia, tão defendida nos últimos anos no Brasil, para justificar a desigualdade social e para condenar as políticas afirmativas, também se mostra uma face do racismo estrutural.

Desse modo, existe um equívoco em acreditar que o Brasil é um país que valoriza a cultura africana ou as vivências negras, ou que somos um só povo por sermos mestiços, como defendiam os intelectuais em busca de uma nação, do século XIX. Como colocado por Munanga, o racismo ocorre de forma camuflada e quase imperceptível, por isso que muitos acreditam que realmente vivemos em democracia racial, o que dificulta que políticas públicas de equidade sejam realizadas:

Quando se põe a questão de saber como lutar contra as práticas racistas no Brasil, ou seja, como diminuir as desigualdades de oportunidade entre brancos e negros em matéria de acesso à educação superior de boa qualidade, empregos e cargos de comando e responsabilidade, em que os últimos são sub-representados, esbarra-se nas mesmas ambiguidades, pois tais desigualdades não são definidas por muitos em termos racistas. (MUNANGA, 2017, p.32)

É preciso compreender como se opera o racismo institucional, para estabelecer uma narrativa específica de combate ao racismo, definições genéricas facilitam a perpetuação interna nas instituições de práticas racistas e a ausência de políticas. Entre os mecanismos do racismo institucional, poderíamos destacar os segmentos da segurança pública, mídia, corporativo, religioso, saúde, política, imigrantes, entre outros. A produção estrutural do racismo se expressa concretamente como desigualdade, deriva dos contornos sociais, com a incorporação das formas de racismo individual ou institucional, se opera nas relações econômicas, políticas, jurídicas, midiáticas, educacionais, religiosas, familiares, entre outras. A compreensão estrutural do racismo no Brasil delimita a necessidade de estudo dos ciclos históricos envolvendo a temática racial. Somente assim conseguiremos compreender por que em um cenário específico de pandemia de Covid-19 a população negra é a mais vulnerável,

como demonstra o estudo do Instituto Locomotiva em parceria com o Data Favela<sup>4</sup>, no qual as pessoas negras foram os que mais solicitaram o auxílio emergencial, tiveram redução na renda familiar ou deixaram de pagar suas contas, bem como apresentam maior desigualdade salarial, enquanto as pessoas brancas recebem em média 76% a mais.

Nesse enquadramento, é necessário a compreensão do racismo como processo histórico e político e a identificação da ideologia como eixo estruturante de um fenômeno social complexo, fortalecendo a luta antirracista, visando à conquista da igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, Humberto Bersani (2017) nos convida a considerar que o racismo não está apenas no plano da consciência, mas é também intrínseca ao inconsciente, transcendendo o âmbito institucional. Concorda com intelectuais como Fernandes (2008), Gonzalez (1980), Munanga (2017) e Almeida (2018) ao afirmar que deve ser entendido como um fenômeno estrutural constituído desde a vigência do escravismo colonial como modo de produção e também como formação de valores tratados como naturalizados. Para o autor:

Conjugar o racismo estrutural e o direito à educação reside, pois, num importante subsídio à compreensão das complexas camadas que transpassam a sociedade brasileira. A análise da Lei 10.639/2003, por sua vez, representa um instrumento oriundo da via institucional e por ela negligenciado, haja vista sua ineficácia. Assim, pretende-se demonstrar que o racismo, enquanto elemento estrutural e estruturante das relações sociais, também está presente no direito à educação. (BERSANI, 2017, p. 381)

O autor, em seu estudo sobre as relações entre racismo estrutural e educação, desenvolveu a análise das diretrizes preconizadas pela Lei nº 9394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei 11.645/2008, como instrumentos que, ao mesmo tempo que nasceram pela via institucional, mas por pressões sociais, são por ela negligenciados, demonstrando a falta de interesse e a ineficácia de sua ação na defesa da história, da identidade e dos direitos da população negra na escola, o que recai, muitas vezes, em atitudes individuais e de “boa vontade” por parte de educadores, diretores e coordenadores das escolas, revelando que são raros os projetos, currículos e práticas coletivas para a formação docente e discente em torno deste tema em sala de aula.

Assim, venho insistir com esta pesquisa, que o racismo, enquanto elemento estrutural e estruturante das relações sociais, também está presente no ambiente da educação, em

---

<sup>4</sup> Disponível em: Observatório do Terceiro Setor: 68% dos moradores de favelas não têm dinheiro para comida (observatorio3setor.org.br), acesso em 15 de Jun 2023.

especial na educação infantil. Desta forma, a falta de preparo, que devemos considerar como parte do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa ação no processo de formação das crianças é interromper ciclos de violência, salvaguardando futuras gerações, que certamente serão agentes de mudanças futuras. Como afirma Munanga (2005), a ideia de que somos todos iguais e vivemos em perfeita harmonia dentro de uma democracia racial, prejudica e muito a formação do cidadão pleno que queremos, ao desconsiderar as diferenças e desigualdades que atravessam a escola em práticas pedagógicas silenciadoras do racismo.

### **1.3. A legislação sobre o racismo e seus limites no Brasil**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) afirma: “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada da seguinte forma: [...] c) ensino médio” (BRASIL, 1996).

Bersani (2017), ao discutir as concepções e práticas racistas presentes na Educação, chama atenção para o fato de que já existe uma exclusão na própria palavra quando eles tratam como *Ensino* ao invés de *Educação*. Afinal, o que é garantido pelo Estado quando o termo é *Ensino* e qual a garantia quando o termo é *Educação*? Por meio do Ensino, segundo ele, o aluno terá apenas a transmissão do conhecimento, essa mera transmissão não tem preocupação em formar um ser crítico, e sim fabricar indivíduos que aceitam a realidade à sua volta. Já a Educação é voltada para o coletivo, constrói valores, diálogos, pontes permanentes. A Educação é libertadora e permite com que o ser reflita sobre sua vida e a sociedade em que vive, e assim possa transformá-la de forma positiva.

Embora trate do Ensino Médio, as colocações de Bersani nos levam a considerar realidade semelhante em todos o processo de educação, desde a infantil, muitas vezes excluída deste debate sobre racismo, com currículos que ignoram a existência das crianças negras e das relações de desigualdade e desrespeito em sala de aula. A desigualdade educacional deve ser compreendida como uma das faces do racismo estrutural, levando em conta não apenas os conteúdos abordados, mas as atividades pedagógicas, os brinquedos e brincadeiras adotados por professores desde a Educação Infantil. Esta postura educacional antecede, antecipa e reafirma outras formas de hierarquia, estigma e exclusão, encontradas nos meios de comunicação, nas redes virtuais, nas relações de trabalho, amizade e familiares.

Assim, a exclusão social começa muito antes e impede a democratização dos espaços e reafirma o mito da meritocracia que, na realidade, se revela um projeto antidemocrático e elitista.

Sobre a escola, Nilma Gomes (2005) afirma que essas concepções podem ser reafirmadas ou desconstruídas, a depender do processo pedagógico que colabore para construir identidades, na relação entre professor e crianças e entre elas, um processo de identificação e de pertencimento a certos grupos por meio da linguagem, de comportamentos alimentares, de valores atribuídos aos corpos e às diferenças, práticas festivas, brincadeiras e da própria literatura e história. A identidade é um sentimento e uma ação construída a partir do convívio social em sala de aula: “Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (GOMES, 2005, p. 42).

As políticas públicas voltadas à educação podem interferir diretamente nos direcionamentos didáticos na educação infantil, mas não são a garantia de que eles sejam efetivos e capazes de promover mudanças, uma vez que a própria escola e docentes são perpassados pelo racismo estrutural, de forma consciente ou não. No entanto, os movimentos sociais, como o negro, há muito tempo reivindicam que o debate antirracista seja incorporado ao cotidiano escolar, desde a infância, na medida em que ali se formam valores racistas ou antirracistas.

Como resultado da longa luta antirracista no país, desde a década de 1980, pelo Movimento Negro Unificado e por outras forças que se alargaram pelo Brasil, a Lei 10.639/2003 foi criada pelo Governo Federal, como parte de uma série de políticas com a finalidade de valorizar a cultura afro-brasileira, combater a invisibilidade da população negra como sujeito histórico e defender o direito à memória e à identidade. Ela versa sobre a obrigatoriedade do estudo da África, dos africanos e das lutas dos negros no Brasil, nos Ensinos Fundamental e Médio, mas não obriga o estudo na Educação Infantil. Nesta etapa do Ensino, ainda vemos o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, sendo abordado pontualmente no calendário escolar, reduzindo a educação antirracista à mera data celebrativa, como se a cultura, a história, os antepassados, a religiosidade e o racismo não fizessem parte do cotidiano das crianças durante todo o ano.

Como professora da Educação Infantil, arrisco afirmar que se visitarmos as escolas, poderemos comprovar a veracidade de certa inaplicabilidade da Lei. Muitas vezes, o que acontece nas escolas é que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 não são lembradas e nem levadas a

sério. As narrativas de algumas professoras entrevistadas, como Camila e Ana Flávia, procuram justificar a negligência em relação ao tema nas escolas em que trabalham:

O professor faz diferenças que ele não quer fazer. É inconsciente e ele acaba fazendo por falta de pesquisar ou porque quer só ser prático. Sabe, joga ali um monte de brinquedos; está ali cansado; é de forma inconsciente. Não que o professor queira mesmo. (Camila, informação verbal, 2021)

Eu particularmente penso que é uma falta de formação. Há uma pobreza intelectual muito grande no corpo docente dos professores das escolas públicas. Acho que teria que ter formação, teria que ter esse estímulo para o professor. Porque é sempre assim: tudo de cima para baixo, né? Aí o pessoal vai ficando desanimado e eu mesma na condição de professora de rede pública penso que eu tenho que continuar estudando, que eu tenho que continuar me aprimorando. Mas o que falta, sem dúvida nenhuma, é um processo de formação continuada, mas que esses professores possam ser ouvidos. Eu acho que quando o professor não faz parte do processo, quando ele não é ouvido, quando ele não é o protagonista, acho que nada funciona e nem vai funcionar enquanto estiver assim. Enquanto essa máquina continuar decidindo o que o professor do chão da escola tem que fazer, isso não vai mudar. Esse professor tem que ser o protagonista, ele precisa ser respeitado. [...] eu acho que é muito desumano! Só papel! Eles jogam só lei em cima da gente; vão jogando, e o povo vai afundando nessas leis... então, acho que teria que ter um trabalho mesmo de formação. Não esses cursinhos de aprimoramento, que é aquele professor que sai da sala de aula e vai para a DRE e de repente começa a dar formação. Eu respeito muito o processo de formação acadêmica. (Ana Flavia, informação verbal, 2021)

A entrevistada afirma que existem múltiplas culturas, e que por isso não dá ênfase aos debates sobre racismo. A ausência de uma prática pedagógica de forma a combater o mito da democracia racial é justificada por uma “questão prática”, o que demonstra, também, uma concepção de que na Educação Infantil caiba apenas “brincar”, como se a brincadeira fosse destituída de intencionalidades e valores. Por isso, investir na formação dos professores pode ser um caminho importante e necessário para trazer mudanças para o cenário que se encontra a sociedade e conseqüentemente a educação. Em outro momento da entrevista quando a questão da lei é citada e se pergunta sobre por que ela não é praticada, Camila completa, justificando:

O racismo me afeta muito, mas não enfatizo na escola com meus alunos. Nós vivemos em um mundo amplo e tem muitas diferenças. Não existe só o negro. Tem o boliviano, o japonês, o chinês, múltiplas culturas e aqui no Brasil a gente convive com muitos estrangeiros. (Camila, informação verbal, 2021)

Podemos observar nesse trecho da entrevista que mesmo com todo o cenário de racismo estrutural, institucional, o preconceito que o povo negro sofre diariamente, ainda assim a professora não enxerga a necessidade de ênfase à educação antirracista. Ela iguala a história de negros à de outros povos estrangeiros, como se suas trajetórias históricas fossem semelhantes, preferindo tratar a desigualdade como diferença, conceitos diferenciados e que exigem posturas didáticas diversas, mas que parece não ser compreendida pela professora.

Além disso, embora as orientações para a educação de combate ao racismo estejam em todos os segmentos da educação por meio multidisciplinar, falas como a de Ana e Camila demonstram que prevalece o desconhecimento da importância e dos significados históricos dessa legislação por parte de docentes, que contribuem para perpetuar silenciamentos e práticas discriminatórias em sala de aula. Mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresenta temas referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, muitas vezes segue sendo ignorada por posturas pedagógicas que consideram as práticas educacionais não como problemas coletivos e sociais, mas passíveis de escolhas individuais. Nesse contexto, é necessário que haja formações para os professores, porque se as formações não forem uma realidade, como seguiremos lutando por uma sociedade mais justa e igualitária?

A Educação Infantil, que é aquela ofertada fora do espaço domiciliar da criança, é responsável pelo atendimento de crianças cuja faixa etária vai de zero a três anos, marcada por muitos anos por uma visão assistencialista que objetivava apenas o cuidado infantil por meio do fornecimento de comida e higienização das crianças, sendo este destinado a alimentação e higienização. Hoje, no entanto, baseada na Lei de Diretrizes e Bases LDB de 1996, o termo Educação Infantil se estende até os cinco anos, voltada ao desenvolvimento pleno da criança, envolvendo sua formação ética, moral e cognitiva.

Porém, sem a maior intensificação nos projetos de formação de professores, as dificuldades de aplicação da lei 11.645/08 impede que ela seja real dentro do ambiente escolar. As leis são resultados de um longo processo histórico para considerar as crianças como sujeitos de sua própria história, desde pequena, e para que se desenvolva a sua autoestima e valorize sua família e antepassados. A escola não está à parte da sociedade e essas leis antirracistas devem garantir que, mesmo pequenas, as crianças e jovens se desenvolvam com integridade, sentindo-se inseridas numa sociedade que ainda é racista e insiste em dizer, mesmo através do silêncio, que existem lugares pré-determinados e limitados para alguns cidadãos.

Nilma Gomes (2019a) afirma que desde a Constituinte de 1980 já havia uma intensa mobilização de movimentos como o de mulheres, que defendiam o direito a postos de saúde e também às creches, uma vez que muitas delas, mães trabalhadoras das periferias, necessitavam dessas políticas públicas. A criação das creches e o desenvolvimento de uma concepção de educação voltada à primeira infância foi, segundo a autora, uma grande conquista ligada às lutas femininas/feministas, mas que ainda precisa de outras discussões que possam ir além da necessidade das mulheres e pensem na formação das crianças que também compõe a sociedade, pois esta se apresenta com imensas injustiças que afetam as minorias, e neste caso, também a primeira infância:

Certamente, a legislação precisa de ajustes para que seja cumprida de modo equitativo, assim como são necessárias políticas de redistribuição e reconhecimento. Nossas críticas apontam para a necessidade de ajustes no campo político, social, econômico, cultural e legal para que as crianças possam gozar publicamente dos seus direitos. Embora a legislação não seja suficiente para garantir o reconhecimento público dos direitos das crianças, foi através dela que a educação infantil passou para a Secretaria de Educação. (GOMES, 2019a, p. 1021)

Falar em Educação Infantil requer mais do que projetos assistencialistas. Uma vez entendida a educação infantil como um direito, ela deve assumir contornos cada vez mais integrais e específicos voltados às diferenças, aos direitos humanos e ao afeto, inclusive. Em 1998, o governo federal produziu o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) como parâmetro para a organização de ações não apenas de cuidados assistencialistas, mas de um currículo contendo atividades e brincadeiras voltadas para as diferenças, considerando elementos étnicos-raciais e culturais que envolvem a sociedade e se evidenciam nos corpos infantis.

Este documento também visava promover uma crítica constante às relações de discriminação, estigma e exclusão dentro da própria escola, da família e da comunidade ao redor. Isso exige a construção de currículos e de formação de professores que possam mediar as diferenças e realizar mudanças que afetem a própria estrutura racista. É preciso apontar ausências e apagamentos históricos, valorizar corpos, memórias e histórias que perpassam a vida das crianças. Maria Lannes apresenta a dificuldade, devido ao domínio do modelo hegemônico branco, de se construir formas de pertencimento para a população negra:



Estabelecer um pertencimento identitário enquanto africano não é simples assim para os brasileiros, pois há fatores históricos que dificultam a criação das suas identidades a partir das suas descendências. Por exemplo, o registro oficial dos antepassados escravizados deveria ser uma fonte de dados para o reconhecimento imediato da descendência de um dos povos africanos. No entanto, há dificuldades de obter dados individuais dos antepassados que determinem com precisão o pertencimento étnico de um grupo específico. Isso porque, em muitos locais, os africanos escravizados em diáspora foram alijados até mesmo do direito à manutenção dos seus sobrenomes, uma vez que lhes eram impostos os sobrenomes das famílias que detinham suas propriedades. E o resgate das árvores genealógicas que seria tão favorável ao reconhecimento do seu pertencimento, da sua identidade, tornou-se inviável no Brasil em decorrência da destruição dos documentos históricos que poderiam mapear a trajetória dos africanos escravizados. (LANNES, 2019, p. 13)

Diante da necessidade de reinventar-se formas de pensar culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2009) apontaram formas de interação e brincadeiras como eixos estruturantes, de forma a incentivar o respeito às questões étnicas, o que para Ivenicki (2018) já significava um avanço no processo educacional, sob a perspectiva do que ela denomina multiculturalismo. Como afirmei anteriormente, essas leis são produtos dos movimentos sociais em defesa da negritude, numa luta que não é recente. Podemos afirmar que a luta pela igualdade, inclusive, teve início nos quilombos antes mesmo da abolição da escravidão, e continuou, como lembrou Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez, no combate às exclusões econômicas, sociais e aos estigmas e silêncios sobre o racismo, cuja herança continua a atravessar a educação eurocêntrica nas escolas. Embora haja problemas para a sua implantação, devido à própria estrutura formal das escolas e currículos, Ivenicki considera que esses documentos, e a própria lei 11.645/08, potencializam a ação docente.

A autora chama atenção para o entendimento deste conceito, considerando que há o multiculturalismo celebrativo, que considera as culturas e a negritude uma forma de exotismo e folclore, o que muitas vezes acontece na educação infantil, reduzida a dias de comemoração e de performances que reduzem as existências negras em diversão ou curiosidades, além da vitimização dos negros reduzidos na história à escravização. Esta postura, tomada por boa parte dos professores nessa dimensão de ensino, não tem a preocupação em questionar a sociedade, e a própria escola, nem estimular ações de respeito às diferenças, trazendo histórias, experiências, personagens e brincadeiras que combatam as desigualdades, as piadas preconceituosas e o imaginário repleto de negatividade, muitas vezes presentes no cotidiano

infantil, seja na família, ou na internet, na tv e mesmo em práticas dentro da sala ou no pátio. Portanto, para Ivenicki (2018), a omissão e a escolha por não desenvolver trabalhos inspirados nas leis, resultados de lutas e demandas históricas, acabam por associar-se a vertentes liberais e folclóricas. Ela defende que, para que a luta e movimento que inspiraram essas leis tenham comprometimento em práticas educacionais, é preciso pensar um multiculturalismo crítico que reconheça que diferenças não se confundem com desigualdades, o que demanda posicionamento de valorização das primeiras e combate às segundas. Mais do que uma teoria, o multiculturalismo deve se realizar em práticas comprometidas com brincadeiras, acolhimentos, conteúdos e procedimentos comprometidas com a minimização da exclusão social, desnaturalização do racismo e estímulo à autoestima das crianças, visando seu desenvolvimento integral como pessoa ativa que pensa sua existência.

Assim, a criança negra, em especial, deve ser entendida como sujeito que, em vez de ser silenciada, ignorada ou disciplinada na escola em nome de uma postura hegemonicamente a favor da branquitude potencial, deve ser pensada como parte de uma instituição social em que o racismo como ideologia e prática dominante se manifesta e deve ser desconstruído pelo fortalecimento de uma identidade na qual ela se sinta pertencente e seja valorizada. A Educação Infantil se constitui como a base de sustentação na formação deste sujeito social, da qual docentes devem estar conscientes e precisam se posicionar para além de uma visão assistencialista e simplista sobre a infância.

#### **1.4. O racismo na Educação Infantil e os documentos antirracistas em São Paulo.**

De acordo com o currículo integrador da infância paulistana, elaborado pela Secretaria Municipal do Estado de São Paulo,

A diversidade étnica, de gênero, etária, cultural é respeitada e considerada nos projetos educativos, ofertando-se às crianças representações gráficas, literárias, artísticas que contemplem essa diversidade e encontrem nos textos lidos personagens que protagonizem diferentes histórias em que bebês e crianças se reconheçam em suas individualidades étnicas, sejam elas negras, indígenas, asiáticas, latinas ou de outra origem. (SME/DOT, 2015, p. 47)

A diversidade deve sim ser respeitada e priorizada. Entretanto, ainda há que se trazer em destaque, num posicionamento político de contra-colonização, as culturas das etnias que foram subjugadas e silenciadas durante todo o período da história deste país desde a chegada

dos colonizadores. Ainda hoje, sabemos que as populações indígenas e negra sofrem com o racismo e as tentativas de apagamento e extermínio. No caso, esta pesquisa vem defender que a população negra necessita do reconhecimento e valorização de sua história e de suas culturas, porque além de sermos mais de cinquenta por cento da população, existe uma dívida histórica que precisa ser paga: séculos de escravização, com torturas, violência, extermínio, não se resolveram depois da assinatura da Lei Áurea.

Entendo que o currículo tem uma preocupação em transformar a nossa sociedade no sentido de alcançar a igualdade e a justiça social, mas há um longo caminho a trilhar. Hoje o resultado de séculos de injustiças são a pobreza, desemprego, entre outras mazelas. Sabemos que somos o maior número em penitenciárias e menor número em universidades. Embora tenhamos crescido e ocupado o espaço acadêmico nos últimos anos, determinados cursos ainda são restritos à classe dominante. Somos perseguidos pela polícia pela nossa cor, forma de se vestir, jeito de andar, somos em maior número quando se fala em fracasso escolar e ainda aprendemos a odiar nosso cabelo, a cor da nossa pele e todos os nossos traços. Então, é necessário que a atenção da educação se volte para o povo preto com urgência. Aliás, quanto à meritocracia, um discurso da branquitude, que defende processo de desenvolvimento profissional e social como consequência dos méritos individuais de cada pessoa, ou seja, dos seus esforços e dedicações, parece que todos partimos do mesmo lugar em igualdade de condições, ignorando o processo histórico de exploração, exclusões e discriminação, como lembram os autores utilizados neste trabalho.

O racismo que estrutura a nossa sociedade e perpassa pelas instituições é tão forte e deu tão certo que as pessoas são incapazes de enxergar as desigualdades, mas continuam, de forma inconsciente, ou não, colaborando para a sua manutenção diária em todos os setores, principalmente na escola. Em relação a esse problema, outro documento importante, que se volta ao currículo da Educação Infantil e que também é um norteador da prática docente antirracista afirma: “O reconhecimento positivo das culturas negras e a possibilidade da escuta respeitosa de todos permite vivenciar a interculturalidade necessária à formação da cidadania e da vida em comum, hoje e no futuro”. (SME/COPED, 2019, p. 46)

Analisando o trecho acima do Currículo de Educação Infantil da Cidade, produzido pela Secretaria da Educação de São Paulo, entende-se o propósito e a preocupação que perpassa a valorização da cidadania, história e cultura negras. Porém, ainda essa não é a realidade da escola, como podemos observar no trecho da entrevista abaixo com a professora

Camila, quando perguntada sobre sua formação acadêmica ou profissional relativa ao debate sobre o racismo:

Nunca fiz nenhuma formação com essa temática, mas como falei, na faculdade o que era valorizado era a diversidade e não só o negro. Essa lei foi debatida bem superficialmente na faculdade. O que era valorizado era a diversidade. (Camila, informação verbal, 2021)

A afirmação de Camila nos faz recorrer ao debate promovido por Adad, Nascimento e Martins (2020, p.03), quando tratam da diferença de entendimento entre diversidade e diferença. Os autores afirmam que “as palavras diferença, diversidade e tolerância na Educação, por vezes tão gastas que perdem seu potencial de possibilitar outros modos de educar, são incorporadas nas discussões educacionais, mas trazem poucas mudanças”. Camila afirma ter estudado sobre a diversidade, mas não sobre o negro, ou seja, a diversidade destituída de significado político e questionador, gasta e banalizada em seu sentido conflituoso, mas de uma tolerância distanciada, uma igualdade que pasteuriza a todos, uma diversidade que nada significa:

A diversidade foi capturada em quase todos os programas governamentais e slogans dos movimentos sociais e das políticas educacionais. Essa palavra é ligada à ideia de tolerância ou de convivência. Contudo, trata-se de uma tolerância que aceita, admite, mas não valoriza. De uma convivência sem a ausência de conflito. A diversidade como uma paleta de cores harmônicas. De um lado, a tolerância, que é um campo amplo, em voga no neoliberalismo de aceitação das diferenças, e o capital, operando na produção de mercadorias geradas pelas diferenças. De outro lado, a ideia de que nada tem que ser tolerado, pois não é disso que se trata. (ADAD; NASCIMENTO e MARTINS, 2020, p.08)

A diversidade é, portanto, capturada pelos discursos hegemônicos e normatizadores que perpassam as instituições, como a escola, em que cada indivíduo é colocado em seu “devido lugar”, “respeitado” desde que não se misture ou que imite o modelo hegemônico. Uma diversidade esvaziada da diferença. A diferença, ao contrário, é o reconhecimento da diferença dentro da diferença, em que todos estão implicados no processo de aprender e se transformar, reconhecendo-se parte das estruturas, suas reprodutoras e possíveis agentes de sua transformação. Nesse sentido, podemos afirmar que marcos legais sem uma formação docente que convide a perceber a diferença como necessária, no exemplo dado por Camila, nada será mudado na realidade da escola e não muda a realidade da criança negra que

continuará a ser discriminada. Em outro trecho do documento produzido pela Prefeitura de São Paulo, observamos o seguinte discurso:

Os marcos legais referenciados resultam da trajetória histórica de lutas e mobilizações sociais que, ao longo de décadas, buscou a representação de identidades sócio-raciais, historicamente marginalizadas. Marcos legais podem ser utilizados como ferramentas conceituais e teóricas que ajudam na desconstrução de percepções falsas sobre o outro e ajudam na construção de uma cultura de igualdade, evitando assim a folclorização das histórias e culturas. Esse movimento culminou na alteração do Artigo 26-A da Lei nº 9.394/96, que define as Diretrizes e Bases da Educação (1996), a qual, em 2003, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sendo alterada novamente em 2008 para incluir a mesma obrigatoriedade em relação à História e Cultura Indígena. (SME/COPED, 2019, p. 43)

O documento ainda diz que esse grupo de legislações (lei 10.639/03, a lei 11.645/08, a lei 16.478/16, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros) procura garantir aos cidadãos brasileiros em geral o acesso à educação básica, devidamente assistidos por profissionais qualificados e capacitados para identificar e superar as manifestações do racismo como o preconceito racial e a discriminação racial.

Infelizmente, algo ocorre para que as políticas públicas de currículo não cheguem em sala de aula, garantindo a educação transformadora que almejamos. O que muitas vezes vemos são professores, principais agentes da educação, com dificuldades de dialogar com essa documentação e entre si. Além dos problemas de formação, sabemos da sobrecarga de trabalho da maioria do corpo docente no Brasil, o que se reflete neste trecho da entrevista com a professora Camila:

Trabalho muitas histórias. Diversifico muito, as crianças ainda estão em formação das escolhas, é tudo muito inicial. Por isso procuro sempre pesquisar... Nem sempre a gente tem tempo. (Camila, informação verbal, 2021)

É assim que as instituições de coletividades infantis estão atuando, com a ideia de que “não temos tempo”. Partindo dessa realidade, os marcos legais da educação existem, pois, as horas dedicadas aos estudos dos professores não estão voltadas ao contato com esses documentos. Por isso, a formação continuada deve ser uma realidade na vida de quem faz com que aconteça. As leis buscam um trabalho de justiça e igualdade, mas no papel não serve;

é preciso que as leis sejam materializadas nas escolas em debates contínuos que afetem os próprios educadores quanto à sua responsabilização diante de uma sociedade desigual e racista que atinge seus alunos negros.

O documento da Secretaria também enfatiza que deve haver na escola uma nova relação entre os diferentes grupos étnico-raciais, para que se tenha efetiva mudança comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural. (SME/COPED, 2019). Porém, esse conjunto de leis precisa chegar de fato aos currículos escolares para que comecemos a caminhar no sentido de mudar esse cenário atual. Insisto em dizer que a transformação ainda não está no nosso alcance, porque nem todas as pessoas que atuam nas escolas têm acesso a esses documentos. Ou quando tem, demonstra dificuldades em compreendê-los. Corremos o risco das gavetas continuarem cheias e a prática docente, vazia.

Quem sofre os danos pela falta de diálogo entre os documentos que norteiam o trabalho e o próprio professor, será a criança negra que tem, até os dias de hoje (mesmo com a lei completando 20 anos), seu corpo e sua mente silenciados na escola, seu psicológico marcado como “ferro em brasa”, uma dor que atinge tanto a alma como o corpo. Ao responder sobre a presença de práticas racistas na escola, a professora Camila também afirma que nunca vivenciou e nem presenciou um racismo explícito “nem de colegas professores, nem de professores para crianças”, o que nos oferece pistas da existência de uma cegueira e de um silenciamento coletivo.

Existe um silêncio diante do racismo nas escolas e sua prática não apaga as diferenças. Ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais, de modo que ninguém faz críticas, conformando com a divisão e a hierarquização raciais e assim fazendo com que nada seja diferente de antes de 1888: o ferro que queimava o corpo, hoje queima de outra forma, mais sutil, mais imperceptível. A fala de Camila traz, ainda, o problema do racismo para uma questão particular, pessoal, uma vez que admitindo não ter visto nenhuma “ação explícita” (haverá as implícitas?), ela deduz não haver racismo na escola, numa interpretação reducionista das questões sociais, o que a desculpabiliza e desresponsabiliza de ações de intervenção no combate às desigualdades raciais. É preciso ver acontecer para agir? Gonçalves e Ivenicki (2021, p. 90) afirmam que o racismo estrutural afeta deliberadamente a construção da identidade negra desde a mais tenra idade, por meio das brincadeiras e materiais didáticos utilizados por professores que ignoram ou que resistem a abordar as questões raciais. Sobre isso, Sueli Carneiro afirma:

Inquietam-nos também as resistências que recusam as evidências empíricas do tratamento desigual a que os negros estão submetidos na sociedade brasileira, reveladas por levantamentos estatísticos e estudos acadêmicos que, de diferentes áreas, proliferam no Brasil, ou que, apesar do reconhecimento das práticas discriminatórias de cunho racial, impõem barreiras à adoção de medidas capazes de estancar o processo de exclusão social dos negros, sobretudo no que tange ao acesso, permanência e sucesso no sistema educacional do país (CARNEIRO, 2005, p. 9).

O racismo impede que crianças negras desenvolvam sua autoestima e entendam a sua importância na estrutura social, inclusive na própria escola. As autoras lembram das referências usadas em aula, como a literatura racista de Monteiro Lobato, que povoa o imaginário infantil com a negra cozinheira Tia Anastácia, ou expressões como “negro de alma branca”, ou a folclorização do negro com figuras como o do Saci-Pererê, o boi da cara preta, ou expressões que fazem com que as crianças incorporem que seu cabelo é feio, sujo e ruim, que seu nariz é grande, enquanto a branquitude segue sendo admirada e referenciada nas histórias infantis:

Diante desses ataques físicos, psíquicos e simbólicos, a educação antirracista precisa ser uma constante no currículo da educação infantil e não apenas figurar como prática no mês da consciência negra ou como estratégia reativa, quando a escola apresenta respostas, em função da vivência direta com ataques racistas. (GONÇALVES e IVENICKI, 2021, p. 90)

O racismo não acabou e se perpetua em ações conscientes ou não, e se molda de acordo com a ignorância ou hipocrisia da sociedade atual. Como afirma Munanga (2005), o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Se as práticas da escola negam, ao mesmo tempo que reafirmam o racismo, criaremos sujeitos racistas e violentados pelo racismo.

Quando as atitudes de racismo na escola são “varridas para debaixo do tapete” com frases como “Não ligue para o que outros dizem, você é lindo!”, ou “Isso é inveja de você, porque você é forte e lindo!”, ou ainda “Não liga para ela não, você é uma princesa!”, não há reparação do racismo, mas uma falsa ideia de solução que, na verdade, é puro racismo. A

professora Ana Paula lembra de quando era criança e presenciava/vivenciava o racismo e como, revestido de piada, era ignorado e ocultado pela escola:

São coisas que hoje em dia tem essa consciência que era racismo, mas na época falava que era “zoação”, que estavam “zoando” a pessoa. Eu não tinha essa clareza sobre o racismo. Durante essas “zoações”, nunca presenciei intervenções de professores. Nunca vi! (Ana Paula, informação verbal, 2021)

O racismo tratado como brincadeira, como citado acima, ajuda a alimentar a dor de crianças que são seu alvo. Munanga (2005) lembra, também, que os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental, e não chegam a ser problematizados e questionados pelos professores. Desta forma, a escola ainda não é um lugar de referência para as pessoas negras. As disciplinas, os materiais de apoio e até mesmo o próprio professor não dialogam com a comunidade negra, ignorando suas histórias e cultura. Nesse cenário complexo, fica muito difícil garantir educação antirracista a nossas crianças.

Em 2003, a Lei 10.639, atualizada com a Lei 11.645/08, foi aprovada e encarada como um grande ganho na esfera da educação, ao se apresentar como uma poderosa ferramenta no esforço de reduzir a dívida histórico-social que o Brasil tem com suas matrizes africanas e afro-descendentes. A ideia básica dela é incluir no currículo oficial da Rede de Ensino (pública e particular, nos Ensinos Fundamental e Médio) a obrigatoriedade das temáticas de História e cultura africanas e afro-brasileiras. E seu detalhamento é ainda mais progressista, prevendo que o conhecimento sobre a luta histórica da população negra no Brasil e sua importância na formação da sociedade nacional nas áreas social, econômica e política seja transmitido. O problema é que nem todos os professores compreenderam a importância da lei 11.645/08.

Nas entrevistas com as docentes, as dúvidas e receios de como trabalhar com esta temática ainda permanece, destacando ausências de políticas públicas eficientes e posicionadas, de fato, contra o racismo. A professora Renata traz um importante aspecto revelador de uma educação precarizada:

Eu sinto que as pessoas têm medo de falar de racismo, pois elas não estão preparadas, elas não têm conhecimento, elas não têm informação e elas até têm medo de falar e se equivocar, falar errado. Eu sinto que falta informação para as pessoas terem mais segurança para falar. E falar, e atuar, e agir para



inserir isso tudo e trabalhar com as crianças... (Renata, informação verbal, 2021)

Neste trecho da entrevista, podemos perceber que a professora traz para a discussão o medo, a falta de preparo dos professores, a falta de informação em trabalhar a educação antirracista e, nesse movimento, observamos que investir em formações, inicial e continuada, é um dos principais caminhos para que um direito humano seja materializado dentro das coletividades de infâncias. Os professores são importantes agentes nesse processo (talvez os principais, como mediadores), a fim de promover a lei 11.645/08 dentro das escolas e, assim, garantir uma educação plena em que as crianças possam se sentir acolhidas e respeitadas. Os documentos voltados a esta temática enfatizam a necessidade de ações, mas é preciso que projetos educacionais e cursos possam garantir esse compromisso:

Os compromissos assumidos com a equidade, com a inclusão e com a integralidade dos sujeitos exigem que a SME indique políticas curriculares específicas para as populações que têm tido os seus direitos historicamente não atendidos. Estar atento e comprometido com esses sujeitos e os grupos sociais é atitude fundamental, que deve ser complementada com a elaboração e implementação de práticas pedagógicas nas Unidades Escolares (UEs), visando romper com as discriminações, os racismos, os preconceitos e propiciar para todos variados modos de convivência. (SME/COPED, 2019, p. 43)

No trecho acima, a Secretaria Municipal de Educação do município de São Paulo apresenta preocupação e empenho para que a diversidade seja respeitada nas escolas, mas a realidade é que, muitas vezes, a implementação não chega de maneira suficiente no cotidiano escolar. As entrevistadas atribuem as dificuldades dos professores e professoras em tratar os temas ligados à diferença, ou por medo, ou falta de informação, ou falta de formação, o que parece confirmar ainda uma visão assistencialista no trato com a infância, e não formadora de sujeitos. Maria Beatriz nos sinaliza em sua entrevista:

Com as crianças não tem problema em desenvolver nada. O problema são os adultos e pior os professores que fecham os olhos para a diversidade. Uma professora que trabalha comigo disse: eu não trabalho essa lei, eu não coloco uma raça sobre outra, isso é errado. (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Novamente, na fala da professora Maria Beatriz, é possível notar a ausência de uma discussão em torno de conceitos sobre igualdade e equidade, diversidade e diferença, fazendo

com que a ignorância do debate social e político, e até mesmo do conceito de racismo estrutural nas escolas promova a sua reprodução entre docentes e seus alunos. A escola precisa encarar esse desafio de trabalhar a diversidade, a estrutura da nossa sociedade é racista e conseqüentemente esse racismo atinge as instituições e, por isso, se faz necessário uma mudança de postura por parte dos professores. A educação é soberana, é espaço de diálogo e podemos, através dela, transformar a sociedade.

*As Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil* (2008) é um documento muito importante para nortear o trabalho dos professores. Ele foi formulado no mesmo ano da Lei nº 11.645/08, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares em toda a rede de ensino pública ou privada, e está alinhado com ela.

A questão racial está presente na escola, inclusive de Educação Infantil, mesmo com pessoas da comunidade escolar afirmando que não. A defesa de que o racismo não existe foi criticada por intelectuais como Fernandes, Gonzalez, Almeida e Munanga como um mecanismo negacionista que ajuda a confirmar uma cegueira social, que propaga as violências físicas, simbólicas e materiais na vida da população negra, iniciando-se na infância. Nessa etapa da formação da identidade é necessário que a diversidade seja trabalhada, pois a criança pequena não é um papel em branco; pelo contrário, ela chega na escola com costumes da família e com as referências da mídia e da sociedade. Em um trecho da entrevista podemos perceber que a criança tem contato com o racismo desde sempre:

Já aconteceu comigo na educação infantil de uma criança não querer brincar com a outra dizendo que ela estava suja; que ela não tomou banho. Por que que ela está suja? E eu disse: “Não é suja; é a cor dela. Ela é negra. (Camila, informação verbal, 2021)

Através desse trecho fica explícito que as crianças precisam urgentemente ter acesso a uma educação mais igualitária, antirracista e que valorize a diversidade. Essas discussões precisam ganhar força dentro da escola, sobretudo porque a educação tem um compromisso com a formação para a cidadania. O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação na escola deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas diferenças, devem ser pensadas como iguais em humanidade e dignidade.

Como afirma Louro, a escola, muitas vezes, desenvolve a pedagogia do insulto e do silêncio, omitindo a existência de corpos dissonantes dos modelos, sejam eles brancos ou

cisheteronormativos. A falta de ação de professores diante de violências como a narrada por Camila, demonstra o quanto a educação brasileira é racista e elitista, e sempre deixou o povo negro de lado, colaborando assim para a baixa autoestima de nossas crianças e assim impulsionando-as para o fracasso escolar. O corpo negro é anunciado, definido e machucado antes mesmo que as crianças tenham ideia do que “ser negro” significa. A inação de um professor tem decorrências graves, as quais ele não pode tornar normalidade, uma vez que contribui para ferir e para manter as desigualdades raciais.

Dentro desse contexto, são necessários professores que dialoguem com o compromisso de educação que a própria SME declara, e isso só alcançaremos através da formação continuada.

De acordo com Costa (1983, p. 10), podemos entender o que a violência do racismo pode causar em nossas crianças: “A violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir”. Uma criança vítima de racismo no ambiente escolar vai deixar de interagir e socializar com os demais. A formação da identidade precisa ser trabalhada de forma que a criança compreenda que ela também tem um lugar dentro dessa diversidade entendida como diferença dentro da diferença; como valor, e não como tolerância. O preconceito sofrido vai moldar o comportamento da criança fazendo com ela esteja sempre se escondendo, se desviando e tentando não ser observada.

Como em minhas práticas antirracistas, quando li o poema cantado de Marcelo Serralva, *O pequeno príncipe preto*, que trouxe a inspiração para esta pesquisa, assim que aquela criança, ao não se reconhecer em lugares de destaque desde cedo me lança a pergunta que ainda ecoa: “E existe príncipe preto, professora?”. Eis o poema que, devendo ser repetido, entoado, cantado por muitas vezes, deverá responder às crianças todas:

#### O pequeno príncipe preto

O pequeno príncipe chegou  
montado em seu cavalo preto.  
Preta também era sua cor  
cor de menino perfeito.  
Mas é claro que alguém estranhou  
pois nas histórias que ouvimos  
os príncipes tem outra cor  
não a cor deste menino.  
Ao que o príncipe respondeu:  
do lugar de onde venho  
os príncipes são todos pretos

os reis, as rainhas, todo o reino.  
E aqui, pelo que vejo,  
tem tanta gente pretinha!  
Vou procurar uma princesa  
e fazer dela rainha  
Para que um dia as histórias  
possam ter cor diferente  
Uma cor que também é bela,  
uma cor que traduza a gente!

– Marcelo Serralva

Foi a partir deste episódio, ao me surpreender e responder com muita ênfase àquela criança “sim, existe!!!”, que comecei a me questionar em que tipo de sociedade nós vivemos em que uma criança de cinco anos já sabe o lugar que ocupa. Imaginei uma criança se olhando no espelho e sendo o oposto do que uma sociedade racista prega como o modelo de beleza. Mutilam-se pensamentos através da negação da identidade.

E quando essa criança cresce e quer mudar os cabelos e outras características de sua identidade negra ela ainda ouvirá: “Nossa, o racismo começa no próprio negro! Por isso é que não acaba!”. Nesse sentido, “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (COSTA, 1983, p.2).

Esse trecho em que Costa afirma sobre a violência constante sobre a criança negra dialoga com o trecho da fala de uma delas em minha aula, em mais um dia em uma escola de Educação Infantil: “Professora, o cabelo da Eduarda está tão lindo! Minha mãe disse que vai alisar o meu também. Só preciso crescer mais um pouco”. Por meio dos trabalhos em que a identidade prevalece, observo muitas falas como essa, principalmente quando o assunto são os cabelos, o nariz e os olhos. A criança se observa e não enxerga a sua beleza, porque ela já aprendeu que beleza tem cor e não é a cor dela.

Por isso, ressalto que trabalhar a lei 11.645/08 trata-se muito mais do que falar de diversidade; mas sim, colocar em prática um direito humano, um direito de existir sem limitações, sem carregar o fardo da cor, sem que alguém destrua a sua identidade até que reste só a vontade de embranquecer. A escola precisa desenvolver projetos que, reconhecendo as diferenças e respeitando-as, promovam a equidade na oferta de oportunidades para todos, o que se traduz pela oferta de escola de qualidade e antirracista, como consta no documento oficial *Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio*:

Reconhecemos que as bases da construção da identidade da criança, bem como sua relação com os outros e o mundo que a cerca, dá-se substancialmente durante a infância. A formação da identidade, à autonomia e construção de conhecimentos são conceitos que estão diretamente relacionados à auto-estima. Se uma criança não se sente representada em seu meio de convivência nem percebe seus semelhantes representados, se (mesmo implicitamente) é discriminada, se não se sente à vontade para falar de sua religião, por exemplo; se a criança não se reconhece nas histórias, nos brinquedos ou, em caso extremo, rejeita sua origem étnica, que identidade está construindo? Sua auto-estima é preservada ou exercitada? Ou será que o silêncio denuncia a exclusão não apenas do presente dessa criança, mas de seus antepassados, de nossa história? (SME/DOT, 2008, p. 86)

Analisando o excerto do documento, podemos inferir sobre a importância de cuidar da autoestima, valorizando a diversidade na Educação Infantil, pois para a formação da identidade na infância é necessário que a criança se reconheça e se sinta representada nas histórias, nos brinquedos, nas imagens. E aí está o chamado para pensarmos e nos posicionarmos para uma educação antirracista, evitando danos na formação das crianças negras que, muitas vezes, não se veem representadas dentro da escola.

## **CAPÍTULO 2. O RACISMO QUE PERPASSA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **2.1. O racismo na Educação Infantil por meio de pesquisas**

É muito comum, na educação infantil, uma pedagogia reativa, ou seja, às vezes, quando a escola é atravessada por ações ou conteúdos racistas, a gestão escolar ressalta a importância do debate antirracista. No entanto, quase nunca, observamos como destacou Gomes (2019a) práticas de enfrentamento ao racismo, a começar pelas dificuldades e omissões escolares no que diz respeito aos debates sobre a categoria raça e à inclusão das questões das contribuições dos negros, principalmente na religião. Nesse texto, não assumimos o multiculturalismo folclórico, que se pauta em estratégias celebrativas pontuais. Pelo contrário, defendemos uma pedagogia preta multiculturalmente comprometida com as questões étnico-raciais e centrada na representatividade de figuras e referência de pessoas pretas. Incorporamos a luta antirracista, através da pedagogia preta, no cotidiano da educação infantil, amalgamando trechos propositivos dos documentos legais e ações lúdicas, literárias e artísticas que promovam a representatividade e o reconhecimento das identidades, diferenças, corporeidade e religiosidade do negro. Como destacou Gomes (2019) sobre a importância de todo e qualquer educador assumir o compromisso com a justiça social e a educação compensatória.

As narrativas das entrevistadas demonstram como essa visão é naturalizada, em sua própria formação. Lembranças de infância das narradoras demonstram os limites da própria formação como estudantes, na infância e na adolescência, revelando como as questões do racismo estrutural sempre atravessaram a educação:

Não me lembro de nenhum trabalho desenvolvido sobre os negros na sala de aula. Era aquela imagem do escravo que foi escravizado, que não teve luta, coisas que eu aprendi bem depois sobre as lutas que tinham na época. Essa é a imagem que eu tenho da princesa Isabel: que foi heroína... Foi isso que eu aprendi na escola. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Olha, na verdade era muito trabalhado em cima de livro didático. Não tinha essa coisa de construtivismo, onde a criança constrói seu conhecimento. Havia essa visão do eurocentrismo... era mais uma visão europeia das coisas. Então, esse tema era falado de uma forma bem superficial. Nós pintávamos o escravo sendo livre e a gente nem entendia porquê. Pintávamos o desenho; não tinha nenhum contexto. Vamos ser realistas: aquilo não fazia muito sentido! Era mais essa questão de dar uma pincelada bem superficial

para dizer que trabalhou aquele tema. [...] não tinha intervenção porque era uma coisa comum. Não tinha esse debate de bullying de você estar ferindo o outro, aliás nem se falava que isso poderia causar uma depressão. Então, todo mundo falava o que bem queria... e não era nem só a questão do racismo; era se a pessoa fosse muito magra, gorda, do Nordeste, indígena. O racismo é estrutural de todas as formas, de não aceitar as diferenças do outro. Tem um padrão: branco, dos olhos azuis e cabelos lisos, falando bem sem sotaque... é assim que era, né? Hoje em dia que se trabalha assim, mas poderia trabalhar mais. É pouco que se conversa sobre, e isso está a cada dia mais crescendo, trabalhar a diversidade, diferenças... cada dia se fala mais, mas ainda é pouco! (Camila, informação verbal, 2021)

A educadora Megg Rayara de Oliveira (2020), travesti e negra, fala sobre como, em sua infância, ela não se via nos livros e práticas, começando pela capa do livro de alfabetização, que trazia crianças brancas. As narrativas de história e personagens que ela via suas professoras trazerem sempre a impediram de perceber que ela mesma tinha história. Mais do que isso, segundo ela, permitia a normalização de brincadeiras que a associavam à sujeira, à pobreza e ao exótico. As professoras, ao lembrarem de sua infância, fazem referências semelhantes, em especial Maria Beatriz, que diz não se reconhecer na escola por sua pobreza e cor:

O racismo era mascarado em brincadeiras, que na época falavam que era brincadeira, mas como não se falava muito em racismo, eu nem enxergava como racismo, eu não tinha essa consciência. Hoje em dia tenho essa consciência que era racismo, mas na época falava que era “zoação”, que estavam “zoando” a pessoa... Eu não tinha essa clareza sobre o racismo. Durante essas “zoações” nunca presenciei intervenções de professores. Nunca vi!!! As meninas eram chamadas de cabelo de Bombril, macaco... Entre os amigos, entre os colegas, não tinha essa clareza! (Ana Paula, informação verbal, 2021)

O racismo não era escrachado, explícito. Não! Mas as brincadeiras dos professores, por exemplo: “amanhã é dia de branco”... Um dia uma professora pediu que uma menina sentasse atrás porque o cabelo tinha piolho. Tinha aquela criança que, de repente, tinha o cabelo mais cheio, cabelo crespo e sentava lá na frente, atrapalhava o colega de ver, a professora pedia para ir para o fundo, de repente o professor não sabia como colocar essa questão, e colocava de uma forma que não era muito legal. Hoje em dia, por exemplo, a gente tem mais acesso à internet e às informações. Naquela época não tinha... Tem a questão do bullying que é trabalhado nas escolas hoje em dia, e na minha época não tinha essa visão do bullying, de você estar ferindo o outro com termos que você coloca em uma frase. Uma situação que não tinha nessa época! (Camila, informação verbal, 2021)

Nunca gostei da escola!!! A escola sempre representou um lugar muito ruim para mim, porque eu não tinha bons sapatos, boas roupas e materiais escolares, sempre faltavam... Um dia não tinha caderno e pedi para a diretora, porque eu sabia que ela podia dar cadernos para as pessoas que não podiam comprar. E ela pediu para minha mãe ir até a escola para dizer o porquê não podia comprar caderno. Eu me senti muito mal, porque a diretora não queria dar o caderno sem chamar minha mãe e minha mãe, se eu pedisse o caderno, ela me xingava, e muito! Então não tenho boas lembranças da escola. Não sabia pentear meus cabelos, e eles sempre estavam bagunçados. As pessoas me “zoavam” muito. Minha infância foi muito pobre, mas tinha o básico para comer, brinquei muito na rua e esses momentos eram os mais felizes. Estudei em escola pública durante toda a vida! Não gostava das festas pois ninguém me escolhia para dançar e, mesmo assim, era obrigada a dançar sozinha ou com outra menina sem par. Não me lembro de ter tido acesso às discussões de racismo na escola. Muito pelo contrário! O racismo era visto como algo comum, apelidos eram frequentes, e sobre o negro, só lembro de ter ouvido sobre a princesa Isabel, e no dia 13 de março pintávamos um menino preto arrebatando as correntes. Como disse, o racismo era comum. Ninguém se importava com o negro. Quando alguém chorava por ter sido xingada de algum apelido os professores diziam para não ligar que era tudo brincadeira dos colegas. “Não aguenta uma brincadeira!”, disse a professora para uma menina que foi chamada de “nega do cabelo duro”. (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Grada Kilomba (2019, p. 126) traz uma reflexão sobre como a mulher negra se vê diante do racismo e de uma sociedade que busca no modelo branco, uma forma de ser aceita. Em sua narrativa, ela fala da desvalorização do cabelo crespo e que ele foi usado para humilhar e colocar africanos e africanas sob o domínio branco. Através dos cabelos crespos, classificados como “ruins” as pessoas negras começaram a alisar os seus cabelos para evitar humilhações e xingamentos e, com isso, a branquitude ainda lucrou, pois desenvolvia os produtos que “libertariam” as pessoas negras dos “sinais repulsivos” da negritude.

O racismo não acabou na assinatura da Lei Áurea em 1888, apenas mudou de patamar, determinou um lugar para o negro, nas favelas, nos subempregos, e até mesmo na educação, em que até hoje somos silenciados. Precisamos dar ênfase à educação antirracista nas escolas – o que começa a ser desenvolvido – para formarmos um novo modelo de sociedade onde o lugar do negro seja onde ele quiser. A discriminação racial é um fato marcante na sociedade brasileira, que impede a ascensão da comunidade afro-brasileira, destrói a alma da criança negra e sua capacidade de se ver e se realizar como pessoa. A lei 11.645/08 foi criada para que os direitos das pessoas negras sejam respeitados, e o professor, que é um dos principais agentes da transformação dentro da escola, precisa entender, compreender e colocar em prática essa lei que, sem a sua ação, é “letra morta”.



Ainda, segundo Kilomba (2019, p. 127), “o cabelo se tornou o mais importante instrumento de consciência política entre africanos e africanas da diáspora. Dreadlocks, rasta, o crespo, tranças ou Black e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial”. Por isso, é preciso tratar da descolonização do cabelo como forma de libertação e empoderamento. Alisamento dos cabelos é uma forma de apagamento das nossas especificidades, dos nossos traços e das nossas raízes.

Gonzalez (1980) nos lembra que os espaços de poder da branquitude, como a escola, a família, a igreja, os meios de comunicação veiculam valores que, junto com o mito da democracia racial, mostram uma suposta superioridade racial e cultural da branquitude, e é assim que a criança começou a negar sua identidade e sentir vergonha dos seus traços negros, porque para ela o que é bonito é o que estão padronizando como tal. É necessário que toda a sociedade esteja comprometida com a luta antirracista se quisermos uma sociedade mais justa e se quisermos desconstruir os processos de separação, estigmatização e discriminação das crianças negras. Com o desenvolvimento das atividades em aula, notamos que uma prática pedagógica que assuma compromisso com a luta antirracista contribui de forma positiva para que crianças negras construam na escola uma imagem positiva de si. As vivências revelaram que as crianças constroem suas identidades atravessadas pelas vivências do contexto, por isso, quanto antes experimentarem práticas pedagógicas antirracistas, maiores são nossas chances de que assumam posturas respeitadas diante das diferenças e encampem as lutas pela equidade e pela valorização das identidades étnicas, sem que a autonomia do professor seja confundida com desconhecimento e com o próprio racismo:

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando este acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores. (GOMES, 2005, p. 148)

Analisando o trecho acima, podemos ver uma sinalização de que falta formação aos professores sobre os conceitos de racismo, discriminação racial e preconceito, levando a um cenário em que muitos professores não fazem intervenções em comportamentos racistas por desconhecerem ou não se considerarem preparados para atuar. Se em 2004, Fabiana Oliveira (2004), a respeito dos conteúdos relacionados à história negra, indicava que várias pesquisas

com docentes demonstravam que havia muita distância, inclusive, da história de membros negros das comunidades em que as escolas se inseriam, as entrevistas demonstram que elas, em parte, foram frutos dessas escolas e de uma formação que avançou, mas que ainda parece ter sido insuficiente para a existência de projetos mais coletivos e consistentes que valorizem a história africana e a cultura da comunidade negra. Este aspecto é preocupante porque se o professor não tiver conhecimento do que é racismo, como ele vai mudar suas práticas e adotar uma postura antirracista? Na narrativa da Ana Paula, podemos observar que ela compreende o racismo estrutural e estruturante das relações:

Eu acho que as pessoas nos avaliam pela forma que nós estamos vestidos, pela nossa cor, nós entramos em uma loja e as vendedoras, uma olha para a outra com aquela cara assim de não quero atender. Às vezes você percebe que quando é uma pessoa branca elas já correm para atender. O homem preto quando é visto de gravata, já pensam que é um segurança. Uma vez eu estava indo trabalhar de manhã e eu vi uma abordagem perto de uma guarita policial perto de casa. O homem estava com uma mochila nas costas, um homem negro, e os policiais pararam ele que estava a pé, e eu comecei a andar bem devagarinho só para ouvir, e perguntaram de onde ele vinha e falou que vinha do serviço e o policial perguntou “onde você trabalha?” e ele mostrou apontando, “naquela obra”, apontou o homem, (a obra ficava na mesma rua), o policial perguntou: “desde quando?” O homem falou “desde a fundação”, o policial perguntou “fundação casa?” O homem respondeu: “não!!!, fundação da obra!!!”. Uma coisa que quando eu ouvi eu não sabia se ria ou chorava. Por ser negro, ele falou fundação casa, não tinha nada a ver a fundação casa com a abordagem. Se fosse um branco eu tenho certeza que ele não teria sido parado na rua de manhã. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

É muito fácil ouvir dentro das escolas sobre respeito e valorização do outro, de outras culturas, mas ver esse respeito acontecer dentro do ambiente escolar, nas relações diárias é outra coisa. No campo dos valores, apresenta uma maior falta de compreensão, quando o assunto são formas de combater o racismo e valorização da população negra na escola brasileira. Valores e identidades tocam em questões delicadas e subjetivas e nos levam a pensar na autonomia do professor dentro dos parâmetros da ética e da luta contra o racismo. Como a autonomia é interpretada no ambiente escolar? De acordo com Gomes:

Já ouvi muitos(as) educadores(as) dizerem que a autonomia do docente significa a liberdade de escolha para adotar uma determinada metodologia, discutir ou não certas temáticas, usar da sua autoridade para com o aluno, discutir política partidária no interior da escola, entre outros. (GOMES, 2005, p. 149)

Entretanto, é preciso pontuar que nem sempre é assim que docentes se posicionam, mas se o assunto for relativo a temas raciais, alguns utilizam visões distorcidas de autonomia para a manutenção e produção de práticas racistas. Quando falamos em autonomia, estamos questionando nossas práticas e postura ética diante da diversidade étnico-cultural e de como se manifestam na escola, trazendo efeitos sobre a vida de crianças e adultos. A educação necessita de profissionais comprometidos com a mudança desse contexto de desigualdades. Nesse sentido, até onde a autonomia do professor pode ir sem ser questionada, levando em conta a vida das crianças negras?

Autonomia não é fazer o que se deseja, e sim se comprometer com uma educação que integre, que acolha e que respeite a diversidade; que dialogue com as próprias legislações vigentes. Dentro do ambiente escolar, muitas vezes observa-se uma postura resistente ao trabalho coletivo com frases como: “Quando fecho minha porta, quem manda sou eu”, ou “Eu trabalho determinado assunto se eu quiser”. Então, realmente alguns docentes têm uma ideia equivocada de autonomia dentro da escola. Ana Paula chama a atenção sobre isso e a necessidade de se trabalhar o tema do antirracismo: “Eu acho que deveria ter uma conscientização dos profissionais. Por mais que o currículo aborde, o profissional vai trabalhar se ele quiser”.

Este é o pensamento de muitos professores quando se fala em educação antirracista; por isso, é angustiante que alguns profissionais de educação não tenham noção da gravidade do problema que é o racismo. Mais uma vez, é necessário falar de formação dos profissionais de educação, uma formação com situações de racismo, preconceito e discriminação para que todos possam identificar e intervir nessas situações. Em outra entrevista, é possível observar o cotidiano de uma escola e fala de professores quando se trata de educação antirracista, lembrada por Ana Flávia:

Eu acredito que as pessoas já têm as concepções delas. Tem pessoas que vão partir do princípio de que não é necessária uma educação antirracista. A gente vai ter colegas de trabalho que vão ter a compressão de que não se faz necessário, porque todos são iguais, porque não precisa, porque é balela... eu já ouvi isso, inclusive aqui uma vez, um dia desses: “para mim é tudo igual, não tem essa, se é preto, se é negro”. Aí você ignora, porque eu não vou entrar em discussão com pessoas que não tem como discutir esse tema! (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Como afirma Marta Rovai, (2021) a escola precisa ser um espaço de vivências e aprendizado em que assumam seu papel de mediadores entre a formação docente, a

experiência das crianças e de comunidades diversas, para a compreensão e o respeito ao mundo simbólico que os rodeia, seja ele próximo ou distante no espaço e no tempo. Quando insisto que os marcos legais precisam “sair das gavetas” e se transformar em formação docente nas escolas, sabemos do que estamos falando, esses docentes estão contribuindo para a manutenção do racismo e de diversas desigualdades que matam pessoas todos os dias, principalmente as negras.

Esse trecho da entrevista mostra que realmente existem pessoas que acreditam que racismo é uma “historinha”, que educação antirracista não se faz necessário, mesmo com esse contexto atual sinistro<sup>5</sup>. Há professores que acreditam que trabalhar educação antirracista é hierarquizar uma raça sobre a outra, “invertendo” o racismo. Uma das entrevistadas conta como eram tratadas as crianças negras na sua época de estudante na educação básica, dentro do ambiente escolar, reforçando a opressão da branquitude:

O racismo não era escrachado, explícito. Não! Mas as brincadeiras dos professores, por exemplo: “amanhã é dia de branco”... Um dia uma professora pediu que uma menina sentasse atrás porque o cabelo tinha piolho. (Camila, informação verbal, 2021)

Há uma longa permanência que produz uma sensação de que nada mudou. Nós avançamos nas leis, mas ainda precisamos alcançar quem as coloca em prática, elas não se concretizam sozinhas e precisam dos recursos humanos. É preciso, ainda, a “descolonização do currículo”, o que significa um conjunto de esforços teóricos e epistemológicos para denunciar e combater a produção de conhecimento marcadamente branca, europeia, apresentados como neutros e universais, o que na verdade oculta e apaga conflitos e opressões no processo histórico e nas relações de educação dos povos subalternizados, em especial, aqui destacamos o recorte com a população negra. María Lugones (2014) afirma que esse processo de apagamento é resultado da colonialidade do saber, de poder e de ser, considerando inferiores e outrizados aqueles que não são brancos, cristãos e ocidentais. O racismo é uma permanência da colonização que se manifesta nos corpos, nos saberes e na forma de compreender o passado que se perpetua no presente, discriminando e separando grupos considerados dissidentes da “humanidade padrão”.

---

<sup>5</sup> No momento da escrita desta dissertação, passamos por um período de governo de extrema direita, com cenário de crise sanitária, econômica e social, e muitos direitos foram absolutamente atacados e desmantelados pelo poder na gestão nacional de 2018-2022.

Como resultado dessa marginalização dos grupos “dissidentes” da chamada normalidade, a educação brasileira e o currículo escolar do País têm priorizado as culturas hegemônicas, reforçando o que chamamos de racismo epistêmico, como parte do racismo estrutural. Descolonizar a escola, as práticas pedagógicas e os currículos na educação infantil precisam passar pelo questionamento de que a branquitude é a única que tem legitimidade nos brinquedos, nos livros, nas brincadeiras e nas mídias. A descolonização dos currículos deve prever a reconstrução de uma democracia que garanta a igualdade de oportunidades para os diferentes segmentos étnico-raciais e sociais. Essas mudanças só se tornam potentes se educadores, gestores educacionais, pais e alunos compreenderem que os conhecimentos dos povos de origem africana e as experiências de crianças não são mais “um conteúdo a ser ensinado”, mas representam uma mudança epistêmica e estrutural.

A educação infantil deve tratar das questões étnico-raciais, mas isso só é possível se os educadores que atuam nessa etapa da educação estiverem preparados para isso. Os currículos dos cursos de licenciatura e os cursos de formação precisam passar pela revisão de seus conteúdos, mas antes disso devem passar pelo debate teórico e conceitual, além das experiências diversas, entre professores. Investir cada vez mais na formação continuada dos professores, por se tratar de um processo permanente de aprimoramento da prática pedagógica e de ruptura com o conhecimento que alimenta o racismo estrutural, que possibilita ao docente ampliar conhecimentos que serão fundamentais para evitar os impactos danosos no cotidiano da sala de aula, como conta Camila:

Na nossa época era tudo normal, tudo normalizado. Então as crianças cometiam o racismo de uma forma inconsciente, sem saber que era errado, era uma brincadeira, e era normalizado para todo mundo, para os adultos, para as crianças. Cabelo duro... até tinha uma musiquinha: “nego do cabelo duro que não gosta de pentear...” (Camila, informação verbal, 2021)

A escola não parece ter mudado muito para alguns sujeitos; é preciso entender os discursos que norteiam esses professores para chamá-los para uma realidade chamada racismo, descolonização das práticas, educação de qualidade, desenvolvimento integral do ser humano, porque enquanto eles estão presos nesses preconceitos quem perde são as crianças que a eles têm acesso e que não terão a oportunidade de viver sua infância de maneira que sua singularidade seja valorizada, sua história respeitada e seu psicológico preservado.

Considero, como os autores aqui estudados, que o racismo estrutural produz e reproduz uma lógica perversa que sustenta uma falsa harmonia social ou uma democracia

racial que faz crer no imaginário de que diferentes raças dividem igualmente as mesmas oportunidades econômicas, territoriais, políticas, culturais e emocionais. Na verdade, o padrão hierárquico e hegemônico legitimou a escravização e suas permanências, contribuindo a educação para colocar crianças negras em lugares inferiorizados, depreciativos, que congelam sua história e seus agenciamentos.

Ancorando-se numa outra concepção, em que se reconhece a subjetividade das crianças numa perspectiva antirracista, “a luta produz cultura, o movimento negro, a partir dos códigos e significados produzidos na/pela luta antirracista, também produz o que chamamos de cultura de luta antirracista” (ALMEIDA, 2018). Os códigos e significados como as leis 10.639/03, 11.645/2008, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros, frutos da luta do movimento negro brasileiro, são formas de reeducar a nossa sociedade para que ela possa ser mais justa e igualitária.

A conquista de direitos através da cultura de luta antirracista tem por objetivo o fim do racismo e é uma forma de reparar a violência que o povo preto tem sofrido e assim acabar ou diminuir as desigualdades pela raça. Pensar essa cultura de luta é conceber que ela possa ser corporificada principalmente nos ambientes de produção de cultura como a escola. A luta antirracista traz benefícios não só ao povo negro, que terá a oportunidade de trazer à tona a memória coletiva, mas de uma forma crítica onde serão desmistificados o racismo e as discriminações forjadas para explorar e manter a comunidade negra à margem da sociedade, mas também ao branco que terá uma oportunidade de acessar uma educação desintoxicada, livre dos preconceitos e das mentiras.

Para que isso ocorra, é preciso que se compreenda que nenhuma formação ou postura docente é neutra, mas assume uma posição diante do racismo, de forma consciente ou não, e é capaz de afetar seus alunos e alunas. Nesse sentido, a discussão de racismo e de preconceito na formação docente diante da atual conjuntura se faz necessária. Como as entrevistas das docentes mostram, o processo de sua formação começa no meio familiar, passa pela própria formação como discentes na escola e na universidade, e continua no exercício da profissão. As ausências de debates nos currículos pelos quais foram formadas, assim como sua posição racial, social e até mesmo de gênero, faz com que valores morais e culturais se expressem em suas aulas, em suas práticas pedagógicas e na forma como concebem a escola, reconhecendo ou não o racismo. Em algumas falas é possível perceber posições preconceituosas e discriminatórias, ou que expressam certa ignorância, uma vez que o racismo estrutural é introjetado também por elas nas instituições pelas quais passaram.

Isso significa que uma educação antirracista não envolve apenas realizar reformas que envolvem uma avaliação do currículo formal, mas também do chamado currículo oculto e dos processos de formação continuada, rebatendo preconceitos dos próprios professores. Dessa maneira, a educação antirracista é aquela que está relacionada com o ensino das relações étnico-raciais, promoção de valores que promovam a equidade, tratando de temas como preconceito, discriminação, exclusão, cultura africana e afro-brasileira e racismo. O professor deve contribuir para que as relações étnico-raciais do Brasil tenham novos significados e interpretações pelos seus alunos, romper com o mito da democracia racial que nega a desigualdade racial no país, buscando uma educação que ensine a convivência com as diferenças, mas ele precisa, primeiro, passar por sua própria transformação, primando por sua formação. Segundo Cavalleiro, esta transformação deve passar por uma prática antirracista:

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar, e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'.
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados. (CAVALLEIRO, 2001, p. 158)

Desta forma, é fundamental uma postura e uma prática pedagógica que valorize a diversidade étnico-racial e que combata o racismo no cotidiano escolar. Gomes (2005) explicita que ensinar sobre a diversidade étnico-racial não é somente inserir a história e culturas africana e afro-brasileira nos conteúdos escolares ou temas transversais, é também trazer as discussões sobre as relações sociais da escola que aparecem no cotidiano, uma educação antirracista e uma pedagogia preta.

Mesmo que os documentos legais e oficiais citados aqui possam representar avanços, o reconhecimento dos direitos das crianças como sujeitos de sua história e de sua identidade e autoestima ainda não se realizou. Precisamos desenvolver um currículo e uma prática pedagógica que combata o etnocentrismo, que proteja as crianças negras de toda forma de discriminação e inferiorização e que valorize o multiculturalismo e a diferença. Na educação

infantil, é urgente enfrentarmos os efeitos nefastos do racismo, que comumente é reforçado, muitas vezes, por boas intenções docentes, que enaltecem um currículo branco e a estética da branquitude, seja pelas inúmeras histórias de princesas da Disney ou pelo reforço incansável dos estereótipos da preta cozinheira, como a Tia Anastácia. Por isso, não é suficiente que a educação infantil celebre a consciência negra apenas em datas comemorativas. Trabalhar a educação antirracista não é um processo fácil, pois demanda atitudes necessárias e desconstrutoras do racismo nas instituições, como a escola, de forma a promover o debate sobre as questões raciais, observar e intervir impedindo atitudes e discursos racistas por meio de um discurso de igualdade, respeito, diversidade, cidadania e reparação histórica que evitem fatos como o lembrado pela professora Ana Paula: “Às vezes a criança se pinta de azul, verde, só para não usar a cor do tom de pele dela”.

O racismo que estrutura nossas vidas faz ocorrer fatos como o descrito no trecho acima de uma das entrevistadas, faz com que a criança sinta vergonha da cor da sua pele, do seu cabelo e isso provoca graves consequências psicológicas para o resto da vida. Devemos pensar que o racismo começou na sociedade, historicamente, e conseqüentemente fez parte da escola e perdura até hoje. Na escola ele ganhou mais força e será na escola que ele perderá sua força se estivermos unidos em uma educação antirracista onde o foco seja a justiça e a igualdade. E isso só será possível se os professores, diretores, secretários desenvolverem um compromisso político no combate à discriminação racial, como afirma Ana Paula: “Se o professor pudesse ter essa formação, porque a partir do momento que o professor não tem essa formação fica cada vez mais difícil”.

Nosso país ainda é marcado pelo abismo racial, entender e desenvolver a educação antirracista é fundamental para que justiça e sociedade caminhem juntas, mas para que o professor trabalhe a educação racista dentro da escola é preciso que ele reconheça esse abismo racial que existe na sociedade antes de tudo. Na entrevista abaixo temos um trecho que mostra que temos urgência de tratar as questões raciais desde a Escola:

Certo dia eu estava lá em Botafogo, eu tinha entre 23, 24 anos, uma área até mais ou menos nobre do Rio, eu estava no Pão de Açúcar, que é um mercado meio elitista, o segurança estava nos seguindo, eu e minhas amigas, só que minhas amigas eram pessoas que nunca ficaram quietas e questionaram: “Por que você está atrás da gente?” Ele respondeu: “não, não estou seguindo vocês, não!”, mas estava, claramente. Deve ter pensado: “três pretinhas no mercado, o que elas querem aqui no Pão de Açúcar?”. (Ana Paula, informação verbal, 2021)



Essa é a realidade de muitas pessoas negras ao entrarem em um supermercado, são seguidas como se fossem roubar algum produto. E qual é a característica que fez o segurança segui-las, se não a cor da pele? Nós precisamos de uma educação antirracista para que esse cenário mude e as pessoas possam ser respeitadas e valorizadas independente do lugar em que ela está. Uma formação de professores que contemple a discussão das leis antirracistas e de proposições pedagógicas para o combate ao racismo está como uma das principais soluções para amenizarmos injustiças e práticas excludentes no espaço escolar. Deve-se pensar a inclusão, de forma pedagógica e didática, por meio de temáticas relacionadas às questões étnico-raciais perpassando as várias áreas do conhecimento. Mesmo tendo consciência de que as estruturas racistas de nossa sociedade não mudarão como mágica, cremos que o fato de começarmos a discussão dentro das escolas já é um passo importante para pensarmos o enfrentamento do racismo.

De fato, “respiramos a colonialidade na modernidade” e observamos que o eurocentrismo e o racismo se retroalimentam no contexto educacional, num ciclo vicioso que inviabiliza a construção de uma perspectiva realmente democrática nos currículos e na educação”. (ALMEIDA, 2018, p. 52)

O autor apresenta o contexto educacional que encontra no racismo e no eurocentrismo barreiras para construirmos uma educação verdadeiramente democrática. Assim, nossos currículos e a realidade do nosso cotidiano escolar estão impregnados de práticas racistas, muitas vezes ignoradas pelos professores. Temos, com isso, a urgência de que se amplie o diálogo entre professores e currículos eficazes no combate ao racismo, para que consigamos interromper essa educação colonizada em que a branquitude continua perpetuando seus privilégios.

A memória e o registro histórico são elementos importantes para a formação integral da pessoa negra, pois através delas teremos acesso às lutas, às conquistas, às desmistificações no cenário de disputa política entre reconhecimento e apagamentos. Essas informações são fundamentais para a construção de uma concepção antirracista e democrática na educação. A educação antirracista não é fácil de ser aprofundada nas escolas, porque valores europeus ainda representam a regra, o habitual, o aceitável. Mas isso é uma construção social e política, assim como o racismo também é uma construção social e política, em que podemos começar a mudar esse quadro trabalhando dentro das escolas, mudando o seu cotidiano, enegrecendo o currículo e o cotidiano através das práticas antirracistas.

## 2.2. Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu

As desigualdades raciais e de classe são heranças deixadas pelo processo de escravidão. Os negros foram libertos das algemas no século XIX, mas a escravidão continuaria em outras formas, representadas na fome, na miséria, na falta de emprego, baixa renda, violência e na falta de acesso à educação. O racismo, infelizmente, não acabou com a assinatura da Lei Áurea. Continua a determinar um lugar para o negro, nas favelas, nos subempregos, e até mesmo na educação em que até hoje somos silenciados.

Os aparelhos ideológicos como a escola (família, igreja, meios de comunicação, etc.) veiculam valores que, junto com o mito da democracia racial, mostram uma suposta superioridade racial e cultural da branquitude, e é assim que a criança começa a negar sua identidade e sentir vergonha dos seus traços negros, porque para ela o que é bonito é o que estão falando que é bonito, é o que é visto na televisão e assim ela internaliza esse modelo de brancura como o padrão a ser seguido, e como desconstruímos tudo isso, é necessário que toda a sociedade esteja comprometida com a luta antirracista se quisermos uma sociedade mais justa. As narrativas de Ana Paula, Flávia, Camila e Maria Beatriz demonstram os limites de uma formação docente que proponha uma visão antirracista:

Na faculdade eu não estudei essas questões raciais, não tinha nada. Somente na própria prefeitura comecei a fazer uns cursos com temas voltados para pessoas negras... aí eu comecei a ver esse lado. (Ana Paula, informação verbal, 2021).

Na universidade trabalhou tanto essa questão e autores, nós trabalhamos também. Não só nessa vertente. É pesquisando tribos indígenas... o professor queria passar o que são culturas diferentes, então foi muito trabalhado isso. Na nossa época, era uma visão mais eurocêntrica, o branco, o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral... já havia os povos indígenas aqui, então eles salientavam essa questão, inclusive o conhecimento das ervas para chás, aromáticas... e eles diziam que o conhecimento dos povos indígenas era chulo, mas na verdade eles usufruíram desse conhecimento... Essa lei 10.639/03, na faculdade eles falavam de uma maneira bem superficial, bem suave, bem sucintamente, como falei, eles falavam de uma forma geral e não especificava. Na faculdade, bem superficial, ouvi falar sobre luta antirracista. Foi trabalhado sobre a Lei Áurea, que a princesa foi lá e escreveu, e assinou a carta de alforria para os negros. E contou a história de alguns negros, como o Luther King, algumas pessoas que lutaram. Mas assim... não enfatizando, mas falando de todas as culturas... (...) nunca fiz nenhuma formação com essa temática, mas como falei, na faculdade o que era valorizado era a diversidade e não só o negro. Essa lei foi debatida bem superficialmente na

faculdade. O que era valorizado era a diversidade e inclusive a maioria dos meus professores eram negros. (Camila, informação verbal, 2021).

Meu curso de graduação foi uma escolha, tipo, “meu Deus, preciso fazer alguma coisa, preciso ser alguém, preciso sair dessa vida”. Então tive a oportunidade de fazer Pedagogia na Universidade Sant’Anna. Me formei em 2009 e em nenhum momento tive acesso a discussões antirracistas ou de pessoas negras. Eu tive um professor negro de sociologia e, mesmo ele, não apresentou escritores negros. Eu tive acesso às discussões antirracistas nos coletivos que comecei a frequentar com minhas amigas. E me afetou muito, de uma forma que eu quis ir para a escola e trabalhar com as crianças. (Maria Beatriz, informação verbal, 2022).

Eu li um livro na faculdade Anhanguera, “Os meus romanos”, que era de uma educadora alemã que veio para o Brasil ensinar os filhos da elite, por isso chamava “meus romanos” e ela escrevia cartas para uma amiga que ficou na Alemanha ou Inglaterra... E ela contava e falava do negro, do comportamento, da marginalização, das características dos negros, de uma forma bem preconceituosa. Ela falava assim, do nariz, dos detalhes, e falava que era feio. Então, ela só tinha aquele padrão europeu, quando ela chegou aqui, aquilo para ela era feio. O que ela tinha no cérebro era aquele padrão. Como haveria confronto de padrão, se ela só conhecia aquele? Não tem alimentação da informação, precisa ter! A criança precisa ter repertório para escrever. Mas ela está alimentada? O cérebro imprimiu a imagem de outras palavras, de outros livros, então vai buscar o repertório onde? Do nada? Colocar na cabeça e imprimir? Para nós, é preconceito, para ela, sei lá! Ela fala da abolição! Os negros foram liberados da escravidão, mas para trabalhar preferiram os imigrantes, que eles achavam que a mão de obra era mais qualificada. E os negros não tinham lugar para trabalhar, porque ninguém queria pagar. Eles estavam na rua e precisavam comer, por isso a palavra “às margens”, os caminhos para as pessoas passarem e eles ao lado. Ninguém valorizava o trabalho deles, não tinham terra, não tinham animais, não tinham meios de sobrevivência e foram obrigados a roubar. Ninguém deu nada para eles sobreviverem! E muitos trabalhavam de graça, por comida: vou ficar aqui porque tenho comida... (Renata, informação verbal, 2021)

Entre as entrevistadas, a narrativa de Camila é a que mais destoa, no sentido de não apontar a necessidade de debates ou de ações específicas contra o racismo. Sua formação, segundo ela, foi baseada na ideia de diversidade, não reconhecendo a importância da aplicação da Lei. Sua fala expressa o problema que Adad, Nascimento e Martins (2020) afirmam ser recorrente nas escolas quando, ao defender a ideia de diversidade, apaga-se, de fato, o debate: Os autores explicam que as palavras diferença, diversidade e tolerância muitas vezes perdem o potencial de possibilitar outros modos de educar, pois estão desgastadas nas discussões educacionais, trazendo poucas mudanças. A diversidade foi capturada por grande

parte dos programas governamentais e discursos sobre educação como uma palavra ligada à ideia de tolerância ou de convivência, sem valorizar a diferença, mas aturando-a sem valorizá-la. Quando Camila afirma que não aborda a questão do racismo apenas voltado à população negra, pois teria que trabalhar “todas as raças”, posiciona-se ao lado de uma convivência com ausência de conflito e sem assumir responsabilidades, inclusive da escola.

Para entender como é importante trabalhar a Lei 11.645/08 para uma mudança de comportamento da nossa sociedade e quando não trabalhamos estamos contribuindo inconscientemente ou não para a perpetuação das desigualdades, vamos analisar a narrativa das duas professoras que se colocam de forma diferente em relação à prática proposta pela Lei:

Olha, é aquilo que eu te falei, a gente sabe que existe uma lei e sabe que é obrigatório, só que a gente não trabalha. Eu vou te falar a verdade: a gente até fazia formação no Centro de Educação Infantil, a gente trabalhava muito as datas comemorativas, hoje sabemos que não é, que é todos os dias, mas é o que falo: falta informação, falta preparo, falta conhecimento... (Renata, informação verbal, 2021)

Novamente nos deparamos com a narrativa que os professores não estão preparados para trabalhar uma educação antirracista, mas segundo Moura (2005, p. 69) “considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro.” Por mais que se tenha um currículo é necessário que o professor promova uma prática transformadora.

Eu não sou racista, porque eu aceito a diferença do outro. Eu aceito que o outro é diferente de mim. Tanto na maneira de pensar, como na forma de vestir e de agir. Porque uma pessoa racista é uma pessoa intolerante, ela não consegue conviver com as diferenças! (...) O Brasil abre portas do mercado de trabalho para muitas culturas, então, o que eu procuro trabalhar são as diferenças, respeito ao outro, tanto no sentido de alimentação, nas vestimentas, nos sotaques, no jeito de arrumar os cabelos, no falar, no andar... Não tem só a questão de diferença de cor e de culturas, tem as pessoas com deficiências, então procuro trabalhar de uma forma ampla que todos nós somos singulares! Na minha faculdade, se falava muito que nós não somos cem por cento branco, a maioria é mestiço porque vieram os portugueses com as embarcações. Então nós somos uma mistura. Não existe uma raça pura. Hitler queria uma raça pura, por isso o holocausto! E não existe raça pura e sim a diversidade! A maioria das pessoas é uma mistura. No sangue da gente corre sangue negro, indígena, europeu... várias culturas na nossa árvore genealógica. Na faculdade os professores enfatizavam as diferenças, que somos singulares. (Camila, informação verbal, 2021)

A professora Camila, diferente das demais entrevistadas, ainda não se mostra atenta à importância desse compromisso de uma educação antirracista, em que ela é agente importante na luta contra o preconceito, contra as discriminações e o racismo. Sua fala é representativa de muitas posturas docentes que ainda aceitam a ideia de “democracia racial”, trabalhando com conceitos como mestiçagem e com certa ideia de cordialidade em que todos são tratados igualmente, vindo de sua própria formação acadêmica e por ser uma mulher branca, que não teve seu corpo e sua vida atravessados pelo racismo ou por experiências como a descrita por Maria Beatriz.

Falar do racismo de maneira aberta, transparente, pode significar trincar ou ruir um modelo discursivo hegemonicamente aceito e que marca significativamente o inconsciente e o imaginário coletivo do povo brasileiro: o de que o Brasil é um país inclusivo, harmônico e racialmente democrático. A professora Ana Flávia procura falar sobre sua experiência numa escola atravessada pelo racismo, mas em que foi possível realizar um trabalho antirracista:

Eu considero a escola bastante (vou falar da minha experiência que eu tive em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental) racista! E a gente teve uma diretora negra que é a Yara, e quando ela acessou o cargo de diretora, ela fez todo um trabalho na escola, e com esse trabalho de formação dentro da área das questões étnico-raciais, foi possível a gente fazer alguns trabalhos... Inclusive esse trabalho surgiu por conta de uma situação de racismo de uma professora com um aluno, a família foi para a escola reivindicar os direitos! E eu considero o espaço institucional escola pública racista. (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Através da narrativa de Ana Flávia, podemos observar que ela considera a escola um espaço racista e que promove uma educação eurocêntrica que nada contribui para a formação do indivíduo negro. Podemos refletir com as palavras de Moura (2005), que muitos brasileiros que negam a sua identidade, inclusive porque a escola não lhes permitiu conhecer a sua história; observação também feita pela professora Renata que, assim como Ana Flávia, entende a escola como um espaço que reproduz o racismo, mas que está começando a se transformar:

Eu acho que a escola reproduz as desigualdades ainda, não deixaram de reproduzir. Mas agora que está começando a dar visibilidade para as pessoas de representatividade, na política, vê que tem essa importância, que precisa ter representatividade nos programas, nas campanhas de propaganda... Hoje tem mais, só que ainda falta, porque tem o outro lado que ainda é muito

trabalhado, ainda o padrão. Ele nunca vai deixar de existir! (Renata, informação verbal, 2021)

Refletindo sobre a narrativa da Renata, podemos observar que ela fala da representatividade em outros espaços como a política e propagandas e, mesmo sabendo que a escola produz e reproduz o racismo, considera difícil desenvolver um trabalho de educação que valorize as pessoas negras. Pelo contrário, ela afirma que o “padrão” nunca vai deixar de existir. Essa reflexão nos remete a Munanga (2005), quando ele afirma que o sistema educativo, dentro desse padrão racista, apaga a história negra, sua identidade, e deixa a repetência e a evasão escolar se transformarem em estatísticas elevadas quando falamos do povo negro.

Renata, no entanto, compreende que o racismo é como um exercício constante, uma repetição discursiva (uns óculos, com ela afirma) que faz as pessoas enxergarem e explicarem a sociedade a partir de um padrão que, para mudar, precisa também ser desmontado. Para ela, a leitura antirracista precisa ser alimentada, como o corpo, para que a sociedade aprenda a ver com outros olhos:

Eu não posso dizer que eu não sou racista, não posso negar, a gente precisa dar nome às coisas. Eu venho de uma sociedade, de uma educação... O que eu tenho que fazer é tirar de mim, porque às vezes é inconsciente. Eu não posso dizer “eu não tenho nada”. Eu acho que eu sou o que me construíram, a sociedade me construiu, então não adianta eu falar que não tem nada, eu estou aprendendo ainda... A gente é um ser inacabado. Eu tento ter consciência e tento identificar, precisa identificar o sentimento, a emoção negativa em mim. Precisa aprender a identificar, e para isso é treinado é cognitivo. Se ninguém quer assumir que tem... Tem inclusive pesquisas que mostram que eram pessoas de várias etnias, cor, né? Várias cores, e mostrava uma arma. Não era uma arma, era uma coisa que imitava uma arma e quando passava uma pessoa negra na sequência, você via uma arma!... O seu inconsciente viu uma arma, porque a tendência desse viés, desse óculos que a gente é formado na sociedade, vai induzir a gente, sabia? Porque o cérebro não vê tudo, ele supõe e ele completa de acordo com o viés, então ele vai completar. Por isso o confronto! As pessoas dizem que eu emagreci bastante. Eu falo: o problema não é só perder a gordura, o problema é ganhar massa! Então, como faz? Existe um alimento, um tipo de alimento que faz crescer a massa, e tem tipos de alimentos que faz crescer a gordura. Qual você está se alimentando? Se eu estou dando alimento para gordura, quem vai crescer é a gordura, eu posso até deixar de comer o alimento da gordura, ela vai sumir. Só que eu vou perder massa junto. Então precisa fazer exercício, deixar de comer o que vira gordura, mas eu tenho que alimentar a minha massa para não perder ela. O cérebro é a mesma coisa: eu estou alimentando a informação, não só tem informação racista, imagens preconceituosas, estrutural dessa sociedade. (Renata, informação verbal, 2021)

Essa repetição performática, que “faz ver o mundo” pelo filtro racista também é lembrado na memória de Maria Beatriz que demonstra como há um estigma sobre cotistas negros, por exemplo, sempre associados à preguiça, a não meritocracia:

Todos somos racistas! Alguns têm coragem de mudar e fazer diferente. Outros estão acomodados ou pensando em se aposentar, ou falando que a escola ficou chata, que não pode mais nada, nem orar!!! Chega a ser engraçado! O que eu quero dizer é que estamos caminhando para um mundo em que as pessoas não suportam ver as pessoas negras vencendo. Tem pessoas que têm ódio das cotas. Uma professora disse uma vez na sala dos professores: “esse negócio de cota tá colocando todo tipo de gente na faculdade, minha sobrinha estuda na USP, superinteligente, disse que foi vítima de chacota porque queria ensinar inglês para o povo da cota, os bolsistas, e eles não quiseram. Eles não gostam de estudar, só estão lá por causa do bandeirão, que é uma comida que a USP oferece de graça.”. (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Munanga (2005) nos ajuda a compreender esta postura que impede de enxergar o problema do racismo na educação. O autor fala que a maioria dos professores também é formada nesta “repetição social” e passam a ignorar o problema, acreditando que ele não existe por preconceito e incapacidade de lidar com a diversidade. Como afirmam Cavalleiro e Henriques (2008, p. 11), “as chances de a escola ser um núcleo de resistência e de abrigo contra a violência racial dependem de uma completa virada de jogo.” E essa “virada de jogo” depende da consciência política do professor e também de sua formação. Sobre essa luta cotidiana, Ana Flávia narra:

Na condição de professora negra já passei por uma situação que eu percebi o racismo institucional, não em sala de aula. (...) Como professora negra, tenho colegas que são professoras negras, e a gente percebe isso. Mesmo sendo uma rede pública, não podemos partir da ilusão de que sou uma professora negra, que não vai ter o racismo ali. Existe o racismo! Ele está na escola e tem muitos professores fazendo esse trabalho dentro das Escolas. A gente tem colegas que são negros que se formam e entram no espaço da escola pública para fazer esse trabalho de conscientização. Eu vim de uma Escola Municipal de Ensino de Fundamental que é muito forte esse trabalho da questão étnico-racial. Num dado momento, ele foi muito potente, porque a direção tinha uma diretora que era negra e pautava e considerava essa abordagem interessante, depois ele foi meio que sumindo foi meio que acabando, mas tem colegas que ainda resistem e estão lá na linha de frente tentando fazer esse trabalho. (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Por meio da narrativa de Ana Flávia observamos que ela percebe o racismo que perpassa as instituições. Ela afirma que mesmo estando dentro de uma escola, ou seja, um ambiente educador e educativo, muitas pessoas podem pensar que no espaço que produz educação não tem racismo, mas infelizmente tem. Ela afirma, também, em sua narrativa que enquanto havia pessoas negras na direção, o posicionamento sobre as questões e projetos antirracistas era diferente e foi sumindo conforme mudou a direção. Ela aponta que questões raciais, muitas vezes, são trabalhadas na escola conforme a direção ou a centralização em uma pessoa, mas que ainda há docentes que têm consciência e autonomia para dar continuidade ao trabalho que está no currículo e pensar a escola como espaço onde a diversidade deve ser o foco coletivo. Uma luta, um projeto, e não uma vontade singular.

De acordo com Amílcar Araújo Pereira (2021 p. 51-52), o colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferentemente dessa ideia, a colonialidade refere-se a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas, em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, está relacionado à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar de o colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Nesse sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente, que também atravessa a educação e práticas naturalizadas de racismo. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Pereira (2021) pontua que quando trazemos essa discussão para o campo da educação, e mais especificamente para o ensino de História, entendemos que de fato ‘respiramos a colonialidade na modernidade’ e observamos que o eurocentrismo e o racismo se retroalimentam no contexto educacional, num ciclo vicioso que inviabiliza a construção de uma perspectiva realmente democrática nos currículos e na educação. Para ele, a ideia de democracia, nos currículos e nas escolas, tem como pressupostos a participação e a representação de todas as pessoas envolvidas no processo educativo em termos de igualdade. Assim o eurocentrismo alimenta o racismo (e vice-versa) e impossibilita que memórias e histórias das populações negras ou indígenas estejam presentes nos currículos e no ensino de



história, esse processo inviabiliza o desenvolvimento de uma perspectiva realmente democrática no processo educativo. O racismo estrutural atravessa o cotidiano das relações de gênero e de raça nas famílias e esse aspecto, muitas vezes, é limitante do trabalho em sala de aula, como afirmam as professoras:

Eu acho que com as crianças não tem dificuldade de trabalhar educação antirracista, mas tem uma questão que vai mais a fundo, é a questão com a família porque muitas vezes essa questão já está na família, a família não se reconhece como negra, e eu via muito isso quando eu trabalhava em Centro de Educação Infantil. Na hora da família, geralmente a mãe que realizava a matrícula da criança, que eu via que era uma mãe negra, com uma criança branca, às vezes o pai era mais claro, branco, e na hora de perguntar a cor da criança, muitas vezes a criança já era uma criança mais escura, mas eu via aquela dificuldade de a mãe declarar que a criança é negra ou parda, porque tinha opção de parda também, mas muitas falavam “branca”. E eu falava: “você tem certeza?” Mas eu não podia questionar. Às vezes a própria mãe tem questões que são familiares, e eu tenho medo de falar que a criança é negra e a mãe reclamar. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Nessa narrativa da Ana Paula podemos observar o racismo que é estrutural e estruturante das nossas relações. O mito da democracia racial nos conduziu para esse cenário em que a sociedade foi ensinada a acreditar, por muito tempo, que somos todos iguais e que no Brasil não existe racismo. As pessoas negras, mas com tom de pele clara, se sentem ou são brancas, muitas vezes para não sofrerem a própria violência contra seus corpos, numa forma de defesa. Segundo Munanga, (2005 p. 15) “não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade.”

Sem aceitar essa situação como uma condição, um determinismo, Ana Flávia evidencia o fato de que há trabalhos importantes, de caráter antirracista na escola e com algumas famílias, mesmo em meio a um cotidiano naturalizado de relações hierárquicas e discriminatórias da população negra:

Agora é de fundamental importância reconhecer que as famílias têm tido um papel muito importante, a gente percebe na Educação Infantil que as crianças estão chegando com uma autoestima bastante elevada, assumindo seus cabelos crespos e encaracolados, então a gente percebe que essa família está fortalecida! Não por causa de alguma instituição do governo, por conta do próprio movimento negro! A gente tem sim conseguido por meio de um trabalho árduo do movimento negro nesse país, fazer com que as pessoas

negras possam ter autoestima, já vão trabalhando com os seus filhos. Então já dá para perceber esse avanço... (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Através da narrativa da Ana Flávia podemos observar que assim como ainda tem pessoas que não despertaram a sua consciência para as questões raciais, outras pessoas já despertaram, e percebemos, quando observamos as crianças indo para a escola com seus crespos soltos e com penteados como tranças, uma mudança no olhar sobre elas, que reflete ações de resistência e empoderamento e não apenas de subalternidade. Em concordância com elas, considero que quando vamos conversar com as famílias, percebemos que algumas possuem alguma formação ou participam de coletivos que trabalham as questões raciais; ou, seja, essa transformação, muitas vezes, não partiu da escola, mas adentram o seu espaço forçando uma transformação na própria educação. E é importante que a escola assuma esse papel de trabalhar as questões raciais de forma positiva porque, dessa forma, muito mais pessoas poderão ser alcançadas. Porém, para que haja o diálogo com as famílias, é preciso haver projetos, políticas públicas e diálogo, como continua a refletir a professora:

A família não tem participação no processo educativo da criança, a família não tem participação nas decisões da escola... Esse trabalho não existe, ele não existe! Esse também seria, não sei como que a escola poderia fazer, não a escola, a prefeitura teria que pensar em uma forma de fazer esse trabalho étnico-racial com as famílias, não existe esse trabalho! Infelizmente, a gente percebeu, inclusive na pandemia, que muitas famílias se desesperaram por ter as crianças com elas lá 24 horas por dia. Não atinge! A família não está na escola, a família não está presente na escola! (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Nesse trecho da narrativa da Ana Flávia podemos observar a sua angústia ao dizer que a escola não faz o seu papel diante da comunidade, mesmo que o Currículo da Cidade de São Paulo afirme que “Tendo em vista que os CEIs e EMEIs devem educar as crianças de forma compartilhada com as famílias/responsáveis, é fundamental que sejam organizados espaços para a formação entre as(os) profissionais e debates com as famílias/responsáveis sobre as suas perspectivas” (SME/COPED, 2019, p. 53). Nesse sentido, a escola tem o dever de convidar a família para dentro do espaço que pertence a todos e realizar formações e debates sobre diversos temas, principalmente os que tratam das questões raciais.

### 2.3. Pensando caminhos para a educação antirracista

Alguns autores, como Pollack (1992), já discutiram as relações diretas entre memória, história e identidade cultural para o fortalecimento de grupos. Além dele, Pereira (2021) fala da importância dos currículos escolares nessas discussões. As memórias e histórias sobre diferentes passados, segundo o autor, a pluralidade de passados em que populações negras e indígenas produziram, criaram, lutaram, são fundamentais para a construção de uma perspectiva antirracista e democrática na educação, além de possibilitarem construções identitárias positivas por parte de todos os envolvidos no processo educativo. Uma identidade cultural e política positiva, por sua vez, é importante para a própria ação humana no presente, em busca da construção da “pluralidade de futuros”.

A ideia persistente de Europa como o centro do mundo, como lugar da civilização, do conhecimento, da beleza etc., é uma construção que se consolida apenas no século XIX, concomitantemente à consolidação do imperialismo/colonialismo europeu, da ideia de raça e racismo. Portanto, a história do que chamamos de “racismo moderno” é resultado de uma construção política e social muito recente na história da humanidade. É uma construção muito forte e com impactos na própria estruturação de sociedades marcadas pelo colonialismo. A própria palavra “raça”, da forma como utilizamos ainda hoje, teria surgido na língua espanhola no século XVI ao longo do processo de “conquista da América”. Esta discussão, no entanto, ainda não é realizada de forma eficiente nas escolas, como lembra Renata, promovendo insegurança na prática docente:

A lei 11.645/08 foi muito pouco trabalhada com os professores. E acho que a gente até tem uma publicação que demorou para sair, na época do Haddad, que ele fez um livro para gente. Não sei... era alguma coisa, tipo um currículo, porque a gente ainda não tinha os currículos, então... mas existe um documento, e as pessoas não foram trabalhar, esmiuçar, eu acho que ainda falta isso: material, informação, como trabalhar, exemplos na formação, ensinar como fazer... Porque, se não, a gente acaba não tendo nem por onde começar, não sabe como começa, e tem medo de se equivocar. Eu estou acreditando que a gente está com muito medo também de fazer e fazer errado... e o estrago é grande! Então, as pessoas preferem não fazer e do que fazer e dar errado. (Renata, informação verbal, 2021)

Os europeus precisavam construir formas de justificar a dominação que estabeleciam nas Américas e que resultou no genocídio de povos indígenas e da população negra, produzindo a colonialidade de saber e ser na população dominada. Inclusive a religião foi

muito utilizada para justificar a dominação de povos chamados “pagãos”. Entretanto, Quijano (2005), afirma que a principal justificativa para a dominação colonial imposta por europeus na modernidade foi a ideia criada em torno da palavra “raça” que seria um eixo fundamental do novo padrão de poder mundial, o capitalismo colonial/moderno e eurocentrado.

Stuart Hall (2003, p. 69) confirma a ideia de que “raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo”. De acordo com Pereira (2021), o racismo estrutura historicamente as desigualdades estabelecidas no Brasil e em muitos outros países na diáspora africana, tornando possível a desumanização de pessoas negras e, conseqüentemente, muitos jovens negros são assassinados todos os dias.

O autor ainda afirma que há muito tempo, militantes do movimento negro compreenderam que se vidas negras não importarem nos currículos e no ensino de história nas escolas, a luta contra o racismo na sociedade se tornará ainda mais difícil. No Brasil buscaram formas de intervir no campo educacional, principalmente a partir da década de 1980 e foi obtendo conquistas importantíssimas. Inclusive, o próprio texto da *Constituição Cidadã* de 1988 já refletia algumas das reivindicações de diferentes grupos sociais que até então não eram contemplados nos currículos escolares, como no parágrafo 1º do artigo 242 da Constituição, que determinou que “o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988).

O corpo negro ainda é a base para a incorporação do racismo e discriminação na sociedade. E quando falamos do corpo negro feminino, acentua-se que ele produz o discurso da sensualidade, do desejo, da libido, da posse, mas não o discurso do amor e do direito de ser amado. Dessa forma, esta condição de solidão causa estragos nas relações afetivas e sociais, nas percepções com o próprio corpo e mente. “Muitas vezes, a rejeição ao corpo negro tenta se esconder na ênfase dada à mestiçagem. No contexto do racismo, esta apologia dada à mestiçagem, bem como ao tipo mestiço, é uma forma de negação da negritude” (GOMES, 2019b, p. 132). Desse modo, a sociedade, influenciada pela mídia e indústrias de cosméticos e de moda, transmite aos indivíduos uma dura regra que exclui, diversas vezes, as características dos corpos negros como um padrão de beleza: os cabelos encaracolados e crespos são rotulados como ‘ruins’ ou ‘rebeldes’, estando sempre sujeitos ao alisamento; os traços negros devem ser suavizados pela maquiagem que suaviza os narizes alargados e lábios muito volumosos; a pele negra é branqueada pela maquiagem que insiste em esconder o

escuro e valorizar o tom claro, a moda que se destina ao público negro, muitas vezes, é repleta da ideologia do esquisito, do estranho, da falsa diversidade cultural. Tudo isso faz com que a pessoa negra tenha dificuldades em aceitar sua negritude, a ponto de buscar o branqueamento para que possa pertencer à sociedade que prega, ainda hoje, a eugenia. Essa visão pode ser reafirmada no seguinte trecho de uma das entrevistadas:

Então, tinha aquela questão da chapinha, todo mundo queria alisar o cabelo. Isso ficou muito forte na minha adolescência. Eu já tenho 32 anos! Isso foi nos anos 90, que surgiu a chapinha. No ensino médio, as meninas todas tinham os cabelos alisados, era cultural isso. Ninguém queria ter o cabelo crespo ou cacheado, então era assim na minha época! (Camila, informação verbal, 2021)

A narrativa da entrevistada nos leva a levantar questões como, por exemplo, será que ninguém queria mesmo ter cabelo crespo ou cacheado? Ou a pessoa negra alisava o cabelo e para ser aceita pela sociedade que valoriza o padrão de beleza advinda do branco?

O cabelo é uma questão muito discutida entre várias autoras. Para Kilomba (2019, p. 126), sua narrativa trata da desvalorização do cabelo crespo e que ele foi usado para humilhar e colocar africanos e africanas sob o domínio da branquitude. De acordo com a autora, em uma análise de entrevistas com mulheres negras, ela afirma que “mulheres negras alisam os cabelos, porque se você está com seu cabelo natural as pessoas te xingam”. Então, nessa narrativa percebemos como o racismo “refinado” passa despercebido pela entrevistada, que o vê como um produto de época, quase naturalizado. Ela não tem noção do sofrimento psíquico que leva uma mulher negra a alisar os seus cabelos. Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de submissão dos corpos durante o período de escravização (KILOMBA, 2019, p. 126-127).

A professora Ana Paula, porém, afirma compreender a importância do cabelo cacheado, como uma marca da negritude, mas não vê no alisamento uma “falta de consciência” da negritude. Ela manifesta o seu desejo de ensinar as crianças a valorizarem seu cabelo, o que se deve à sua formação continuada, mas não consegue usar o seu “black”, o que para ela ainda é um problema pessoal:

Foram cursos que trouxeram bastante reflexão em relação à valorização da cultura, da criança que precisa ter as referências desde pequena. Os meus cabelos, por exemplo... eu ainda não consigo assumir o meu cabelo crespo. Tipo o meu cabelo é o 4c, aquele bem crespo, e eu uso bastante trança, acho que nos últimos dois, três anos tenho estado com tranças... Não alisei mais,

mas não sei até quando eu vou conseguir ficar sem alisar o meu cabelo. Eu incentivo a minha filha a não alisar o cabelo, ela usa tranças, o cabelo dela está bem natural, mas sei que ela vai seguir a minha referência, se eu alisar, ela vai querer alisar também! O meu *Black* não cacheia, eu acho assim que no mundo Black, as pessoas falam muito para as pessoas se assumirem, mas até nisso tem divisão, porque as pessoas querem o *Black* cacheado, e ninguém fala que seu *Black* duro mesmo é bonito. E tem pessoas que eu vejo que falam que estão assumindo seu cabelo e fazem um alongamento no cabelo cacheado, mas não é o cabelo dela. Nós não devemos ser extremistas, tem muita gente extremista, eu não vou deixar de ser preta porque eu alisei o meu cabelo! (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Na narrativa da entrevistada, observamos que, ao falar do cabelo, Ana Paula demonstra angústia quando afirma que não consegue assumir o seu cabelo crespo. O cabelo é um dos mais importantes sinais da negritude, mas muitas mulheres procuram deixá-los mais “embranquecidos” porque não é fácil tentar se encaixar em uma sociedade onde os crespos são vistos como feios. “O alisamento dos cabelos crespos é uma violência contra o corpo negro, a mulher foge de uma violência, mas encontra outra diante do espelho. O negro que elege o branco como ideal de ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica grave e dilacerante [...]” (SOUZA, 2021, p. 77). Com as palavras de Souza, podemos ter a dimensão do que é mudar um traço da negritude, talvez seja o mais importante no perfil de uma pessoa negra, associar seu cabelo à noção de beleza, cujos critérios são brancos. Sobre isso, Ana Paula complementa:

A Cleópatra, por exemplo, eu ouvi em um curso que a imagem dela com cabelo liso trata de uma mulher linda. Só que a partir do momento em que foi questionado que ela era uma negra já começaram a questionar a beleza dela, que ela não era tão bonita assim... Em muitos lugares já questionam a beleza dela, porque sabem que a região que ela habitava é uma região de pessoas negras. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

No atual contexto ainda percebemos meninas negras se envergonharem de seus cabelos e a família optar por alisamentos desde muito cedo, como tenho ouvido em sala de aula: “Professora, minha mãe disse que vai alisar o meu cabelo para eu ficar bonita!”... Ficar bonita significa se aproximar do ideal branco de beleza. O racismo é um grande problema que muitas vezes passa despercebido, pois está mais refinado por uma questão estética que se manifesta na forma sutil, mas violenta. Nas palavras da criança, “ficar bonita” soa muito natural, mas essas poucas palavras escondem uma violência contra o seu corpo e que, muitas vezes, a família ainda não é capaz de identificar.

E é assim que surgirá essa ferida narcísica grave e dilacerante, como afirma Neusa Souza (2021) ao se confrontar com o espelho e perceber como é doloroso produzir sinais de branquitude que rejeita a sua negritude e especificidades da sua raça, que julgaram ser feias e sujas. Nesse sentido, para alguém olhar para a negritude e desejar sua companhia é preciso se apoderar dela, mas há um abismo, um sofrimento psíquico. Na narrativa da professora Ana Paula podemos fazer uma relação com a fala da criança/família quando a professora trata da temática do racismo: “Eu acho que poderia fazer debates, falar sobre a beleza da negritude desde pequeno, não só ficar no trabalho com as crianças; trabalhar com as famílias, com os adultos” (informação verbal, 2021).

O posicionamento da entrevistada é que a escola deve chamar a comunidade para tratar de temas raciais, para que assim seja despertada a consciência política sobre o assunto. É muito importante o envolvimento da família quando falamos de uma educação antirracista. Silva, (2000, p. 21) fala da importância “de conhecer para entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira.”

Desde cedo a criança aprende a imprimir essa realidade, que seu corpo, seus traços e seus cabelos, não são aceitos como ideais de beleza. E não é necessário dizer uma só palavra para que a criança perceba isso, é apenas necessário que a criança tenha acesso à mídia tradicional ou alternativa, às revistas de moda, aos próprios brinquedos e até mesmo livros. É um grito que não se ouve, porque a criança não se identifica com as características de uma pessoa bonita e bela, de acordo com os padrões impostos pela branquitude. Quando ela olha no espelho, muitas vezes seu desejo é ser branca, um desejo que colocaram em seu coração através da apelação relativa ao que é a beleza, associada a ser branco.

O acesso a toda essa informação que se desencontra com suas características físicas é muito cruel e faz com que a criança negra não aceite sua negritude. Como professora de educação infantil já ouvi de meninas de 5 anos o desejo de alisar os cabelos para ficarem bonitas, ou seja, já internalizou a falsa ideia de que o cabelo crespo é um cabelo feio, e com a narrativa de uma entrevistada, professora de educação infantil, podemos perceber que as crianças realmente não se aceitam: “Às vezes, a criança se pinta de azul, verde, só para não usar a cor do tom de pele dela”, lembra Ana Paula. Neste trecho, a narrativa da entrevistada mostra que a criança tem dificuldade até de pintar a sua professora, que é negra, com a mesma cor de sua pele:

Tem as questões das leituras, que são mais pontuais, que a gente acaba lendo para que as crianças tenham referências da cor negra. E na hora da representação é que vejo bastante dificuldade, é que a criança não consegue representar a criança negra, até mesmo quando a criança me desenha com lápis rosa eu pergunto para ela por que ela me pintou de rosa. E mostro as outras cores para ela. Eu acho muito importante as escolas terem... até eu sugeri que fosse comprado... aquele conjunto tons de cores porque é importante para a criança. Às vezes a criança se pinta de azul, verde só para não usar a cor do tom de pele dela. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

O trabalho do professor no ambiente escolar é desmistificar o racismo através de uma educação de potência contra-hegemônica, fazendo com que a criança negra possa ter a oportunidade de ouvir sua história contada dentro de uma perspectiva positiva e ver seus corpos valorizados através de narrativas de pessoas negras que fizeram e fazem história. Segundo Munanga:

Creemos que a educação é capaz de oferecer às pessoas a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17)

Quando eu falo em desconstruir todo esse mito através da educação antirracista, é porque percebemos as crianças reproduzirem as falas racistas e preconceituosas como se fosse algo natural, como a narrativa que coloquei acima sobre alisar os cabelos. Essas são falas que ouvimos dentro do ambiente escolar, também trazidas pelas famílias. A criança entende que não é bonita, que vai ficar assim se seus cabelos forem alisados. A educação antirracista pode contribuir para que a criança enxergue e valorize a beleza, que por muito tempo foi silenciada pela branquitude. Vivemos em uma sociedade que precisa ser reeducada a pensar sobre as questões da negritude: como formamos esse pensamento? Quem nos ensinou que somos feios? São questões que parecem simples, mas que se tornam complexas dentro de um universo em crise que é o corpo negro. Como evitar que as crianças negras continuem a desejar serem brancas para se encaixar em uma sociedade que visivelmente está doente? Quanto ao trato com as especificidades das crianças, em especial aos cabelos, Flávia Carolina Silva, em sua pesquisa que tratou de como as professoras tratam os cabelos crespos, afirma que boa parte das escolas de educação infantil traz práticas de arrumar as crianças antes de irem para casa, penteando seus cabelos:



Afinal, faz-se necessário saber que o cuidar e educar de todas as crianças requer considerar a individualidade e especificidades de cada um. Cabe ressaltar que aqueles/as que possuem seus cabelos raspados também precisam de cuidados, afinal o que está em questão não é preparar ou não os cabelos, mas sim estar em contato físico com a criança, afinal estes procedimentos fazem parte do processo educativo. (SILVA, 2020, p. 79)

Silva chama a atenção para o ato delicado de pentear as crianças, procurando não machucar nem expor as crianças negras ao constrangimento e ao sofrimento diante de outras crianças, se não forem tomados os devidos cuidados com os cabelos crespos ou raspados. Um cabelo crespo não deve ser tratado e penteado da mesma forma que um cabelo liso, sendo necessário um preparo por parte de docentes, a fim de contemplar cada especificidade: “A diversidade capilar é um dos aspectos que os/as professores/as precisam considerar e discutir como meio de trabalhar com educação das relações étnico-raciais” (SILVA, 2020, p.79). A autora reitera o que as *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais* (2006) sugerem: “Colocar no colo, afagar o rosto, os cabelos, atender ao choro, consolar nos momentos de angústia e medo fazem parte dos cuidados a serem dispensados a todas as crianças” (BRASIL, 2006).

O currículo, a subjetividade do professor, estão em constante movimento, não é algo estático, então está mais do que na hora de fazermos com que esse movimento, através de formações, possa dialogar com uma educação antirracista, para que esse grito que está silenciado na garganta das crianças possa sair como forma de descoberta das suas raízes, da pluralidade de passados onde existem muitas contribuições para a formação da sociedade e para o conhecimento, que fomente a autoestima, o orgulho e assim possamos reeducar a sociedade para a igualdade de direitos e respeito com a diversidade.

## CAPÍTULO 3. AS POSSIBILIDADES DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: EXPERIÊNCIAS

### 3.1. A necessidade de formação continuada docente

Quanto às dificuldades no desenvolvimento deste debate na escola com crianças e até mesmo com os professores, eu vejo essa dificuldade no debate. Precisa ter de chegar, se conscientizar, saber trabalhar, ter segurança, ter material. Precisa de acesso também a tudo isso; tem que ter como um dos primeiros pontos a discussão do antirracismo e criar projetos que envolvam a escola toda. Eu acho que falta isso. É preciso estar no projeto político pedagógico, estar aqui na escola. Precisa caminhar e ser um dos objetivos do projeto político pedagógico, e cumprir! Vamos fazer um projeto e esse projeto terá de dar frutos; vamos observar: não deu certo e nem errado e vamos trocando, substituindo... (Renata, informação verbal, 2021)

Na narrativa acima observamos que Renata aponta dificuldades para trabalhar a Lei 11.645/08. Ela menciona que a escola precisa dar início a projetos que tratem do antirracismo. Como o racismo estrutura nossa sociedade e, conseqüentemente, as instituições, o currículo não fugiu de sua influência. A branquitude, que detém o poder de manipular o currículo, se encarregou de recheá-los de discriminação. O tempo foi passando e algumas conquistas significativas do movimento negro, como a Lei 11.645/08, ganharam as páginas do currículo. Mas para que a lei ganhe vida dentro das instituições escolares, é preciso a ação humana, é através dos profissionais de educação que a lei irá se materializar em práticas efetivas de combate ao racismo. A crítica de Ana Flávia a posturas como a de outros profissionais que ignoram esse posicionamento político é representativa de uma preocupação que atravessa muitas escolas:

A gente vai ter colegas de trabalho que vão ter a compressão de que não se faz necessário, porque todos são iguais, porque não precisa, porque é balela... eu já ouvi isso, inclusive aqui uma vez, um dia desses: “para mim é tudo igual, não tem essa, se é preto, se é negro”. Aí você ignora, porque eu não vou entrar em discussão com pessoas que não tem como discutir esse tema! (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Se a educação oferecida às crianças negras não dialogar com a sua realidade, não tiver como objetivo fortalecer a sua identidade e contar a sua história, com certeza a escola será um lugar onde essa criança se sentirá não pertencente àquele espaço, o que

inconscientemente está convidando-a a se retirar do espaço e assim aumentar a estatística da evasão escolar. Docentes que não compreendem a urgência da mudança de sua postura supostamente neutra diante da violência do racismo, como a citada por Ana Flávia, colaboram para a reprodução dela. Maria Beatriz cobra essa postura comprometida por parte dos profissionais na escola, muitos deles usando o argumento da existência de um “racismo reverso” para justificar sua inação:

Com as crianças não tem problema em desenvolver nada ligado ao antirracismo. O problema são os adultos e, pior, os professores que fecham os olhos para a diversidade. Uma professora que trabalha comigo disse: “Eu não trabalho essa lei, eu não coloco uma raça sobre outra, isso é errado”. A escola pode fazer muitas coisas, mas o coordenador e os professores precisam estar envolvidos! Se eles não querem fazer, é triste!... (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Podemos observar nesse trecho da entrevista que, mesmo com todo o cenário de racismo estrutural, institucional, o preconceito que o povo negro sofre diariamente é ignorado. A professora citada por Maria Beatriz ainda não enxerga a necessidade de ênfase à educação antirracista. Ela iguala a história do povo negro a outros povos estrangeiros, como se suas trajetórias históricas fossem semelhantes, preferindo tratar a desigualdade e o conflito como diferença, conceitos diferenciados e que exigem posturas didáticas diversas, mas que parece não ser compreendida pela professora. Conceição e Zamora (2015) afirmam que a escola é responsável pelo esclarecimento, pelo debate e pela promoção do respeito. Para as autoras, este espaço se constitui como um lugar de socialização e construção do conhecimento, portanto, deve ser um ambiente de convivência acolhedor e livre de violência. Entretanto, ainda hoje, falta a muitas delas uma educação que leve em consideração a diversidade cultural, a condição social, as possibilidades e as visões de mundo de cada um.

Míghian Danae Ferreira Nunes (2016) concorda que é responsabilidade da escola oferecer a oportunidade às crianças negras para que se vejam e sejam vistas com integral e digna humanidade, como parte da sociedade. Para isso, a autora afirma, que elas precisam encontrar consigo mesmas nos espaços em que estão inseridas, seja na casa ou na escola. Nunes ainda completa, que há a necessidade de fazer com que crianças brancas compreendam a existência da humanidade de crianças negras e que, para que isso aconteça, todo material didático deve estampar as imagens negras, confrontando a exclusividade da branquitude. Sobre isso, Ana Paula também afirma que

Para trabalhar as questões étnico-raciais, eu acho que poderia fazer debates, falar sobre a beleza da negritude desde pequeno. Para formar pessoas não racistas em sala de aula, acho que a primeira coisa é mostrar para a criança que o racismo existe, pois se falar que o racismo não existe você já está criando uma certa ilusão na criança. Mostrar que existem pessoas que tratam as pessoas diferentes, devido à cor da pele, e deixar bem claro isso e mostrar que não é certo. Colocar sem ficar falando muito. Mostrar os personagens, as diferenças, mais figuras para a criança ter referências e se orgulharem. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Entre as narrativas das entrevistadas, observamos que a Ana Paula já tem uma forma de trabalhar a educação antirracista na sala de aula. Ela mostra que compreende o racismo que estrutura a nossa sociedade e acredita que é importante trabalhar desde cedo a respeito das diferenças entre as pessoas e a valorização de cada uma delas. Apresenta consciência do racismo estrutural e institucional, por isso demonstra segurança ao falar de sua prática com as crianças e a importância de se trabalhar o tema com as famílias. Já Renata, mostra em sua narrativa que ainda está um pouco perdida sobre trabalhar uma educação antirracista; afirma que é importante, mas revela ter medo e falta de preparo, mesmo com parcial acesso a material curricular.

A falta de preparo para trabalhar as questões raciais, de acordo com Munanga (2005, p. 15) se deve ao reflexo do mito da democracia racial e isso sem dúvidas compromete o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos. O autor afirma que somos produtos de uma educação eurocêntrica e podemos reproduzir as desigualdades durante as nossas práticas. Infelizmente, alguns professores estão presos a ideias de que não é necessário trabalhar uma educação antirracista, que somos todos iguais, somos todos seres humanos, e que dar ênfase à educação antirracista é discriminar as demais crianças. Esse medo, na verdade, é a falta de formação que Munanga fala, é a falta de consciência. É o desrespeito pela história do povo preto, é fingir que o processo de escravidão que colocou o povo preto nas condições de hoje, em maiores números no sistema carcerário, na miséria, no desemprego, e menores quando falamos de altos cargos e salários e escolaridade, nunca existiu.

Renata, por sua vez, afirma ter tido acesso a alguma formação, mas sente que ainda faltam projetos que garantam melhor conhecimento, que possam oferecer segurança aos docentes. Não se trata de uma ação solitária, nem apenas de documentos, mas de um posicionamento de fato antirracista, via poder público, de modo a gerar autonomia:

Eu já li coisas sobre questões étnicas raciais no currículo da educação infantil. Só que tem coisas que eu até já esqueci... Assim, tudo eu não tenho o domínio, mas acho que foi um ponto favorável que pela primeira vez entrou né... Tinha sim um documento, mas era mais geral, que eu falei que foi publicado pelo Haddad só que é muita coisa; fora essa parte, e a gente precisa aprender como introduzir e trabalhar isso no dia a dia. Então, eu acho que é um tema que tem que ser posto a todo momento, né... A gente não está tão preparada, ainda; precisa de mais publicação e mais informação, mais materiais e ter isso nas discussões do Plano de Ação Especial (PEA), trazer temas de livros, porque assim a gente teria que ter autonomia para escolher o tema. Então, de repente a gente está sentindo que está inseguro para trabalhar. Vamos pesquisar biografias para isso e discutir em cima disso e criar né... as melhores formas de trabalhar, porque a gente não sabe. Tem gente que estudou, pesquisou, sabe e está lá guardado essa informação, mas a gente não está indo buscar, porque a gente só acredita naquilo que nos convém. (Renata, informação verbal, 2021)

Ao reler a transcrição da entrevista e entender a narrativa da Renata voltamos para Munanga (2005, p. 15), afirmando que “alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar”. Essa narrativa traz a reflexão sobre este contexto, que diz mais sobre não compreender o racismo que estrutura a nossa sociedade, ou não entender sobre o racismo institucional, que perpassa as instituições, mas revela a falta de um compromisso com o próprio *Currículo da Cidade*, norteador do trabalho do professor onde está escrito que “Esse grupo de legislações procura garantir aos cidadãos brasileiros em geral o acesso à educação básica, devidamente assistidos por profissionais qualificados e capacitados para identificar e superar as manifestações do racismo como o preconceito racial e a discriminação racial” (SÃO PAULO, 2019, p. 44). No *Currículo da Cidade* já há uma resposta para a educação étnico-racial, onde fala que os professores estão preparados para lidar com as questões, mas na prática é o oposto. A professora questiona sobre a falta de preparo e formação e, muitas vezes, o movimento que envolve o racismo na nossa sociedade. Falta respeito pela criança negra que precisa ouvir a sua história, e falta respeito pela criança branca que precisa ouvir a história do povo negro para entendê-la e respeitá-la. Falta um compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária.

Se esse hábito de não revermos nossas práticas e formas como criamos nossos pensamentos, vamos continuar ouvindo esses argumentos que apresento abaixo e vamos continuar, mesmo “sem querer”, promovendo uma educação desigual, desumana, racista e que não propõe a reeducação da nossa sociedade. Perguntadas sobre como acham que a escola poderia trabalhar as questões raciais na escola, as entrevistadas responderam apontando

propostas, que nasceram de suas reflexões, e não apenas apresentando lamentos ou justificativas para a inação:

Há muito o que se pode fazer, com projetos, formação, músicas, a parte da cultura é muito diversificada tem muita riqueza. Porque a gente só vê representatividade no futebol, aquilo que enche os olhos de todo mundo e é o homem, precisamos aumentar esse leque... aumentar as informações, o acesso, a representatividade que precisa ter pessoas fazendo de tudo, trabalhando de tudo, sendo capaz. Essas informações precisam vir pelas mãos de alguém... Da família, muitas vezes, não dá. Precisa vir da educação das nossas mãos e de projetos. Essa parte cultural ajuda muito se a escola se envolver e levar as crianças para o museu afro, por exemplo. Minha diretora me levou para o museu afro; ela conseguia transporte, conseguia tudo! Precisa se envolver... escrever no papel e tirar do papel, colocar as ideias ali e tem certo e errado, não! Vamos ver os ganhos e perdas, mas precisamos começar a pesquisar e tirar do papel e pôr em prática. O que não pode mais é não ter nada. As pessoas não levam muito a sério essa lei. Ninguém conhece, eu mesma li, mas não lembro detalhadamente de tudo. Quando lançou, falaram muito. Mas aí acabou a onda e amansou, e se esqueceu. (Renata, informação verbal, 2021)

Acho que deveríamos saber a rotina da criança em casa e saber o que ela gosta de fazer, do que que ela gosta de brincar e assim montar material em cima dessas informações. Essa função moral, certo e errado, cívica de cidadão, é da família e da escola juntos. Já aconteceu comigo na educação infantil de uma criança não querer brincar com a outra dizendo que ela estava suja, que ela não tomou banho. Por que que ela está suja? E eu disse: “Não é suja, é a cor dela. Ela é negra”. Se a família não colaborar, não dá certo. A família deve achar o racismo engraçado, por isso a criança reproduziu dentro da escola. (Camila, informação verbal, 2021)

As narrativas acima podem ser analisadas a partir das perguntas feitas por Andrade (2005, p. 120): “Que orgulho tem a criança negra quando busca na memória a história do seu povo? Qual o papel do seu povo na história do Brasil? Como a família que coleciona a mesma memória administra as inquietações ou o silêncio dessa criança?”

Essas questões levantadas pela autora são norteadoras para que professores tentem respondê-las e façam reflexões sobre suas práticas e a importância de dar ênfase a uma educação antirracista. A maior parte das docentes entrevistadas afirma que não podemos esquecer que precisamos de referências positivas para trabalhar a educação antirracista, porque as crianças no dia a dia não têm; a criança precisa sentir que pertence a um grupo e sinta orgulho da sua identidade racial. A própria criança de pele branca, ao chamar uma criança de pele negra de suja, como apontou Camila, está revelando a necessidade de

referências positivas da negritude também para ela. Ao perguntar por que a criança negra está suja quando observa a sua pele, esta atitude de uma criança branca mostra que não estamos sendo suficientemente posicionados em iniciar uma educação antirracista dentro do ambiente escolar. Por isso, a professora Renata chama atenção para a urgente necessidade da elaboração de ações educativas, de projetos coletivos dentro da escola, de corresponsabilidade.

Ana Flávia, professora negra, também se posicionou em relação à necessidade da escola na formação de docentes e da luta antirracista, mas lembra que há outros processos que precisam ser pensados. Sua colocação aponta para a interseccionalidade na exclusão negra, não apenas pela cor, mas pelas questões econômicas:

Eu particularmente penso que houve um avanço da discussão étnico racial e está colocada socialmente, e eu tenho percebido que, aos poucos, claro que a passos lentos, muito devagar... Eu acredito já que está tendo uma mudança e eu acho que o maior problema da população negra é ela não estar inserida economicamente na sociedade. Eu acho que enquanto você não tiver negros ocupando determinados espaços de poder, determinados espaços importantes nas ciências, na política, na cultura, na economia, eu acho difícil você ter uma mudança, porque um dos maiores problemas da gente, além da melanina, é a questão da grana, a gente não tem dinheiro! Então, quando eu entrei na universidade, que eu fui para a PUC, depois eu fui para o Mackenzie, e o que eu consegui perceber é que, cara, eu estava ali num processo de formação acadêmica, mas eu tinha uma desvantagem cultural, social, econômica! Então, um dos maiores exemplos, eu até hoje não tenho idioma, eu nunca fiz uma viagem para intercâmbio cultural. (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Ao pensar o racismo na escola, Ana Flávia e outras entrevistadas também se colocam como afetadas por ele em sua trajetória educacional; são frutos de suas práticas e discursos excludentes, como estudantes que foram e como docentes. A afirmação da entrevistada nos remete às análises de Ângela Davis, Sueli Carneiro e Fabiana Oliveira (2004), acerca das questões econômicas e sociais que se interseccionam com o racismo. Associando negritude à pobreza, muitas vezes, há educadores que têm como modelo hegemônico crianças brancas e não pobres e reforçam a crença de que crianças negras e pobres não são educáveis. A classe social está associada à negritude como fator de exclusão (sem contar com a questão de gênero, também fundamental). Carneiro afirma que a pobreza tem cor, ideia comprovada pelos dados do IBGE:

A taxa de pobreza entre pretos e pardos era quase o dobro que entre brancos no Brasil em 2021. A proporção de pessoas pobres no país era de 18,6%

entre pessoas brancas no ano passado, enquanto entre pessoas pretas (34,5%) e pardas (38,4%) era quase o dobro<sup>6</sup>.

Na narrativa da entrevista observo que a Ana Flávia afirma que as pessoas negras avançaram economicamente, mas ainda está longe do ideal, lembrando as desigualdades de acesso à população negra em oportunidades de emprego. Ela afirma que precisamos ter mais pessoas negras ocupando espaços de liderança em todos os âmbitos para que assim possamos chegar mais perto de uma sociedade com oportunidades equilibradas. Essa narrativa nos remete a Davis (2016, p. 13) que acredita que: “A representação é importante, sobretudo no que diz respeito à população negra, ainda majoritariamente fora dos espaços de poder”.

Sobre a representatividade, Ana Flávia se manifesta favorável às cotas no combate ao racismo e na promoção de oportunidades contra a ação interseccional dos sistemas racista e capitalista:

O debate é importante, mas se ficar só no debate eu penso que a gente não vai avançar, porque o que a gente precisa mesmo é de oportunidade! Então, se essa oportunidade não for concedida, não for dada como, por exemplo, tem a questão das cotas que a gente vai ter que continuar lutando e batalhando, porque é uma reparação histórica!... Eu não fui beneficiada por cotas, mas eu conheci uma garota jovem que se formou em Geografia e entrou no concurso por cotas aqui na prefeitura de São Paulo. E essa semana ela acabou de entrar por cotas no Mestrado de Geografia da USP! E ela é uma menina que tem 24 anos de idade! Então, acho que é um caminho favorável; a gente precisa continuar com as cotas, mas a gente precisa também da oportunidade! (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Neste trecho da entrevista, Ana Flávia se sente frustrada e fala que as pessoas negras precisam de mais oportunidades, mas por outro lado se mostra satisfeita pelas conquistas através das políticas de cotas raciais. Munanga destacou que as universidades têm autonomia para continuar com as cotas e que as universidades têm de realizar um inventário crítico para saber como está sendo implementada e realizada estas políticas, como onde há menos ou mais alunos e porque, "para [assim] rever condutas, redesenhar novos rumos para aperfeiçoar o sistema (aula magna, 2022). Dessa forma, o racismo e a exclusão econômica que atravessa a escola representa o racismo mais complexo que perpassa toda a sociedade e interfere na vida de crianças e de suas professoras.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/11/taxa-de-pobreza-entre-pretos-e-pardos-quase-o-dobro-da-entre-brancos-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.



Eu faço um curso de comportamento e o comportamento do ser humano é muito previsível, você prevê a maioria. Se você estudar e ver a fundo, é previsível, se você agir A ele vai ter a reação B. Todo mundo, como é previsível você sabe... o que eu estou querendo dizer com isso? Você sabe que se não tiver ninguém para fazer, precisa introduzir para começar a dar resultado; então é muito previsível. Por exemplo, eu não sei explicar direito, me deixa pensar... A gente é muito condicionado, entendeu? Então, para tirar, a gente vai ver situações inconscientes... é automático! Se você não se conscientizar daquilo dá um estalo: “peraí, isso está errado, vou intervir!” Vamos mudar, porque o comportamento do ser humano é previsível e sempre vai para o lado ruim... A tendência dele é fazer o errado, continuar no erro. (Renata, informação verbal, 2021)

Na narrativa dessa entrevista podemos observar que a Renata afirma que o racismo é um comportamento que é aprendido nas relações. Ela diz que como somos seres humanos e o ser humano é previsível em suas ações e o cérebro tem uma tendência em pender para o lado negativo, então é mais fácil a pessoa observar um comportamento racista e, ao invés de repelir o comportamento racista, ela passa a praticar o racismo porque acaba sendo um hábito confortável.

Segundo Kilomba (2019), o racismo é discursivo, se propaga através da linguagem que utilizamos, e nós, professores e professoras de linguagens, devemos atentar para esse fato principalmente em nossas aulas, para contribuir com uma educação antirracista e ajudar a não perpetuar a discriminação racial no Brasil. E entrelaçando com Sant’Anna (2005, p.43), que afirma que: “sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos. Por isso tem sobrevivido e foi se fortalecendo através das épocas, alcançando toda a sociedade”. A professora Ana Paula compara o racismo como algo que precisa ser trabalhado constantemente a outras práticas que se repetem sem serem questionadas, e defende que este combate, tão introjetado e naturalizado, deve ser constante:

A tendência é essa, precisa ter consciência que eu estudei um pouco do cérebro e o cérebro está aqui para reprodução e sobrevivência, e vai fazer de tudo para reproduzir e sobreviver. Se você passar um susto ou um medo, seu organismo começou a voltar para defesa desse medo que às vezes é inconsciente. Você começa a tremer e ter palpitações, se você não saber identificar que aquilo é só um susto inconsciente você não consegue amenizar eu fiquei com medo e qual é a minha tendência procurar doce para comer se eu não tiver consciência que isso é o seu organismo que não é bom

para você não é saudável. Você precisa se conhecer e cortar não vou fazer. Então você precisa transformar esse pensamento que a gente chama de sistema 1 e 2 do pensamento do cérebro humano. São comportamentos e ações que o cérebro tem e outras que ele vai aprender. Por exemplo, que é cognição, leitura é cognição, então eu só vou saber... não é um comportamento automático do ser humano, por exemplo, trabalhar os temas étnico-raciais ou ter essa consciência do racismo, eles não têm. Então isso é ... um você vai tem que aprender. E eu tenho que aprender eu tenho que transformar isso em cognição. Para o cérebro chegar ao ponto de cognição e consciência que ele não pode comer o doce por exemplo ele tem que saber o porquê e tem que estar bem consciente daquilo, que aquilo vai passar, é um momento, estou tendo essa vontade agora. Respira fundo que em 10 minutos passa. Isso é aprendido. (Renata, informação verbal, 2021)

No trecho acima, podemos observar que Renata reafirma sua ideia de que existe um elemento condicionante no racismo, mesmo que para nós seja um comportamento, algumas vezes inconsciente, a nossa mente está confortável com essa informação. Então é preciso treiná-la para que ela identifique o racismo como um comportamento errado, e passe a repelir o comportamento. Ela fala que a educação antirracista vai trazer uma outra informação para o cérebro onde a pessoa que recebe essas informações vai entrar em contato com uma informação saudável (antirracista) e vai combater a informação não saudável (racismo). Maria Beatriz concorda com a persistência do trabalho, mas aponta que falta adesão à pertinência do projeto.

Para formar pessoas não racistas precisamos trabalhar a diversidade todos os dias de diversas formas, pela brincadeira, pela leitura, pela arte, o caminho tem, mas tem professores presos em seus preconceitos. Professores precisam ser formados. É só ir até as escolas que é fácil perceber, mas tem alguns que acham que não precisam, falam nessa evolução da prefeitura, vão nos cursos só assinar a lista e vir embora eu já cansei de escutar isso. Todos os professores sabem que isso é verdade e muitos não têm vergonha de falar de boca cheia “só vou assinar a lista”. Isso é horrível! Ao mesmo tempo que os professores brigam por valorização, eles mesmos se desvalorizam com essas falas e atitudes. (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Neste trecho da entrevista, podemos observar que Maria Beatriz afirma que para acabar ou minimizar com o racismo, nós professores precisamos trabalhar a diversidade todos os dias e de diversas formas, ela afirma que alguns professores são preconceituosos e precisam de formação adequada. Segundo Sant’Anna (2005):

Todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência de que o racismo é maléfico e precisa ser combatido, denunciado e eliminado. E sua postura crítica como professor diante desta luta e denúncia é de fundamental importância. (SANT'ANNA, 2005, p. 40)

A entrevistada afirma também que na escola onde trabalha existem professores que não ligam para a temática, e quando vão para a formação mostram descaso com o tema e dizem que só fazem o curso porque “pontua na prefeitura”. Promoção por Merecimento é a passagem do(a) servidor(a) efetivo de um determinado grau para o imediatamente superior da mesma classe. Grau é a letra indicativa do valor progressivo da referência, identificada pelas letras: A, B, C, D e E. Para ser promovido por merecimento, o funcionário deverá obter a pontuação mínima estabelecida no art. 12 do Decreto nº 46.519. Os pontos podem ser obtidos por: 1. Tempo de Carreira; 2. Avaliação de Desempenho; 3. Capacitação; 4. Atividades. A promoção pode ocorrer por merecimento ou antiguidade, e envolve valores salariais.

Então, segundo a entrevistada, algumas professoras assumem que vão para as formações somente para pontuar, pois visam apenas os benefícios da pontuação. E para que a presença seja confirmada (se não, ficam sem pontuação) elas precisam “assinar a lista de presença” para comprovar que foram até o local de formação ou tiveram, de alguma forma, acesso à formação (mesmo de forma online). Podemos inferir também que há denúncia na fala da professora sobre a motivação da formação docente na rede em que atua. O desejo pela pontuação para a promoção está, muitas vezes, acima do interesse pelo conteúdo do curso e, com isso, temas como a educação antirracista, tão importantes para despertar a consciência sobre o racismo estrutural e institucional, ficam em segundo plano.

Segundo Rosemberg (1985, p. 84), a cor negra aparece com muita frequência associada a personagens maus: “O negro associado à sujeira, à tragédia, à maldade, como cor simbólica, impregna o texto com bastante frequência”. Além disso, ao analisar as creches, Fabiana Oliveira (2004, p. 91) também identificou outra série de associações negativas ao corpo da criança negra, produzindo o que nomeou de micropenalidades: “Um corpo negro tende a ser rejeitado segundo uma norma de negação do diferente em relação ao modelo estético de beleza e de saúde convencionalmente estipulado como ‘padrão’ a ser seguido”. Assim, um corpo gordo e negro, ou negro e suado, acaba sendo discriminado quanto ao toque e às brincadeiras, sendo julgado por seu “desvio” do corpo hegemônico, considerado limpo e bonito. Crianças negras, na educação infantil, são colocadas num “não lugar”, quando professores ignoram suas especificidades e não respeitam suas diferenças.

### **3.2. E existe príncipe preto professora? Não queremos um espaço na sociedade e sim a transformação dela**

Conforme já relatado em capítulos anteriores, certo dia, em sala com minhas crianças, realizamos a leitura do poema *O pequeno príncipe preto*. Ao finalizar, uma criança fez a seguinte pergunta: “E existe príncipe preto, professora? ”.

Naquele momento respondi que sim, que existem príncipes pretos. Este fato, disparador desta pesquisa e constatação da nossa tragédia racial estrutural, reafirma que 'não foi apenas a sua família, não foi apenas a escola que disse que não existiam príncipes pretos, ele aprendeu na sua leitura de mundo, provocada por vários estímulos e mensagens que atravessam seu dia: a igreja, a televisão, o computador, entre outros formadores de valores raciais. Ele aprendeu de uma forma silenciosa e dolorida, porque não se vê representado nas novelas infantis, nos cinemas, nos brinquedos. Ele aprendeu que príncipe ou tudo que é representado como belo, é branco. É o pacto da branquitude (BENTO, 2022).

A obra de Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (2022) também traz uma reflexão na qual podemos compreender a narrativa de uma criança que desde cedo parece reconhecer o “seu lugar” reservado pela branquitude. O termo “lugar” nos remete a uma dimensão muito crucial das desigualdades raciais. Os autores relembram uma frase de Millôr Fernandes sobre a peculiaridade do racismo brasileiro ao dizer que “no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”. E completa dizendo que “saber o seu lugar” é uma expressão de naturalização das posições sociais, uma hierarquia presumida que determina um lugar segundo os marcadores sociais de raça, classe, gênero e território. Esse pensamento inconscientemente determina lugares inconscientemente, fazendo crer que se tem um lugar apropriado, reproduzindo estereótipos e confinamento do negro em posições subordinadas ou de entretenimento. (GONZALEZ e HASENBALG, 2022, p. 10).

A performance do *blackface*, por exemplo, é uma prática do teatro feita por pessoas brancas que zombam dos negros quando fazem uma caricatura estereotipada, salientando nossos traços físicos, como a cor, boca, cabelos. Exemplo disso no cotidiano é o da personagem Adelaide, do programa *Zorra Total*, exibido pela emissora Rede Globo, um estereótipo que revela uma tragédia racial. É a esse tipo de conteúdo que as crianças têm acesso, pois comporta grandes audiências por ser considerado um programa de entretenimento em torno do qual as famílias brasileiras se reuniam e assistiriam para rir e dar gargalhadas às

custas de humilhar e ridicularizar uma mulher e uma criança negra dentro de um transporte público.

Nesse sentido, a mídia tem uma grande influência quando a criança negra nega sua identidade. Afinal, ela tem acesso a desenhos, programas, novelas, e os lugares que ela se vê são onde estão os papéis subordinados e ridicularizados. Tudo isso faz com que a criança negra, através da leitura de mundo, faça perguntas como: “E existe príncipe preto, professora?”

Segundo Gonzalez e Hasenbalg (2022), desde a época colonial aos dias de hoje, é possível perceber a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados, brancos e negros. Os autores narram que o lugar naturalizado do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento. Por sua vez, o lugar natural do negro é o oposto de tudo isso. Da senzala às favelas, cortiços, porões, ocupações, alagados e conjuntos habitacionais. É onde encontramos precariedade na saúde, na alimentação, higiene e repressão da polícia.

Segundo Munanga (2005), é necessária uma tomada de consciência por parte do professor, para assumir um compromisso ético com a educação a fim de minimizar ou até pôr fim às diversas desigualdades. O racismo e a ignorância caminham juntos, os estereótipos e as ideias pré-concebidas proliferam na ausência de informação, de diálogo onde todos possam ser ouvidos e expressar seus sentimentos.

As narrativas das professoras demonstram que muitos educadores ainda não despertaram para esse compromisso ético com a educação. Ainda há que se tomar consciência do quanto nosso papel como agentes importantes de uma educação transformadora é essencial na luta contra o preconceito, contra as discriminações e o racismo. Alguns trechos já citados revelam que o mito da democracia racial, que muitos acreditam existir, é um nó na formação para a cidadania, na formação da identidade e, conseqüentemente, na formação para o trabalho antirracista. Precisamos enfrentar o racismo e todo o seu arranjo, porque, como afirma Sílvio Almeida (2018), esse “mito” perpassa a organização do Estado, de suas instituições e os modos de subjetivação e socialização dos sujeitos da nossa sociedade. Se não enfrentarmos o racismo e pensarmos nele pública e politicamente, isso pode indicar o reforço à invisibilização de crianças e jovens negros.

Munanga (2005, p. 16) afirma que “não precisamos ser profetas para compreender o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade”. Ele reitera que

Alguns professores por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados praticam a política de avestruz ou sentem pena dos "coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade. (MUNANGA, 2005, p. 15)

Quando a professora Renata afirma que “ a gente sabe que existe uma lei e sabe que é obrigatório, só que a gente não trabalha”, dialoga com o que Munanga aponta, de que muitos docentes não se pensam como agentes da transformação, de que se não despertar a consciência política para a questão racial, muitas crianças estarão perdendo com uma educação que apenas reforça as desigualdades, prejudicando assim o sucesso e a promoção escolar dos alunos negros.

Falar do racismo de maneira aberta, transparente pode significar trincar ou ruir um modelo discursivo hegemonicamente aceito e que marca significativamente o inconsciente e o imaginário coletivo do povo brasileiro: o de que o Brasil é um país inclusivo, harmônico e racialmente democrático. A própria professora Renata reconhece a forte persistência da estrutura racista que atravessa a escola em sua reprodução, apesar de não explicitar, durante sua entrevista, a contribuição dos debates antirracistas:

Eu acho que reproduz, mas agora que está começando a dar visibilidade para as pessoas de representatividade, na política é ver que tem essa importância que precisa ter representatividade, nos programas, nas campanhas de propaganda. Hoje tem, mas só que ainda falta porque tem o outro lado que ainda é muito forte, é muito trabalhado ainda o padrão. Ele nunca vai deixar de existir. (Renata, informação verbal, 2021)

A escola reproduz e produz racismo, como afirma a professora no trecho acima, pois neste espaço é trabalhado o padrão, mesmo com um currículo que assume um papel de tratar da diversidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso pensar nas desigualdades de raça, classe, gênero, para que se crie um pensamento de melhorar a sociedade em que vivemos e começar essa luta dentro da escola. É preciso formação, é preciso conhecimento, é preciso posicionamento para lutar contra as desigualdades.

Florestan Fernandes (1965) acreditava que a educação deveria ser para as pessoas uma experiência transformadora que desenvolvesse a criatividade, dando condições de se libertar da opressão social. Mas, para isso, a escola deveria deixar de reproduzir os mecanismos de dominação de classe da sociedade. E essa é a parte que preocupa a escola como reprodutora das desigualdades e da perpetuação de tudo que evita a ascensão de uma sociedade: racismo, preconceito e discriminação. Essas práticas de discriminação e exclusão precisam ser assumidas como problemas históricos para que sejam enfrentadas. Na narrativa da professora Renata, ela afirma assumir que é racista, embora não demonstre a iniciativa para superar este posicionamento, uma vez que também esclarece que, ainda que o racismo seja um problema, ela não insere este debate em suas aulas, o que demonstra a grande contradição da escola em sua inércia diante do racismo:

Então, não adianta eu falar assim que não tenho preconceito. Eu estou aprendendo ainda, a gente é um ser inacabado. Eu tento ter consciência e tento identificar o sentimento, a emoção negativa em mim e aprender a identificar; e para isso é treinado, é cognitivo. Então, assim, ninguém quer assumir que é racista, inclusive porque tem pesquisas que mostram quando você é racista. (Renata, informação verbal, 2021)

No trecho da entrevista acima podemos perceber que o racismo aparece como algo naturalizado, o que dificulta a compreensão de que ele pode ser enfrentado na escola. Sobre isso, Silvio Almeida (2018, p. 20) aponta o perigo: “a normalidade é, também, uma construção histórica e não uma expressão natural. O racismo compreendido como normal faz parecer natural o modelo hegemônico branco europeu e atravessa as mais diferentes dimensões da sociedade, sem que seja combatido”. E é com essa mesma naturalização que a escola reforça a discriminação e limita o lugar do negro, fortalecendo as desigualdades através do nosso descaso com as crianças negras.

Esse delineamento de desigualdades raciais não é somente herança de um passado escravista, mas é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente, principalmente no ambiente escolar, onde as crianças muitas vezes não têm acesso à sua história e ao fortalecimento da sua identidade. Pelo contrário, desse modo o que é fortalecido são as diversas desigualdades raciais e classistas, delimitando assim, o lugar do negro na sociedade. E se não houver uma tomada de consciência por parte dos agentes da educação, vamos continuar ouvindo das almas de nossas crianças: “E existe príncipe preto, professora?”

### **3.3. Educação na contramão: o que fazer com as incoerências dos currículos e da prática docente?**

Vamos iniciar com um trecho do Currículo da Cidade de Educação Infantil, da Cidade de São Paulo, no qual se mostra uma preocupação com a reeducação da sociedade, para uma verdadeira democracia e respeito à pluralidade. Para isso, o texto faz referências às leis que são dispositivos da luta antirracista:

Esse grupo de legislações (lei 10.639/03, 11.645/08, 16.478/16 e o estatuto da igualdade racial), procura garantir aos cidadãos brasileiros em geral o acesso à Educação Básica, devidamente assistidos por profissionais qualificados e capacitados para: identificar e superar as manifestações do racismo como preconceito racial e a discriminação racial. Dessa maneira haverá, na escola, uma nova relação entre os diferentes grupos étnico-raciais, que propicie efetiva mudança comportamental na busca de uma sociedade democrática e plural. (SME/COPED, 2019, p. 42-43)

Esta proposta pressupõe que o combate antirracista na escola será um dos principais objetivos da educação infantil, atravessando currículos, planos de ensino e aulas. No entanto, o que é possível perceber, nas narrativas das entrevistadas é um certo receio e até mesmo comodismo amparado no cansaço que se relaciona com o próprio fazer docente e com questões de (des)valorização da própria profissão. A professora Camila, assim como Renata, ressalta que, embora haja consciência do racismo, o combate a ele não é uma prioridade docente:

O professor faz as diferenças que ele não quer fazer, é inconsciente e ele acaba fazendo por falta de pesquisar ou porque quer só ser prático, sabe? Joga ali um monte de brinquedos e está ali cansado. É de forma inconsciente, não que o professor queira mesmo. (Camila, informação verbal, 2021)

Podemos observar pelas citações acima uma incoerência entre o currículo e a prática docente. A defesa, num documento oficial, de um currículo que traz em seu discurso um compromisso com a formação para a cidadania com uma mudança comportamental, ou seja, considera que é necessária uma mudança no comportamento das pessoas, para que haja a reeducação de uma sociedade, para que ela seja efetivamente democrática e plural. No entanto, as narrativas parecem indicar a ausência desses debates no cotidiano escolar, produzindo certa indiferença. Kabengele Munanga (2005) discute o quanto a falta de preparo,



pela ausência de formação docente, leva à reprodução de um mito racial que oculta as desigualdades, as ofensas e as invisibilizações. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito da democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, como insiste Munanga, não nos esqueçamos que somos produtos da educação eurocêntrica e que temos que evitar as armadilhas da reprodução dos preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Assim, podemos perceber que a educação sempre esteve e continua a serviço da branquitude e isso é tão enraizado que alguns professores promovem a manutenção das desigualdades sem se dar conta, muitas vezes. Alguns docentes, como a maior parte das entrevistadas, não estão preparados para lidar com o grande desafio que é conviver com a diversidade, identificar atitudes preconceituosas e racistas. Isso demonstra que o currículo por si só não faz nenhuma diferença; ele precisa da prática para dar vida ao seu conteúdo. Se o professor não dialogar com o currículo, a sociedade que tanto sonhamos e idealizamos não será possível. O professor precisa valorizar o que está no currículo para que ele seja um agente de transformação da sociedade.

A narrativa da professora Renata vai além da questão da vontade do professor em se comprometer com o debate. Ela aponta o quanto o racismo está tão impregnado nos currículos e práticas pedagógicas que a falta de preparo promove o medo da ação. Quando perguntei a ela, por exemplo, sobre qual a importância da Lei 11.645/08 (fazendo um recorte apenas da obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira) em sua prática diária em sala de aula, ela afirmou:

Nós não estamos tão preparadas, ainda falta, precisa de mais publicação e mais informação, mais materiais e ter isso nas discussões na escola, trazer temas de livros, o que a gente está sentindo é que está faltando informações e estamos inseguros para trabalhar esse tema. Existe um documento e as pessoas não foram trabalhar. Eu acho que ainda falta isso: material, informação, como trabalhar. Exemplos na formação, ensinar como fazer, porque senão a gente acaba não tendo nem por onde começar; não sabe como começar e tem medo de se equivocar. Eu estou acreditando que a gente está com muito medo também de fazer e fazer errado e o estrago é grande! E então, as pessoas preferem não fazer. (Renata, informação verbal, 2021)

Munanga (2005, p. 15) chama a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, as práticas racistas são legitimadas por esse modo de justificar a omissão contra o racismo. O autor chama esta política de “avestruz”, em que as pessoas – e no caso, as docentes – sentem

penas dos “coitadinhos”, em vez de assumirem uma atitude responsável que promova reflexões em torno da ideia de superioridade e hierarquia entre grupos humanos. O autor fala que a maioria dos professores prefere ignorar o problema fingindo que ele não existe por preconceito e incapacidade de lidar com a diversidade. Enquanto isso, as crianças dentro do ambiente escolar (devidamente assistidos por profissionais qualificados e capacitados para: identificar e superar as manifestações do racismo como preconceito racial e a discriminação racial) estão sofrendo e vivendo o racismo e o preconceito na pele, acessando apenas o que o branco acha que elas deveriam acessar “coisas de branco” para o professor “não errar”.

A realidade percebida nas narrativas revela o que Almeida e Munanga apontam: existe a lei, ela não é desconhecida. Mas não é materializada porque o racismo é introjetado de tal forma que a falta de ação é justificada como “por medo de errar”. Enquanto isso, uma criança cresce tratando com estranheza o seu próprio corpo, se sentindo inferior aos demais, porque um educador preferiu não intervir, por “medo de errar”. Seria por medo de errar ou por medo de desconcertar privilégios do pacto da branquitude?

As narrativas das professoras que demonstram insegurança, falta de informação e formação nos trazem os indícios de que há uma distância entre as leis e documentos curriculares e a prática dos professores. Por isso insisto que a lei por si só não muda uma realidade, é letra morta. É preciso que continuemos sempre em diálogo nas instituições escolares, com trocas de experiências e com a consciência de que precisamos mudar o rumo de uma sociedade que tem como pilar as desigualdades.

A nossa visão de mundo expressa muito sobre nossa forma de ensinar. A necessidade de uma *Pretagogia* para uma sociedade mais justa. Respiramos colonialidade na modernidade. O eurocentrismo e o racismo se retroalimentam no contexto educacional, num ciclo vicioso que inviabiliza a construção de uma perspectiva realmente democrática nos currículos e na educação (PEREIRA, 2021). Na nossa sociedade foi construída a falsa ideia de que os europeus são pessoas inteligentes, a tradução do bonito e do belo, a pessoa que tem o direito. Enquanto os negros foram traduzidos como pessoas sem inteligência, feio, o marginal sem direitos. Como o racismo estrutura nossa sociedade e conseqüentemente as instituições, o currículo não fugiu dessa ideia, quem detém o poder de manipular condutas e visões de mundo se encarregou de recheá-las de discriminação.

Não podemos negar as inúmeras conquistas do Movimento Negro nas últimas décadas, incluindo a promulgação da lei 10.639 em 2003 e sua revisão em 2008 (11.645/08). Também não podemos fechar os olhos para as muitas práticas antirracistas que vêm ocorrendo

por conta e a partir dessas leis. Esta pesquisa, entretanto, vem apontar o quanto ainda precisamos caminhar. Para isso, enfatizo que as leis só ganham vida dentro das instituições escolares por meio da ação humana, e os profissionais da educação estão na linha de frente desta ação.

Apesar de estarmos trilhando esse percurso, embora lentamente, que tem como ideal a aplicação de uma lei que visa uma educação realmente democrática, reparatória e justa, ainda nos deparamos com a questão da aplicabilidade. Será que os profissionais da educação reconfiguram suas práticas, ofertando-as às crianças, mostrando as contribuições do povo preto, colocando-os dentro da história e não à margem, como sempre foi mostrado? Será que eles estão prontos para identificar o racismo e as diversas desigualdades que estruturam a sociedade em que vivemos?

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, em que as professoras narraram suas práticas antirracistas ou não no ambiente escolar, podemos perceber a visão de mundo que uma das professoras apresenta neste excerto:

O racismo me afetou muito, mas não enfatizo na escola com meus alunos, nós vivemos em um mundo amplo e tem muitas diferenças. Não existe só o negro, tem o boliviano, o japonês, o chinês, múltiplas culturas e aqui no Brasil a gente convive com muitos estrangeiros. (Camila, informação verbal, 2021)

O que a professora Camila nos informa com este trecho de sua narrativa é que todo o cenário atual de racismo e toda a história do povo negro no Brasil são ignorados, e, com isso, a necessidade de uma educação antirracista também é ignorada. Como se a trajetória histórica da população negra fosse semelhante à dos outros povos que aqui chegaram. Mais uma vez, vemos a desigualdade sendo tratada como diferença.

É aí, que a forma como vemos o mundo irá ditar nossa prática. Essa visão de mundo é o modo como nos relacionamos com tudo à nossa volta, levamos em consideração crenças e valores que acreditamos ser corretos. Todas as pessoas interpretam as coisas de forma particular, cada um de acordo com sua subjetividade, e os profissionais de educação não são diferentes. Precisamos rever nossas ações e questionar nossa forma de pensar. Se isso não acontecer, vamos continuar repetindo erros que poderiam ser sanados com a prática da reflexão e busca por formação. Somos constituídos daquilo que nos formou. Contamos histórias que nos contaram, mas será que é preciso reproduzi-las?

As brincadeiras, os jogos ou qualquer prática pedagógica deve ser perpassada por esse conjunto de legislações (lei 10.639/03, a lei 11.645/08, a lei 16.478/16, o Estatuto da Igualdade Racial, entre outros) que procura garantir aos cidadãos brasileiros em geral o acesso à educação básica, devidamente assistidos por profissionais qualificados e capacitados para identificar e superar as manifestações do racismo como o preconceito racial e a discriminação racial (SME/COPED, 2019). O professor só poderá ofertar uma educação antirracista se ele for capaz de compreender as diversas desigualdades que estrutura nossa sociedade e se indignar com tudo isso, pensando as crianças como seres humanos que têm o direito de ter sua identidade e história acolhidas e reconhecidas no espaço escolar. Para promover uma educação antirracista é preciso reconhecer que o racismo existe também no ambiente escolar. Isso porque ela não é um espaço imune e segmentado da sociedade, ela é constituída e construída pelas mesmas pessoas que circulam fora daquele espaço. Precisamos olhar para além da folclorização da produção de conhecimento da população negra, restrita a comidas, samba e capoeira. Para uma atuação coerente, a escola deve intervir na atitude racista, e também mostrar as contribuições do povo negro para as diversas áreas do conhecimento. E é por meio dessa valorização que uma criança branca deixará de olhar para a criança negra como inferior.

As memórias e histórias sobre diferentes passados, a “pluralidade de passados” em que a população negra e indígena produziram, criaram, lutaram, são fundamentais para a construção de uma perspectiva antirracista e democrática na educação, além de possibilitarem construções identitárias por parte de todas as pessoas envolvidas no processo educativo. (PEREIRA, 2021, p. 52)

O povo negro possui uma pluralidade de passados, mas a história mais contada é a da escravidão, por quê? Por que não é contada a pluralidade de contribuições que envolvem o povo negro na constituição da nossa história e da nossa sociedade? Essa é a função de uma educação antirracista, falar da nossa pluralidade, nossa história, nossas contribuições, nossos valores, nossa inteligência, nossa beleza, nossa resistência diante da escravidão. A educação antirracista ou racista não é natural, é um processo que resultada ação humana, esta, determinante para a construção de novas histórias ou a repetição da história: “O autorreconhecer-se afrodescendente, assumindo uma postura autoafirmativa e lembrando sempre a importância da raiz africana para nossa constituição como pessoa” (PETIT, 2015 p. 122).

A citação acima é um dos princípios da *Pretagogia*. De acordo com Sandra Haydée Petit (2015, p. 119), a Pretagogia é um referencial teórico-metodológico que pretende se constituir numa abordagem afrocentrada para formação de professores. Parte dos elementos da cosmovisão africana, porque considera que as particularidades das expressões afrodescendentes devem ser tratadas com bases conceituais e filosóficas de origem africana. Dessa forma, a Pretagogia se alimenta dos saberes, conceitos e conhecimentos, de matrizes africanas, o que significa dizer que se ampara em um modo particular de ser e de estar no mundo. É nosso dever lutar por uma pedagogia da pertença a um mundo comum, que proporcione padrões de convivência que sejam pautados no respeito com o diferente, devemos lutar contra a alienação da nossa personalidade e isso faz toda a diferença para a pessoa negra que sempre foi ensinada a imprimir a personalidade do branco para ser aceita e fazer parte da sociedade.

O que mais chama a atenção na pretagogia é a compreensão do lugar social historicamente atribuído ao negro, marcado pelo racismo estrutural, o que nos exige posturas de desconstrução das feridas marcadas em nossas mentes e corpos a séculos e que nos arrastou para esse abismo que é o racismo como estrutura da nossa sociedade, o corpo como fonte primeira de conhecimento e produtor de saberes, a valorização do corpo negro como sagrado, digno de respeito, digno de ser amado e a tradição oral, passada de geração a geração. Com esses três pontos cruciais, podemos garantir a história do povo negro contada em sua pluralidade de passados e assim acreditar em uma pluralidade de futuros.

Dialogando com o documento do currículo da cidade (SME/COPED, 2019), que afirma, sobre a educação para as relações étnico-raciais, que haverá na escola uma nova relação entre os diferentes grupos para que aconteçam mudanças comportamentais efetivas na busca de uma sociedade mais justa, democrática e plural, almejamos caminhar para o dia em que os profissionais de educação, refletindo sobre suas diversas formas de ver o mundo, colocarão como prioridade a formação para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## **CAPÍTULO 4. É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTIRRACISTA? MEMÓRIAS, PRÁTICAS E PROPOSIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOCENTE**

### **4.1. As práticas da ludicidade no combate ao racismo**

O corpo negro ainda é a base para a incorporação do racismo e discriminação na sociedade. Como afirma Gomes (2021, p.89), “muitas vezes, a rejeição ao corpo negro tenta se esconder na ênfase dada à mestiçagem. No contexto do racismo, a apologia dada à mestiçagem, bem como ao tipo mestiço, é uma forma de negação da negritude”. E quando falamos do corpo negro feminino, acentua-se que ele produz o discurso da sensualidade, do desejo, da libido, da posse, mas não o discurso do amor e do direito de ser amado, e dessa forma causa um grande problema nas relações sociais, nas relações com o próprio corpo e com a mente. Desse modo, a sociedade, influenciada pela mídia e indústrias de cosméticos e de moda, transmite aos indivíduos uma dura regra que exclui, diversas vezes, as características dos corpos negros como um padrão de beleza: os cabelos encaracolados e crespos são rotulados como ‘ruins’ ou ‘rebeldes’, estando sempre sujeitos ao alisamento; os traços negros devem ser suavizados pela maquiagem que suaviza os narizes alargados e lábios muito volumosos; a pele negra é branqueada pela maquiagem que insiste em esconder o escuro e valorizar o tom claro, a moda que se destina ao público negro, muitas vezes, é repleta da ideologia do esquisito, do estranho, da falsa diversidade cultural. Tudo isso faz com que a pessoa negra tenha dificuldades em aceitar sua negritude, a ponto de buscar o branqueamento para que possa pertencer à sociedade que prega, ainda hoje, a eugenia. Essa visão pode ser reafirmada na narrativa da entrevistada:

Eu acho que a mulher tem muita relação com o cabelo, o que pega na mulher é o cabelo. O homem tem essa, como se tem aquele fetiche, a mulher branca pelo homem negro. Já a mulher negra sempre foi desvalorizada, era só para dar o prazer para o homem e a gente vê essas relações até hoje. Nós estamos sempre na base em todos os lugares. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Segundo a Constituição de 1988, a Educação Infantil é um direito da criança e dever do Estado (art. 208, inciso IV). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), também confirmou este direito no título III, ART. 4º. IV, que prescreve o atendimento em

creches e pré-escolas como gratuitos para as crianças de zero a seis anos de idade. A educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica, em que o cuidar e o educar continuaram indissociáveis. Esta inclusão da educação infantil no sistema de educação afirmou a necessidade de construção de um projeto político pedagógico para a creche e a pré-escola, de um currículo planejado considerando as necessidades das crianças e de formação específica para os seus profissionais, apresentando novos desafios para o trabalho docente, realizado nas instituições de coletividades infantil, como afirma a professora Maria Beatriz:

As mídias não ajudam na educação antirracista. Como eu disse, cadê as protagonistas de novelas negras?? Não tem! Cadê as bonecas negras?! Estão lá como edição especial e acabou! A mídia não combate o racismo. Ela reforça!! Cabelos lisos, longos, pele branca, olhos claros. Esse é o ideal de beleza. Então, essa ausência... eu estava até lendo o currículo... é muito pouco o que temos para um povo que passou por anos de escravidão e foi liberto com uma mão na frente e outra atrás! É muito pouco pelo Darwinismo social que perdura até hoje. Precisamos avançar! (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Oliveira (2020), sugere que é necessário a mudança das imagens que os adultos constroem sobre as crianças e a infância, pois estão diretamente relacionadas ao modo como as instituições de educação infantil são organizadas. No parecer n. 5/2005 de aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia existe uma discussão a respeito das especificidades do modo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos que se manifestam a partir de linguagens e códigos próprios desta faixa etária. Ainda segundo a autora, o documento chama a atenção para o fato da aprendizagem desse grupo etário ser diferente das crianças de 7 a 10 anos e finaliza apontando que,

(...) estudos vêm demonstrando que o desconhecimento dessas particularidades, entre outras, tem gerado procedimentos impróprios e até de violência às linguagens e necessidades do educando. Daí decorre a exigência precípua de o curso de pedagogia examinar o modo de realizar trabalho pedagógico para a educação da infância a partir do entendimento de que as crianças são produtoras de cultura e produzidas numa cultura, rompendo com uma visão da criança como “vir a ser”. (BRASIL, 2005. p. 13)

Segundo o documento, ainda há lacunas no que se refere à organização das universidades quanto à área da educação infantil a ser contemplada na formação nos cursos de pedagogia dos futuros profissionais e que reclama por políticas governamentais para que

possam contribuir para a constituição de um campo de formação específico. Oliveira (2020) defende que tanto a formação inicial quanto a continuada dos docentes da educação infantil precisam contribuir para a reflexão sobre a efetividade de se ter uma pedagogia que respeite a criança, para evitarmos a reprodução de práticas escolarizantes com o predomínio da cultura da escrita e a cobrança de resultados associados a uma lógica do ensino fundamental.

As entrevistadas afirmam que na universidade, em nenhum momento, foram debatidas questões de negritude. Ou se foram, deram-se de modo superficial, o que corrobora a afirmação de Oliveira (2020) sobre a necessidade de serem reparadas essas lacunas na formação para uma Educação Infantil de qualidade.

Parte majoritária da universidade insiste em formar um profissional que ainda não está preparado para o trabalho com as crianças, mas precisamos levar em consideração a sociedade na qual estamos inseridos, com a necessidade de uma educação que busque a paz, a racionalidade, o respeito às pessoas. É preciso que a educação continuada antirracista faça parte da vida profissional dos professores. O professor deve atentar-se sempre na reflexão sobre suas práticas com as crianças, perceber-se como mediador, e assim levar para o seu ambiente práticas que elevem a autoestima dos pequenos, fazendo com que a escola seja um lugar onde a diversidade tem voz e vez. Para que a educação seja significativa para a criança, deve-se dialogar com ela; por isso o professor deve ser um estrategista no ambiente educacional para que a construção do conhecimento ocorra de forma respeitosa e que a criança se identifique com o processo educativo.

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho que o professor considera o mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher, entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é preparar para a vida (KAMII e DEVRIES, 1991, p.125).

Como afirmam as autoras, educar é preparar para a vida, mostrar diversos caminhos para que a criança escolha o caminho que quer trilhar. É uma educação que se limita a passar informações jamais vai despertar o encantamento de aprender, de se conhecer e conhecer o mundo à sua volta. É preciso qualidade quando falamos em educação para perceber as diversas infâncias que estão nas escolas, as diversas maneiras de ser criança, de estar no mundo. Mesmo pertencendo a um mesmo grupo geracional, as crianças são diferentes quando



falamos de classe, etnia/raça, gênero, idade etc. Precisamos pensar as crianças a partir dessas diferenças para retirá-las do efeito da técnica exercida sobre seus corpos, que as torna iguais. Pensar o contexto social ajuda o professor a desenvolver estratégias que dê mais qualidade para suas ações educativas no dia a dia.

Há uma vasta bibliografia que aponta a necessidade da valorização e empenho por parte dos professores de Educação Infantil a respeito do uso dos materiais lúdicos para o desenvolvimento das crianças. A prática de planejar, selecionar e confeccionar recursos para as aulas exige estudo e pesquisa. É necessário um compromisso com a educação e com a mudança de uma sociedade desigual, assim, o professor pode lançar mão de utilizar diversos meios para que a criança possa construir o seu conhecimento e aprender de maneira prazerosa.

Por meio das entrevistas, eu percebi que as professoras preferem a literatura para trabalhar com as crianças quando o assunto é educação antirracista. Mesmo Camila, uma docente que afirma crer que não existe racismo, pois “todos são iguais”, aponta os momentos em que usa a literatura para discutir a história africana com as crianças. Como ela, Renata também usa a literatura:

Eu procuro diversificar, já trabalhei o *Kiriku*, a menina bonita do laço de fita, a história da Abayomi, que é uma história muito triste. Trabalho muitas histórias. (Camila, informação verbal, 2021)

Eu trabalhei o livro *A menina que abraçava o vento*. As crianças gostaram, desenharam e amaram. Eu vi você trabalhar e gostei! As crianças abraçavam o vento como a menina abraçava o pai... (Renata, informação verbal, 2021)

Mas temos outras possibilidades para tornar o aprendizado mais estimulante para as crianças negras e não negras, como as brincadeiras e os jogos. Em obra voltada para a educação infantil por meio de jogos, a ser distribuída nas redes municipais de educação básica, as autoras Pinto, Silva e Nunes (2015), afirmam que a proposta de atividades lúdico-culturais não se limita ao uso de materiais com as crianças. No entanto, a proposta da brincadeira e da felicidade está relacionada ao combate ao racismo e a vários obstáculos sociais que impedem a vida plena de corpos negros, tratados como inferiores, desvios, desajustes, a fim de serem humilhados e excluídos do ambiente escolar e de outros tantos espaços de direitos:

Assim, ter como horizonte a ludicidade não significa falta de enfrentamento sério das desigualdades sociais. Focar na ludicidade africana e afro-brasileira é afirmar a urgência de valorização da corporeidade, da cultura, da história e da ancestralidade negras. É um posicionamento consciente contra o epistemicídio realizado pelas políticas e guerras para colonização da África e das Américas. Tal colonização, apoiada em um suposto projeto desenvolvimentista (em que a Europa seria a irradiadora de conhecimentos modernos e “verdadeiros”), justificou o massacre de diversos modos de ser e conhecer, na ênfase ao que Ramose denomina de mesmidade (*sameness*), ou seja, na transformação da pluralidade de culturas do continente em uma cópia mal impressa do modelo europeu, garantindo ao colonizador branco totalidade e hegemonia, bem como instalando a autopercepção de inferioridade entre os povos colonizados, pois nunca alcançariam os ideais de perfeição estabelecidos. (PINTO; SILVA; NUNES, 2015, p. 6)

Desta forma, adotar a perspectiva da ludicidade com as crianças na educação infantil significa uma maneira criativa e propositiva de pensar as relações sociais desiguais e hierárquicas dentro da escola, promovendo ações de solidariedade, respeito e afirmação da diferença em sala de aula. É um momento de compartilhamento da felicidade em ser quem se é e respeitar o outro. Seria parte de uma *Pretagogia*, (PETIT; SILVA, 2011), em que docentes se comprometem com o fazer na escola antirracista, valorizando a negritude, a autoestima, o acesso ao direito, à história e à identidade de crianças.

A seguir, apresento algumas dessas experiências que demonstram a potencialidade da literatura e dos jogos antirracistas na escola. Alguns deles, frutos de minha própria experiência no chão da escola, com meus alunos e alunas e também com professores e professoras da instituição em que trabalho, no formato de oficinas, numa tentativa de contribuir para o debate democrático e de respeito à diversidade. Sim, na educação infantil é possível praticar uma *Pretagogia* antirracista.

#### **4.2. Materiais literários: um espelho na educação para crianças negras**

O bebê ingressa na creche, cresce e vai embora, sua infância é passageira. Se não garantirmos a qualidade da experiência de cada criança no seu curto espaço de tempo vivenciado na creche, deixaremos de cumprir nosso papel ético, social e educativo. (BRASIL, 2012, p. 59)

Ao serem questionadas sobre a pedagogia que impera nas escolas e as descobertas que tiveram em sua formação, Ana Paula e Renata apontam para o fato de que ainda a

Educação Infantil tem um longo percurso pela frente, no sentido de não verem muitas práticas coletivas antirracistas nas escolas:

Uma questão que eu não tinha parado para pensar sobre o quanto a Disney é racista em relação às princesas, foi até em curso da prefeitura que falou sobre isso. E eles falaram: “Vocês podem observar, tem as princesas de várias etnias, tem indiana, tem loira... e quando a Disney foi para a África fizeram um leão. Por que na África foi um leão? Aí, depois, teve a princesa e o sapo, mas a princesa virou um sapo!”. (Ana Paula, informação verbal, 2021)

Eu acho que a escola reproduz as desigualdades ainda. Não deixaram de reproduzir. Mas agora que está começando a dar visibilidade para as pessoas de representatividade, na política, vê que tem essa importância, que precisa ter representatividade nos programas, nas campanhas de propaganda... Hoje tem mais, só que ainda falta, porque tem o outro lado que ainda é muito trabalhado, ainda o padrão. Ele nunca vai deixar de existir! O que acontece é que a gente precisa inserir o outro para igualar. (Renata, informação verbal, 2021)

Nas narrativas das entrevistas da Ana Paula e da Renata podemos perceber que elas compreendem o racismo em diversas instituições e situações. É importante que as professoras compreendam o modelo de sociedade em que vivemos e que, dessa forma, elas consigam levar para a sala de aula temáticas necessárias para a transformação da sociedade racista. Novamente destaco a fala da Renata sobre o padrão que existe na sociedade e conseqüentemente na escola, e que precisamos de uma educação antirracista para confrontar esse padrão, e assim mostrar para as crianças o outro lado da história. Como afirma Kabengele Munanga,

Uma vez cumprida esta condição primordial, que no fundo exige uma transformação radical de nossa estrutura mental herdada do mito da democracia racial, mito segundo o qual no Brasil não existe preconceito étnico-racial e, conseqüentemente, não existem barreiras sociais baseadas na existência da nossa diversidade étnica e racial. O próximo passo é inventar estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo”. (MUNANGA, 2005, p. 18)

Ao considerar que para a etapa da Educação Infantil é necessário pensar em práticas concretas que abordam questões étnico-raciais, lembramos que este desafio perpassa a ideia de que segmentos sociais insistem na negação do racismo. Cavalleiro (2003) afirma que a falta do debate na sociedade acaba condicionando uma visão limitada do preconceito por parte

da família, o que impede a criança de formar uma visão crítica do problema, criando uma ideia nos professores de que não há racismo, e então não se fala sobre a questão. Diante disso, criar oportunidades para reflexões antirracistas no cotidiano da educação infantil é fundamental, e a literatura infantil tem sido um dos suportes que fortalecem essa prática por conseguir afetar aqueles que têm acesso ao livro.

No entanto, sabemos que somente a literatura infantil não consegue, por si só, dar conta de todas as questões que a discussão sobre a diversidade étnico-racial requer. Outro ponto relevante é conseguir inserir as crianças desde muito pequenas em contextos que as aproximem das diversas culturas, seja dos povos originários, africanos ou afro-brasileiros.

Ao perceber que ações antirracistas com crianças da primeira infância são necessárias, possibilitamos fortalecer uma construção plural e respeitosa sobre a diferença entre as pessoas nessa etapa importante da vida. No entanto, para efetivar essas práticas não é qualquer literatura que as crianças precisam acessar, mas sim aquela que contemple a diversidade étnico-racial brasileira de forma positiva e que traga em seu bojo narrativas múltiplas e contra-hegemônicas, mostrando às crianças que todos podem contar suas histórias. (COSTA; PEREIRA; DIAS, 2022, p. 132)

A literatura é, sem dúvida, uma forma de promoção de educação antirracista. Livros coloridos, com poesias e textos que elevam a autoestima das crianças negras fazem a diferença em sala de aula, juntamente a outras possibilidades diversas de oferecer educação antirracista. A criança precisa sentir a educação como significativa para sua vida, e o professor precisa cumprir o seu papel ético, social e educativo. Ela é um sujeito que precisa ser compreendido. Desta forma, a proposta do currículo, o ambiente escolar e as maneiras de ensinar devem ser instigantes aos seus olhos, correspondendo ao seu mundo. Aprender sobre si e sobre nós deve ser uma atividade prazerosa para que adentre a alma e o coração, rompendo com visões estigmatizadoras e evitando a produção de submissões e corpos explorados, como nos alerta Mbembe:

No grande quadro das espécies, gêneros, raças e classes, o Negro, na sua magnífica obscuridade, representa a síntese destas duas figuras. O Negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração [...]” (MBEMBE, 2018, p. 40).

Esse excerto de Mbembe faz com que se possa refletir sobre a educação antirracista. Como pesquisadora, mas também como docente, essas reflexões me fazem ampliar a vontade

e a coragem de, a cada dia, através das minhas práticas, mudar essa realidade sobre os pequenos corpos negros que precisam das nossas ações e intencionalidades para fazer com que a educação seja um espelho para a criança negra e que seja também bem realizada dentro da escola. Pensar em práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais é compreender que existe uma diversidade racial que precisa ser discutida no âmbito de toda a educação. Sendo que é na Educação Infantil que esse trabalho deve ser iniciado. A escola é um lugar de diversidade e na relação com essa diversidade a criança vai construindo sua identidade pessoal e coletiva. Para que essa construção se dê de uma forma saudável, é preciso que esse espaço e as pessoas que o acessam, respeitem e valorizem a sua história e a sua cultura.

Segundo Andrade (2005), é necessário que as pessoas acumulem na memória referências positivas do seu povo, para que se crie um sentimento de pertencimento, de identidade racial. E esse é o objetivo, que as crianças, através do nosso trabalho, possam se enxergar nos príncipes, nas princesas, nas bonecas e nas pessoas negras que fizeram história. Positivar a negritude de cada criança, positivar o passado escravo no sentido de evidenciar histórias de resistências contra a opressão ou de simples amostras de ilustrações de personagens negras e negros como pessoas ou coletivos que são exemplos de solidariedade, beleza e inteligência é fundamental para escapar de uma história que só reduz a negritude à vitimização, inferioridade e objetificação. Nessa direção, a confecção de material, livros, falar de pessoas negras de forma positiva, filmes, desenhos, imagens da África que mostre um ambiente bonito e bom para viver, são exemplos de educação antirracista.

Segundo Conceição (2021), o processo de letramento envolve tornar-se usuário efetivo da língua, como leitor e produtor de textos, selecionando o que é de seu interesse, interagindo com o outro, orientando-se e informando-se. Para ela, a comunicação escrita deve adequar-se aos diferentes contextos e condições de produção da vida, tornando os sujeitos capazes de agir para transformar relações e práticas sociais. Para que isso aconteça, os professores devem avaliar os procedimentos de busca de sentido que os alunos já utilizam e incorporá-los às práticas da sala de aula, favorecendo a competência discursiva dos alunos. Paulino e Cosson (2009) falam de letramento literário, que deverá integrar-se ao plural dos letramentos e se insere no fazer sentido do mundo e na leitura crítica da sociedade, com o uso singular da escrita, que parte do letramento feito com textos literários e conduz a uma apropriação da palavra a partir dela mesma, proporcionando um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita. Assim, o letramento literário demanda um processo educativo

que vai além da simples prática da leitura de textos literários. Para que ele se efetive, faz-se necessário um encaminhamento metodológico específico para as práticas de leitura.

A Educação Infantil deve introduzir a concretização desse letramento, fazendo com que os alunos se apropriem da literatura enquanto construção literária de sentidos. Assim, muito mais do que a habilidade de ler textos literários, o aluno se engaja num ato contínuo de leitor em relação ao universo literário.

Abaixo, apresento alguns materiais para trabalhar educação antirracista na educação infantil, advindos de um levantamento bibliográfico, mas também de experiências em sala de aula, trazendo para o debate as ações antirracistas na educação infantil desenvolvidas por algumas das docentes entrevistadas e por mim. Acredito ser importante compartilhar experiências que têm contribuído para o compartilhamento de histórias que promovem autoestima e ajudam a construir uma identidade negra e uma prática antirracista. É preciso desconstruir o racismo como prática naturalizada e banalizada, revelando-o como histórico e, mais do que isso, como uma prática que ofende e machuca nossas crianças.

#### **4.3. Uma literatura infantil antirracista**

A literatura utiliza a linguagem como uma forma de se relacionar e está vinculada ao seu contexto de produção, sendo, portanto, um ato social. Assim, o conteúdo das produções literárias tende a influenciar na compreensão do leitor, já que toda obra literária se prende a valores ideológicos e políticos nela projetados pelo escritor. Na literatura infantil não é diferente, porém texto escrito e ilustração se combinam, fortalecendo a representação social que autor e ilustrador manifestam. Essa representação, a depender da finalidade de seu autor, será mais ou menos explícita, mas nunca desprendida da sua percepção de mundo e do tempo histórico em que vive. Isso causará efeitos na compreensão do leitor e na experiência leitora. Como observa Heloísa Lima:

Toda obra literária transmite mensagens não apenas através do texto escrito. As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. Se examinadas como conjunto, revelam expressões culturais de uma sociedade. A cultura informa através de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo. E se pensarmos nesse universo literário, imaginado pela criação humana, como um espelho onde me reconheço através dos personagens, ambientes, sensações? Nesse processo, eu gosto e desgosto de uns e outros e formo opiniões a respeito daquele ambiente ou daquele tipo de pessoa ou sentimento. (LIMA, 2008, p. 102)

Dialogando com a autora, podemos aferir que a linguagem é uma prática social que constitui e é constituída pela sociedade e pela cultura, ou seja, os sujeitos e sujeitas não são neutros e trazem em seus textos seus valores, crenças e formas de ver o mundo. Portanto, é necessário analisar os livros que serão lidos para as crianças e verificar se são livres de ações e palavras preconceituosas ou que de alguma forma vai deixar uma criança constrangida. Sabemos da importancia de se trabalhar com a literatura na educação antirracista, mas é preciso cuidado ao analisar o conteúdo.

Através de livros escolhidos, a criança negra pode se ver diante de um espelho de positividade, onde é valorizada a sua beleza, sua cultura e as formas de luta do povo negro para o fim da opressão. Segundo Souza e Boakari (2018) a literatura infantil no Brasil foi por muitos anos representativa de personagens e histórias, tidos como clássicos, que espelhavam contextos europeus. E depois de anos silenciada, invisibilizada ou esquecida, hoje a literatura africana ou afro-brasileira está presente nas escolas fazendo com que meninas e meninos possam se ver nas histórias, nos contos. Para esse rompimento de silêncios faz-se necessária uma postura protagonista dos educadores, que devem estar comprometidos com a transformação social. Esses silenciamentos contribuem para o que Sueli Carneiro (2005) aponta como epistemicídio, ou seja, os conhecimentos produzidos por grupos subalternizados são compreendidos como inferiores, trazendo a anulação de membros desses grupos como humanos. “[...] não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (CARNEIRO, 2005, p. 97). Paulino e Cosson (2009) também apontam a não neutralidade dos textos que contribuem para forjar subjetividades e identidades:

Na verdade, todos nós construímos e reconstruímos nossa identidade enquanto somos atravessados pelos textos. O que cada um é, o que quer ser e o que foi dependem tanto de experiências afetivas, aquelas vividas, como da leitura que faz das próprias possibilidades de ser e das experiências alheias a que tenha acesso por meio dos textos. (PAULINO e COSSON, 2009, p. 69)

Desta forma, a nossa identidade entra em movimento através dos textos, por isso é importante a literatura na educação infantil, onde essa identidade está sendo construída em constante movimento. Ter acesso a uma literatura saudável, uma literatura que valorize cada característica da criança negra, uma literatura sensível e que busque a felicidade da criança negra, a alegria de pertencer a um grupo e de se integrar a um mundo que ela não precise

imitar pessoas brancas para que seja aceita. A relação entre leitor e personagens que o texto literário adequa, desperta a criança para o mundo da leitura e, conseqüentemente, da escrita, e em se tratando da perspectiva do protagonismo negro, traz sentido para as crianças ouvintes e leitoras, colaborando para que se sintam representadas de forma positiva e construam sua identidade, como afirma Castilho (2004):

Sabe-se que a literatura infanto-juvenil, em termos gerais, ajuda as crianças, além de outras coisas, a construir sua identidade. Num processo de transferência, os pequenos se colocam no lugar dos heróis e vivenciam as sensações dos personagens. Sentimento de inferioridade e auto-rejeição são as conseqüências mais comuns na autoestima da criança que não se reconhece nas histórias contadas pelos livros. Todos querem e precisam sentir-se aceitos pelo seu grupo e pela sociedade. (CASTILHO, 2004, p. 108)

Através da literatura antirracista com as crianças, eu observei que elas passaram a falar da cor da pele com mais naturalidade na sala de aula, como no exemplo daquela tarde que, ao finalizar a leitura do poema do pequeno príncipe preto, meu aluno falou: “professora, eu quero ter um irmão e quero que ele seja igual ao pequeno príncipe preto!”. Essa fala é de uma criança branca e me fez observar como as literaturas africana e afro-brasileira atravessam as mentes e corpos das crianças trazendo novas percepções de vida e levando a criança a uma outra forma de pensar e de se relacionar com o mundo ao seu redor. Seus pais são brancos e essa criança é branca, mas o seu irmão, ela quer que seja igual ao pequeno príncipe preto.

As literaturas africana e afro-brasileira trazem um movimento de empoderamento, de orgulho, de se olhar no espelho e reconhecer-se belo. No caso do poema cantado do pequeno príncipe preto, de autoria de Marcelo Serralva, me auxiliou muito em meu projeto de educação antirracista. As crianças gostam muito da leitura e eu observei que a partir do trabalho com o poema, passaram a se interessar mais pela cultura africana e afro-brasileira.

#### O pequeno príncipe preto

O pequeno príncipe chegou  
montado em seu cavalo preto.  
Preta também era sua cor  
cor de menino perfeito.  
Mas é claro que alguém estranhou  
pois nas histórias que ouvimos  
os príncipes tem outra cor  
não a cor deste menino.  
Ao que o príncipe respondeu:  
do lugar de onde venho



os príncipes são todos pretos  
os reis, as rainhas, todo o reino.  
E aqui, pelo que vejo,  
tem tanta gente pretinha!  
Vou procurar uma princesa  
e fazer dela rainha  
Para que um dia as histórias  
possam ter cor diferente  
Uma cor que também é bela,  
uma cor que traduza a gente!

Marcelo Serralva

Ao trabalhar em sala o livro da bell hooks intitulado *Meu crespo é de rainha*, as meninas de cabelos crespos e cacheados logo se manifestam: “Professora, esse cabelo aqui é igual ao meu cabelo, cheio de cachinhos e bonito!”... Isso significa que as crianças negras não precisam da aprovação da branquitude, pois a literatura negra está dizendo que seu crespo é de rainha. E ele é. Pronto!

Como já discutido anteriormente, cabelo crespo, por muitas vezes foi e é motivo de vergonha para as crianças negras, principalmente para as meninas, e a literatura negra pode ser importante instrumento para romper com esse cenário. Segundo Kilomba (2019, p. 127), uma vez escravizados/as, a cor da pele dos africanos e africanas passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não. Este acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização, como uma marca que atravessa as relações racistas produzindo dor e danos aos corpos negros infantis.

Por meio dos livros, as meninas e os meninos negros podem se ver como pessoas bonitas, porque trazem histórias de cabelos e todas as características da negritude de forma positiva. Esse movimento fortalece e enaltece os laços com a negritude, trazendo orgulho e rompendo com modelos brancos, como afirma Neuza Souza:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 2021, p. 115-116)

De certa forma, a literatura promove esta contestação a modelos exclusivamente brancos, que não as representam, e colabora para construir uma identidade negra que as orgulhe. As crianças negras passam a ter rosto e uma história com a qual se identificam.

Assim se dá a valorização de sua negritude, agora fortalecida com a educação antirracista. Segundo Kilomba (2019), mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de submissão durante o período de escravização, o que permaneceu na atualidade. O alisamento dos cabelos crespos se tornou a maior forma de apagamento das especificidades de pessoas negras, mas ao perceberem os cabelos crespos como sinônimo de beleza, as crianças podem romper com esta visão. Por isso levantamos mais uma vez a questão das referências positivas e a importância de uma educação antirracista, pela qual a criança perceba que não existe “o cabelo” e sim “os cabelos”, e que cada um carrega sua força e a sua beleza.

Podemos trabalhar na formação de uma educação antirracista todos os dias, oferecendo oportunidades de informações sobre livros, culturas, músicas; trabalhar com coisas simples, mas fundamentais, para a formação infantil, como as entrevistadas afirmaram em suas falas:

Uma professora do CEI, um dia, deixou as meninas soltarem os cabelos e dizia que os cabelos delas eram lindos como eram, e elas adoraram! Fazia penteados nelas e era muito legal! Ela mostrava a diversidade do cabelo. Cada um tem um e cada um tem a sua beleza. Individualidade! Ela trabalhava com história e livros, e deixava as crianças bem à vontade. Com os cabelos voando!! Não pode soltar os cabelos por quê? (Renata, informação verbal, 2021)

Eu acho que deveria ter uma conscientização dos profissionais, pois, por mais que o currículo aborde, o profissional vai trabalhar se ele quiser. Não lembro muito de experiências antirracistas nas escolas onde eu passei, mas uma amiga minha é cabeleireira e ela desenvolveu um trabalho em uma escola para enaltecer a beleza da mulher negra. Ela fez tratamento nos cabelos afros das meninas ou tranças. E esse trabalho que eu conheço que ela gostou muito e foi muito gratificante para ela e para as crianças! (Ana Paula, informação verbal, 2021)

A literatura torna-se peça chave para compor estratégias de efetivação da Lei Nº 11.645/2008, na qual se estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena devem perpassar todo o currículo escolar. E como agentes da educação é o nosso papel a efetivação das leis para transformação da sociedade. Quando as crianças se deparam com o poema *O pequeno príncipe preto*, elas conseguem enxergar beleza, um herói, um registro que passa uma informação positiva sobre o que é ser negro. É um poema que tematiza, de forma corajosa, o problema racial, que diz, na linguagem da infância, que há falta de referência e humanidade nas questões da juventude, cita a questão ancestral e reparadora, e de maneira direta, desperta a criança para a temática do combate antirracista.

Como lembra Souza (2021, p. 115), a autonomia é conquistada quando se possui um discurso sobre si mesmo, não mais sob a perspectiva do modelo branco. “Ser negro não é uma condição dada, a priori”, afirma a autora. Para ela é criar a consciência e tomar posse de quem se é, contra o racismo e assegurando a dignidade e o respeito à diferença, contra qualquer postura que discrimine. A literatura, nesse sentido, tem a contribuir para a construção dessa consciência a partir da infância, como a professora Ana Paula, durante a entrevista, também apontou quando disse que com as crianças, as leituras pontuais devem ser lidas para que as crianças tenham referências da cor negra.

A literatura precisa ter proposta e a proposta precisa ser diferente do que temos de mais tradicional. Nós também não somos neutros, nós queremos uma literatura que dialogue de forma positiva com nossas crianças a fim de que elas se vejam em todos os espaços que quiserem se ver, os espaços mais bonitos e mais belos.

A autora Chimamanda Adichie (2019, p. 7) menciona que pessoas como ela, e como nós, “meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo, também podiam existir na literatura”. Essa fala da autora nos leva a uma reflexão que as crianças negras podem sim, ser autoras e autores de suas histórias, que elas são protagonistas em suas histórias de vida, sendo que uma das formas de alcançar esse protagonismo é através da literatura afro que valoriza a cultura negra, a beleza do povo negro e mostra a contribuição das pessoas negras para a formação da sociedade. Ao discutirmos a literatura como um artefato cultural pode-se afirmar que ela fortalece um ambiente antirracista contribuindo para que crianças negras se percebam representadas, elevando a autoestima e para que as crianças brancas reconheçam e valorizem a diferença, rompendo com as estruturas da branquitude normativa (COSTA; PEREIRA; DIAS, 2022).

A literatura traz, portanto, um importante papel no ambiente escolar, representando um mecanismo que proporciona uma educação para a igualdade, equidade e integralidade dos sujeitos. Através do livro, buscamos romper um pacto feito pela branquitude, um pacto que coloca a cultura africana abaixo da cultura europeia. E o professor, principal agente dessa transformação, precisa se conscientizar que esse pacto não é natural, que podemos ofertar às crianças negras e não negras uma diversidade de belezas, uma diversidade de histórias e de vidas.

Os livros que apresentam personagens negros, negras, com qualidade estético-literária que garante a representação da diversidade étnico-racial brasileira de forma positiva, contribuem para que crianças negras se

percebam representadas, elevando a autoestima e construindo uma identidade étnico-racial fortalecida e para que crianças brancas reconheçam e valorizem a alteridade, desenvolvendo outras perspectivas que se contrapõem à branquitude normativa. (COSTA; PEREIRA; DIAS, 2022, p. 128)

Como professora de Educação Infantil, percebi que as crianças em contato com a literatura africana, sendo negras, elas se sentem bem ouvindo as histórias, se sentem pertencentes, se sentem orgulhosas de serem quem são. Ainda sobre o trabalho que fiz com o poema do pequeno príncipe preto, ao finalizar a leitura, uma criança branca falou: “Professora, eu também quero ser o pequeno príncipe preto!”. Imediatamente uma criança negra disse: “Você não pode ser o pequeno príncipe preto. Eu posso ser, porque eu sou preto!”.

Essas experiências vivenciadas por mim, responsáveis por gerar essa pesquisa, e as partilhas narradas pelas professoras entrevistadas, demonstram o quanto a literatura infantil negra é uma ferramenta eficaz no combate ao racismo. E que as crianças não negras respeitam e valorizam as diferenças quando colocadas em contato com a cultura, elas percebem toda a potência da cultura africana e, por meio de suas falas e ações, afirmam um pluralismo. Nós professores, precisamos ser mediadores para acontecer a mudança! Por meio da leitura somos transportados para outros mundos, mundos lindos cheios de conchinhas, cachinhos, flores e ninhos, cheios de bocas grandes e carnudas, cheios de olhos de jabuticaba, narizes de batata, com Baobás e com cabelos Black Power, tranças... Isso é a pretagogia!

Petit e Silva (2011) afirmam que a pretagogia é um posicionamento do pesquisador que enfrenta nossa formação objetivista, da qual nem sempre temos clareza e de seus efeitos sobre nossos estudos e nossas ações pedagógicas. O ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, a partir da cosmovisão africana e da tradição oral, altera conteúdos curriculares de caráter eurocêntrico valorizando existências que inspiram ou trazem para o centro as experiências de estudantes, no caso aqui tratado, iniciando pelas crianças da educação infantil:

[...] desde a descoberta de seu pertencimento étnico (as pessoas foram mudando de cor durante o curso, tornando-se pret@), até o reconhecimento de praticar o racismo na infância, passando por uma maior interligação corpo e natureza, o estar no lugar Quilombola. O reconhecimento de pertencer a uma linhagem que leva até a África, o perceber em atos, tradições, atitudes e tecnologias a presença marcante das africanidades no seu cotidiano, o desvelar de uma História até então mal contada sobre a África e a população negra, o desejo de interferir e transformar suas realidades dentro e fora da

escola, a valorização da cosmovisão africana e a desmistificação e revisão de preconceitos arraigados a respeito das religiões de matriz africana (PETIT; SILVA, 2011, p. 98).

A autora fala que se o professor reconhecer o racismo que existe na sociedade já está no caminho para a educação antirracista, já está no caminho certo para iniciar uma educação pautada na igualdade e no respeito à diversidade. Renata afirma, nesse sentido, que é preciso também ter intuição, inspirar-se em trabalhos que já existem, e recriá-los, enfrentando as dificuldades que a própria escola, muitas vezes, representa:

Tem escolas que esses trabalhos partem mais da pessoa do que de um coletivo. O coletivo não quer nem saber, não quer nem entrar nesse debate, nem se envolver. Não tem material, não tem material desenvolvido, é uma técnica, uma didática, é um trabalho que precisa ser desenvolvido e não tem nem uma pasta para compartilhar. Muitas vezes pegamos o material do outro professor. Eu vou criar, vou parar para pensar nisso, sendo que eu posso fazer aquilo que já estou acostumada, que já tenho pronto? Se a gente for pensar em comportamento humano, a tendência é ir para o que já está pronto. Essa estratégia precisa pensar, quem sabe algumas informações mais mastigadas... é um caminho! (Renata, informação verbal, 2021)

Na narrativa acima, Renata volta a falar que a tendência do cérebro (condicionado pela cultura racista) é continuar com atitudes confortáveis da branquitude, mas que também é possível recriar o que existe. Ela afirma que na escola onde trabalha só uma professora trabalha a educação antirracista e as outras professoras ignoram e não desejam saber do debate. Em sua narrativa, tudo que está pronto é mais fácil, e as professoras, geralmente, imitam o comportamento da outra. Por isso, segundo ela, as orientações do currículo não saem do papel, reproduzindo uma educação centrada na branquitude e no eurocentrismo.

Esse trecho da entrevista nos remete à bell hooks quando ela afirma que:

A maioria de nós aprendemos a ensinar imitando esse modelo. Como consequência, muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois têm medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos de referências múltiplas. (hooks, 2017, p. 51)

Quando a autora fala de “modelo”, trata da forma de ensinar que perdurou por anos baseada no modelo branco, como se tudo o que aconteceu de bom tivesse sido graças ao

branco e tudo o que aconteceu de ruim está relacionado ao negro. Quando a valorização da diversidade passou a ser questão curricular, em parte graças à organização do movimento negro, os professores passaram a rever suas práticas e começaram a levantar questionamentos de como fazer, como mostram as entrevistadas:

O livro *A menina bonita do laço de fita* eu trabalhei, e observei seu trabalho com os contos africanos e com os personagens representando outras etnias para as crianças terem acesso. Muitas coisas aprendemos com os pares. Eu trabalhei o livro *A menina que abraçava o vento*. Conversei bastante com eles, fiz o rostinho para eles completarem a menina; expliquei que ela era uma refugiada e eles gostaram muito. (Renata, informação verbal, 2021)

Eu sou professora da sala. Então, enquanto eu estava na sala de recurso, eu fiz um trabalho com a pedagogia de projetos. Então, o que eu trabalhei com meus alunos da EMEF José Carlos de Figueiredo Ferraz ... A gente estudou a vida e a obra de Basquiat. E a gente trabalhou Carolina Maria de Jesus; nós trabalhamos o hip-hop. Dentro do meu trabalho, procurava sempre trazer essas questões de gênero e de raça. É de fundamental importância que se trabalhe esse tema! Na EMEF nós tínhamos um caso de um garoto trans que estava passando pelo processo, então eu não sei porque a escola não trabalha a questão da orientação sexual! Teria que trabalhar orientação sexual e raça, tem que ser um trabalho desenvolvido com os pré-adolescentes, adolescentes, jovens então.... (Ana Flávia, informação verbal, 2021)

Ana Flávia, assim como Renata, trazem uma consciência política sobre a temática racial e de gênero. A professora trouxe, dentro do recorte do seu trabalho de educação antirracista, pessoas negras que influenciam e que mostram para as crianças o que é ser negro dentro de uma educação pautada na diversidade. Segundo Munanga (2005, p. 15) “esse trabalho ajuda o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana”. Nesse sentido, a criança não sabe o que é o racismo no sentido conceitual da palavra, mas sabe o que é não ser tocada pela professora, ela sabe o que é a professora dizer: “que menina fedida!”, se sente triste, porque a criança entende a rejeição. Segundo Cavalleiro (2003, p. 13), “as crianças em idade pré-escolar já interiorizaram ideias preconceituosas que incluem a cor da pele como elemento definidor de qualidades pessoais”. A professora Camila, que considera o trabalho antirracista difícil, pois aponta que “outras raças” também deveriam ser contempladas, demonstra uma prática que procura o aprendizado, mas com a atitude paradoxal de docentes que temem não estarem preparados,

que consideram a educação antirracista não tão necessária, mas ao mesmo tempo procuram exercê-la, com seus limites:

Já vi experiências sobre o combate ao racismo ou à valorização da negritude nas escolas por onde passei. Com a Abayomi, a professora fez um cantinho com as bonecas e com fotos e colocou um turbante nas crianças. Ela fez um trabalho bem legal. Enfeitou com panos coloridos, que na África as vestimentas são bem coloridas, eles dançam, gesticulam e gostam de cores. Eu assisti a um casamento africano e a noiva estava de amarelo, que é a felicidade, aqui é vestido branco. Lá tem tambores. [...] eu procuro diversificar, já trabalhei o livro *Kiriku, A menina bonita do laço de fita*, a história da Abayomi que é uma história muito triste. Trabalho muitas histórias! Diversifico muito, as crianças ainda estão em formação das escolhas, é tudo muito inicial. Por isso procuro sempre pesquisar..., mas nem sempre a gente tem tempo. (Camila, informação verbal, 2022)

Na narrativa da entrevistada podemos observar que a Camila fala sobre uma outra escola onde atuou e viveu experiências de combate ao racismo, narrando a prática de outra professora e se mostrando entusiasmada com a prática vivida. Através da sua narrativa ela demonstra encantamento pela cultura africana que já mostra um caminho para as suas práticas. Segundo Gomes,

É necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Julgo que seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. (GOMES, 2005, p. 149)

A autora afirma que é possível fazer com que o professor desenvolva uma prática antirracista com formação adequada. Uma formação que dialogue com ele e que ele seja afetado de tal forma que mude seus valores. A narrativa da professora Camila se mostra instigante, nesse sentido, pois ela revela sua própria transformação como profissional:

Fiz a contação de história durante a pandemia e com materiais recicláveis fiz uns bonecos e fiz um teatro. Eu tive uma devolutiva dos pais da minha criança, e ela disse que gostou muito da bonequinha, porque bonequinha tinha laços e era da cor da pele dela. Através de chamada de vídeo eu tive essa devolutiva e fiquei muito feliz! Conte a história da Penélope em sala de aula, que fala de um cabelo rebelde. Não gostei muito da história, mas entendi o livro no final. E as crianças gostaram muito! A partir disso,

aconteceram muitas falas das crianças se identificando com o cabelo da Penélope: “Professora, quando minha mãe penteia os meus cabelos dói”... “Quando ela puxa, dói”... E eu pedi para os pais, em uma reunião, pentearem os cabelos mais devagar e amarrar mais folgado, porque se apertar dói, as crianças falam aqui. Fora que cabelo apertado a criança não quer brincar e até mesmo comer de tanta dor. (Camila, informação verbal 2021)

Nessa narrativa, a Camila fala de suas práticas antirracistas com as crianças, e observamos que as crianças se identificam e ficam felizes com as propostas apresentadas por ela. E através da prática as crianças trouxeram suas falas importantes para a comunicação com a família. A educação antirracista permitiu que as crianças libertassem suas falas de dor e a professora, ao escutá-las, pôde resolver um problema entre famílias e crianças ao simplesmente pedir que tivessem mais sensibilidade ao pentear os cabelos das crianças.

Segundo Munanga, (2005, p. 19), “não existem fórmulas e receitas antirracistas prontas, mas sim é preciso estimular e levar a sua imaginação criativa a inventá-la”. E Camila, através das escutas das crianças, viu uma oportunidade de falar com as famílias sobre pentear os cabelos das crianças, que muitas vezes “amarram” forte para não soltar e assim livrar a criança de um constrangimento.

A construção de uma identidade e de uma consciência negra, por meio da literatura, também é lembrada por Maria Beatriz que trata das roupas e do papel das mulheres:

Certa vez coloquei o filme do *Kiriku*, mas antes do filme, em outros dias. Trabalhei com eles a diversidade, as formas de vidas que não são iguais. Expliquei que tem pessoas que se vestem de formas totalmente diferente de nós, e isso é cultura, a forma de se vestir de um determinado povo. Quando passei o filme, eles gostaram muito e em nenhum momento falaram sobre as mulheres que andavam com os seios à mostra. Elas eram mulheres que trabalhavam nas aldeias só com a saia, sem nenhuma blusa e eles respeitaram essa cultura. As crianças diziam: “Professora, quero ser rápido como o Kiriku” ou “Professora, quero ser como o Kiriku, ajudando as pessoas”. Fiquei feliz! Amo o que faço! (Maria Beatriz, informação verbal, 2022)

Através da análise da narrativa da entrevista podemos observar que Maria Beatriz apresenta em suas práticas o que chamamos de pretagogia, que é se conectar com a estética africana. Nessa prática, através do filme *Kiriku*, as crianças puderam se reconectar com a ancestralidade que viviam em aldeias plantando, colhendo e produzindo utensílios feitos com



argila para uso das pessoas da aldeia, para vender e assim gerar dinheiro para as despesas da aldeia.

Na narrativa é mostrado que as crianças se sentiram pertencentes e se identificaram com as vivências apresentadas nessa prática pedagógica de Maria Beatriz, como por exemplo: “Professora, quero ser como o Kiriku ajudando as pessoas”. Nas narrativas das entrevistadas percebemos que cada uma tem uma forma de mostrar e valorizar as influências da cosmovisão africana na cultura brasileira e essa prática é fundamental para que as crianças potencializem os aprendizados da nossa ancestralidade africana, algo que não vemos muito acontecer (PETIT, 2015, p. 108).

Desconstruir o racismo é a empreitada de toda a sociedade, mas nós que estamos na escola, sem dúvida, alcançamos um número maior de pessoas. É no dia a dia, nas relações, nas provocações que ganhamos pessoas e diminuimos esse “câncer” social e estrutural. É preciso analisar e compreender as estruturas sociais desiguais e opressoras para combater o racismo, e essa não é uma tarefa fácil, mas muito complexa que envolve a vontade política e o aprendizado de, verdadeiramente, transformar a realidade que vivemos.

Munanga (2005) afirma que entre nós, muitos não receberam na formação de cidadãos o preparo necessário para lidar com o desafio da convivência com a diversidade e com as discriminações que vêm desse encontro e que são postas em nossa vida profissional cotidianamente. Para o autor, esse desconhecimento para lidar com questões raciais por parte dos educadores e educandos, se deve ao mito da democracia racial, que compromete, sem dúvida, o objetivo da educação que é formar pessoas que exerçam de forma plena a sua cidadania, respeitando e valorizando o outro. Nossa educação ainda é eurocêntrica, por isso devemos tomar cuidado para não reproduzir o racismo, o preconceito e a discriminação dentro da escola.

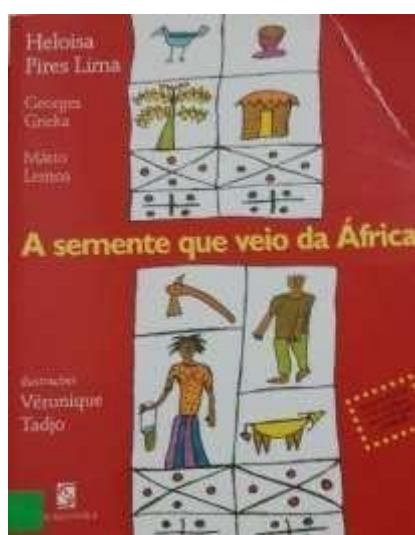
No cenário atual, as Literaturas Africana e Afro-brasileira estão cada vez mais inseridas nos espaços escolares, apresentando uma identidade cultural que expressa relações de inclusão social. Ao nos referirmos a esta literatura, antes, devemos apresentar as origens e a participação do negro na História do Brasil e do mundo. Apresentei a literatura africana como um mecanismo didático, que possibilita aprendizagens significativas para as crianças, assim como suas contribuições para o processo de formação do sujeito nos campos sociais, emocionais e culturais, bem como permitir e desenvolver o hábito da leitura.

O professor precisa conhecer antecipadamente o livro e analisar se ele não está carregado de preconceito e conteúdos racistas. A seleção dos livros e sua análise é de extrema

importância para que seja ofertado uma atividade saudável para todas as crianças, principalmente a criança negra. Realizar a leitura do livro, permitir que as crianças folheiem e vejam as imagens, sugerir que sejam feitas ilustrações do que ela mais se identificou na história, é uma forma de promover educação antirracista.

Os livros apresentados foram pensados como uma forma de promoção da educação antirracista. Eles foram abordados em meu trabalho, mas também nas narrativas das docentes entrevistadas, porque foram as obras que as crianças mais se identificaram durante as práticas apresentadas nas narrativas e em minha própria experiência que, acredito, possa contribuir para a promoção de reflexões antirracistas.

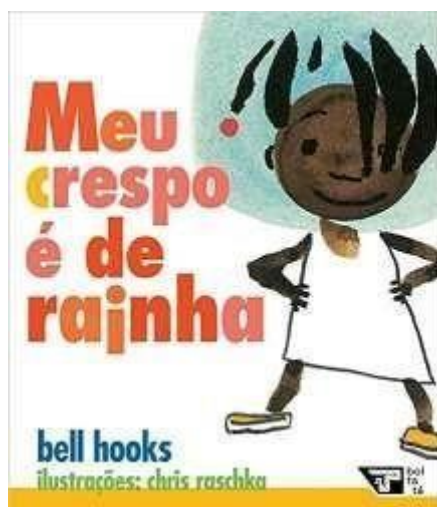
a) A semente que veio da África – Heloísa Pires Lima – Ed. Salamandra



O livro foi escolhido com o objetivo de promover o conhecimento da árvore africana chamada baobá. É de extrema importância, pois ele fala da semente do baobá que foi trazida da África, Cidade do Cabo, na África do Sul, e hoje as árvores são encontradas em muitos lugares no Brasil, como em Recife. Essa leitura é interessante, pois, além de as crianças conhecerem o baobá, o docente pode trabalhar a região de onde vieram essas sementes e onde estão localizadas estas árvores. Além disso, o livro desenvolve noções de solidariedade e coletividade dos povos africanos.

O livro é uma oportunidade para que as crianças pesquisem seus nomes e o de suas famílias. Também na riqueza de detalhes das ilustrações, que remetem à arte africana. Ainda conta com um manual de instruções do jogo africano Awalé, o qual pode ser produzido utilizando uma caixa vazia de ovos e feijões, ou qualquer tipo de semente.

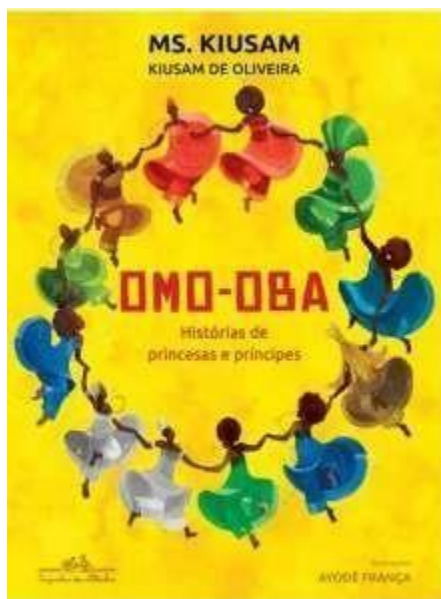
b) Meu crespo é de rainha – bell hooks – Ed. Boitatá



O livro foi escolhido com o objetivo de tratar dos cabelos das crianças negras. Ele mostra as diversas formas que os cabelos podem ter e como podemos brincar com nossos crespos, inventando vários penteados. E, acima de tudo, promovendo a valorização dos cabelos crespos e cacheados, mostrando toda a sua beleza e fazendo com que as crianças gostem dos seus cabelos e se sintam felizes por tê-los, porque é uma característica marcante da negritude. Os desenhos do livro são coloridos, mostrando várias meninas com seus diferentes penteados. Um trecho da obra, que é um grande poema, promove o orgulho do cabelo crespo entre as meninas:

Pixaim, sim! Gosto dele bem assim!  
Cachinhos, crespinhos, birotos, coquinhos.  
Ou quem sabe com turbante!  
Todas as meninas brincando livres.  
Feliz com o meu crespo.  
O meu crespo é de rainha! (hooks, 2018)

c) Omo-oba: histórias de princesas – Kiusam de Oliveira – Mazza Edições



O livro foi escolhido com o objetivo de promover o conhecimento, trazendo representatividade para as meninas pretas, que podem sim, ser princesas e rainhas; empoderar as crianças para que elas possam se ver nas histórias e assim proporcionar para elas uma infância mais digna, bonita e cheia de suavidade. A obra é composta por seis histórias de princesas negras que se tornaram rainhas, dentro do universo dos orixás: Oiá, Oxum, Yemanjá, Olocum, Ajê Xalungá e Oduduá. O livro também divulga as histórias de fontes tradicionais conhecidas na África, especificamente do povo Iorubá e sua religiosidade, tratando os contos, as adjetivações associadas ao feminino como “a beleza, a vaidade, a impetuosidade, a curiosidade, o empoderamento, o orgulho, a determinação e a coragem” (OLIVEIRA, p. 30). Os contos africanos precisam fazer parte da rotina de leitura das crianças para promover uma educação antirracista em que as crianças negras se identifiquem nos elementos culturais e religiosos e as crianças brancas respeitem as diferenças.

d) O pequeno príncipe preto – Rodrigo França – Nova Fronteira



O livro de Rodrigo França, *O Pequeno Príncipe Preto*, se dirige às novas gerações, demonstrando como as culturas africanas podem ser acessadas por meio da literatura. O autor afirma que todos os negros são descendentes de reis e rainhas, e atualiza, mostrando que também os melhores engenheiros, arquitetos, professores, fazendeiros, matemáticos e médicos são negros, promovendo um sentimento de pertencimento e de orgulho entre as crianças. Afirma, ainda, que os negros não foram escravos e sim escravizados, e isso faz uma grande diferença na percepção que as crianças podem ter da história de seus antepassados e das relações de dominação impostas pela branquitude. Essa condição foi imposta, portanto, não é natural. Rodrigo afirma que não se constrói uma nação sem pensar no futuro.

O personagem principal do texto é um menino negro que vive num minúsculo planeta apenas em companhia de uma baobá, a mesma árvore do livro *A semente que veio da África*. Daí a oportunidade de discutir o seu significado para diferentes povos africanos, sem generalizar. O príncipe, como as crianças, sempre cultivou o sonho de viajar e conhecer outros planetas, o que pode estimular a imaginação infantil. *O Pequeno Príncipe Preto* vem trazer a busca pela ancestralidade, mostrar que devemos cultivar nossos antepassados, e despertar a necessidade de lutar pela preservação da cultura africana. Quase no final do livro, há uma mensagem sobre o significado da palavra Ubuntu, envolvendo o baobá:

Por que vocês não dão as mãos e vão juntas e juntos? Por que não fazem UBUNTU? Eu sou porque somos! UBUNTU significa “nós por nós!” Se forem assim todos juntas e juntos, todos vão ganhar as balas. Todos serão

vencedores. Como um de vocês pode ficar feliz se todos os outros estiverem tristes, sem bala?” (2020, p. 25)

Para as crianças negras, as mensagens das obras são muito importantes para a construção da identidade negra e para o fortalecimento das relações de empoderamento e solidariedade. As histórias mostram que os pequenos leitores podem ter um papel importante na sociedade e que seus corpos negros não são sinônimos de inferioridade, pelo contrário. Conversar com as crianças sobre seus autores e autoras, que são negros, e suas trajetórias, também é de fundamental importância para que possam se ver em escritores/as e poetas, pessoas que se parecem com elas.

Diante do racismo estrutural, os educadores enfrentam um grande desafio pela necessidade de eliminar mal-entendidos que distorceram a cultura afro. O desafio também vem com a violência sofrida pelos negros, que precisam ser analisadas com urgência. Infelizmente, as escolas também são lugares onde se comete racismo. Por isso, o trabalho social deste letramento literário a partir de autores/autoras negros/negras é tão importante.

É importante saber como propostas de discussões dos modos de conhecer e discutir as questões étnico-raciais são apresentadas e tratadas no processo de formação de professores/as através de rodas de conversa com as/os professoras/es sobre a importância de entendermos e valorizarmos os processos de afrodiáspora, bem como discutir a temática do racismo; rodas de conversa com as crianças, a partir de contações de histórias e outras atividades lúdicas (utilização de bonecas negras, histórias africanas e com personagens negros e da cor da pele preta, por exemplo). O objetivo é entender de que modo elas implementam ações para valorizar as culturas afro-brasileiras e como manejar situações de preconceito racial que venham acontecer no espaço das creches, Educação Infantil (SOUZA, 2019, p. 92).

Na maioria das vezes, os educadores tentam amenizar, chamando a atenção do aluno ou aluna que praticou tal ato. Mas, infelizmente, no final, os alunos têm sua autoestima abalada, pois os professores deveriam fazer uma conversa explicando que todos são diferentes, que cada um possui a identidade de seus ascendentes e isso engrandece a todos como seres humanos. Por exemplo, em um trecho do livro *O Pequeno Príncipe Preto*, o personagem fala com muito carinho da cor da sua pele, do seu nariz, enfim demonstra que se ama da forma que é, ele transborda felicidade por ser um menino negro:

Minha boca é grande e carnuda. Olhe o meu sorriso, como é simpático e bonito! Eu tenho nariz de batata. Eu adoro batata e adoro meu nariz. Meus olhos são escuros como a noite. Também existem olhos claros, mas gosto dos meus olhos como eles são. Porque são meus. Meu cabelo não é ruim. Ele

não fala mal de ninguém. Antes eu cortava meu cabelo bem baixinho, mas agora estou deixando crescer. Quero que fique pra cima igual os galhos da Baobá. Vai crescer, crescer, crescer Vai ficar forte, brilhoso, volumoso. Olhe para o céu. Ele será o limite.” (FRANÇA, 2020, p. 11)

Nossa cultura é riquíssima, mas nos silenciemos muitas vezes pelo preconceito. E esse silenciamento não pode ser passado para nossas crianças, nas palavras de Moreira e Candau:

Ser negro, reconhecer-se negro e ser reconhecido como tal, na perspectiva ética, nunca deveria ser motivo de vergonha, negação e racismo, mas de reconhecimento, respeito e valorização. Significa trazer no corpo, na cultura e na história a riqueza de uma civilização ancestral e um processo de luta e resistência que continua agindo no mundo contemporâneo. (MOREIRA E CANDAU, 2008, p. 82)

A Educação Infantil está relacionada com a formação da criança enquanto ser pensante, e precisa abranger a pluralidade que se faz presente na sociedade e respeitar essa diversidade. A Literatura Africana na escola é apresentada como intercessora do processo do pensamento livre e respeito ao próximo, desmistificando a imagem do negro como uma figura sem valor social ou cultural, ou seja, dócil e inferior em meio à sociedade. Alves e Silva, ao refletir sobre a literatura africana, afirma:

Ela apresenta uma gama de costumes e crenças que embalam e ainda embalam muito a nossa constituição, isso está ligado à nossa religião, às práticas agropastoris, à nossa culinária, às expressões artísticas, vestimentas e etc. Bebemos não só da cor que bifurca as raças, mas adquirimos diversos aspectos que solidificam nossa personalidade. (ALVES e SILVA, 2018, p. 8)

A promoção da literatura africana permite às crianças uma infância mais tranquila e saudável, pois, como apresentam os autores, são diversos os temas que podem ser trabalhados para sua divulgação. E acima de tudo conhecendo a nossa cultura, adquirimos vários aspectos que firmam de forma positiva a nossa personalidade e forma de se ver e estar no mundo.

O poema já citado, *O pequeno príncipe preto*, de Marcelo Serralva, é parte do projeto Preticências e outras mirabolâncias, que fala da identidade negra para crianças, de forma leve e lúdica. A ideia é que o poema seja compartilhado e usado em sala de aula sem restrições. Marcelo Serralva é educador musical, compositor e escritor. Possui um trabalho voltado para o público infantil criado há quatro anos. Este trabalho musical começou como Turminha do

Tio Marcelo e agora passou a responder pelo seu próprio nome, quando Marcelo começou a dar vazão ao seu lado poético, criando também pequenos poemas lúdicos para crianças. Assim, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, no 7º princípio diz que:

A criança tem direito à educação, para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos, e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito. (ONU, 1959)

A fase da primeira infância é essencial para a formação do indivíduo, pois é justamente nesta fase que se aprende valores que serão levados para toda a vida. É necessário pensar sobre os espaços e oportunidades que estão sendo dados a elas com seus direitos e deveres garantidos. É necessário também saber que cada uma delas necessita ser reconhecida como sujeito de direitos individuais, sendo respeitadas dentro de seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Temos o brincar como direito assegurado de todas as crianças em todas as classes sociais e em todos os contextos. A escola deve prover espaços e tempos para que esse direito seja garantido, dando significado, criando novas brincadeiras, brinquedos, ressignificando o sentido de objetos, criando soluções e até mesmo inventando diversas maneiras de brincar, além do que o adulto propõe. Para Rosa (2010, p. 66), “[...] o brincar é uma atividade a que o indivíduo se entrega, deixando-se levar pela precariedade mesma da brincadeira que consiste em estar a meio caminho entre a magia e a realidade”. Por isso, estudos como esse convergem para defender uma literatura infantil que reconheça a diversidade humana e represente em sua construção povos até então invisibilizados ou estigmatizados, como no caso das populações negras e indígenas. Esse reconhecimento deve perpassar também as ilustrações, em um diálogo constante com o texto literário, como defende Souza e Araújo (2020), enfatizando a importância da multiplicidade cultural não apenas no texto verbal, mas, sobretudo, na ilustração, para que as crianças possam ler o mundo:

Ao lerem o mundo a sua volta e a si mesmas, crianças pequenas vão, gradativamente, elaborando suas interpretações acerca de qualidades positivas e negativas: feio, bonito, bom e mau são noções dicotômicas muito



acionadas pelas crianças e por quem as educa para explicar o mundo (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 200).

Assim, compreendemos que texto e imagem devem estar em consonância e apresentar qualidade literária, que se afirma também pela representação positiva da diversidade étnico-racial brasileira, contribuindo dentre outras coisas para o fortalecimento da autoestima e para a formação da identidade da criança negra.

Para terminar esta seção, quero compartilhar uma experiência vivenciada por mim, como docente da Educação Infantil. Certo dia, no parque, num dos meus momentos com as crianças, elas estavam brincando, felizes, e decidiram em grupo realizar uma corrida em que cada um representaria um personagem veloz. Durante a brincadeira, ouvi este diálogo entre duas delas, uma criança preta e uma criança branca, para resolver a brincadeira:

- Criança A: Eu vou ser o *Sonic*.
- Criança B: Eu também vou ser o *Sonic*.
- Criança A: Você não pode ser o *Sonic*, porque eu já disse que vou ser o *Sonic*.
- Criança B: Você pode ser o *Sonic*, porque eu vou ser o *Sonic* preto.
- Criança A: Não existe *Sonic* preto.
- Criança B: Claro que existe, sou eu!
- Criança A: Vou perguntar para a professora Luciana.

Imediatamente as crianças me procuraram e perguntaram: “Professora, existe *Sonic* preto?”. E eu respondi que na escola, sim, existia o *Sonic* preto. E todos foram brincar felizes. Através desse diálogo entre as crianças, observei o atravessamento que a literatura africana causou. E isso porque a criança negra foi ensinada que ser negro é bom, é bonito, é *Sonic*, é herói, é poeta, é cientista, é escritor, é médico, é engenheiro, é modelo, é príncipe e princesa e tudo mais de bonito e de belo.

#### **4.4. Pretagogia: jogos e brincadeiras antirracistas**

O direito de brincar é reconhecido pela Constituição Federal de 1988, e é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 16, IV, onde cita: “o direito à liberdade compreende os aspectos dentre eles: brincar, praticar esportes e divertir-se” (BRASIL, 1990). O direito à brincadeira é relevante para o desenvolvimento e aprendizado das crianças, brincar é uma atividade humana e a criança que brinca se desenvolve, mas afinal do que as crianças brincam quando queremos promover uma educação antirracista?

Para Brougère (2010, p. 82), a “brincadeira é, antes de tudo, uma confrontação com a cultura. Na brincadeira, a criança se relaciona com conteúdos culturais que ela reproduz e transforma, dos quais ela se apropria e lhes dá uma significação”. De acordo com o autor, ao brincar, a criança é capaz de reproduzir ações e essas ações estão de acordo com a cultura que elas têm acesso. Nossa educação ainda é eurocêntrica e enquanto não mudarmos nossas práticas as brincadeiras serão as mesmas e a diversidade de cultura existente continuará sendo silenciada. A responsabilidade de uma educação de qualidade e antirracista, através também do lúdico, não é apenas responsabilidade de docentes, mas precisa de anteparo em uma política pública comprometida com o respeito e com a formação de profissionais, assim como com materiais a serem utilizados para que velhas posturas racistas não continuem a se perpetuar.

Ao conversar com professoras da Educação Infantil, percebi que há uma lacuna em suas práticas quando falamos de brincar para a promoção de uma educação antirracista, afinal, a criança que brinca se desenvolve fisicamente, socialmente, cognitivamente e emocionalmente, mas e se brincar de “escravos de Jó” ou “barra manteiga na fuça da nega”, que tipo de desenvolvimento as crianças negras terão? Sim, essas brincadeiras ainda se perpetuam no ambiente escolar!

Ao conversar com as professoras, percebi que a única forma que elas entendem para a promoção de uma educação antirracista é através da literatura e filmes. Elas pouco diversificam com jogos e brincadeiras. A brincadeira como uma forma de inserir a educação antirracista não apareceu nas práticas das professoras, mesmo sendo um instrumento importante para que a criança negra possa elevar sua autoestima e ter orgulho da sua história, mesmo sabendo que a escola é um dos mais importantes espaços para acontecer esse brincar com intencionalidade de promover um desenvolvimento integral das crianças. Durante a brincadeira é que a criança vai representando suas vivências, afetividade, vínculos e tomando consciência de si, do outro e do mundo.

Segundo Wajskop (1995, p. 66), “Na brincadeira, as crianças podem pensar e experimentar situações novas ou mesmo do seu cotidiano, isentas das pressões situacionais”. Não se pode limitar as brincadeiras, mas encorajar as crianças a brincar para serem felizes e, assim, garantir um pleno desenvolvimento para a vida, uma vida em sociedade que ela faz parte de maneira positiva.

Em sala de aula é possível trabalhar com muitas histórias e diversificá-las, pois as crianças ainda estão em formação das escolhas, é tudo muito inicial. É claro que a literatura e

os filmes são importantes para a promoção da educação antirracista, mas as brincadeiras antirracistas precisam ser incluídas também, uma vez que há brincadeiras com traços racistas que ainda perduram no cotidiano infantil. Incluir o brincar que resgata a autoestima da criança negra nas práticas pedagógicas é mais uma forma de empoderamento da criança negra, é reparar anos de desigualdades contra o povo preto, e é a construção positiva de sua identidade, afinal, brincar também forma os indivíduos. Ou, dependendo da brincadeira, podemos reproduzir e reforçar o racismo.

As histórias aparecem muito nas falas das professoras como forma de trabalhar a lei 11.645/08, mas não podemos esquecer que muitas brincadeiras nasceram de forma racista e preconceituosa e, portanto, precisamos retirá-las definitivamente do ambiente escolar, substituindo por brincadeiras que favoreçam o desenvolvimento das crianças negras e não negras. É preciso que os profissionais da educação entendam que viver em sociedade implica a necessidade de uma postura em relação às diferenças, e as brincadeiras são importantes para trabalhar tais posturas, porque através das brincadeiras a criança pode aprender a ser racista, preconceituosa e ela vai reproduzir essa atitude em sua vida comum. Portanto, precisamos prestar atenção às brincadeiras que a criança tem acesso. Os jogos e brinquedos precisam ser saudáveis, livres de qualquer tipo de preconceito que, muitas vezes, passa despercebido aos olhos do professor.

Segundo Scherer (2013), a criança começa a se conhecer por meio dos jogos desde pequena, primeiramente sendo realizada pelo prazer, logo após, surge a descoberta de sua linguagem, na qual fica caracterizada o seu mundo do faz de conta, desenvolvendo assim, toda sua criatividade e interação social. O racismo nos trouxe a uma realidade muito cruel, e é preciso que a escola, de uma vez por todas, reconheça que a democracia racial não existe no Brasil, é um mito. Enquanto essa ideia de democracia for difundida, a sociedade nunca será transformada.

O racismo existe e nós o observamos. Às vezes de forma mais explícita, ou mais velada, como nas brincadeiras. A fome, a miséria, os subempregos, a baixa escolaridade ou analfabetismo, o alvo da polícia, tem cor e é a cor negra. Isso deve ser levado em consideração ao trabalharmos a diversidade e as diferenças. Não é comum e nem plausível fingir que vivemos em uma democracia onde somos todos iguais, porque nós não somos, e é preciso dar ênfase à população que mais sofre com as desigualdades. Sobre a forma como a escola se manifesta racista, Camila afirma:

A escola produz racismo algumas vezes, sim! Mas não porque queira, às vezes sem intencionalidade. Por exemplo: quando coloca um cartaz com apenas um tipo de criança ou a família branca, não diversifica. Às vezes colocam só um tipo de pessoa, de físico, e aí de uma certa forma desvaloriza a outra criança, ela não se vê ali. Ou então nos brinquedos, só colocam bonecas brancas, não colocam bonecas pretas. Então como fica a criança que é negra, se ela só brinca com bonecas brancas? Quando a professora entrega os carrinhos e as bonecas e não deixa os meninos brincarem de bonecas e nem as meninas brincarem de carrinhos, divide, já é uma questão de gênero. Esse menino, independente de qualquer coisa, porque a questão de gênero é uma escolha, ele vai ser um pai de família, e essa menina está crescendo para o mundo, pode ser que ela vai ser uma motorista, ela vai dirigir, vai ser motorista. (Camila, informação verbal, 2021)

As brincadeiras e os brinquedos são importantes ferramentas quando falamos de educação antirracista, são estratégias que podemos utilizar para evitar o preconceito e a discriminação. Segundo Nallin (2005), os jogos e as brincadeiras estimulam o raciocínio e a imaginação, e permitem que a criança explore diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites. Faz-se necessário, então, promover diversidade dos jogos e brincadeiras para que se amplie a oportunidade que os brinquedos podem oferecer. Através do lúdico podemos pensar as relações entre sujeito, corpo e memória. Para compreender a população negra no Brasil requer uma disposição para analisar como as identidades dos sujeitos, suas formas de representação e suas estratégias de sobrevivência se articulam em condições adversas que afetam de modo violento essa parcela da população.

Para Santos (2016, p. 08), as crianças assumem diferentes papéis enquanto brincam e agem frente à realidade de maneira prazerosa e divertida. Ao brincar, as crianças constroem conhecimentos, interagem, aprendem a conviver em grupo, escolhem os tipos de brincadeiras que gostam e demonstram muita alegria quando estão brincando. Através de vários autores mostramos como os jogos e as brincadeiras influenciam o desenvolvimento da criança, por isso é muito importante trabalharmos as brincadeiras africanas para o desenvolvimento integral da criança negra e a criança não negra, trabalhando corpo e mente podemos brincar e ao mesmo tempo promover educação antirracista. Se quisermos uma sociedade diferente, longe de discriminações, preconceitos e racismo, é preciso que seja iniciado desde a tenra idade o respeito a todas as pessoas, o respeito a cada cultura, o respeito às diferentes formas de vida, e é através do brincar que podemos introduzir esses valores.

Quando falamos de formação da identidade da criança negra é preciso ter muito cuidado com o que é oferecido pelo sistema de educação através dos currículos, com os conteúdos midiáticos, com os livros, com as revistas, com os brinquedos etc. Tudo isso

interfere na forma de visão de mundo da criança negra. Ela terá acesso ao racismo institucional e se não for desmistificada essa visão de hierarquização das raças ela pode vir a ser uma criança que vai sofrer com o racismo e em outras situações será a pessoa que vai cometer o racismo. A professora Camila nos lembra que na sua formação, o racismo era naturalizado:

Na nossa época era tudo normal, tudo normalizado. Então as crianças cometiam o racismo de uma forma inconsciente, sem saber que era errado, era uma brincadeira, e era normalizado para todo mundo, para os adultos, para as crianças. Cabelo duro... até tinha uma musiquinha: “nego do cabelo duro que não gosta de pentear...” e tinha umas brincadeiras também relacionadas nesse sentido, brincadeira de escravos de Jó... Então, tinha quem eram os escravos de Jó, eram só as crianças pretinhas, não eram as crianças branquinhas. Então ali colocavam os negros e os brancos na brincadeira, inconsciente. E quem eram as mais bonitas, eram as crianças brancas de olhos azuis e tinha a turma das meninas mais bonitas e dos meninos mais bonitos... Eram os meninos que eram loiros, os pretinhos não eram tão bonitinhos, não eram tão atraentes. (Camila, informação verbal, 2021)

E ainda vivemos contextos onde o racismo ainda passa despercebido por educadoras e educadores. Segundo, Brougère (2010), em sua obra *Brinquedo e Cultura*, afirma que é fato que nossa cultura e, talvez, mais ainda a das crianças, absorveu muitos elementos da mídia e, de um modo privilegiado, os vindos pela tela. A televisão transformou a vida e a cultura da criança, as referências de que ela dispõe. Ela influenciou, particularmente, sua cultura lúdica. Portanto, a escola tem um importante papel de reverter e intervir, mostrando que as relações expostas nos currículos, nos conteúdos midiáticos, nos livros, nas revistas, nos brinquedos, não são exatamente como vivemos na vida real.

A criança negra precisa de estímulo, afeto, ela precisa de uma educação saudável que mostre para ela que ela é bonita com seus traços, com sua cor, com a sua história, que ela é inteligente e que ela pode ocupar qualquer espaço dentro da sociedade e assim unir atributos que ajudarão a formar sua personalidade e identidade de forma positiva. Assim, podemos pensar em educação antirracista através das brincadeiras e jogos, pois nas palavras de Brougère,

a criança não toma a iniciativa da brincadeira, nem tem o domínio de seu conteúdo e de seu desenvolvimento. O domínio pertence ao adulto, que pode certificar-se do valor do conteúdo didático transmitido dessa forma. Trata-se

de utilizar o interesse da criança pela brincadeira a fim de desviá-la, de utilizá-la para uma boa causa. (BROUGÈRE, 2010, p. 97)

Precisamos, para alcançar uma sociedade mais justa, tratar as diferenças na diversidade e assumir que não somos iguais e isso é bom para nossa sociedade e enriquecedor porque aprendemos com o outro, sendo o papel da escola e de professores essencial na desconstrução das categorias que hierarquizam os diferentes grupos constituintes da população brasileira. Dessa forma, encontramos através de jogos e brincadeiras uma forma para promoção de educação antirracista.

Voltando à formação de professores, especificamente para trabalhar o “20 de novembro”, dia de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, infelizmente as escolas e os educadores ainda estão atrelados às datas comemorativas. Mostrei para os professores e professoras formas de trabalhar a educação antirracista através dos jogos e brincadeiras, com possibilidades de confeccionar materiais, se necessário, para a promoção da igualdade racial dentro do ambiente escolar e, conseqüentemente, para a vida.

Iniciei com o jogo da memória e os quebra-cabeças confeccionados por mim para trabalhar com as crianças durante todo o ano. Ao pensar em fazer um jogo da memória e um quebra-cabeça para educação antirracista, ofertei para as crianças imagens com a representação em duas e quatro partes de bonecas com a diversidade dos cabelos, pessoas negras sorrindo, felizes e indo para a escola, pessoas bonitas com seus cabelos, pessoas sonhadoras, pessoas que fizeram história, homens e mulheres que lutam por igualdade todos os dias. São diversas imagens que exploram o dia a dia de pessoas negras em suas vidas, parece comum para nós, mas infelizmente não é. As imagens veiculadas pelas diversas mídias são totalmente diferentes da nossa realidade e a escola tem esse papel fundamental de simplesmente mostrar.

Apresento um exemplo de confecção de jogo da memória para educação antirracista que coloquei em prática com a turma de uma Escola Municipal de Educação Infantil, localizada na zona leste de São Paulo:

#### **a) Quebra Cabeça**

### **Regras do jogo**

Cada figura está separada em duas ou três partes. As figuras serão embaralhadas na mesa e a criança terá que juntar as duas partes formando uma figura.



Atividade de quebra-cabeças

### **Objetivo do jogo**

O objetivo do jogo é estimular a aprendizagem, desenvolver a atenção e o pensamento lógico, desenvolver a coordenação motora e desenvolver a inteligência, além de promover educação antirracista através das belas imagens de mulheres e homens negros. A brincadeira estimula o prazer da ação e da solidariedade entre as crianças e a liberdade para entrar, sair, alterar as regras, negociar, debater as ideias e as personagens que cada brincadeira trata. O jogo, no entanto, não é tão livre, mas permite também trocar histórias, apreender e construir personagens, perguntar sobre as trajetórias.

Ao pensar em brincadeiras que envolvessem educação antirracista para trabalhar todos os dias com as crianças, para além das histórias, decidimos fazer os jogos que as crianças mais gostam na sala de aula: o jogo da memória e o quebra-cabeça.

### **Produção dos Jogos**

Pesquisamos as imagens de pessoas negras (não qualquer imagem, mas aquela que vai chamar a atenção das crianças através da alegria de ser negro) e realizamos a impressão. As imagens foram escolhidas com o objetivo de mostrar para as crianças, pessoas negras felizes, rindo, com roupas bonitas, estudando, trabalhando, ou seja, imagens que desmistifique o negro como ruim, feio, vagabundo, etc. Recortamos em tamanhos iguais de duas ou quatro partes todas as imagens. Depois colamos em papel cartão e plastificamos para ser um material duradouro. Ao iniciar a brincadeira após montadas ou viradas (em formas de jogos) são feitas

perguntas sobre a pessoa. Como por exemplo: Você sabe quem é essa pessoa? Ela(e) está feliz ou está triste? Ela(e) é bonita(o)?

Essas perguntas não são regras, geralmente vamos perguntando de acordo com o diálogo que a criança estabelece.



Crianças montando quebra-cabeças

Ao questionar uma criança sobre o quebra-cabeça que ela montou, a imagem da Sueli Carneiro, perguntei:

P – Você conhece essa mulher?

C – Sim!

P – Como ela se chama?

C – Sueli Carneiro.

P – O que você gosta na imagem?

C – Do sorriso bonito.

P – Olhando para a Sueli, fale alguma coisa que você queira.

C – Ela é negra e tem o sorriso bonito.

Fiquei muito feliz ao ouvir essa resposta da criança negra que observava a foto e fez colocações positivas sobre a representação da Sueli Carneiro. Uma delas reconheceu uma mulher negra, bonita e com um sorriso bonito, demonstrando a identificação com o corpo e o comportamento negro. É uma ruptura que a educação antirracista promove em relação a um destino de sofrimento determinado pela branquitude à negritude:

Ao redescobrirmos os valores civilizatórios afro-brasileiros, podemos compreender que vivemos embates terríveis, sociais e históricos, determinados pelo racismo; perceber que não estamos condenados a um mundo euro-norte-centrado, a um mundo masculino, branco, burguês, monoteísta, heterossexual, hierarquizado. Outros modos de ser, fazer, brincar e interagir existem. (BRANDÃO e TRINDADE, 2010, p. 14)



Essa prática é muito importante pois, através dela, observo que coloco as crianças em contato com a diversidade, as crianças negras se sentem pertencentes, tem orgulho de sua identidade, pois o negro está em pauta sendo valorizado. O meu objetivo em realizar essa prática com as crianças é mostrar e valorizar as influências da cosmovisão africana na cultura brasileira e desmistificar estereótipos negativos da influência africana, trazendo a possibilidade de uma humanidade de amor, como afirma Trindade:

A diversidade e a multiplicidade existem em cada um/a de nós e nos grupos que constituem a humanidade. Estes grupos são fundamentais para a construção de uma nova humanidade, que o trabalho com a educação infantil, com os recém-chegados seres humanos de zero a seis anos, demanda, exige. Uma humanidade sem racismo, que preza o respeito, a convivência e o diálogo. Em se tratando de uma educação para o amanhã, tecida no hoje, com o legado do ontem, eu diria uma humanidade do amor. (BRANDÃO e TRINDADE, 2010, p. 14)

A educação antirracista tem como função dar visibilidade ao debate para proteger as crianças e adolescentes do racismo e garantir que todos e todas tenham garantido seu direito ao desenvolvimento integral. Nós vivemos em um mundo plural e é preciso que, ao invés de reproduzir essa educação que tem a branquitude como centro, passe a valorizar todas as culturas para enriquecimento da educação. Através da educação antirracista podemos observar que as crianças têm uma forma singular de ver o mundo e que uma educação pautada na diversidade e no respeito é primordial para mudança de comportamento da sociedade:

Outro exemplo do desenrolar da brincadeira (atividade do quebra-cabeça): A partir da observação da imagem montada, lancei as questões:

P – Você conhece as mulheres dessa imagem?

C – Conheço! São um, dois, três, quatro, cinco e seis... Seis mulheres pretas e os cabelos não são iguais, são diferentes, mas não sei o nome delas. Eu acho que são dançarinas!

P – Os penteados dos cabelos são bonitos?

C – Sim, são bem bonitos! Por isso acho que elas vão dançar!

Se a educação não dialogar com o povo negro, o abandono da escola será um fato consumado. Por isso, nós professores e professoras precisamos “levar a nossa imaginação criativa a inventá-la. Não existem receitas prontas para práticas antirracistas” (MUNANGA, 2005, p. 19). Na narrativa apresentada entre a criança e a professora, observamos que não há perguntas prontas para fazer à criança e sim que devemos aproveitar o momento em que ela

questiona e está aberta a aprender. No exemplo onde a criança fala que “são seis mulheres pretas, mas os cabelos não são iguais, são diferentes”, a professora aproveita a fala da criança e pergunta se são bonitos, levando a criança a observar os cabelos e dizer que sim, são bonitos!

Nessa fase das crianças entre 4 e 5 anos de idade é importante apresentar essas questões que levem a pensar sobre a beleza da mulher e do homem negro. É o momento de introjetar informações boas para que levem para a vida. De acordo com o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* educar é:

Propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 23)

Em todos os aspectos do cuidar e educar, é necessário considerar a singularidade de cada criança com suas necessidades, desejos, queixas, bem como as representações culturais, familiares e sociais. O ato de cuidar e educar faz com que ocorra uma ajustada relação entre as crianças e os adultos. E as crianças precisam de educadores afetivos que possibilitem interações com o mundo. Oferecer educação antirracista que dialogue com a criança negra para que ela se sinta pertencente, e à criança branca para que ela aprenda sobre a valorização da diversidade, também é um ato de respeito e confiança. Portanto, as nossas práticas devem ser pautadas para contribuir no desenvolvimento integral da criança.

As crianças sempre brincam com quebra-cabeça. Esse jogo não é novidade na sala de aula, mas a partir do momento em que passamos a brincar com o jogo de quebra-cabeça e as questões étnico-raciais, pude observar que ampliamos o debate sobre o tema. A partir das imagens, as crianças negras e não negras aprendem a valorizar os traços negros.

Um outro diálogo que ocorreu a partir da montagem da imagem de mulheres negras:

C – Professora, estou tentando montar essa imagem, mas não encontro a outra parte, já percebi que são duas... Achei!!!

P – Quem são as pessoas da imagem?

C – São mulheres negras com estilo.

P – E por que você acha que elas têm estilo?

C – Porque elas são bonitas e usam jaquetas e chapéus. Parece que elas estão estudando na escola.



Outros momentos com a atividade de quebra-cabeças

As crianças, assim, vão criando seus mundos mapeando os meios com suas qualidades, substâncias, potências e acontecimentos (DELEUZE, 1997). Brincando com as imagens das pessoas negras eu observo que as crianças criam suas narrativas, constroem seus espaços e usam a imaginação para pensar sobre a vida e formas possíveis de viver. As crianças observam as imagens e falam com a boca o que está no coração.

## **b) Jogo da memória**

### **Regras do jogo**

No jogo clássico, cada participante deve, na sua vez, virar duas peças e deixar que todos as vejam. Caso as figuras sejam iguais, o participante deve recolher consigo esse par e jogar novamente. Se forem peças diferentes, estas devem ser viradas novamente, sendo passada a vez ao participante seguinte.

### **Objetivo do jogo**

Os jogos de memória são uma excelente oportunidade para as crianças melhorarem suas habilidades cognitivas. Elas aprendem a reconhecer objetos, pessoas, animais, etc. por meio da posição da carta. Além disso, também proporciona estimulação visual e atrai a atenção das crianças, Aqui, no caso, o objetivo principal é trabalhar a educação antirracista.

### **Produção do Jogo**

Ao construirmos o jogo da memória, a escolha das imagens foi pensada para conter princesas e príncipes negras(os) e bonecas(os) negras(os), possibilitando que as crianças

brinquem e, ao mesmo tempo, se vejam na atividade. É muito importante para a autoestima e identidade das crianças negras e não negras saberem que nem todas as princesas são brancas.

As imagens foram pesquisadas e selecionadas com o objetivo de mostrar às crianças negras e não negras, evidenciando que negros ocupam diversos espaços. Depois foram recortadas e coladas em papel cartão e, em seguida, plastificadas para se tornarem um material duradouro.

Durante a brincadeira com as crianças, ao virar as imagens, perguntei:

P – O que você achou da boneca?

C – Eu achei ela muito linda, ela é uma princesa igual ao pequeno príncipe preto.

P – Como são seus cabelos?

C – É cabelo cheio de cachinhos como o meu.

Diálogo registrado durante a atividade do jogo da memória:

P – Vamos conversar sobre essa mulher?

C – Vamos, professora!

P – O que você achou dela?

C – Achei ela bonita!

P – Sabia que ela é uma princesa e o nome dela é Sarah Culberson.

C – Eu sabia que ela era uma princesa pelo lenço.

P – E você acha que lenço é coisa de princesa?

C – Sim, eu já tive uma boneca que era uma princesa e ela tinha um lenço igual. Eu gostava muito dela.



Atividade de jogo da memória



Cenas com a atividade de jogo da memória



Aluna em seu momento de participação no jogo da memória

Durante a brincadeira do jogo da memória nós conversamos e as crianças trouxeram suas narrativas. Narrativas que enriquecem nossa prática e faz com que a educação faça sentido. Dentro dos pressupostos teóricos de Munanga, podemos afirmar:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17)

A educação antirracista respeita todas as pessoas todos os dias, e não só no dia 20 de novembro, ela é a transformação que precisamos para nos efetivarmos como educadores, precisamos reverter esse quadro de preconceito que prejudica toda a sociedade, mas, principalmente as pessoas negras, causando assim, o abandono escolar ou a falta de interesse de estar em um ambiente que não dialoga nem com o seu corpo e muito menos com sua alma. Segundo Brougère (2010), é preciso romper com o mito da brincadeira natural. Ele afirma que a criança está inserida, desde o seu nascimento, num contexto social, e seus comportamentos

estão impregnados por conta dessa imersão inevitável. Para o autor, a brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura.

Se a brincadeira presume uma aprendizagem social, podemos compreender como brincadeiras racistas e cheias de discriminação ainda aparecem no ambiente escolar. Existem formas de tornar as brincadeiras mais saudáveis e leves para todas as crianças, em especial para a criança negra que vem sendo afetada por estereótipos e brincadeiras humilhantes que afetam diretamente a sua autoestima, causando traumas que vão levar para a vida. A identidade negra deve ser estimulada de forma positiva através das brincadeiras, mostrando suas origens e as riquezas que elas apresentam, como o dia a dia em uma comunidade africana, nossas brincadeiras ainda apresentam muito da branquitude, dessa hierarquia criada para inferiorizar a cultura que não é branca. E pensando na construção da identidade da criança negra, dessa negritude fortalecida e empoderada, lembramos de Souza (2021) que, dentro de seus pressupostos teóricos, afirma:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 2021, p. 77)

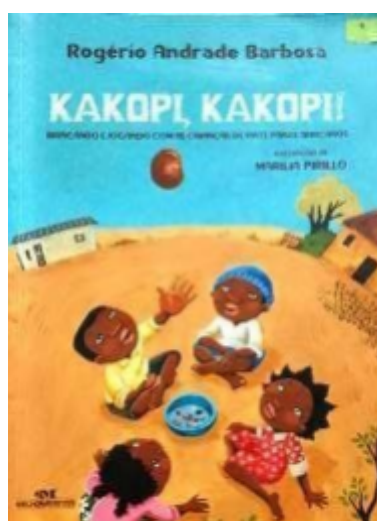
#### **4.5. Livros que propõem brincadeiras**

As brincadeiras são importantes para a educação antirracista, pois revelam as formas de vida em outros países e seus costumes, valorizando assim, nesse contexto, a cultura negra. Abaixo trago algumas brincadeiras que fazem parte de educação antirracista, estes dois livros que seguem, foram organizados por Rogério Andrade Barbosa, que é escritor, palestrante, contador de histórias, professor de Literatura Africana (pós-graduação - UCAM/RJ) e ex-voluntário das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Graduou-se em Letras na UFF (RJ) e fez Pós-Graduação em Literatura Infantil Brasileira na UFRJ. Trabalha na área de literatura Afro-Brasileira e programas de incentivo à leitura, proferindo palestras e dinamizando oficinas sobre a cultura africana.

O primeiro é o livro *Kakopi, Kakopi: brincando e jogando com as crianças de vinte países africanos*. Por meio dele, o autor apresenta a brincadeira da serpente. O segundo livro é o *Ndule Ndule: assim brincam as crianças africanas*. Através deste livro as crianças

conhecem a brincadeira *ryembalay*. O terceiro livro é o *As brincadeiras Africanas de Weza* de Sheila Perina de Souza, que é pedagoga, professora do ensino fundamental no Brasil. Foi professora no ensino primário de crianças em Angola e Moçambique e é pesquisadora, tendo se dedicado a investigar a alfabetização em Angola, Moçambique e Brasil e faz parte do Coletivo Luderê Afro Lúdico, que é formado por um grupo de pedagogas(os) e psicólogas(os) que têm se dedicado à arte-educação e à formação de educadores(as), por meio de uma abordagem afro-lúdica.

a) Livro: Kakopi, Kakopi: brincando e jogando com as crianças de vinte países africanos – Rogério Andrade Barbosa e Marília Pirillo - Melhoramentos

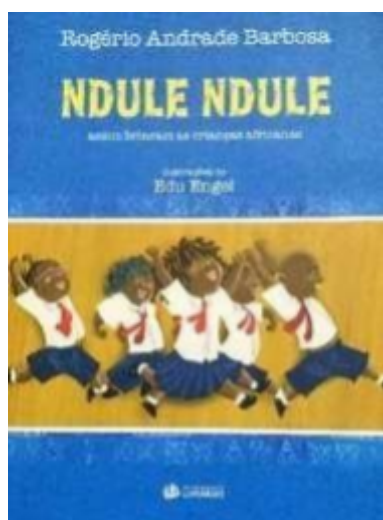


Brincadeira: Serpente

Traz as cobras, animais misteriosos, sempre presentes nas brincadeiras africanas. Apresenta uma brincadeira da Zâmbia. Para brincar formam-se dois grupos, cada um composto por cinco crianças sentadas dentro de um quadrado desenhado no chão. As crianças seguram-se pela cintura com as pernas enganchadas, uma atrás da outra. As duas equipes, antes do jogo começar, se posicionam em ângulos opostos do quadrado e ao centro, fica a criança apontada para ser o antílope. Assim, as crianças saem rastejando atrás do antílope. Ganha a equipe que consegue agarrar o antílope antes da outra, sem colocar as mãos no chão e sem soltar os amigos. Só a criança que vai à frente do grupo, que é a cabeça da serpente, pode agarrar o antílope.

b) Livro: Ndule Ndule: assim brincam as crianças africanas – Rogério Andrade Barbosa - Melhoramentos



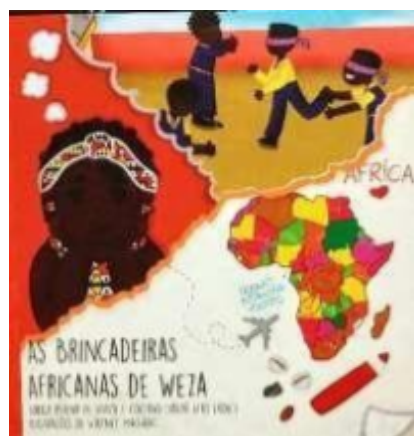


### Brincadeira: *Ryembalay*

O livro conta a história de Binta, uma menina do Senegal que ensina à Chentai um jogo, praticado em duplas, chamado *ryembalay*. A seguir, um trecho do livro que ensina a brincadeira:

Prestem atenção – explicou Chentai na hora do recreio para as companheiras de sua turma. Duas garotas ficam em frente uma da outra. Uma delas com o braço esticado. A que inicia a brincadeira segura o punho da amiga e, com os dedos da outra mão, começa a fazer cosquinha para cima e para baixo ao longo do braço da colega, enquanto a parceira tenta se manter séria. A criança que rir perde o jogo. E a que ficar séria é considerada vencedora. As duas, então, trocam de lugar e reiniciam a brincadeira. Assim que acabou de falar, suas colegas começaram a disputar umas com as outras para ver quem ria primeiro. Riram tanto, mas tanto, que nem escutaram o sinal da campainha para retornarem à sala de aula. (BARBOSA, 2011, p. 14-15).

c) Livro: As brincadeiras Africanas de Weza – Sheila Perina de Souza - Kitempo





## **Brincadeira: Terra e Mar**

O livro traz a brincadeira Terra e Mar, de Moçambique. Também contextualiza a cultura deste país, como no trecho a seguir:

Todos eram tão lindos e elegantes! Algumas aeromoças usavam dreads, que de tão lindo pareciam obras de arte! Quando desembarcamos na cidade de Maputo, ouvi as pessoas falando línguas muito bonitas. Falavam xichangana, xironga e um português diferente do nosso, achei muito simpático o jeito como eles falam. Eu gostei muito dos tecidos africanos, chamados de capulanas! Lembro das pessoas andando nas ruas com suas roupas de capulanas, cada uma com um tecido diferente, uma mais linda que a outra! Eu trouxe várias capulanas - disse a mamãe Jussara, mostrando a que eles estavam sentados no chão. Eu adorei conhecer o oceano Índico na praia de Bilene! Foi a praia mais linda que já vi! - Contou a mamãe Faira. Eu gostei mesmo de conhecer a Orquestra de Timbila! Eu não sabia que existiam outros tipos de orquestra! O som da timbila é tão lindo que quem não conhece deveria conhecer. – Disse Weza. Mamães, o meu caderno afrolúdico está dizendo pra não esquecermos das brincadeiras! Alertou Weza. Dessa vez vou acertar! Você aprendeu a brincar de Mathakusana e Terra e Mar com o campira e com a Nina, filhos da minha amiga Dausse, quando fomos visitá-los na cidade de Namaacha! - Afirmou mãe Jussara. Acertou, “mamã!” É assim que o campira chama a mãe dele, “mamã”! A Nina me ensinou a brincar de Terra e Mar e o campira me ensinou a brincar de Mathakusana”. (SOUZA, 2020, p. 14-15)

Para brincar de Terra e Mar ou Missava ni Lwandle, que é o nome da brincadeira na língua changana, uma das línguas de Moçambique, precisamos de um giz. Traçamos uma linha e de um lado escrevemos Terra ou Missava e do outro, mar ou Lwandle. Uma criança lidera a brincadeira e deve ir trocando nas próximas partidas; Ela grita “terra” ou “mar”. Quando ela gritar “mar”, todas as crianças que estavam na terra devem passar para o mar, quando gritar “terra”, todas as crianças devem passar para a terra. Quem for errando, vai saindo.

As brincadeiras selecionadas e apresentadas aqui são as brincadeiras que as crianças mais gostam no dia a dia da escola.

Para iniciar as brincadeiras a partir dos livros, antes de tudo realizamos uma roda de conversa contando as origens das brincadeiras. Para a educação antirracista é muito importante que essa roda de conversa aconteça, pois é através dessa roda que as crianças irão compreender que as brincadeiras se tratam de brincadeiras africanas.

As três brincadeiras trazem em suas introduções os países de origem, uma lenda ou história e, em seguida, as regras. O objetivo de trabalhar essas brincadeiras são: introduzir a

cosmovisão africana, mostrar e valorizar as influências da cosmovisão africana na cultura brasileira, pois muitas vezes brincamos de muitas brincadeiras e não sabemos que são de origem africana, promover educação antirracista e se comprometer com a perspectiva multicultural da educação, sob a perspectiva de Munanga:

Todos os rostos humanos são constituídos dos mesmos componentes: nariz, olhos, lábios, boca, etc, tal ou tal desses componentes podemos encontrar em diversos rostos, mas a combinação desses traços é que forma o rosto único. A africanidade é esse rosto cultural único que a África oferece ao mundo. (MUNANGA, 2023, p. 26)

O objetivo é que as crianças conheçam as brincadeiras africanas trabalhando as africanidades através do lúdico, para que elas possam valorizar a cultura, fortalecer a sua identidade e se sentir pertencente ao mundo. Esse rosto vai surgindo à medida em que brincamos com as crianças e exploramos a cultura africana com o brincar:

O ensinamento não é sistemático, mas ligado às circunstâncias da vida. Este modo de proceder pode parecer caótico, mas, em verdade, é prático e muito vivo. A lição dada na ocasião de certo acontecimento ou experiência, fica profundamente gravada na memória da criança. (HAMPATÉ BÂ, 2010 p.183)

O racismo que estrutura a nossa sociedade está institucionalizado e não podemos mais permitir que uma educação centrada na branquitude continue esmagando as crianças negras. Precisamos de boas práticas, práticas antirracistas para que a educação seja um espelho.

Discutir a relação que as crianças estabelecem com o seu próprio corpo, instrumento essencial para que conheçam e explorem o mundo ao seu redor. Dessa relação depende, também, a maneira como se constituem como indivíduos (BRANDÃO e TRINDADE, 2010, p. 31)

Em minha experiência, ao realizar as brincadeiras em sala de aula com as crianças, elas gostam muito, pois são brincadeiras que envolvem movimentos e esses movimentos do corpo são muito importantes para o respeito ao corpo do outro. E também são importantes para movimentar as estruturas. Observo durante a brincadeira que as crianças cuidam uma das outras na *brincadeira da serpente*:

C – Professora, nós perdemos porque N. não vai rápido, e eu não podia empurrá-la.

P – Vocês podem ir trocando quem fica na frente, no meio e atrás.

C – Não, N., é o C. que não segurou direito na minha cintura ele soltava toda hora.

P – Crianças, podem segurar no colega para não desfazer a serpente, lembram das regras?

Na brincadeira *Terra e Mar* não foi diferente, o cuidado com o corpo do outro apareceu de forma nítida:

C – Professora, eu segurei a mão de L. porque quando era para mudar entre a terra e o mar ela não conseguia, sempre ficava atrasada, segurei sua mão para pularmos juntas.

C – Professora, o G. não está mudando de posição entre a terra e o mar. Posso ficar junto com ele? (o G. É uma criança autista)

C – Professora, quando você fala rápido “terra e mar”, o M. não consegue acompanhar, mas vou ficar com ele para ele não cair.

Na brincadeira *Ryemalay* também observamos o cuidado entre as crianças e atitudes de empatia e solidariedade:

C – Professora, ao invés de dar “cosquinhas” o M. me beliscou.

P – Mas está nas regras beliscar?

C – Não gente, beliscar dói e muito.

C 2 – Eu não vou beliscar porque dói, e meu colega vai sentir dor.

C – Tudo bem, não vou mais beliscar, você me desculpa, T.?

C – Claro que sim!

Na escola, por meio das brincadeiras africanas, tenho possibilitado à criança vivenciar atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua corporeidade e, além do movimento do corpo, estamos atrelados a práticas antirracistas que enriquecem a educação e promovemos a lei 11.645/08:

A criança, no universo infantil, na relação consigo e com os outros, cria, recria, aprende e transforma. Mas, para que isto ocorra, é preciso que ela receba estímulos e seja instigada a participar de jogos, brincadeiras, experiências e criações individuais e coletivas, aprendendo através do movimento que o seu corpo pode proporcionar. (BRANDÃO e TRINDADE, 2010, p. 23)

Através das brincadeiras e jogos, observei as crianças mais leves ao falar da cor. Percebi uma naturalidade que deveria ser comum, mas sabemos que não é a realidade em nossa sociedade. A educação antirracista dá certo, essa mudança que observo em um micro espaço, que é a sala de aula, podemos ver um dia em no macro, que é a nossa sociedade, mas precisamos da consciência de todos os educadores e educadoras para que essa luta ganhe corpo e assim possa mudar a realidade de uma sociedade inteira.

A escola é território das experiências de ensinar e aprender. As crianças passam bastante tempo na escola e esse tempo é ideal para que as crianças aprendam sobre sua história e sua realidade em forma de brincadeiras auxiliadas pelos professores e professoras. Assim, juntos, podemos aprender e ensinar simultaneamente. A criança tem muito a ensinar, basta atentar os ouvidos. Como afirma Paulo Freire, ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. (FREIRE, 1996)

Freire nos leva a refletir sobre a nossa prática diária dentro da escola. Por muito tempo, o nosso currículo foi dominado por um discurso da branquitude, aliás até hoje nós podemos observar professores e professoras reproduzindo e reforçando esse projeto do dominador, que tem como um dos braços, o racismo. Nós, professores e professoras, devemos ser justos e éticos e ter um verdadeiro compromisso com o nosso povo preto, que por muito tempo carregou o fardo de ter a sua verdadeira história silenciada, apagada, o que nos deixou de herança o genocídio que persiste graças à naturalização da violência sobre os nossos corpos e uma percepção enraizada na consciência coletiva de que nossas vidas importam menos.

Renato Nogueira e Luciana Alves (2019) trazem como manifesto político, mas também poético o que consideraram ser as dez propostas para combater o racismo na escola:

1. Brincar como modelo irrecusável das relações humanas, com o meio ambiente e outras espécies de gente não humana (tais como cachorros, borboletas etc.);
2. Visitar a sua própria cultura como se fosse estrangeira;
3. Sonhar antes de dormir (ou aceitar que o milagre é inseparável do cotidiano do mistério de viver);
4. Inventar práticas políticas antirracistas com os cotidianos (ou sempre assumir que o debate não produz resultados finais);
5. Banhar a si e aos outros em águas respeitadas cantando canções alegres, tomar banho cantando canções alegres (em águas respeitadas);
6. Assumir que o pensamento é sempre afetivo (ou escrever e desenhar nas paredes de casa);
7. Comer frutas (ou criar uma lei obrigatória que faça adultos brincarem);
8. Cuidar de jardins e hortas (ou criar a obrigatoriedade da ficção audiovisual ser negra, indígena e afro-pindorâmica);
9. Reconhecer a branquitude como um perigo para todos viventes (sic) do planeta;
10. Viajar por culturas que não sejam a sua própria (ou manter a virtude epistêmica da infância – polirracionalidade) (NOGUEIRA e ALVES, 2019, p. 19)

Desta forma, brincando, sonhando, cuidando de nossos jardins, vamos também lutando contra todas as desigualdades e injustiças, promovendo a educação antirracista no dia a dia, da formação até nossas práticas, fazendo com que o conteúdo escolar dialogue com todas as crianças, incluindo as crianças negras, tendo os jogos, as brincadeiras e a literatura como formas de intervir no mundo que a criança encontrará pela frente.

## CONSIDERAÇÕES QUE NÃO SÃO FINAIS

Trago, após esse percurso, a reflexão de que essas considerações estão longe de serem finais, pois tudo o que fui percebendo neste caminhar vai indicando que estamos trilhando nossos desafios. E sabemos a direção que estamos apontando, mas não temos ideia da distância a percorrer.

Assim, logo ao concluir o primeiro capítulo, pude considerar que temos uma vasta bibliografia sobre o racismo estabelecido em nossa sociedade e os estudos vão se ampliando e dialogando entre si e com nossas reflexões e práticas, conciliando com o que Freire nos ensina sobre a prática não poder caminhar sem reflexão e nem a reflexão sem a prática.

Vimos que as leis e os documentos oficiais da Secretaria Municipal de São Paulo, além dos documentos federais estão de acordo entre si e sinalizam importantes caminhos, mas algo ainda impede que toda essa teoria chegue de forma significativa ao chão da escola. São muitos entraves, desde a Formação de professores, a inicial e a continuada, a realidade que estrutura nossa sociedade e nossas escolas, a desvalorização da Educação e dos professores e professoras.

A partir das reflexões realizadas até aqui, procuro indicar algumas propostas para pensarmos nossas práticas cotidianas, em especial na educação infantil, onde atuamos, convidando ao compromisso com a educação antirracista e com nossas crianças.

Não podemos permitir que o racismo estrutural e institucional continue sendo reproduzido nas escolas. Não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo das relações sociais que alimentam o racismo. Neste, como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazi-fascismo queimava livros (MUNANGA, 2005, p. 9). Com essa reflexão percebemos como é importante que os professores e professoras busquem formações e que Estado forneça formações, principalmente de todas as mazelas que enfrentamos na sociedade.

A sociedade se transforma, se movimenta, e a escola não é diferente. Essa transformação e esse movimento estão lá também, nas experiências de nossas crianças e em tudo que as afeta. As brincadeiras, os currículos, os jogos, a literatura, nada é neutro ou é apenas prazer. O prazer pode e deve servir ao combate contra a dor de nossas crianças. Afinal, a escola faz parte da sociedade, é um micro-espço capaz de alterar a vida de muita gente. Como afirma Rovai, (2021) ela precisa ser um espaço de vivências e aprendizado, com professoras e professores assumindo seu papel de mediadores entre a formação docente, a experiência das crianças e de comunidades diversas. Neste sentido, as entrevistas das minhas

parceiras foram determinantes para compreender o quanto precisamos aprender para ensinar. Nós, professores, devemos ser eternos alunos, pois não é razoável aceitar que em uma sociedade que está em constante movimento o professor esteja preso a uma época ou a práticas que naturalizam a violência racial contra nossas crianças, futuras adultas.

As narrativas dessas mulheres professoras, mães, educadoras, enriqueceram esse trabalho de forma a refletirmos sobre nossas ações e como nossas ações são determinantes para influenciar outras vidas de forma positiva ou negativa. Mostramos, por meio das narrativas orais, que compreender a sociedade em que vivemos e suas diversas desigualdades, por meio das experiências e das afetações cotidianas do racismo. E que para combater a naturalização do racismo é primordial que o professor ou professora trabalhe com as crianças essas relações e tente de alguma forma mudar o rumo por meio do preparo, de sua formação continuada. Materiais estão à disposição. É preciso mais que vontade política para vencer as estruturas que nos limitam e enxergar nossos próprios preconceitos. A proposta do trabalho é essa: refletir para caminhar! Mudar nossas práticas racistas e preconceituosas para que assim possamos chegar a uma sociedade que seja mais justa e não exclua as pessoas da dignidade e da história, desde a infância.

Apontei práticas que podem favorecer uma educação antirracista através de diversas ferramentas, como a literatura, os jogos e as brincadeiras, práticas que permitem dialogar com as crianças respeitando-as como sujeitos de direitos e não como sujeitados.

Para isso, há que se investir na formação dos professores e professoras para criarmos a consciência do racismo e de todas as desigualdades, oferecendo uma educação antirracista e fortalecendo as identidades, a autonomia e possibilidades de todos os corpos transitarem com dignidade em nossa sociedade.

Como professora, eu agradeço às crianças que me ensinam no dia a dia a encontrar caminhos para uma educação antirracista. Graças a elas eu me permiti mudar práticas, buscar e lutar por uma educação que dialogue com as crianças negras. Uma criança me mostrou, através do poema do *Pequeno Príncipe Preto*, que eu precisava melhorar como professora, que eu precisava buscar mais e mais, que o que eu estava oferecendo era muito pouco diante de todo o cenário que o racismo criou.

A escuta atenta me permitiu chegar até aqui, ouvindo as crianças, ouvindo outras experiências, outras professoras que também acreditam na mudança. Com este trabalho, pretendemos tocar outros pesquisadores e professores para caminharmos juntos em direção a uma educação pública de qualidade, justa e democrática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAD, Shara Jane Holanda Costa; NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do; MARTINS, Lucivando Ribeiro. *Aprendizagens em educação e as diferenças–resistências ao heteroterrorismo cultural: que só os beijos te tapem a boca*. Research, Society and Development, v. 9, n. 8, 2020.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo De Uma História Única* - São Paulo. Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Edilene Leite; SILVA, Romão de Freitas. *O Ensino de literatura africana na escola*. Sinafro, 2018
- ANDRADE, Inaldete Pinheiro. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2a. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 117-126
- BARBOSA, Rogério Andrade *Ndule Ndule: assim brincam as crianças africanas*. São Paulo: Melhoramentos, 2011
- BARBOSA, Rogério Andrade *Kakopi, Kakopi: brincando e jogando com as crianças de vinte países africanos*. São Paulo: Melhoramentos, 2019.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.
- BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e direito à educação. *Educação em Perspectiva*. Viçosa. v.8, n.3, p. 380-397, set/dez 2017.
- BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto. *Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- BRASIL, Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais*. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. *Estatuto da criança e do adolescente*.



Publicada no DOU de 16.7.1990.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”, e dá outras providências, 2003.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e cultura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2005.

CASTILHO, Suely Dulce de. A representação do negro na literatura brasileira: Novas perspectivas. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 7(1): p. 103-113. 2004

CAVALLEIRO, E. S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998 (2003).

CAVALLEIRO, Eliane. *Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor*, in CAVALLEIRO, Eliane (orga.). São Paulo, Summus, 2001.

CAVALLEIRO E.; HENRIQUES, R.. Prefácio à 2ª edição. Em MUNANGA, Kabengele (Org.): *Superando o Racismo na Escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2008.

CERRI, L. F. Usos públicos da história no Brasil contemporâneo: demandas sociais e políticas de Estado. Araucária. *Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, 15, 3-19, 2006.

CONCEIÇÃO, Sâmia Machado Reis da. *Percursos formativos em educação antirracista e letramento literário na construção de uma proposta pedagógica com literatura infantil*. 123 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pampa, Mestrado Profissional Em Ensino De Línguas, 2021.

CONCEIÇÃO, Viviane Lima; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade social na escola. *Estudos de Psicologia I*, Campinas, 32(4), p. 705-714, out-dez. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 10.

COSTA, Samara da Rosa; PEREIRA; Sara da Silva; DIAS, Lucimar Rosa. Literatura infantil e reflexões antirracistas no cotidiano da primeira infância. *Revista da ABPN*, v. 14, n. 39, p. 125-139, mar-mai. 2022.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca"*. v. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, (1965) 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel. Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRANÇA, Rodrigo. *O pequeno príncipe preto*. Nova Fronteira, 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, p. 61-64, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. A compreensão da tensão regulação/emancipação do corpo e da corporeidade negra na reinvenção da resistência democrática. *Perseu: história, memória e política*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 17, ano 12, p.123-142, 2019b.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 39-62, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. Raça e Educação Infantil: à procura de justiça. *Revista Ecurriculum*, PUC-SP, v. 17, p. 1015-1044, 2019a.
- GONÇALVES, Adriana C.C.; IVENICKI, Ana. Educação infantil, antirracismo e multiculturalismo. *Periferia*, v. 13, n. 3, p. 75-95, set./dez. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1980.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In J. Ki-Zerbo (Org.) *História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África* (pp. 167-212). Brasília: UNESCO, 2010.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade/ 2 ed*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, B. *Meu crespo é de rainha*. São Paulo: Boitatá, 2018.
- IVENICKI, A. Multiculturalismo e Formação de Professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. Ensaio. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, n.100, p. 1151-1167, 2018.

KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. *Piaget para educação pré-escolar*. PortoAlegre: Artes Médicas, 1991

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LANNES, Maria Badaró Gomes. *O “empoderamento crespo” na literatura infantil*. Dissertação (Mestrado em ensino) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

LIMA, Heloisa Pires; GNEKA, Georges; LEMOS, Mário. *A semente que veio da África*. Rio de Janeiro: Salamandra, 2005.

LIMA, Heloísa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, v. 25, n. 2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 14-36.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, n. 22, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIHY, José Carlos S. B. *Manual de História oral*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Aula Magna 2022 - O papel da Universidade na luta contra o racismo e em defesa das políticas afirmativas* – YouTube (fflchusp) 27 abr. 2022. Disponível em [AULA MAGNA 2022 - FFLCH - Professor Kabengele Munanga \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...) Acesso em 12 nov. 2022.

MUNANGA, Kabengele. O conceito de africanidades nos contextos africano e brasileiro. In: *Africanidades e brasilidades* [recurso eletrônico] : cultura e territorialidades / Jurema Oliveira (organizadora). - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2023.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na Escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/16649.pdf> acesso em 28 de março de 2023.

MUNANGA, Kabengele *et al.* As ambiguidades do racismo à brasileira. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, 2017.

NALLIN, Cláudia Góes Franco. *O papel dos jogos e brincadeiras na educação infantil*. Afrontamento Editora, 2005.

NOGUERA, Renato; ALVES, Luciana Pires. Infâncias Diante do Racismo: teses para um bom combate. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. *Cadê as crianças negras que estão aqui?: o racismo (não) comeu*. Latitude, Vol. 10, nº 2, pp. 383-423, 2016.

OLIVEIRA, Megg Rayara. *Diabo em forma de gente: coexistências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. São Paulo: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?* 112 p., [Dissertação de Mestrado]. São Carlos: UFSCar, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana. A contribuição das pesquisas com crianças: aspectos para a docência na Educação Infantil. *Crítica Educativa*, 6(1), 1–15, 2020

OLIVEIRA, Kiusam de. *Omo-Oba: histórias de princesas*. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

ONU. Declaração Universal dos Direitos da Criança. 1959. Disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_universal\\_direitos\\_crianca.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf). Acesso em 01/02/2023.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina e RÖSING, Tania (org.). *Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas*. p. 61-80. São Paulo: Global, 2009.

PEREIRA, Amilcar Araújo. *Narrativas de re(existência), antirracismo, história e educação*, Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral* Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei nº10.639/03 / Fortaleza: EdUECE, 2015.

PETIT, Sandra; SILVA, Geranilde. Pret@gogia: referencial teórico-metodológico para o ensino da História e Cultura Africana e dos Afrodescendentes. In: NUNES, Cícera, CUNHA Jr Henrique, SILVA, Joselina (org.) *Artefatos da Cultura Negra*. Fortaleza: UFC, 2011.

PINTO, Helen Santos; SILVA, Luciana Soares da; NUNES, Míghian Danae Ferreira; (org.). *Catálogo de jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras para pensar a docência na Educação Infantil*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, v. 6, n. 2, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais*—Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global Editora, 1985.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Diálogos e projetos. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, p. 68-83, 2021.

ROSA, Sanny. *Brincar, conhecer, ensinar*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANT'ANNA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, M. F. M. *Jogos e brincadeiras na Educação Infantil*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Curso de Pedagogia a Distância do Centro de Educação, Rio Grande do Norte, Currais Novos - RN, p.6-20, 2016.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da Cidade: Educação Infantil*. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Projeto de educação infantil. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/51927.pdf> - acesso em 21 jan. 2023.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio* / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2008

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. *Currículo integrador da infância paulistana*. São Paulo : SME/DOT, 2015

SÃO PAULO. Secretária Municipal de Educação. *Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMElis da cidade de São Paulo*. São Paulo: SME 2006.

SCHERER, S. A. *O lúdico e o desenvolvimento: a importância do brincar e da brincadeira segundo a teoria vigotskiana*. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Medianeira, p.8-35, 2013.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático: In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso em 3 jun. 2023.

SILVA, Flávia Carolina. Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 12(33), 66–84, 2020.

SILVA, Mayana Hellen Nunes da. *Descolonização do currículo: por uma escola de mundos plurais*. Lunetas (Editora), São Paulo, 20 set 2019. Disponível em <https://lunetas.com.br/descolonizacao-do-curriculo/>. Acesso em 20 jun. 2023

SOUZA, Emanuella Geovana Magalhães; BOAKARI, Francis Musa. Resistindo ao epistemicídio: em busca de uma literatura infantil afro-brasileira, moçambicana e angolana. *Revista Mulemba*, v. 10, n. 19, p. 82-98, 2018.

SOUZA, Mariana Silva; ARAÚJO, Débora Cristina de. Crianças negras nas ilustrações de Josias Marinho. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 33, p. 197-220, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Sheila Perina de *As brincadeiras Africanas de Weza*, São Paulo: Kitempo 2021.

SOUZA, Yvone Costa de. Encontros e desencontros na formação docente em Educação Infantil: Questões Étnico-raciais em Debate. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Janet; CORSO, Luciana Vellinho. Para pensar a docência na educação infantil / (organizadoras.). – Porto Alegre : Editora Evangraf, 2019. 304 p.

WAJSKOP, G. O brincar na educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 92, p. 62–69, 1995. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/859>. Acesso em: 2 dez. 2023.

*68% dos moradores de favelas não têm dinheiro para comida*. Observatório do Terceiro Setor. 22 mar. 2021. Disponível em [68% dos moradores de favelas não têm dinheiro para comida \(observatorio3setor.org.br\)](https://observatorio3setor.org.br), Acesso em 20 dez. 2022.

#### **COLABORADORAS:**

- Entrevista oral com Ana Flávia da Silva – realizada dia 08 de Novembro de 2021
- Entrevista oral com Ana Paula – realizada dia 15 de Novembro de 2021
- Entrevista oral com Camila- realizado dia 22 de Novembro de 2021
- Entrevista oral com Maria Beatriz – realizada dia 19 de Março de 2022
- Entrevista oral com Renata Juliana – realizada dia 06 de Dezembro de 2021

## ANEXOS

### TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

#### 1. Ana Flávia da Silva, 47 anos, mulher negra, professora de Educação Infantil na rede pública municipal de São Paulo.

*Me chamo Ana Flávia da Silva, nasci na cidade de São Paulo, e a minha família é natural do interior de Marília. Minha mãe é uma mulher, chefe de família, criou seus quatro filhos sozinha e fez com que todos pudessem estudar e avançar nos estudos. Tenho muito orgulho dela!*

*Eu fiz todo o meu percurso inicial de formação em escola pública, fiz o magistério e já o meu processo de formação acadêmica no ensino superior foi em universidades privadas. Estudei na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, me graduei em serviço social. Ao término dessa graduação, prestei o vestibular e fui para o Universidade Presbiteriana Mackenzie, cursei o curso de Pedagogia, com habilitação em deficiência mental. Hoje a terminologia adequada é deficiência intelectual. Fiz pós-graduação lato sensu, Globalização e Cultura pela escola e Política de Sociologia de São Paulo, fiz pós-graduação em inclusão e deficiência intelectual pela PUC e em Psicopedagogia. Cursei minha pós-graduação pela Escola Paulista de Medicina, Escola San Francis. foi uma especialização em deficiência física, Fundamentos da Educação Especial e Educação Inclusiva com ênfase na deficiência física.*

*Fiz parte da União dos Estudantes afro-brasileiros (UNEAFRO) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), como aluna do curso de Serviço Social, a gente já fazia toda essa discussão de gênero, classe e raça, e no centro acadêmico de serviço social a gente discutia bastante, mas de forma oficial dos currículos do meu processo de formação, não!*

*No Mackenzie, eu sou membra fundadora do Coletivo de pretos e pretas do Mackenzie (AFROMAC), e eu, com um grupo de colegas e estudantes negros, a gente fundou o Afromac e conseguimos levar James Meredith para o Mackenzie. Teve um período em 2002 que a gente reuniu alunos da PUC, da USP, do Mackenzie e da Universidade de Campinas*

*(UNICAMP). Nós nos organizamos enquanto alunos negros dessas universidades para a gente poder elaborar o mês da consciência negra.*

*Eu considero a escola bastante (vou falar da minha experiência que eu tive em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental) racista! E a gente teve uma diretora negra que é a Yara, e quando ela acessou o cargo de diretora, ela fez todo um trabalho na escola, e com esse trabalho de formação dentro da área das questões étnico-raciais, foi possível a gente fazer alguns trabalhos... Inclusive esse trabalho surgiu por conta de uma situação de racismo de uma professora com um aluno, a família foi para a escola reivindicar os direitos! E eu considero o espaço institucional escola pública racista.*

*É possível trabalhar questões raciais na Educação Infantil, inclusive a Eliane Cavalheiro tem um livro em que ela trabalhou a questão racial na educação infantil e o movimento negro já vem fazendo esse trabalho. Há sim possibilidade desse trabalho! Ele já foi feito, mas no momento ele está esquecido em âmbito escolar, e as pessoas não vêm trabalhando. Penso eu que a própria Secretaria de Educação não tem dado ênfase no processo de formação continuada para que os professores possam se sensibilizar e trabalhar a lei 10.639.*

*Temos bonecas negras, é um avanço! Porém, no que diz respeito à representatividade da personagem, não. Como não vai ter uma criança negra ou uma pré-adolescente protagonizando como atriz na novela, a gente acaba não tendo bonecas negras mesmo.*

*Eu, particularmente, penso que embora a escola pareça ser um espaço democrático, na prática a escola não tem sido um espaço democrático. E eu também penso que a instituição Escola muitas vezes é uma das instituições mais autoritárias que a gente tem no país, porque você tem diferentes pessoas trabalhando dentro da escola e, dentro desse grupo, você vai ter pessoas que possuem diferentes concepções ideológicas, e sem dúvida nenhuma, tratar do tema racismo dentro das escolas é bem difícil!*

*A gente já conquistou alguma coisa, mas continua sendo difícil, principalmente porque não há um trabalho feito para os professores, que não têm formação nessa área. Seria de fundamental importância que os órgãos competentes que trabalham com processo de formação para o professor, realmente focassem na temática do racismo. Agora é de fundamental importância reconhecer que as famílias têm tido um papel muito importante, a gente percebe na Educação Infantil que as crianças estão chegando com uma autoestima bastante elevada, assumindo seus cabelos crespos e encaracolados, então a gente percebe*



*que essa família está fortalecida! Não por causa de alguma instituição do governo, por conta do próprio movimento negro! A gente tem sim conseguido por meio de um trabalho árduo do movimento negro nesse país, fazer com que as pessoas negras possam ter autoestima, já vão trabalhando com os seus filhos. Então já dá para perceber esse avanço...*

*Na condição de professora negra já passei por uma situação que eu percebi o racismo institucional, não em sala de aula. Como eu sou professora de educação especial, professora de sala de recursos, e o meu contato com os professores não era contínuo em sala de aula... pois é, mas o racismo institucional existe... Eu como professora negra, tenho colegas que são professoras negras, e a gente percebe isso. Mesmo sendo uma rede pública, não podemos partir da ilusão de que sou uma professora negra, que não vai ter o racismo ali. Existe o racismo! Ele está na escola e tem muitos professores fazendo esse trabalho dentro das Escolas. A gente tem colegas que são negros que se formam e entram no espaço da escola pública para fazer esse trabalho de conscientização. Eu vim de uma Escola Municipal de Ensino de Fundamental que é muito forte esse trabalho da questão étnico racial. Num dado momento, ele foi muito potente, porque a direção tinha uma diretora que era negra e pautava e considerava essa abordagem interessante, depois ele foi meio que sumindo foi meio que acabando, mas tem colegas que ainda resistem e estão lá na linha de frente tentando fazer esse trabalho.*

*Em relação às mulheres, sem dúvida nenhuma, para as mulheres negras é bem mais complicado viver, porque é uma desigualdade que ela está colocada por uma questão de gênero e raça. Então eu, na condição de mulher negra, tenho achado cada vez mais difícil, mesmo com todo esse processo de formação acadêmica, tem momentos em que desanimo muito! Vou ficando bastante desanimada, sem esperança...porque foi gritante o que aconteceu agora na pandemia... Eu particularmente como vim do movimento social de estudantes, sempre estava articulada, eu não esperava... e estou bastante assustada com o racismo que explodiu agora na pandemia!*

*Além de eu estar assustada, eu estou com medo! Assim, tem momentos que eu acho que tenho que voltar para o espaço da militância para poder me fortalecer, e tem momentos que eu acho que não! Esses dias eu vi um debate que está posto, que está colocado, que muitas mulheres das comunidades do Rio de Janeiro estão indo para as igrejas evangélicas, mas eu acho que é porque a igreja evangélica acaba, de uma certa forma, sendo um bálsamo na vida da mulher negra, porque é uma coisa meio que imediata, naquele momento do culto, do pastor, você acaba tendo um acolhimento... É um acolhimento que te atende ali no*

*momento do desespero mesmo, mas é bem difícil, e eu estou bastante cansada... assim, eu estou muito cansada desse racismo, um racismo estrutural, que está dado, que está colocado e que eu particularmente entrei na universidade em 1998. Quando fui estudar na PUC não existia cursinho pré- vestibular para negros, não existia cursinho popular, só que eu sinto assim, que chega uma hora que a força vai acabando... e eu já não me sinto aquela mulher forte, combatente sabe? Eu dei uma boa desanimada, e estou bem cansada. Assim, bem cansada!!! E graças a Deus que tem surgido novas lideranças, vem essa juventude que está aí se apresentando, se colocando para poder ir para o embate.*

*E sem dúvida, para as mulheres negras é muito difícil porque a gente é invisível, a gente é que é a chefe de família, a gente é a mãe solo! Então, no espaço acadêmico é um dos lugares onde me senti mais perseguida. Quando eu penso que vou fazer um mestrado, penso se vale a pena pelo desgaste desse debate que está colocado dentro do espaço institucional acadêmico, e que a gente sabe que existe. Eu, honestamente falando, vou continuar minha formação acadêmica na área privada para sofrer menos... Nem por cotas eu não quero ir! Porque, mesmo sendo por cotas para negros, eu acho que eu vou ser perseguida, eu acho que eu vou sofrer... Eu não sei se eu quero isso mais para a minha vida, não! Eu não quero mais! É muito desgastante...*

*Em relação a não trabalhar a educação antirracista nas escolas, particularmente penso que é uma falta de formação. Há uma pobreza intelectual muito grande no corpo docente dos professores das escolas públicas. Acho que teria que ter formação, teria que ter esse estímulo para o professor. Porque é sempre assim: tudo de cima para baixo! O pessoal vai ficando desanimado e eu mesma, na condição de professora de rede pública, penso que eu tenho que continuar estudando, que eu tenho que continuar me aprimorando, mas o que falta, sem dúvida nenhuma, é um processo de formação continuada, mas que esses professores possam ser ouvidos. Eu acho que quando o professor não faz parte do processo, quando ele não é ouvido, quando ele não é o protagonista, eu acho que nada funciona. E nem vai funcionar! Enquanto estiver assim, enquanto essa máquina continuar decidindo o que o professor do chão da escola tem que fazer, isso não vai mudar. Esse professor tem que ser o protagonista, ele precisa ser respeitado.*

*O que a gente vê hoje é que é uma profissão muito desvalorizada, ninguém quer ser mais professor, eu mesma estive na condição de professora de educação especial até o dia 30 de maio de 2020, com 25 anos de atuação profissional, e o sistema me venceu, e eu não quero mais atuar na área da educação especial, inclusive em rede pública. Eu não quero mais*

*porque você fica lá na ponta, sozinho. É tudo muito burocrático, a equipe gestora só fica a serviço burocrático, que é imposto pela Secretaria, então isso eu acho desumano... eu acho que é muito desumano! Só papel. Eles jogam lei em cima da gente, vão jogando e o povo vai afundando nessas leis...*

*Eu acho que teria que ter um trabalho mesmo de formação, não esses cursinhos, sabe, de aprimoramento, que é aquele professor que sai da sala de aula, vai para a DRE e de repente começa a dar formação... Eu respeito muito o processo de formação acadêmica, eu acho que se a prefeitura me oferecesse uma bolsa de estudos na universidade, seria mais significativo do que eu ter um processo de formação continuada por professores que estão em cargo de formação na prefeitura. Para mim, não funciona, porque esse cara que está lá dando essa formação, a serviço do sistema, ele está a serviço do discurso político da prefeitura, então não vai de encontro com o que a gente vive no território da escola. Eu acho que não é qualquer formação, porque as formações que são dadas são vergonhosas, eu mesma me isento de participar, não quero, ponto. Para subir na área, eu quero uma formação decente, e a máquina faz o professor fazer um curso para ter ponto, para poder evoluir na carreira... Então, é muito complicado isso. Eu particularmente, não tenho curso da prefeitura no meu currículo...*

*Sou assistente social de formação, e dentro do meu curso de serviço social na PUC, eu inclusive optei pelo núcleo de famílias, estudei muito família, e trabalhando há 25 anos na área da educação especial, trabalhei na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), trabalhei na Associação Casa dos Deficientes de Ermelino Matarazzo (ACDEM), trabalhei no Lar Escola São Francisco, trabalhei em uma série de escolas de educação especial e, infelizmente, esse trabalho não existe com a família, existe no papel, mas na prática ele não existe. A família não tem participação no processo educativo da criança, a família não tem participação nas decisões da escola... Esse trabalho não existe, ele não existe!*

*Esse também seria, não sei como, que a escola poderia fazer, não a escola, a prefeitura teria que pensar em uma forma de fazer esse trabalho étnico-racial com as famílias, não existe esse trabalho! Infelizmente, a gente percebeu, inclusive na pandemia, que muitas famílias se desesperaram por ter as crianças com elas lá 24 horas por dia. Não atinge! A família não está na escola, a família não está presente na escola! Eu particularmente penso que houve um avanço da discussão étnico racial e está colocada socialmente, e eu tenho percebido que, aos poucos, claro que a passos lentos, muito*

*devagar... Eu acredito já que está tendo uma mudança e eu acho que o maior problema da população negra é ela não estar inserida economicamente na sociedade. Eu acho que enquanto você não tiver negros ocupando determinados espaços de poder, determinados espaços importantes nas ciências, na política, na cultura, na economia, eu acho difícil você ter uma mudança, porque um dos maiores problemas da gente, além da melanina, é a questão da grana, a gente não tem dinheiro! Então, quando eu entrei na universidade, que eu fui para a PUC, depois eu fui para o Mackenzie, e o que eu consegui perceber é que, cara, eu estava ali num processo de formação acadêmica, mas eu tinha uma desvantagem cultural, social, econômica! Então, um dos maiores exemplos, eu até hoje não tenho idioma, eu nunca fiz uma viagem para intercâmbio cultural, Brasil - Angola, mas que eu vou ficar pagando aí não sei quantos anos da minha vida... Então, eu penso que o debate é importante! Mas se ficar só no debate, a gente não vai avançar, porque o que a gente precisa mesmo é de oportunidade! Se essa oportunidade não for concedida, não for dada, como por exemplo, tem a questão das cotas, que a gente vai tem que continuar lutando e batalhando porque é uma reparação histórica, as cotas. Eu não fui beneficiada por cotas, mas eu conheci uma garota jovem que se formou em Geografia e ela entrou no concurso por cotas aqui na prefeitura de São Paulo, e essa semana, ela acabou de entrar por cotas no mestrado de Geografia da USP, e ela é uma menina que tem 24 anos de idade... Então, assim, eu acho que é um caminho, sim, favorável. A gente precisa continuar com as cotas, mas a gente precisa também da oportunidade. Eu trabalhei em várias escolas de educação especial e eu, por exemplo, tenho uma formação que eu tenho apreço, eu tenho uma formação boa! Portanto, eu não tenho um cargo, eu não consegui isso, eu tenho uma formação, uma experiência. Passei a maior parte da minha vida trabalhando e estudando, porém eu tenho um cargo hoje que não corresponde à formação que eu tenho. Eu fico indignada! Eu sou professora da sala de recurso, então, enquanto eu estava na sala de recurso, eu trabalhei com a pedagogia de projetos. Trabalhei com meus alunos da Escola Municipal Ensino Fundamental José Carlos de Figueiredo Ferraz. Nós estudamos a vida e a obra de Basquiat e Carolina Maria de Jesus, nós trabalhamos o hip-hop! Dentro do meu trabalho eu procurava sempre trazer essas questões de gênero, de raça. É de fundamental importância que se trabalhe esse tema! Na EMEF, nós tínhamos um caso de um garoto trans que estava passando pelo processo, então eu não sei porque a escola não trabalha a questão da orientação sexual, teria que trabalhar orientação sexual! Tem que ser um trabalho desenvolvido com os pré-adolescentes, adolescentes, jovens... Eu tenho 16 anos de prefeitura. Educação Especial, eu tenho 25 anos. Educação infantil tenho pouco...*

*Na verdade, desde que eu me formei no magistério eu sempre atuei na área da educação especial, então na prefeitura, “Educação infantil” tenho 2 anos só... tenho muito pouco. O que aconteceu comigo quando eu prestei o concurso público da prefeitura, como eu já tinha 10 anos de educação especial, eu fui emprestada para as instituições de atendimento a pessoas com deficiência. Porque antigamente não tinha inclusão!*

*Quando não tinha inclusão, a prefeitura tinha convênio com quarenta instituições de educação especial da cidade de São Paulo, então eu tinha o meu diploma com a pedagogia na área da habilitação e eu já fui logo emprestada, inclusive, eu prestei o meu concurso público já com a ideia de ser emprestada para uma escola de educação especial e foi isso que aconteceu, eu entrei e mostrei o meu diploma e fui passar pelo processo seletivo, e aí eu fui para a escola de educação especial. É uma escola que fica ali na Mooca, fiquei emprestada mais de 10 anos.*

*Eu acredito que as pessoas já têm as concepções delas. Tem pessoas que vão partir do princípio de que não é necessária uma educação antirracista. A gente vai ter colegas de trabalho que vão ter a compressão de que não se faz necessário, porque todos são iguais, porque não precisa, porque é balela... eu já ouvi isso, inclusive aqui uma vez, um dia desses: “para mim é tudo igual, não tem essa, se é preto, se é negro”. Aí você ignora, porque eu não vou entrar em discussão com pessoas que não tem como discutir esse tema!*

## **2. Ana Paula, 45 anos, mulher negra, professora de Educação Infantil**

*Meu nome é Ana Paula, eu tenho 45 anos, nasci aqui em São Paulo. Minha mãe era do interior de São Paulo, meu pai era daqui de São Paulo capital. Eu tive uma infância que eu brinquei muito, aquela infância que as pessoas falam hoje de brincar na rua, de ser criança! E minha família, apesar de ser uma família pobre, nós tínhamos a comida, nós não passamos tantas necessidades e no período que nós passamos necessidade, foi quando nós tivemos que ir para Jaú, eu tinha 7 anos de idade. Na época, só meu pai trabalhava, ele era desenhista, fazia projetos de casa e ficou desempregado, minha mãe era dona de casa, então nós ficamos um ano lá em Jaú. Nós fomos primeiro’, e depois o meu pai foi, abriu um bar e ficamos um ano.*

*Uma coisa que eu me recordo é que, depois de um ano, meu pai conseguiu emprego aqui de volta em São Paulo e nós retornamos para nossa casa. Que até então, a nossa casa foi alugada para aumentar a nossa renda e nós fomos morar com a minha avó. E quando nós*

voltamos, era final de ano, e como o meu pai já tinha voltado a trabalhar, uma lembrança que eu tenho, assim, é que ele nos levou até o Mappin. Chegando ao Mappin, nós somos em 4 filhos, ele falou para cada um escolher um presente que queria de Natal. Imagina aquela loja enorme... cada um iria escolher qualquer brinquedo! Eu escolhi a boneca nenezinho e minha irmã, a bebezinho. A gente não tinha tanta ganância, tinha o meu bebê, que era o grandão e eu não escolhi...Foi uma época muito feliz...

Eu estudei minha vida toda no colégio público Ermelino Matarazzo, a partir do segundo ano, porque o primeiro eu fiz em Jaú, do segundo até o final do Ensino Médio foi nessa escola. Fiz boas amizades, algumas amigas tenho até hoje, amigas desde o sexto, sétimo ano. Eu lembro que na época da escola tinha bastante festinha, só que eu quase não ia ou ia bem no finalzinho... O terror para mim é quando chegava essa época de dança, de não ser escolhida, porque ninguém nunca me escolhia. Então, para mim era uma fase ruim quando tinha essas coisas. E fora isso, tenho boas lembranças da escola... era uma escola que tinha professoras que eu tenho amizade até hoje.

Não me lembro de nenhum trabalho desenvolvido sobre os negros na sala de aula. Era aquela imagem do escravo que foi escravizado, que não teve luta... Tem coisas que eu aprendi bem depois sobre as lutas que tinham na época. A imagem que eu tenho da princesa Isabel, foi essa de heroína... foi isso que eu aprendi na escola. O racismo era mascarado em brincadeiras, que na época falavam que era brincadeira, mas como não se falava muito em racismo, eu nem enxergava como racismo, eu não tinha essa consciência. Hoje em dia tenho essa consciência que era racismo, mas na época falava que era “zoação”, que estavam “zoando” a pessoa... Eu não tinha essa clareza sobre o racismo. Durante essas “zoações” nunca presenciei intervenções de professores. Nunca vi!!! As meninas eram chamadas de cabelo de Bombril, macaco... Entre os amigos, entre os colegas, não tinha essa clareza!

Eu ingressei na prefeitura em 1998 como agente escolar, e as professoras diziam que eu tinha que estudar, que eu era nova, que eu tinha que fazer alguma coisa, que eu tinha que estudar que eu tinha que fazer outros concursos... Eu comecei a estudar realmente para outros concursos, fiz e passei em outro concurso de Agente Técnico de Educação (ATE). Cinco anos depois, fui chamada e continuaram falando para mim: “não, você precisa estudar mais, você precisa fazer alguma coisa, você pode ser professora, que tem uma carreira! E acabei fazendo... era um curso que financeiramente dava para eu pagar, e eu acabei fazendo Pedagogia. Iniciei em 2006 e me formei em 2009, na Universidade Araraquara (UNIARA).

*Eu não estudei essas questões raciais, não tinha nada. Somente na própria prefeitura, comecei a fazer uns cursos com temas voltados para pessoas negras... aí eu comecei a ver esse lado. Foram cursos que trouxeram bastante reflexão em relação à valorização da cultura, da criança que precisa ter as referências desde pequena. Os meus cabelos, por exemplo... eu ainda não consigo assumir o meu cabelo crespo. Tipo o meu cabelo é o 4c, aquele bem crespo, e eu uso bastante trança, acho que nos últimos dois, três anos tenho estado com tranças... Não alisei mais, mas não sei até quando eu vou conseguir ficar sem alisar o meu cabelo. Eu incentivo a minha filha a não alisar o cabelo, ela usa tranças, o cabelo dela está bem natural, mas sei que ela vai seguir a minha referência, se eu alisar, ela vai querer alisar também! O meu Black não cacheia, eu acho assim que no mundo Black, as pessoas falam muito para as pessoas se assumir, mas até nisso tem divisão, porque as pessoas querem o Black cacheado, e ninguém fala que seu Black duro mesmo é bonito. E tem pessoas que eu vejo que falam que estão assumindo seu cabelo e fazem um alongamento no cabelo cacheado, mas não é o cabelo dela. Nós não devemos ser extremistas, tem muita gente extremista, eu não vou deixar de ser preta porque eu alisei o meu cabelo!*

*A Cleópatra, eu ouvi em um curso, que a imagem dela de cabelo liso, que fala que é uma mulher linda e muito bonita... e a partir do momento que foi questionado que ela era uma negra, já começaram a questionar a beleza dela, que ela não era tão bonita assim... Muitos lugares que já questionam a beleza dela porque sabem que a região que ela habitava é uma região de pessoas negras.*

*Eu acho que as pessoas nos avaliam pela forma que nós estamos vestidos, pela nossa cor, nós entramos em uma loja e as vendedoras, uma olha para a outra com aquela cara assim de não quero atender. Às vezes você percebe que quando é uma pessoa branca elas já correm para atender. O homem preto quando é visto de gravata, já pensam que é um segurança. Uma vez eu estava indo trabalhar de manhã e eu vi uma abordagem perto de uma guarita policial perto de casa. O homem estava com uma mochila nas costas, um homem negro, e os policiais pararam ele que estava a pé, e eu comecei a andar bem devagarinho só para ouvir, e perguntaram de onde ele vinha e falou que vinha do serviço e o policial perguntou “onde você trabalha?” e ele mostrou apontando, “naquela obra”, apontou o homem, (a obra ficava na mesma rua), o policial perguntou: “desde quando?” O homem falou “desde a fundação”, o policial perguntou “fundação casa?” O homem respondeu: “não!!!, fundação da obra!!!”. Uma coisa que quando eu ouvi eu não sabia se ria ou chorava. Por ser negro, ele falou fundação casa, não tinha nada a ver a fundação casa com a*

*abordagem. Se fosse um branco eu tenho certeza que ele não teria sido parado na rua de manhã.*

*Em relação ao meu trabalho, eu trabalho em uma Escola Municipal de Educação Infantil. Desde 2016, nós temos boas relações de trabalho com os professores, com a gestão... A escola está sempre aberta para a comunidade a qualquer momento e, graças a Deus, eu nunca presenciei nenhuma situação de racismo em relação a discriminar crianças por sua cor ou por ser mais pobre. É um local que eu gosto de trabalhar, as pessoas são bem esclarecidas... Mesmo assim eu acho que a escola pode produzir racismo, mas acho que o racismo é produzido quando não tem intervenção do adulto entre as crianças. Acaba acontecendo quando não explicamos e não orientamos as crianças.*

*Existem pessoas que falam que hoje tudo é racismo, que não pode falar, que não pode brincar, chamar de negão, só que as pessoas não entendem que a questão não é chamar de negão e sim o contexto da situação. E às vezes a pessoa fala de forma pejorativa, isso é o racismo! E tem fala que a gente acha tão comum como “a ovelha negra da família” e fala assim, por que ovelha negra? Associando a coisa ruim!*

*Referente a lei 11.645/08, eu acho importante, também não devemos nos prender a datas e sim trabalhar continuamente, o ano inteiro e a qualquer momento. E não deve esperar também chegar o conflito para trabalhar. O que eu vejo é que, por eu ser negra, as crianças veem a minha figura e elas não conseguem discriminar outra criança que é da mesma cor. Se a criança fala alguma coisa eu já falo: “ela é da minha cor”, eu falo com certo jeito pra não inibir a criança.*

*Falando dos espaços midiáticos, eu quase não acompanho essas novelas, mas eu não vejo personagens negros, mas vemos que o negro é o pobre. Eu assisti, eu acho, que um pouco das Chiquitas, tinha a do Cirilo, né, Carrossel, que tinha aquela imagem do negro que é o que a gente vê hoje, o negro correndo atrás da loira. Na novela das Chiquitas tinha uma casa de negros que eram os pobres!*

*Gosto e compro para minha filha bonecas negras. Até uma vez, no Facebook, tinha um debate sobre isso e eu coloquei que só comprava bonecas negras, e a pessoa me criticou. Eu deixo as brancas para presentes, bonecas brancas ela ganha de presente, mas eu compro bonecas negras. Eu não tive bonecas negras, não tinha quando eu era criança!*

*Em relação ao gênero, eu acho que a mulher tem muita relação com o cabelo, o que pega na mulher é o cabelo! O homem tem essa... como se tem aquele fetiche... a mulher branca pelo homem negro. Já a mulher negra sempre foi desvalorizada, era só para dar o*



*prazer para o homem e a gente vê essas relações até hoje. Nós estamos sempre na base em todos os lugares! Em passeios, em viagens, como somos tratadas em lojas, shopping, a gente percebe algumas coisas sim, não tem como falar não, não é o tratamento! Tratam as pessoas brancas de um jeito e as negras de outro!*

*Sobre o currículo, eu acho que deveria ter uma conscientização dos profissionais, por mais que o currículo aborde, o profissional vai trabalhar se ele quiser! Pelas escolas que passei, nunca vi um trabalho de educação antirracista, mas uma amiga minha é cabeleireira e ela desenvolveu um trabalho em uma escola para enaltecer a beleza da mulher negra, ela fez tratamento nos cabelos afro das meninas ou tranças. E esse trabalho que eu conheço que ela gostou muito e foi muito gratificante para ela.*

*Tem as questões das leituras, que são mais pontuais, que a gente acaba lendo para que as crianças tenham referências da cor negra. E na hora da representação é que vejo bastante dificuldade, é que a criança não consegue representar a criança negra, até mesmo quando a criança me desenha com lápis rosa eu pergunto para ela por que ela me pintou de rosa. E mostro as outras cores para ela. Eu acho muito importante as escolas terem... até eu sugeri que fosse comprado... aquele conjunto tons de cores porque é importante para a criança. Às vezes a criança se pinta de azul, verde só para não usar a cor do tom de pele dela.*

*Uma questão que eu não tinha parado para pensar sobre o quanto a Disney é racista, em relação às princesas, foi até em curso da prefeitura que falou sobre isso. E eles falaram: vocês podem observar, tem as princesas de várias etnias, tem indiana, tem loira e quando a Disney foi para a África, fizeram um leão, porque na África foi um leão? Depois a princesa e o sapo, mas a princesa virou um sapo!*

*Eu acho que com as crianças não tem dificuldade de trabalhar educação antirracista, mas tem uma questão que vai mais a fundo, é a questão com a família porque muitas vezes essa questão já está na família, a família não se reconhece como negra, e eu via muito isso quando eu trabalhava em Centro de Educação Infantil. Na hora da família, geralmente a mãe que realizava a matrícula da criança, que eu via que era uma mãe negra, com uma criança branca, às vezes o pai era mais claro, branco, e na hora de perguntar a cor da criança, muitas vezes a criança já era uma criança mais escura, mas eu via aquela dificuldade de a mãe declarar que a criança é negra ou parda, porque tinha opção de parda também, mas muitas falavam “branca”. E eu falava: “você tem certeza?” Mas eu não podia*

*questionar. Às vezes a própria mãe tem questões que são familiares, e eu tenho medo de falar que a criança é negra e a mãe reclamar.*

*Em relação ao tema étnico-racial, eu acho que poderia fazer debates, falar sobre a beleza da negritude desde pequeno, não só ficar nas crianças e sim trabalhar com as famílias, com os adultos. É preciso falar para as crianças que racismo existe, se falar que o racismo não existe, você já está criando uma certa ilusão na criança. Mostrar que existem pessoas que tratam as pessoas diferentes devido a cor da pele e deixar claro isso, e mostrar que não é certo. Colocar sem ficar falando muito. Mostrar os personagens, as diferenças, mais figuras para as crianças terem referências.*

*Os meus amigos, a maioria são negros, na minha rede social grande parte são negros. Então sempre tive referências negras, os lugares onde eu saio geralmente são de pessoas negras. Eu lembrei que você falou sobre a pessoa não se identificar como negro, também. Uma vez eu encontrei com um namorado e ele falou: “oi, eu vi você com suas amigas” e eu disse “que amigas?”, e ele falou: “umas moreninhas”, e eu falei “que moreninhas?”, ele respondeu: “umas que moram lá embaixo” eu disse “ah, fulana, fulana, mas elas não são moreninhas, elas são negras.”. E ele respondeu que não falou porque às vezes a gente acha que vai ofender. Eu disse que não! Como um homem negro acha que vai ofender ao chamar o negro de negro??!*

*Eu fiz um curso que teve esse debate sobre os negros da área da saúde e perguntaram: quantos negros vocês já viram médico? Não tem, são raros! Agora, na enfermagem, quantos vocês viram? Muitos! No curso até falaram da questão do negro, o que acontece muito aqui no Brasil, o negro quando ele consegue uma ascensão, ele vai ajudar a família dele, ele tem aquele crescimento, mas não sai daquela região para ajudar os seus familiares, diferente do branco, daquele branco que já é o médico, que já nasceu naquele berço, então ele não tem quem ajudar e ele vai focar no seu crescimento. Já o negro não vai focar nele, mas nos familiares, para a família também se levantar.*

*Eu, depois que cursei Pedagogia na UNIARA, fiz pós-graduação: A arte de contar histórias e Pedagogia hospitalar. Atualmente, eu faço uma pós e outra graduação de Artes, a pós é em práticas educativas. Certo dia eu estava lá em Botafogo, eu tinha entre 23, 24 anos, uma área até mais ou menos nobre do Rio, eu estava no Pão de Açúcar, que é um mercado meio elitista, o segurança estava nos seguindo, eu e minhas amigas, só que minhas amigas eram pessoas que nunca ficaram quietas e questionaram: “Por que você está atrás da*

gente?” Ele respondeu: “não, não estou seguindo vocês, não!”, mas estava, claramente. Deve ter pensado: “três pretinhas no mercado, o que elas querem aqui no Pão de açúcar?”.

### **3. Camila, 32 anos, mulher branca, professora da Educação Infantil da rede pública**

*Meu nome é Camila, eu tenho 32 anos, nasci no bairro do Ermelino Matarazzo, em São Paulo. A minha infância foi tranquila, muitas brincadeiras... Na época que eu era criança não tinha isso de internet igual tem agora, esse acesso rápido às informações hoje em dia... as crianças ficam muito no celular, no computador... Na minha época não tinha isso. Então brinquei muito na rua, pulei muita amarelinha, pulei muito elástico, brinquei muito de bola, de bolinha de gude, fui muito da rua.*

*Minha infância foi uma infância boa, na minha visão, porque não tinha tecnologia. Então as brincadeiras eram muito livres, brincadeiras soltas, e minha mãe era dona de casa como ainda é, mas trabalha com faxina. E na época, minha mãe, muito ocupada em casa, meu pai pedreiro, então a minha infância foi assim brincando na rua, interagindo com outras crianças. Foi muito tranquila, no meu ver, independente de qualquer problema, minha infância foi tranquila, foi uma infância feliz. Minha adolescência também sempre assim solta...*

*A área da educação nunca foi minha pretensão, não foi uma coisa, assim “eu sonho em ser professora”, foi uma consequência do destino, a princípio. Eu sou divorciada há quatro anos e, na época, minha ex-cunhada era professora do Estado. E ela sugeriu que eu fizesse o curso de Pedagogia: “Por que você não faz Pedagogia? É legal, você é brincalhona...”, minha cunhada dizia. Porque eu sou bem assim, alto astral... Mas não me identificava, ela disse que eu só iria saber se fizesse. Na época, eu já tinha minha filha, eu tenho três filhos, uma de 12, um de 6 e um bebê de um ano e 9 meses. Eu tinha só a menina, então tinha uma facilidade para fazer a faculdade, porque meu ex-marido tinha um desconto em algumas faculdades, então ela me sugeriu e eu achei legal, e pedi para ele pesquisar para mim na UNICASTELO, que agora é a Universidade Brasil. Então fiz a prova, consegui um desconto e comecei a fazer o curso. A princípio, achei que não iria dar conta, muito trabalho, na época, minha filha tinha 3 anos, mas deu certo...*

*Eu comecei a gostar do curso, das disciplinas, comecei a me identificar com muitas coisas que ali eram faladas, principalmente com a área da sociologia. Eu gostava muito dos debates, das conclusões, das amizades... e comecei a entender um pouco sobre as crianças e*

*até mesmo sobre a minha filha! Algumas coisas que estavam ali foram acontecendo comigo, no caso, e fui gostando mais... Depois fiz uma prova para trabalhar no Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), na época para custear minha faculdade e poder ajudar meu ex-marido. Passei e comecei a trabalhar com crianças especiais e comecei a gostar mais ainda. Eu apoiava a professora da sala ou auxiliava uma criança especial.*

*Minha experiência, na época em que eu estava na escola, foi ótima. Não tenho o que falar dos meus professores, eles foram maravilhosos! Alguns mais rígidos, outros mais descontraídos, mas eu acredito que os que eram mais rígidos tinham uma necessidade de ser, eu não entendia na época, principalmente a professora de matemática que pegava muito no meu pé. Eu tinha muita dificuldade em matemática, como ainda tenho hoje, era a matéria que eu mais tinha dificuldade, detestava! Mas tinha que ter um certo rigor, porque a matemática é uma coisa exata, tinha que decorar a tabuada, tinha que ter disciplina... Ela pegava no pé mesmo, mas hoje eu entendo. Não tive dificuldade de aceitar o que era imposto na sala de aula porque se me deixassem muito solta eu não iria estudar da forma que tinha que ser. Como eu falei, eu era muito solta, sapeca!*

*As aulas eram muito trabalhadas em cima de livro didático, não tinha essa coisa de construtivismo, no qual a criança constrói seu conhecimento, essa visão... Não tinha isso! Era mais uma visão europeia das coisas, então essas questões raciais eram faladas de uma forma bem superficial, nós pintávamos o escravo sendo livre, e a gente nem entendia porque pintávamos, o desenho não tinha nenhum contexto! Vamos ser realistas? Aquilo não fazia muito sentido, era mais essa questão de dar uma pincelada bem superficial para dizer que trabalhou aquele tema. O racismo não era escrachado, explícito. Não! Mas as brincadeiras dos professores, por exemplo: “amanhã é dia de branco”... Um dia uma professora pediu que uma menina sentasse atrás porque o cabelo tinha piolho. Tinha aquela criança que, de repente, tinha o cabelo mais cheio, cabelo crespo e sentava lá na frente, atrapalhava o colega de ver, a professora pedia para ir para o fundo, de repente o professor não sabia como colocar essa questão, e colocava de uma forma que não era muito legal. Hoje em dia, por exemplo, a gente tem mais acesso à internet e às informações. Naquela época não tinha...*

*Tem a questão do bullying que é trabalhado nas escolas hoje em dia, e na minha época não tinha essa visão do bullying, de você estar ferindo o outro com termos que você coloca em uma frase. Uma situação que não tinha nessa época!*

*Na nossa época era tudo normal, tudo normalizado. Então as crianças cometiam o racismo de uma forma inconsciente, sem saber que era errado, era uma brincadeira, e era*

*normalizado para todo mundo, para os adultos, para as crianças. Cabelo duro... até tinha uma musiquinha: “nego do cabelo duro que não gosta de pentear...” e tinha umas brincadeiras também relacionadas nesse sentido, brincadeira de escravos de Jó... Então, tinha quem eram os escravos de Jó, eram só as crianças pretinhas, não eram as crianças branquinhas. Então ali colocavam os negros e os brancos na brincadeira, inconsciente. E quem eram as mais bonitas, eram as crianças brancas de olhos azuis e tinha a turma das meninas mais bonitas e dos meninos mais bonitos... Eram os meninos que eram loiros, os pretinhos não eram tão bonitinhos, não eram tão atraentes.*

*Então tinha aquela questão da chapinha, todo mundo queria alisar o cabelo. Isso ficou muito forte na minha adolescência. Eu já tenho 32 anos! Isso foi nos anos 90, que surgiu a chapinha. No ensino médio, as meninas todas tinham os cabelos alisados, era cultural isso. Ninguém queria ter o cabelo crespo ou cacheado, então era assim na minha época! O racismo era algo normal, por isso não tinha intervenção, porque era uma coisa comum. Não tinha esse debate de bullying, de você estar ferindo o outro, aliás, nem se falava que isso poderia causar uma depressão. Então, todo mundo falava o que bem queria... E não era nem só a questão do racismo, era se a pessoa fosse muito magra, gorda, do Nordeste, indígena... O racismo é estrutural! De todas as formas, de não aceitar as diferenças do outro. Tem um padrão: branca dos olhos azuis e cabelos lisos, falando bem, sem sotaque. É assim que era. Hoje em dia que se trabalha ainda assim, mas poderia trabalhar mais. É pouco. Tem que conversar sobre isso, está cada dia mais crescendo trabalhar a diversidade e as diferenças, cada dia se fala mais... Mas ainda é pouco! Na universidade trabalhou tanto essa questão e autores, nós trabalhamos também. Não só nessa vertente. É pesquisando tribos indígenas... o professor queria passar o que são culturas diferentes, então foi muito trabalhado isso. Na nossa época, era uma visão mais eurocêntrica, o branco, o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral... já havia os povos indígenas aqui, então eles salientavam essa questão, inclusive o conhecimento das ervas para chás, aromáticas... e eles diziam que o conhecimento dos povos indígenas era chulo, mas na verdade eles usufruíram desse conhecimento...*

*Essa lei 10.639/03, na faculdade eles falavam de uma maneira bem superficial, bem suave, bem sucintamente, como falei eles falavam de uma forma geral e não especificava. Na faculdade, bem superficial, ouvi falar sobre luta antirracista. Foi trabalhado sobre a Lei Áurea, que a princesa foi lá e escreveu, e assinou a carta de alforria para os negros. E contou*

*a história de alguns negros, como o Luther King, algumas pessoas que lutaram. Mas assim... não enfatizando, mas falando de todas as culturas...*

*O racismo me afetou muito, mas não enfatizo na escola com meus alunos, nós vivemos em um mundo amplo e tem muitas diferenças. Não existe só o negro, tem o boliviano, o japonês, o chinês, múltiplas culturas... e aqui no Brasil a gente convive com muitos estrangeiros! O Brasil abre portas do mercado de trabalho para muitas culturas, então, o que eu procuro trabalhar são as diferenças, respeito ao outro, tanto no sentido de alimentação, nas vestimentas, nos sotaques, no jeito de arrumar os cabelos, no falar, no andar... Não tem só a questão de diferença de cor e de culturas, tem as pessoas com deficiências, então procuro trabalhar de uma forma ampla que todos nós. Somos singulares!*

*Na minha faculdade, se falava muito que nós não somos cem por cento branco, a maioria é mestiço porque vieram os portugueses com as embarcações. Então nós somos uma mistura. Não existe uma raça pura. Hitler queria uma raça pura, por isso o holocausto! E não existe raça pura e sim a diversidade! A maioria das pessoas é uma mistura. No sangue da gente corre sangue negro, indígena, europeu... várias culturas na nossa árvore genealógica. Na faculdade os professores enfatizavam as diferenças, que somos singulares.*

*Eu não sou racista, porque eu aceito a diferença do outro. Eu aceito que o outro é diferente de mim. Tanto na maneira de pensar, como na forma de vestir e de agir. Porque uma pessoa racista é uma pessoa intolerante, ela não consegue conviver com as diferenças!*

*Eu estou nessa área há 8 anos, e para mim tem sido muito bom, não vou dizer que todos os dias são flores. A educação infantil é um desafio! É dia após dia! Cada criança carrega consigo um contexto, uma história, ela tem um convívio ali que precisa ser respeitado, ela não tem um padrão. A criança está na fase inicial das descobertas, então tem dia que ela não está bem, aconteceu uma situação que, pelo fato de ela ser criança, ela não consegue externar, explicar o que está acontecendo. E ali, de repente, ela demonstra um comportamento agressivo batendo no colega, ou não vai aceitar aquela regra ou participar daquela proposta ou atividade, não vai querer interagir, não vai querer comer, vai ficar ali no mundinho dela... E, às vezes, ali não vai ser só uma criança, serão duas, três, quatro... e você vai querer trabalhar aquele projeto que você gerou dentro de você com toda aquela expectativa, todo aquele sonho... e não vai conseguir fazer. E aquele dia você vai se frustrar. É isso a Educação Infantil. Tem dias que você se realiza, outros se frustra. Você precisa dar conta de várias questões de cuidados e pedagógicos. Professor de educação infantil é observador, ele observa muito. Então ele precisa dar conta de mil situações. Não vou dizer*

*que é flores, mas tem o momento de satisfação, quando a criança manuseia um lápis, abraça a gente, brinca com o colega... isso é uma realização. No geral é satisfatório!*

*A escola produz racismo algumas vezes, sim! Mas não porque queira, às vezes sem intencionalidade. Por exemplo: quando coloca um cartaz com apenas um tipo de criança ou a família branca, não diversifica. Às vezes colocam só um tipo de pessoa, de físico, e aí de uma certa forma desvaloriza a outra criança, ela não se vê ali. Ou então nos brinquedos, só colocam bonecas brancas, não colocam bonecas pretas. Então como fica a criança que é negra, se ela só brinca com bonecas brancas? Quando a professora entrega os carrinhos e as bonecas e não deixa os meninos brincarem de bonecas e nem as meninas brincarem de carrinhos, divide, já é uma questão de gênero. Esse menino, independente de qualquer coisa, porque a questão de gênero é uma escolha, ele vai ser um pai de família, e essa menina está crescendo para o mundo, pode ser que ela vai ser uma motorista, ela vai dirigir, vai ser motorista. O professor faz diferenças que ele não quer fazer, é inconsciente. E ele acaba fazendo por falta de pesquisar ou porque quer só ser prático, sabe? Joga ali um monte de brinquedos, está ali cansada, é de forma inconsciente, não que o professor queira mesmo...*

*Nunca aconteceu, na escola que trabalho, racismo explícito, para todos ver, nem de colegas professores, nem de professores para crianças. Eu procuro diversificar minhas práticas, já trabalhei o Kiriku, a Menina bonita do laço de fita, a história da abayomi, que é uma história muito triste... Trabalho muitas histórias. Diversifico muito, as crianças ainda estão em formação das escolhas, é tudo muito inicial. Por isso, procuro sempre pesquisar, mas nem sempre a gente tem tempo. Na mídia tem umas coisas muito forçadas, por exemplo, coloca assim o negro, a mulher negra, como faxineira ou então coloca um negro só no elenco. Eu acho muita hipocrisia! Porque não, a maioria negra? Mas é a maioria sempre branca. A mídia força muito, e geralmente quando coloca o negro, ele está em cargo inferior. Ultimamente, até que estão colocando um negro advogado, um negro médico, mas um só, raramente dois. Está caminhando a passos de tartaruga...*

*Na educação infantil é raro ver homem professor. Eu trabalhei com um professor branco, mas ele era muito cabeça aberta, a comunidade aceitava de boa e ele era uma pessoa bacana.*

*Em relação a temas raciais, tem algumas questões, mas eu acho que deveria ser mais rico o material. Eles colocaram, mas é pouco, é uma pincelada, mas estamos caminhando... Não só colocar a cor da pele, mas as diferenças! Eu trabalhei com a abayomi, a professora fez um cantinho com as bonecas e com fotos, e colocou um turbante nas*

*crianças. Ela fez um trabalho bem legal! Enfeitou com panos coloridos, que na África, as vestimentas são bem coloridas, eles dançam, gesticulam e gostam de cores. Eu assisti a um casamento africano e a noiva estava de amarelo, que é a felicidade, aqui é vestido branco. Lá tem tambores.*

*Também fiz a contação de história durante a pandemia, e com materiais recicláveis fiz uns bonecos e fiz um teatro. Eu tive uma devolutiva dos pais da minha criança, e ela disse que gostou muito da bonequinha, porque a bonequinha tinha laços e era da cor da pele dela. Através de chamada de vídeo eu tive essa devolutiva e fiquei muito feliz! Conteí a história da Penélope em sala de aula, que fala de um cabelo rebelde. Não gostei muito da história, mas entendi o livro no final. E as crianças gostaram muito. A partir disso aconteceram muitas falas das crianças se identificando com o cabelo da Penélope, como por exemplo: “professora quando minha mãe penteia os meus cabelos, dói”, outra: “quando ela puxa, dói”. E eu pedi para os pais, em uma reunião, pentear os cabelos mais devagar, e amarrar mais folgado porque se apertar dói... as crianças falam aqui. Fora que com cabelo apertado, a criança não quer brincar, e até mesmo comer, de tanta dor...*

*Enfim, eu acredito que deveríamos saber a rotina da criança em casa e saber o que ela gosta de fazer, do que que ela gosta de brincar e assim, montar material em cima dessas informações. Com relação à função moral, certo e errado, cívica, de cidadão, é da família e da escola juntos. Já aconteceu comigo, na educação infantil, de uma criança não querer brincar com a outra dizendo que ela estava suja, que ela não tomou banho. “Por que que ela está suja?” E eu disse: “não é suja, é a cor dela, ela é negra”. Se a família não colaborar, não dá certo. A família deve achar o racismo engraçado, por isso a criança reproduziu dentro da escola.*

*Nunca fiz nenhuma formação com essa temática, mas como falei, na faculdade o que era valorizado era a diversidade e não só o negro. Essa lei foi debatida bem superficialmente na faculdade, o que era valorizado era a diversidade e, inclusive, a maioria dos meus professores eram negros...*

*Minha sobrinha foi chamada de feia na escola porque tem cabelos cacheados. Sobre as bonecas, se você pôr uma boneca branca e uma preta, a maioria das crianças vai escolher a boneca branca, porque vai falar que a boneca preta é feia. E por que isso vai acontecer? Porque é uma coisa estrutural, e não foi ensinado em casa pela família e não está sendo ensinado pelo professor. Na escola ensina, quem educa é a família! A família não ensina a criança a respeitar o negro, o deficiente, as pessoas com doenças de pele, enfim... o diferente.*



*Muitas vezes, a criança tem acesso a conteúdo racista e os pais nem sabem, aí eles vão para a escola e fazem o racismo, o professor precisa intervir. São muitas demandas para pensar só um grupo, precisamos respeitar a todos!*

#### **4. Renata, 38 anos, mulher branca, professora na Educação Infantil da rede pública**

*Eu me chamo Renata, sou professora de educação infantil, eu fiz magistério. Tem essa formação, que a gente conseguia se formar professor nesse nível de ensino médio... Me formei muito jovem e comecei a fazer estágio, já na época do ensino médio e assim tive uma boa formação. O magistério tem uma qualidade bem bacana e logo com os anos depois eu ingressei na educação pública e já passei por vários níveis, etapas da educação, tanto com crianças de 0 a 3 anos, como com as crianças de 4 a 6 e ensino fundamental.*

*Eu nasci em São Paulo, tenho 38 anos. Sou casada e tenho um filho de 8 anos que me faz pensar sobre a educação. Não é fácil. Também a gente precisa olhar dos dois lados. A minha infância foi uma infância como de todas as crianças, a maioria... Brinquei bastante e tive uma vó que cuidava de mim para a mãe poder trabalhar. Não tive a presença do meu pai durante a minha infância toda, eles se separaram, eu ainda era bebê. Quando minha mãe veio morar com a minha vó... e ela sempre precisou trabalhar... e eu fui criada assim por ela, pelos meus primos, minha irmã. Eu era uma criança feliz, mas tinha as dificuldades, e tinha acesso à escola que era a escola pública. Os recursos que tinha...*

*Estudei em escola pública, escola da prefeitura de São Paulo, e quando eu ingressei no ensino médio, eu queria fazer um curso técnico porque naquela época a gente já fazia para se formar, e eu tentei entrar no CEFAM - Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério. A gente trabalhava o dia todo, estudava lá o dia todo e já fazia as matérias do ensino médio com as matérias do magistério, e nós ganhávamos uma bolsa de um salário mínimo na época para poder se formar e estudar. O legal do CEFAM é que os professores tinham uma boa formação, um bom nível de consciência ética, tinham bastante postura e eles cobravam muito isso da gente. Eu me lembro muito bem, a gente acaba levando isso para a vida. E lá o relacionamento era muito bom, tanto que se eles percebessem... e eles conheciam tanto a gente, o grupo que eram várias salas... se eles percebessem alguém que deixou de falar com o amigo, eles vinham intervir e chamavam para conversar.*

*Não havia discussão sobre o tema étnico-racial! E eu não lembro de ter presenciado, na minha trajetória, atos racistas. Se foi, eu era muito alheia. Criança não pega essas coisas, criança não consegue captar consciente, mas inconscientemente, sim! A escolha da minha formação foi uma questão. Como eu entrei para o magistério, tinha esse interesse de fazer um bom ensino médio, porque não tinha condições de pagar, acabei fazendo o magistério e ingressei na prefeitura. E o ideal é que a gente continuasse a formação, nível de carreira, de magistério para poder ganhar mais. Enfim, esse foi um dos motivos: melhoria salarial, profissionalização, também busca de outras informações, outras práticas, mas não era o meu sonho.*

*Eu não tive acesso na minha formação a discussões étnico-raciais, fiz magistério em 2003 e em 2004 eu já estava na faculdade. Eu tranquei e depois ganhei uma bolsa na prefeitura. Terminei meu curso em 2013. Eu tive acesso a debates raciais através de uma diretora em uma escola em Itaquera quando eu ingressei para trabalhar na Escola Municipal de Educação Infantil, lá ela trazia pessoas de fora, intelectuais, pessoas que falam “isso” para discutir textos com a gente, e entrava “nisso”, mas foi muito pouco, ela trabalhava no MEC, mas foi muito pouco. Tanto é que tinha uma professora que trabalhava com “isso”. Ela até apresentou os trabalhos dela nos encontros da Diretoria Regional de Educação (DRE). Ela se destacava. Tanto que escreveu até um livro, publicou.*

*Nossa sociedade é racista, porque o racismo é estrutural, ele já está ali enraizado há muitos anos e as pessoas não querem admitir, mas existe!*

*Eu procuro trabalhar a temática, tanto é que eu fiquei dez anos no ensino fundamental e sempre quis ficar na Educação Infantil. Eu tenho mais essa queda pelas crianças pequenas, não tão pequenas!!!*

*Eu trabalho em uma EMEI, com magistério. faz bastante tempo, 14 anos, mas fiquei dez anos no Ensino Fundamental, fiquei 8 anos no Centro de Educação Infantil com crianças de 0 a 3 e agora estou com a Educação Infantil de 4 a 5, desde 2017. Faz pouco tempo, mas eu gosto. Quando eu fazia magistério e fazia estágio, era o que eu queria, é onde eu queria atuar, só que nunca dava, sempre sobrava para Ensino Fundamental. Eu ia para a escola que só tinha Ensino Fundamental. Fiquei no Centro de Educação Infantil, mas não era aquilo que eu queria. Tentei até sair e consegui ficar na Escola Municipal de Educação Infantil, é muito bom trabalhar com as crianças, são bem abertas.*

*A escola reproduz o racismo por padronizar muitas coisas, a partir do momento que você começa a padronizar qualquer coisa, para você chegar no ponto do racismo é fácil, é*

*rápido! Você vai acabar tropeçando ali, vai acabar praticando, às vezes até inconscientemente. Porque quando você padroniza um desenho, uma pintura, quando você só apresenta certos tipos de personagens para as crianças, histórias só de um povo, de uma raça, você acaba fazendo. Porque você não está representando, você precisa fazer representação de todas as crianças, elas precisam se sentir representadas porque eu não posso falar só de princesas, e quem não quer ser princesa, tem gente que não quer! Você acaba não trazendo outro tipo de personagem, outro tipo de inspiração para as crianças, outro tipo de brinquedo.*

*Eu sinto que as pessoas têm medo de falar de racismo, pois elas não estão preparadas, elas não têm conhecimento, elas não têm informação e elas até têm medo de falar e se equivocar, falar errado. Eu sinto que falta informação para as pessoas terem mais segurança para falar. E falar, e atuar, e agir para inserir isso tudo e trabalhar com as crianças... Eu acho que está faltando!*

*A lei 11.645/08 foi muito pouco trabalhada com os professores. E acho que a gente até tem uma publicação que demorou para sair, na época do Haddad, que ele fez um livro para gente. Não sei... era alguma coisa, tipo um currículo, porque a gente ainda não tinha os currículos, então... mas existe um documento, e as pessoas não foram trabalhar, esmiuçar, eu acho que ainda falta isso: material, informação, como trabalhar, exemplos na formação, ensinar como fazer... Porque, se não, a gente acaba não tendo nem por onde começar, não sabe como começa, e tem medo de se equivocar. Eu estou acreditando que a gente está com muito medo também de fazer e fazer errado... e o estrago é grande! Então, as pessoas preferem não fazer e do que fazer e dar errado.*

*Eu acho que a escola reproduz as desigualdades ainda, não deixaram de reproduzir. Mas agora que está começando a dar visibilidade para as pessoas de representatividade, na política, vê que tem essa importância, que precisa ter representatividade nos programas, nas campanhas de propaganda... Hoje tem mais, só que ainda falta, porque tem o outro lado que ainda é muito trabalhado, ainda o padrão. Ele nunca vai deixar de existir! O que acontece é que a gente precisa inserir o outro para igualar.*

*A mulher negra sofre mais que o homem, com certeza. Na sociedade o preconceito é maior. Essa questão do gênero está muito enraizada na postura de alguns professores. Às vezes, não é nem porque eles querem, eles tiveram essa formação, então são anos de pai e mãe tendo certas posturas, são anos de família, então assim... meio automático... Para mim, tudo o que a gente aprende é impresso, então a gente acaba estendendo aquilo, é prático e*

*ainda tem aquilo que falei: ninguém sabe lidar. As pessoas precisam ter o que acontece, as pessoas precisam imprimir a outra parte para poder brigar, na hora do conflito, isso aqui está certo, isso aqui está errado... E você vai se ponderando porque precisa ter a outra parte. Se eu tenho a parte A, eu preciso ter a parte B.*

*Então, se a gente tem a informação só do preconceito, do comportamento errado, mas a gente... Às vezes, o meu filho, eu quero que ele tenha comportamento bom, mas eu estou dando exemplo de comportamento bom? Então, como ele vai fazer? Ele vai agir diante de uma situação que ele vai ficar desesperado, é que quando eu tiver na frente dele e reagir numa situação de desespero, e eu souber me acalmar, eu estou passando isso para ele. Então, fala assim: “esse menino precisa ficar quieto”, mas eu estou mostrando esse comportamento de como é ficar quieto, se acalmar, respirar, escutar? Se eu não escuto, então não tem como você querer exigir uma coisa que você não ensinou. Não tem como. Como vou falar? Tira do cérebro? Não tira! De onde não tem repertório, não tem exemplo, porque a criança imita, ela aprende, ela vê e depois ela está fazendo. E muitas vezes não está dentro do coração dela. Ela está fazendo porque viu o outro falar. Porque ela está experimentando. É o brincar, é uma forma de ser, estar, sentir como é ser um médico, uma enfermeira, uma professora. Eu estou vendo essa sensação de me colocar no lugar do outro, mas, de repente, eles vão reproduzir comportamentos, também, que eles vão ver nos familiares, nas pessoas, o que eles precisam é ter informação, mas ele está tendo o exemplo. Você vai ter que brigar é com esse exemplo também, para ele escolher o que é certo, porque ele vai ver: esse está errado. Como está errado? Quem ensinou que é errado? Alguém precisa ensinar para confrontar. Eu só sei o que é luz porque tem o escuro, eu sei o que é bem, porque tem o mal.*

*Eu já li muitas coisas sobre o racismo, só que tem coisas que eu até já esqueci. Assim, tudo eu não tenho o domínio, mas eu acho que foi um ponto favorável que, pela primeira vez, entrou o tema. Tinha sim um documento, mas era mais geral... que eu falei que foi publicado pelo Haddad, mas é muita coisa. Fora essa parte, a gente precisa aprender como introduzir e trabalhar isso no dia a dia, então eu acho que é um tema que tem que ser posto a todo momento, a gente não está tão preparada ainda, precisa de mais publicação e mais informação, mais materiais e ter isso nas discussões do Plano Especial de Ação, trazer temas de livros... Porque, assim, a gente teria que ter autonomia para escolher o tema. De repente, o que está faltando, o que a gente está sentindo que está inseguro para trabalhar esse tema, vamos pesquisar biografias para isso e discutir em cima disso, criar as melhores formas de trabalhar, porque a gente não sabe! Tem gente que estudou, pesquisou, sabe e está*

*lá guardado essa informação. A gente não está indo buscar, porque a gente só acredita naquilo que nos convém. Então, a ciência só serve para mim quando me convém, se não me convém eu não acredito. Se está favorecendo o que eu quero, minha opinião, agora é contrário a mim, não é ciência.*

*Quer dizer, medicação, vacina não é ciência? O que é ciência? A tecnologia do carro, do microondas é ciência. E só presta quando eu concordo. Tem gente que estudou, publicou, pesquisou, viu a fundo como que funciona e tem, tá lá, está guardado nos livros. Só que as pessoas parece que tem medo de abrir os livros. No começo não vai ser fácil, porque é um assunto diferente, é um assunto que ninguém está acostumado. Como eu agora estou saindo da área da Educação e estou indo fazer uma faculdade na área da saúde, vai ser fácil para mim começar a entrar nesse mundo? Não sei nada, mas eu vou começar, precisa começar por algum lugar!*

*Os trabalhos antirracistas que conheço são só os seus. Os seus trabalhos, seu projeto! Lembrei que minha amiga publicou um livro, ela trazia nas formações e apresentava. Minha diretora sempre a inscrevia para mostrar e contar sobre seu trabalho. Ela tinha um trabalho interessante, trazia autores diversificados, de outros países e punha bem, trazia a representatividade mesmo, escritores de várias etnias. Tem escolas que esses trabalhos partem mais da pessoa do que de um coletivo. O coletivo não quer nem saber, não quer nem entrar nesse debate, nem se envolver! Não tem material, não tem material desenvolvido, é uma técnica, uma didática, é um trabalho que precisa ser desenvolvido e não tem nenhuma pasta para compartilhar.*

*Muitas vezes pegamos o material do outro professor. Eu vou criar? Vou parar para pensar nisso, sendo que eu posso fazer aquilo que já estou acostumada, que já tenho pronto? Se a gente for pensar em comportamento humano, a tendência é ir para o que já está pronto. Essa estratégia precisa pensar, quem sabe, algumas informações mais mastigadas é um caminho...*

*Em relação à educação antirracista, é aquilo que eu te falei, a gente sabe que existe uma lei e sabe que é obrigatório, só que a gente não trabalha. Eu vou te falar a verdade: a gente até fazia formação no Centro de Educação Infantil, a gente trabalhava muito as datas comemorativas, hoje sabemos que não é, que é todos os dias, mas é o que falo: falta informação, falta preparo, falta conhecimento, nós trabalhávamos muito as semanas a gente sabe que não pode. O livro “A menina bonita do laço de fita” eu trabalhei, eu observo seu trabalho com os contos africanos e com os personagens representando outras etnias para as*

*crianças terem acesso, muitas coisas aprendemos com os pares. Eu trabalhei o livro “A menina que abraçava o vento”, as crianças gostaram, desenharam e amaram. Eu vi você trabalhar e gostei. As crianças abraçavam o vento, como a menina abraçava o pai. Conversei bastante com eles, fiz o rostinho para eles completarem a menina, expliquei que ela era uma refugiada... eles gostaram muito!*

*Nós precisamos de formação, eu vejo essa dificuldade. Precisa chegar, se conscientizar, saber trabalhar, ter segurança, ter material. Precisa de acesso a tudo isso também, senão, não tem como. Um dos primeiros pontos é esse, é criar projetos que envolvam a escola toda. Eu acho que falta isso. E precisa fazer estar no Projeto Político Pedagógico, estar aqui. A escola precisa caminhar, é um dos objetivos do PPP. Precisa caminhar e aqui está a forma que vamos caminhar e cumprir. Vamos fazer um projeto e esse projeto vamos observar... Não tem certo e nem errado e vamos trocando, substituindo.*

*A escola precisa criar projetos, formação, músicas... A parte da cultura é muito diversificada, tem muita riqueza. Por que a gente só vê representatividade no futebol? Aquilo que enche os olhos de todo mundo... é o homem. Precisamos aumentar esse leque. As informações, o acesso, a representatividade que precisa, ter pessoas fazendo de tudo, trabalhando de tudo, sendo capaz e tendo acesso a todas essas informações. Precisam vir pelas mãos de alguém, da família não dá, precisa vir da educação, das nossas mãos e de projetos. Essa parte cultural ajuda muito se a escola se envolver e levar as crianças para o Museu Afro. Minha diretora me levou para o Museu Afro. Ela conseguia transporte, conseguia tudo! Precisa envolver... escrever no papel e tirar do papel, colocar as ideias ali. E tem certo e errado? Não! Vamos ver os ganhos e perdas, mas precisamos começar a tirar do papel, pesquisar, tirar do papel e pôr em prática. O que não pode mais é não ter nada. As pessoas não levam muito a sério essa lei. Ninguém conhece! Eu mesmo li, mas não lembro detalhadamente de tudo. Quando lançou, falaram muito! Ai acabou a onda e amansou... e se esqueceu...*

*Eu acredito que é importante ofertar uma educação antirracista todos os dias, trabalhando oferecendo oportunidades de informações sobre livros, culturas, músicas... Trabalhar com coisas simples, como uma professora do Centro de Educação Infantil que um dia deixou as meninas soltar os cabelos e dizia que os cabelos delas eram lindos como eram. E elas adoraram! Fazia penteados, era muito legal! Ela mostrava a diversidade do cabelo. Cada um tem um e cada um tem a sua beleza. Individualidade. Ela trabalhava com histórias e livros contextualizando, e deixava as crianças bem à vontade com os cabelos voando. Não*

*pode soltar os cabelos, por quê? Eu faço um curso de comportamento e o comportamento do ser humano é muito previsível, você prevê a maioria. Se você estudar e ver a fundo, é previsível. Se você agir A ele vai ter a reação B. Todo mundo. Como é previsível, você sabe o que eu estou querendo dizer com isso, você sabe que se não tiver, ninguém vai fazer. E precisa introduzir para começar a dar resultado. Então é muito previsível... Por exemplo, eu não sei explicar direito, me deixa pensar... A gente é muito condicionado, entendeu? Então para tirar... a gente vai ver situações inconscientes, é automático. Se você não se conscientizar daquilo, dá um estalo: “Espera! Isso está errado! Vou intervir!”. Vamos mudar, porque o comportamento do ser humano é previsível e sempre vai para o lado ruim. A tendência dele é fazer o errado e continuar no erro. A tendência é essa, precisa ter consciência... porque eu estudei um pouco do cérebro e o cérebro está aqui para reprodução e sobrevivência, e vai fazer de tudo para reproduzir e sobreviver. Se você passar um susto ou um medo, seu organismo começou a voltar para defesa desse medo, que às vezes é inconsciente. Você começa a tremer e ter palpitações... Se você não souber identificar que aquilo é só um susto inconsciente, você não consegue amenizar. Eu fiquei com medo, e qual é a minha tendência? Procurar doce para comer. Se eu não tiver consciência que isso é o meu organismo, que não é bom para você, não é saudável... você precisa se conhecer e cortar: “não vou fazer!”. Então, você precisa transformar esse pensamento que a gente chama de sistema 1 e 2 do pensamento do cérebro humano. São comportamentos e ações que o cérebro tem e outros que ele vai aprender. Por exemplo, o que é cognição? Leitura é cognição, então eu só vou saber, não é um comportamento automático do ser humano, por exemplo, trabalhar os temas étnico-raciais ou ter essa consciência do racismo, eles não têm. Isso é, você vai ter que aprender. E eu tenho que aprender; eu tenho que transformar isso em cognição. Para o cérebro chegar ao ponto de cognição e consciência que ele não pode comer o doce, por exemplo, ele tem que saber o porquê, e precisa estar bem consciente daquilo, que aquilo vai passar, é um momento, estou tendo essa vontade agora, respira fundo que em dez minutos passa. Isso é aprendido!*

*Hoje é obrigatório, precisa de formação, colocar o tema no Plano Especial de Ação, trazer um tema, um livro, um especialista de alguém que fez a pesquisa, e se for pesquisa que não tem nosso perfil e das crianças, saber adaptar e refletir. Assim precisa ter registros do que deu certo ou não.*

*Eu não posso dizer que eu não sou racista, não posso negar, a gente precisa dar nome às coisas. Eu venho de uma sociedade, de uma educação... O que eu tenho que fazer é*

tirar de mim, porque às vezes é inconsciente. Eu não posso dizer “eu não tenho nada”. Eu acho que eu sou o que me construíram, a sociedade me construiu, então não adianta eu falar que não tem nada, eu estou aprendendo ainda... A gente é um ser inacabado. Eu tento ter consciência e tento identificar, precisa identificar o sentimento, a emoção negativa em mim. Precisa aprender a identificar, e para isso é treinado é cognitivo. Se ninguém quer assumir que tem... Tem inclusive pesquisas que mostram que eram pessoas de várias etnias, cor, né? Várias cores, e mostrava uma arma. Não era uma arma, era uma coisa que imitava uma arma e quando passava uma pessoa negra na sequência, você via uma arma. O seu inconsciente viu uma arma, porque a tendência desse viés, desse óculos que a gente é formado na sociedade, vai induzir a gente, sabia? Porque o cérebro não vê tudo, ele supõe e ele completa de acordo com o viés, então ele vai completar. Por isso o confronto! As pessoas dizem que eu emagreci bastante. Eu falo: o problema não é só perder a gordura, o problema é ganhar massa! Então, como faz? Existe um alimento, um tipo de alimento que faz crescer a massa, e tem tipos de alimentos que faz crescer a gordura. Qual você está se alimentando? Se eu estou dando alimento para gordura, quem vai crescer é a gordura, eu posso até deixar de comer o alimento da gordura, ela vai sumir. Só que eu vou perder massa junto. Então precisa fazer exercício, deixar de comer o que vira gordura, mas eu tenho que alimentar a minha massa para não perder ela. O cérebro é a mesma coisa: eu estou alimentando a informação, não só tem informação racista, imagens preconceituosas, estrutural dessa sociedade. Eu li um livro na faculdade Anhanguera, “Os meus romanos”, que era de uma educadora alemã que veio para o Brasil ensinar os filhos da elite, por isso chamava “meus romanos” e ela escrevia cartas para uma amiga que ficou na Alemanha ou Inglaterra... E ela contava e falava do negro, do comportamento, da marginalização, das características dos negros, de uma forma bem preconceituosa. Ela falava assim, do nariz, dos detalhes, e falava que era feio. Então, ela só tinha aquele padrão europeu, quando ela chegou aqui, aquilo para ela era feio. O que ela tinha no cérebro era aquele padrão. Como haveria confronto de padrão, se ela só conhecia aquele? Não tem alimentação da informação, precisa ter! A criança precisa ter repertório para escrever. Mas ela está alimentada? O cérebro imprimiu a imagem de outras palavras, de outros livros, então vai buscar o repertório onde? Do nada? Colocar na cabeça e imprimir? Para nós, é preconceito, para ela, sei lá! Ela fala da abolição! Os negros foram liberados da escravidão, mas para trabalhar preferiram os imigrantes, que eles achavam que a mão de obra era mais qualificada. E os negros não tinham lugar para trabalhar, porque ninguém queria pagar. Eles estavam na rua e precisavam comer, por isso a



*palavra "às margens", os caminhos para as pessoas passarem e eles ao lado. Ninguém valorizava o trabalho deles, não tinham terra, não tinham animais, não tinham meios de sobrevivência e foram obrigados a roubar. Ninguém deu nada para eles sobreviverem! E muitos trabalhavam de graça, por comida: vou ficar aqui porque tenho comida...*

## **5. Maria Beatriz, 38 anos, mulher negra, professora da rede pública**

*Meu nome é Maria Beatriz, tenho 38 anos, minha infância foi uma infância muito pobre, minha mãe era faxineira e meu pai pedreiro. Pagávamos aluguel e depois meu pai construiu em uma ocupação onde vivemos por muitos anos. Era tudo muito difícil. No início não tinha água e nem luz. Pedíamos emprestado para os vizinhos, depois pagávamos as contas todos juntos.*

*Nunca gostei da escola!!! A escola sempre representou um lugar muito ruim para mim, porque eu não tinha bons sapatos, boas roupas e materiais escolares, sempre faltavam... Um dia não tinha caderno e pedi para a diretora, porque eu sabia que ela podia dar cadernos para as pessoas que não podiam comprar. E ela pediu para minha mãe ir até a escola para dizer o porquê não podia comprar caderno. Eu me senti muito mal, porque a diretora não queria dar o caderno sem chamar minha mãe e minha mãe, se eu pedisse o caderno, ela me xingava, e muito! Então não tenho boas lembranças da escola. Não sabia pentear meus cabelos, e eles sempre estavam bagunçados. As pessoas me "zoavam" muito.*

*Minha infância foi muito pobre, mas tinha o básico para comer, brinquei muito na rua e esses momentos eram os mais felizes. Estudei em escola pública durante toda a vida! Não gostava das festas pois ninguém me escolhia para dançar e, mesmo assim, era obrigada a dançar sozinha ou com outra menina sem par.*

*Não me lembro de ter tido acesso às discussões de racismo na escola. Muito pelo contrário! O racismo era visto como algo comum, apelidos eram frequentes, e sobre o negro, só lembro de ter ouvido sobre a princesa Isabel, e no dia 13 de março pintávamos um menino preto arrebatando as correntes. Como disse, o racismo era comum. Ninguém se importava com o negro. Quando alguém chorava por ter sido xingada de algum apelido os professores diziam para não ligar que era tudo brincadeira dos colegas. "Não aguenta uma brincadeira!", disse a professora para uma menina que foi chamada de nega do cabelo duro.*

*Meu curso de graduação foi uma escolha, tipo, "meu Deus, preciso fazer alguma coisa, preciso ser alguém, preciso sair dessa vida". Então tive a oportunidade de fazer*

*Pedagogia na Universidade Santana. Me formei em 2009 e em nenhum momento tive acesso a discussões antirracistas ou de pessoas negras. Eu tive um professor negro de sociologia e, mesmo ele, não apresentou escritores negros.*

*Eu tive acesso às discussões antirracistas nos coletivos que comecei a frequentar com minhas amigas. E me afetou muito, de uma forma que eu quis ir para a escola e trabalhar com as crianças. Com certeza, a nossa sociedade é racista! O racismo acontece de todas as formas, das formas mais expressivas, como a violência verbal e física, até sua forma mais sutil. É só ligar a TV e vemos coisas terríveis como o assassinato de pessoas negras, pessoas que são confundidas com bandidos por serem negras... Não tem muitas bonecas negras e as protagonistas das novelas não são negras, e por que não são negras? Porque não são consideradas bonitas o suficiente.*

*Eu trabalho na Escola Municipal de Educação Infantil Max Wolff Filho, há 3 anos e adoro minha relação com as crianças, mas elas dão muito trabalho!*

*Em relação à reprodução do racismo, a escola produz e reproduz racismo. Isso é a mais pura verdade. E tem muitos professores que não estão nem aí mesmo com a lei obrigando a trabalhar diferentes culturas... Nem ligam! Só falam em aposentadoria! As pessoas da comunidade escolar, em sua maioria, não levam o racismo a sério. Tudo para eles é minimi... Essa lei 10.639 tem professores que desconhecem. Isso é horrível, mas é a verdade! A lei 10.639 é uma forma de colocar as coisas em seu devido lugar. Valorizar um povo sofrido, negligenciado! Hoje pagamos um preço alto pela escravidão. Até hoje o povo preto é visto como estúpido, graças ao darwinismo social. E a lei é uma forma de mudar isso tudo, mesmo a passos de tartaruga...*

*As mulheres negras e pobres são as que mais sofrem. Muitas criam seus filhos sozinhas e não tem incentivo de ninguém. Meu relacionamento na escola com as outras pessoas é relativamente bom. Me incomoda muito o coordenador, o diretor e os professores não falarem da lei 10.639, mas, enfim, faço meu trabalho com as crianças e tento não ligar para isso. Trabalho porque sei que é um direito humano das crianças! Fico triste, mas cada um tem um jeito de pensar, o problema é quando essa forma de pensar exclui pessoas negras. Sobre as questões de desigualdade de gênero, a escola vive separando os meninos das meninas, e as crianças mais pobres e com cabelos crespos são apontadas como piolhentas. As Mídias não ajudam na educação antirracista. Como eu disse, cadê as protagonistas de novelas negras? Não tem! Cadê as bonecas negras? Estão lá como edição especial, e acabou! A mídia não combate o racismo, ela reforça: cabelos lisos, pele branca, olhos claros,*

*o ideal de beleza. Então, essa ausência! Eu estava até lendo o currículo, é muito pouco o que temos para um povo que passou por anos de escravidão e foi liberto com uma mão na frente e outra atrás. É muito pouco pelo darwinismo social que perdura até hoje, precisamos avançar!*

*Uma forma de combater o racismo é ajudando as meninas a se sentirem bem com seus traços... É, eu tenho uma colega que era trancista e um dia realizou um lindo trabalho na escola, de penteados para as meninas negras. Ela é da Escola Municipal de Ensino Fundamental, eu acompanhei pela internet um momento bacana onde as meninas faziam turbantes e penteados.*

*Certa vez, coloquei o filme do Kiruku, mas antes do filme, em outros dias, trabalhei com eles a diversidade, as formas de vida que não são iguais. Expliquei que tem pessoas que se vestem de formas totalmente diferentes de nós, e isso é cultura, a forma de se vestir de um determinado povo... Quando passei o filme, eles gostaram muito e em nenhum momento falaram sobre as mulheres que andavam com os seios à mostra. Elas eram mulheres que trabalhavam nas aldeias só com a saia, sem nenhuma blusa e eles respeitaram essa cultura. As crianças diziam: “professora, quero ser rápido como o Kiriku!” ou “professora, quero ser como o Kiriku, ajudando as pessoas!”. Fiquei feliz! Amo o que faço!!!*

*Com as crianças, não tem problema em desenvolver nada. O problema são os adultos. E pior, os professores que fecham os olhos para a diversidade! Uma professora que trabalha comigo disse: “eu não trabalho essa lei, eu não coloco uma raça sobre outra, isso é errado!”. A escola pode fazer muitas coisas, mas o coordenador e os professores precisam estar envolvidos, se eles não querem... o que fazer? É triste!*

*Para formar pessoas não racistas, precisamos trabalhar a diversidade todos os dias, de diversas formas, pela brincadeira, pela leitura, pela arte... O caminho tem, mas tem professores presos em seus preconceitos! Professores precisam ser formados! É só ir até as escolas, que é fácil perceber... Tem alguns que acham que não precisam, falam nessa evolução da prefeitura, vão nos cursos só assinar a lista e ir embora. Eu já cansei de escutar isso. Todos os professores sabem que isso é verdade, e muitos não têm vergonha de falar de boca cheia “só vou assinar a lista!”. Isso é horrível! Ao mesmo tempo que os professores brigam por valorização, eles mesmos se desvalorizam com essas falas e atitudes.*

*Todos somos racistas! Alguns tem coragem de mudar e fazer diferente. Outros estão acomodados ou pensando em se aposentar, ou falando que a escola ficou chata, que não pode mais nada, nem orar!!! Chega a ser engraçado!*

*O que eu quero dizer é que estamos caminhando para um mundo em que as pessoas não suportam ver as pessoas negras vencendo. Tem pessoas que têm ódio das cotas. Uma professora disse uma vez na sala dos professores: “esse negócio de cota tá colocando todo tipo de gente na faculdade, minha sobrinha estuda na USP, superinteligente, disse que foi vítima de chacota porque queria ensinar inglês para o povo da cota, os bolsistas, e eles não quiseram. Eles não gostam de estudar, só estão lá por causa do bandejão, que é uma comida que a USP oferece de graça.”*